

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

BIANCA REIS RAMOS

**DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA
AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL: UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS
ESCOLARES, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ACESSO ÀS
INFRAESTRUTURAS E OPORTUNIDADES.**

Porto Alegre

2018

BIANCA REIS RAMOS

**DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA
AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL: UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS
ESCOLARES, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ACESSO ÀS
INFRAESTRUTURAS E OPORTUNIDADES.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto R. Soares

Porto Alegre

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Ramos, Bianca Reis

Diagnóstico urbano-rural do desenvolvimento social na Aglomeração Urbana do Sul: uma análise dos rendimentos escolares, estrutura ocupacional e acesso às infraestruturas e oportunidades. / Bianca Reis Ramos. -- 2018.

272 f.

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Desigualdade socioespacial. 2. Desigualdades escolares. 3. Indicadores sociais. 4. Sistema de Informação Geográfica. 5. Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL). I. Soares, Paulo Roberto Rodrigues, orient.

II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

BIANCA REIS RAMOS

**DIAGNÓSTICO URBANO-RURAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NA
AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL: UMA ANÁLISE DOS RENDIMENTOS
ESCOLARES, ESTRUTURA OCUPACIONAL E ACESSO ÀS
INFRAESTRUTURAS E OPORTUNIDADES.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2018.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (Orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño
POSGea/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dra. Daiane Boelhouver Menezes
Fundação de Economia e Estatística

Prof. Dr. Solismar Fraga Martins
Universidade Federal do Rio Grande

Porto Alegre

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, meus irmãos Bruno, Bryan e Taylor e à minha tia Ângela. Agradeço à Nicole, Ju Ortiz, Ju Flores, William, Mel, Keila, Barbara e Gabriel, amigos e amigas de todas as horas que me acompanham há muito tempo. Além do mestrado, Porto Alegre me deu grandes amigas para a vida e que eu agradeço muito pelo apoio e companhia durante esses dois anos: Sabrina, Eleonora, Renata, Débora e Vitória. Agradeço aos colegas de mestrado da UFRGS pela parceria e aos colegas e amigos da FURG: Perla, Ricardo, Ruth, Marília, Matheus, Andressa, Caio, Potiguara, Maristel, Rafael, Erick, João, Bruno, Julia e tantos outros que fizeram parte da minha caminhada.

À professora Carol do IFRS (que me salva quando preciso de dados espaciais sobre Rio Grande desde 2008), pelo seu incentivo, palavras de motivação e exemplo. Assim como a professora Tatiana, Tiago, Allan e Miguel. Vocês com toda certeza me influenciaram positivamente e me apresentaram o universo do geoprocessamento, o qual nunca mais sai, e nem pretendo. Ao professor Carlos Tagliani pela oportunidade de trabalhar e aprender mais sobre geoprocessamento no LOG, assim como a parceria com a Priscila Teixeira, Rosani, Priscila Straccioni e Alexandra.

À professora Susana e ao professor Solismar, que me apresentaram o que é a pesquisa em geografia, me ensinaram muito e eu sou muito grata pela experiência, troca de ideias e ensinamentos que vocês me proporcionaram no Núcleo de Análises Urbanas. Agradeço também aos professores Cesar, Simone, Elisângela, Flávia, Rossana, Ulisses, Leda e Eder pelas conversas, conselhos e contribuições durante a minha graduação na FURG.

Ao professor Paulo pela orientação e auxílio nesta pesquisa e por todas as contribuições em todo o período do mestrado, sempre acessível e aberto ao diálogo. À professora Tânia e à Daiane pelas contribuições dadas ao meu trabalho na qualificação. Aos membros da banca examinadora por todas as sugestões valiosas que deram ao meu trabalho. Por fim, ao auxílio financeiro da CAPES, que possibilitou a minha dedicação exclusiva para esta pesquisa.

*Se a educação sozinha não transforma a
sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.*

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho visa o estudo do perfil populacional entre centros urbanos e seus espaços intraurbanos, estabelecendo uma relação entre as concentrações de população em situação de exclusão e inclusão social, para analisar a reprodução das desigualdades no desenvolvimento social dos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), estado do Rio Grande do Sul. Este estudo foi elaborado a partir da espacialização dos espaços de exclusão e inclusão social, das condições coletivas de acesso aos equipamentos públicos e infraestruturas básicas, assim como a análise das oportunidades que o lugar pode oferecer à população em termos de emprego e educação. Estas oportunidades que foram analisadas se referem ao acesso ao emprego formal, às características ocupacionais da população, e aos rendimentos escolares no espaço intraurbano. A metodologia consistiu na elaboração do Índice de Exclusão/Inclusão Social, na elaboração do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), na caracterização do contexto histórico, funcionalidade, tamanho e hierarquia de cada centro urbano, na caracterização do perfil ocupacional da população, e por fim, na identificação dos estabelecimentos e rendimentos educacionais. A AUSUL é uma aglomeração urbana não metropolitana formada por dois municípios que são cidades médias (Pelotas e Rio Grande) e por três municípios de porte pequeno (Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte). Esta aglomeração possui um histórico de ciclos econômicos e iniciativas de desenvolvimento social e econômico, com tradição portuária, industrial, e mais recentemente, na indústria naval, que devem ser analisadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também sobre a perspectiva de estudos focados no desenvolvimento social e humano dessa região. Foi possível analisar que uma parcela da população apresentou baixos índices de desenvolvimento social e autonomia de renda, principalmente no município de São José do Norte, mas também nos bairros mais vulneráveis dos municípios que apresentaram as melhores avaliações (Rio Grande e Pelotas). Essas características são visíveis na limitação de oportunidades e percepção das mesmas, na acessibilidade aos serviços públicos, na concentração de renda e na pobreza que a população de algumas áreas de cada município enfrenta. A análise possibilitou observar as desigualdades e disparidades sociais entre os municípios e no interior dos seus respectivos bairros, que se mostraram bastante heterogêneos, justificando a importância da análise interurbana e intraurbana integrada.

Palavras-chave: Desigualdade socioespacial. Desigualdades escolares. Indicadores sociais. Sistema de Informação Geográfica. Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL).

ABSTRACT

This work aims the study of the differences between the population profile of cities and their respective inner urban spaces, establishing relationships between the concentration of population in a social exclusion situation and the population in a social inclusion situation, to analyze the inequalities in the social development of the cities that forms the Urban Agglomeration of the South (AUSUL). This study was elaborated from the observation of social inclusion or exclusion in the urban spaces, collective conditions of access to public facilities and basic infrastructure, as well as an analysis of the opportunities that the place can offer in terms of employment and education. The analyzed opportunities refer to the access to formal job, the occupational characteristics of population, and the school performances in inner city spaces. The methodology consisted in drawing up the Index of Exclusion/Inclusion, in the drafting of the Welfare Urban Index (IBEU), in the historical context, functionality, size and hierarchy of each urban center, on characterization of the occupational profile of the population, and finally, the identification of educational institutions and their performances. The AUSUL is a non-metropolitan agglomeration composed by two municipalities that are medium-sized cities (Pelotas and Rio Grande) and three small-sized cities (Arroio do Padre, Capão do Leão and São José do Norte). This agglomeration has a history of economic cycles and initiatives of social and economic development, with port activities, industry and, more recently, naval industrial tradition, which must be analyzed not only from an economic point of view, but also through the perspective of studies focused at the social and human development of this region. It was possible to analyze that a part of the population showed a low level of social development and income autonomy, especially in the city of São José do Norte, but also in the vulnerable districts of the cities with the best evaluations (Pelotas and Rio Grande). These characteristics are apparent in the perception and in the limitations of opportunities, in the access to public services, and in the concentrated wealth against the poverty that some of these regions face. The analysis made possible to observe the social inequalities and disparities between the cities and in their inner spaces and their respective neighborhoods, which were quite diverse, justifying the importance of the analysis between cities and their respective inner spaces.

Keywords: Socio-spatial inequality. School inequalities. Social indicators. Geographical Information System. Urban Agglomeration of the South (AUSUL, Brazil).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Níveis geográficos de análises que foram utilizados nas representações.	56
Figura 2- Fluxograma das etapas do trabalho.....	57
Figura 3- Cálculo do índice de exclusão/inclusão social.	60
Figura 4- Exemplo de cálculo da Dimensão Autonomia de Renda.	62
Figura 5- Exemplo de cálculo da Dimensão de Desenvolvimento Humano.	63
Figura 6- Exemplo de cálculo da Dimensão Equidade.....	64
Figura 7- Exemplo de construção da Dimensão Qualidade Domiciliar.....	65
Figura 8- Construção do IBEU.	68
Figura 9- Dimensão de Mobilidade Urbana nos municípios de Pelotas e Rio Grande.	70
Figura 10- AUSUL: Municípios e divisão em distritos.....	83
Figura 11- AUSUL: Limites municipais e áreas urbanas da Aglomeração Urbana do Sul.	86
Figura 12- Rio Grande, Pelotas: Bairros da área urbana.	92
Figura 13- Arroio do Padre, Capão do Leão, São José do Norte: Bairros e subdistritos municipais.	93
Figura 14- AUSUL: Índice Intermunicipal de Exclusão/Inclusão.....	95
Figura 15- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Autonomia de Renda	96
Figura 16- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Desenvolvimento Humano.....	98
Figura 17- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Equidade.....	100
Figura 18- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Qualidade Domiciliar.....	102
Figura 19- AUSUL: Mapa Intraurbano de Exclusão/Inclusão Social.	107
Figura 20- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Autonomia de Renda.	110
Figura 21- AUSUL: Distribuição Intraurbana do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios.	112
Figura 22- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Desenvolvimento Humano.....	114
Figura 23- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Equidade.	117
Figura 24- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Qualidade Domiciliar.	119
Figura 25- AUSUL: Índice Interurbano de Bem-Estar.	123
Figura 26- AUSUL: Dimensão Interurbana de Mobilidade Urbana.....	124
Figura 27- AUSUL: Dimensão Interurbana de Condições Ambientais Urbanas.....	128
Figura 28- AUSUL: Dimensão Interurbana das Condições Habitacionais Urbanas.	129
Figura 29- AUSUL: Dimensão Interurbana de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos.....	133
Figura 30- AUSUL: Dimensão Interurbana de Infraestrutura Urbana.....	135
Figura 31- AUSUL: Índice Intraurbano de Bem-Estar.	137

Figura 32- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Condições Ambientais Urbanas.....	140
Figura 33- AUSUL: Dimensão Intraurbana das Condições Habitacionais Urbanas.	143
Figura 34- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos.....	146
Figura 35- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Infraestrutura Urbana.....	148
Figura 36- AUSUL: Grandes grupos de ocupação no trabalho principal.	151
Figura 37- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo I, II, III e IV).....	156
Figura 38- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo V e VI).	157
Figura 39- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo VII e VIII).	158
Figura 40- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo IX).....	159
Figura 41- Pelotas: Dimensão de Mobilidade Urbana.	160
Figura 42- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo I, II, III e IV).....	162
Figura 43- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupos V e VI).	163
Figura 44- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupos VII e VIII).	164
Figura 45- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo IX).....	165
Figura 46- Rio Grande: Dimensão de Mobilidade Urbana.....	166
Figura 47- Arroio do Padre: Distribuição das escolas por tipo de rede e taxa de abandono escolar.....	174
Figura 48- Arroio do Padre: Distribuição das taxas de aprovação e reprovação escolar.....	175
Figura 49- Capão do Leão: Distribuição das escolas por tipo de rede e taxa de abandono escolar.....	176
Figura 50- Capão do Leão: Distribuição das taxas de aprovação e reprovação escolar.....	177
Figura 51- Pelotas: Distribuição das escolas por tipo de rede.....	178
Figura 52- Pelotas: Distribuição das taxas de abandono escolar.....	179
Figura 53- Pelotas: Distribuição das taxas de reprovação escolar.....	180
Figura 54- Pelotas: Distribuição das taxas de aprovação escolar.....	181
Figura 55- Rio Grande: Distribuição das escolas por tipo de rede.	182
Figura 56- Rio Grande: Distribuição das taxas de abandono escolar.	184
Figura 57- Rio Grande: Distribuição das taxas de reprovação escolar.	185
Figura 58- Rio Grande: Distribuição das taxas de aprovação escolar.....	186
Figura 59- São José do Norte: Distribuição das escolas por tipo de rede.....	187
Figura 60- São José do Norte: Distribuição das taxas de abandono escolar.	188
Figura 61- São José do Norte: Distribuição das taxas de reprovação escolar.	189

Figura 62- São José do Norte: Distribuição das taxas de aprovação escolar. 190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- AUSUL: Informações gerais.....	85
Tabela 2- AUSUL: Dimensão de Autonomia e distribuição dos rendimentos dos responsáveis por domicílios.	97
Tabela 3- AUSUL: Dimensão de Desenvolvimento Humano e seus indicadores e índices parciais.....	99
Tabela 4-AUSUL: Dimensão de Equidade e indicadores constituintes.	100
Tabela 5- AUSUL: Dimensão de Qualidade Domiciliar e seus indicadores constituintes.	102
Tabela 6- Brasil, RS e AUSUL: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino dos resíduos e existência de energia elétrica em 2010.	103
Tabela 7- RS, AUSUL: Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar do ano de 2010.	111
Tabela 8- RS, AUSUL: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho e valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos.	118
Tabela 9: Pelotas: Aglomerados subnormais.	120
Tabela 10: Rio Grande: Aglomerados Subnormais.	121
Tabela 11- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Mobilidade Urbana.	126
Tabela 12- AUSUL: Veículos de uso particular.	127
Tabela 13- AUSUL: Valores e níveis da dimensão de Condições Ambientais Urbanas.....	129
Tabela 14- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Condições Habitacionais....	130
Tabela 15: Brasil, RS, AUSUL: Proporção de domicílios vagos e de uso ocasional.	132
Tabela 16- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Serviços Coletivos.	134
Tabela 17- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Infraestrutura Urbana.	136
Tabela 18- Brasil, RS, AUSUL: Distribuição dos Grandes Grupos de Ocupação. ..	152
Tabela 19- AUSUL: Local de exercício do trabalho principal das pessoas ocupadas na semana de referência.....	153
Tabela 20- RS, AUSUL: Posição da ocupação no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.	154
Tabela 21- RS, AUSUL: População residente por rede de ensino que frequentavam em 2010.	168
Tabela 22- AUSUL: Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam no ano de 2010.....	168
Tabela 23- AUSUL: Pessoas que frequentavam escola ou creche (pública e privada) no ano de 2010.	169

Tabela 24- RS, AUSUL: Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade e taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual) no ano de 2010.	170
Tabela 25- Rio Grande do Sul: Rendimento escolar no ensino fundamental e médio por localização rural e urbana.	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dimensões e variáveis que foram utilizadas na construção do índice de inclusão/exclusão social para a AUSUL.....	59
Quadro 2- Indicadores utilizados na construção do IBEU.....	66
Quadro 3- Grandes grupos de ocupação no trabalho principal.....	71

LISTA DE SIGLAS

AP – Áreas de Ponderação
AUSUL – Aglomeração Urbana do Sul
CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
EAD – Educação a Distância
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE – Fundação de Economia e Estatística
FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG – Índice de Desigualdade de Gênero
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD – Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPIT – Indicador de Potencial de Inovação Territorial
IPM – Índice de Pobreza Multidimensional
IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
OQVSA – Observatório da Qualidade de Vida de Santo André
PBI – Padrão Básico de Inclusão
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
SIG – Sistemas de Informação Geográfica

SUPRG – Superintendência do Porto do Rio Grande

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UNICAMP Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
OBJETIVOS	21
CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
1.1 AS REDES URBANAS, AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E A EXCLUSÃO SOCIAL ..	22
1.1.1 <i>A rede urbana do Rio Grande do Sul</i>	24
1.1.2 <i>Aglomerações urbanas e cidades médias do Rio Grande do Sul</i>	25
1.2 A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS	27
1.2.1 <i>Contribuição dos estudos da sociedade e do espaço para a compreensão da desigualdade</i>	28
1.2.2 <i>Desigualdades e diferenças socioespaciais</i>	30
1.2.3 <i>Desigualdade socioespacial e o urbano</i>	33
1.3 AS CONTRADIÇÕES DA DESIGUALDADE ESCOLAR	35
1.3.1 <i>Desigualdades escolares e de oportunidades</i>	36
1.3.2. <i>O perfil ocupacional e as oportunidades a partir do ambiente construído, do contexto e estrutura social</i>	40
1.4 A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO URBANO	43
1.4.1 <i>Mapas sociais urbanos e os Sistemas de Informações Geográficas</i>	47
1.4.2 <i>O Índice de Exclusão/Inclusão Social</i>	49
1.4.3 <i>O Índice de Bem Estar Urbano</i>	51
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA AUSUL NO CONTEXTO DA REDE URBANA	57
2.2 A CONSTRUÇÃO DO MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL	58
2.2.1 <i>Construção da Dimensão Autonomia de Renda</i>	61
2.2.2 <i>Construção da Dimensão de Desenvolvimento Humano</i>	62
2.2.3 <i>Construção da Dimensão Equidade</i>	63
2.2.4 <i>Construção da Dimensão Qualidade Domiciliar</i>	64
2.3 A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO	65
2.3.1 <i>Exclusão da Dimensão de Mobilidade Urbana do cálculo do IBEU Intraurbano</i>	68
2.4 CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS	70
2.5 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS	72
2.6 ANÁLISE DOS SETORES RURAIS	73
CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL	75
3.1 GÊNESE E CONTEXTO HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL	75
3.1.1 <i>Rio Grande</i>	75
3.1.2 <i>Pelotas</i>	77
3.1.3 <i>São José do Norte</i>	77
3.1.4 <i>Capão do Leão</i>	79
3.1.5 <i>Arroio do Padre</i>	81
3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUSUL E A PROPOSIÇÃO DE UMA REGIÃO METROPOLITANA	84
3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS	85
3.4 DIFERENCIAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS	87
CAPÍTULO 4 - O MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL DA AUSUL	91
4.1 O MAPA INTERMUNICIPAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES NA AUSUL.....	94
4.2 O MAPA INTRAURBANO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA AUSUL	105

4.3 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE AUTONOMIA DE RENDA NA AUSUL	108
4.4. O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA AUSUL ..	113
4.5 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE EQUIDADE NA AUSUL.....	115
4.6 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE QUALIDADE DOMICILIAR.....	118
CAPÍTULO 5 - O ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL.....	122
5.1 A COMPARAÇÃO INTERURBANA DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL.....	122
5.2 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL.....	136
5.3 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS NA AUSUL.....	139
5.4 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS NA AUSUL	142
5.5 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS.....	144
5.6 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANAS.....	147
CAPÍTULO 6 - O PERFIL OCUPACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL	150
6.1 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NA AUSUL	150
6.2 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO EM PELOTAS	155
6.3 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO EM RIO GRANDE	161
CAPÍTULO 7 - ANÁLISE INTRAURBANA DOS RENDIMENTOS ESCOLARES NOS MUNICÍPIOS DA AUSUL.....	167
7.1 O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NA AUSUL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.....	167
7.2 RENDIMENTOS ESCOLARES EM ARROIO DO PADRE	173
7.3 RENDIMENTOS ESCOLARES EM CAPÃO DO LEÃO	175
7.4 RENDIMENTOS ESCOLARES EM PELOTAS.....	177
7.5 RENDIMENTOS ESCOLARES EM RIO GRANDE	182
7.6 RENDIMENTOS ESCOLARES EM SÃO JOSÉ DO NORTE	187
CAPÍTULO 8 - ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIAIS E URBANAS NA AUSUL	191
8.1 A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E O IBEU	191
8.2 A AUTONOMIA DE RENDA, EQUIDADE E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS	192
8.3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS RENDIMENTOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA	195
8.4 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS, QUALIDADE DOMICILIAR, CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS, SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS E INFRAESTRUTURA URBANA .	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207
APÊNDICES	219
ANEXOS	269

INTRODUÇÃO

O conteúdo social do espaço urbano possui diferenciação e abrange uma série de processos, envolvendo múltiplos agentes e escalas geográficas de atuação e análise. A diferenciação socioespacial pode ser apreendida a partir de duas escalas conceituais: a rede urbana e a escala intraurbana, as quais descrevem reflexos simultâneos e processos distintos, mas complementares entre si (CORRÊA, 2007).

Corrêa (1989) define a rede urbana como um conjunto de centros funcionalmente articulados. A análise destas relações entre centros e os seus respectivos espaços intraurbanos, a partir de características selecionadas da população foi o foco desta pesquisa, que estabeleceu a conexão entre duas áreas da Geografia: a demografia e o espaço urbano. Os estudos sobre as redes urbanas se tornaram importantes principalmente quando ocorreu a aceleração da urbanização e a redefinição da divisão territorial do trabalho, que são processos que geram novas articulações funcionais, mudança nas relações dos arranjos espaciais e hierarquias, e conseqüentemente influenciam também no espaço intraurbano das cidades (CORRÊA, 1989).

Conforme Moreira (2007), a organização em redes torna o espaço fluido para que as trocas sociais e econômicas se desloquem. Por conseguinte, o mundo se torna desigual e integrado simultaneamente. Estas relações cada vez mais fluídas e articuladas entre as cidades levantam o questionamento da influência das hierarquias urbanas e das características destes arranjos espaciais no espaço intraurbano destes centros, que recebem múltiplas influências de agentes sociais locais e globais. Estas ações influenciaram outrora e ainda influenciam nas diferenciações socioespaciais e também na produção e reprodução dos espaços de exclusão social.

Neste contexto, a proposta deste trabalho visou um estudo das características e as relações populacionais entre os centros urbanos, assim como as características dos seus espaços intraurbanos, focando nas características relacionadas ao desenvolvimento social e econômico da população. A pesquisa foi realizada nos municípios pertencentes à Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL).

Este estudo foi elaborado a partir da espacialização dos espaços de exclusão e inclusão social, das condições coletivas do ambiente urbano construído, identificando a distribuição e acesso de equipamentos públicos, assim como a análise das oportunidades que o lugar oferece à população no tocante ao emprego e à educação. Estas oportunidades que foram analisadas se referem ao acesso ao emprego formal, às características ocupacionais da população, e aos rendimentos escolares no espaço intraurbano. Devido à indisponibilidade de dados específicos mais recentes com o grau de detalhamento intraurbano necessário, foi utilizado o ano de 2010 como recorte temporal para esta pesquisa.

A metodologia consistiu na elaboração do Índice de Exclusão/Inclusão Social, na elaboração do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), na caracterização do contexto histórico, funcionalidade, tamanho e hierarquia de cada centro urbano, na caracterização do perfil ocupacional da população, e por fim, na identificação dos estabelecimentos e rendimentos educacionais, para analisar as oportunidades que o lugar na cidade propicia à população, no que concerne à mobilidade social, ocupacional e à educação, com enfoque nas relações entre as cidades e na contribuição dos processos e estruturas atuantes na rede urbana e na escala intraurbana na produção e/ou reprodução de algumas desigualdades socioespaciais.

A partir do que se coloca, surgem dois questionamentos. O primeiro é se a integração entre os municípios que constituem esta aglomeração e as infraestruturas intraurbanas podem influenciar no acesso da população às potencialidades e oportunidades que os mesmos propiciam. O segundo se refere a qual a influência que as características hierárquicas, funcionais e sociais dos centros urbanos exercem em seu espaço intraurbano.

Estudos anteriores como o de Soares, Halal e Godoy (2005) verificaram um maior dinamismo socioespacial das cidades médias, principalmente em função da descentralização do setor industrial e da desconcentração metropolitana, que fortaleceu o papel econômico e social de outras concentrações e cidades, como as aglomerações urbanas não metropolitanas. Estas mudanças influenciam também na morfologia social e econômica interna destas cidades que passam a adquirir problemas em menor escala, mas semelhantes aos das regiões metropolitanas, como o aumento das desigualdades socioespaciais. Além disso, Corrêa (2003) ressalta a importância de estudos que façam esta conexão entre escalas espaciais e conceituais distintas, como as redes urbanas e a escala intraurbana, e Egler (2011)

reitera propondo a inserção de outras questões referentes ao meio ambiente, ao mercado de trabalho, à pobreza, às questões intraurbanas, entre outras nos estudos.

A AUSUL é uma aglomeração urbana não metropolitana com população total de 558.034 habitantes, formada por dois municípios que são cidades médias (Pelotas e Rio Grande) e por três municípios de porte pequeno (Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte). Esta aglomeração possui um histórico de ciclos econômicos e iniciativas de desenvolvimento social e econômico, com tradição portuária, industrial, e mais recentemente, na indústria naval, no município do Rio Grande, e posteriormente em São José do Norte, que merecem ser analisadas não apenas do ponto de vista econômico, mas também sobre a perspectiva de estudos focados no desenvolvimento social e humano na região, para entendermos porque alguns municípios que compõem a AUSUL não se beneficiaram e agregaram valor em seu território, para a sua população.

Por mais que a AUSUL tenha sido beneficiada pela ação de políticas econômicas exógenas, queremos entender porque alguns municípios não agregaram valor ao território e porque ainda possuem baixos índices de desenvolvimento social e autonomia de renda. Essas características são visíveis na limitação de oportunidades e percepção das mesmas, na acessibilidade aos serviços públicos, na concentração de renda e na pobreza que a população de algumas áreas de cada município enfrenta.

Este trabalho está dividido em oito capítulos. O primeiro capítulo trata da fundamentação teórica, abordando as redes urbanas e as desigualdades socioespaciais, algumas características da rede urbana do Rio Grande do Sul, das desigualdades socioespaciais e escolares, das aglomerações urbanas e das cidades médias, dos indicadores sociais e dos mapas sociais urbanos. O segundo capítulo trata da metodologia deste trabalho, das análises que foram feitas e a descrição de como foram construídos os índices e mapas elaborados.

O terceiro capítulo trata da caracterização da AUSUL, apresentando um panorama inicial do perfil dos municípios da aglomeração. O quarto capítulo refere-se aos resultados do Índice de Exclusão/Inclusão Social, o quinto capítulo refere-se aos resultados do IBEU, o sexto capítulo trata da caracterização da estrutura ocupacional dos municípios, o sétimo capítulo aborda os rendimentos escolares intraurbanos, e o oitavo apresenta a análise e a relação de todos os temas

investigados e estudados nesta pesquisa. Por fim, teceremos as considerações finais.

OBJETIVOS

A dissertação tem como objetivo geral estabelecer uma relação entre as concentrações de população urbana em situação de exclusão e inclusão social, para analisar a reprodução das desigualdades no desenvolvimento social da população na AUSUL. Para atingir isto, os seguintes objetivos específicos foram propostos:

- a) Caracterizar os municípios da AUSUL no contexto da sua rede urbana;
- b) Elaborar o Índice de Exclusão/Inclusão Social para os municípios nas escalas intraurbana e interurbana;
- c) Elaborar o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) para os municípios nas escalas intraurbana e interurbana;
- d) Identificar e analisar os dados sobre as ocupações da população;
- e) Mapear e analisar os estabelecimentos de ensino e os rendimentos escolares;
- f) Relacionar exclusão e inclusão social com o IBEU, com a caracterização ocupacional e com os rendimentos escolares.

CAPÍTULO 1 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica da dissertação esta dividida em quatro subcapítulos. O primeiro trata das redes urbanas, das desigualdades socioespaciais e exclusão social, faz uma breve descrição da rede urbana do Rio Grande do Sul, das suas aglomerações urbanas e cidades médias. O segundo trata da reprodução das desigualdades socioespaciais. O terceiro faz uma revisão sobre as contradições da desigualdade escolar, introduzindo a questão do sucesso e insucesso escolar, das escolhas profissionais e das oportunidades a partir do ambiente construído, do contexto e estrutura social que o indivíduo se insere, assim como suas chances de mobilidade social. Por fim, o quarto subcapítulo apresenta a contribuição dos indicadores sociais na pesquisa social e como subsídio ao planejamento urbano, abordando os mapas sociais urbanos, os SIGs, o Índice de Bem-Estar Urbano e o Índice de Exclusão/Inclusão Social.

1.1 AS REDES URBANAS, AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E A EXCLUSÃO SOCIAL.

Os estudos das redes urbanas são abordados com frequência através da diferenciação socioespacial das cidades em termos de sua gênese e dinâmica das funções e dimensões básicas de variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana, relações entre cidade e região, as interações espaciais, a forma da rede urbana, as vias de tráfego que os conectam entre si e com centros externos, as relações com o espaço agrário, entre outros (CORRÊA, 1988, 1989, 2003, 2007).

Já na escala intraurbana, a diferenciação socioespacial se dá com a divisão e articulação econômica e social do espaço, a partir das disputas por áreas valorizadas e rentáveis, infraestrutura, migrações, entre outros (CORRÊA, 2007). Dentre os temas sugeridos por Corrêa (2007) para o estudo do espaço intraurbano, os escolhidos para esta pesquisa se referem à questão da criação de infraestrutura, embates em torno de sua localização e as desigualdades socioespaciais.

A rede é local e global, ou seja, a sobreposição de escalas e agentes é sua característica, onde mercado, poder público e estrutura socioespacial são responsáveis por seu ajustamento, onde no plano do lugar, ganha real significação

(SANTOS, 1997). Todos estes processos, múltiplas influências e práticas de agentes sociais, geram diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 1988).

Corrêa (2007) cita as economias de aglomeração, as externalidades diversas, a percepção de oportunidades distintas em razão de distância, as vias de circulação, entre outras, como os fatores que constroem as diferenças socioespaciais e sua instabilidade. Em suma, todos estes fatores e novas configurações espaciais acirram as disputas para a inclusão e o domínio dos lugares e entre os lugares na rede. Além disso, o processo de internacionalização da economia aprofunda as históricas desigualdades econômicas e sociais dificultando as estratégias para tornar a rede urbana e a estrutura interna das áreas metropolitanas e aglomerações urbanas mais equilibradas e equitativas (MOURA; SANTOS, 2011).

Como produto, temos a inclusão e a exclusão destes dentro do arranjo espacial, dependendo dos interesses dos agentes atuantes (MOREIRA, 2007). No que concerne o presente trabalho, o foco são as desigualdades socioespaciais no que tange a inclusão e exclusão da população, assim como as oportunidades que lhe são oferecidas em termos de acesso ao emprego, educação e infraestrutura urbana, que aumentam as condições de mobilidade social.

Os locais desvalorizados pelo mercado e com a mínima atuação do poder público, seja com políticas de habitação ou infraestrutura, podem tornar-se locais de concentração de população em situação de pobreza e/ou excluídos socialmente da cidade. Locais vulneráveis, são caracterizados por menor infraestrutura e oportunidades de trabalho, que colocam esta população no ciclo vicioso da imobilidade social, contribuindo para a reprodução das desigualdades socioespaciais (PENNA; FERREIRA, 2014).

Por isso, as estruturas de oportunidades devem ser oferecidas pelo Estado, que deve prover os territórios de infraestrutura urbana e viária e políticas sociais que visem à mobilidade social e o desenvolvimento local. Sem isso, os espaços de vulnerabilidade social continuarão se reproduzindo, assim como as desigualdades aumentarão, devido à dificuldade de inserção de parte da população que é excluída do acesso às estruturas de oportunidade de emprego, do capital físico e humano (PENNA; FERREIRA, 2014). Rolnik (2002) afirma que a exclusão pode ser desconstruída a partir de estratégias da distribuição dos investimentos, regulação urbanística e gestão urbana. Para Egler (2011), do ponto de vista do planejamento, a maior coesão social e econômica, traria menor desigualdade socioeconômica,

tornando a articulação e integração necessária para o provimento de políticas públicas e diretrizes que tenham como objetivo o desenvolvimento urbano e regional equilibrado.

A exclusão é vista no âmbito do lugar, mas no decorrer deste processo, que se inicia nas desigualdades socioespaciais, atuaram simultaneamente múltiplas escalas, processos e contextos históricos que devem ter espaço na reflexão acerca do assunto. É necessário o empoderamento destas populações a partir de condições que auxiliem na sua mobilidade social (PENNA; FERREIRA, 2014).

Nesse sentido, Demo (2002) ressalta a importância do emprego e fontes de renda para elevar os padrões de inclusão e a mobilidade social, para enfrentar a expansão da exclusão social, que é ocasionada pela lógica do sistema capitalista, que promove esta desigualdade social como forma de manutenção. Em suma, eles estão incluídos na lógica do sistema capitalista que gera e reproduz a desigualdade, mas estão excluídos de obter as mesmas oportunidades e direitos que os demais. É nesse ponto que, a promoção da educação também é de suma importância no enfrentamento destas desigualdades e para a elevação dos padrões de inclusão social.

1.1.1 A rede urbana do Rio Grande do Sul

O estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC 2007 (IBGE, 2008) definiu a rede urbana brasileira e classificou os centros urbanos e suas áreas de atuação através de critérios específicos como centralidade administrativa, jurídica e econômica, atividades diversas e fluxos de transporte e comunicação. Este estudo também definiu as ligações entre centros e suas articulações no território. A partir disso, as cidades brasileiras foram classificadas em cinco grandes níveis: Metrôpoles (divide-se em Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole), Capital Regional (divide-se em A, B e C), Centro Sub-regional (divide-se em A e B), Centro de Zona (divide-se em A e B) e Centro Local.

Dentre todas as cidades que compõem a rede urbana gaúcha podemos destacar como principais a Metrôpole Porto Alegre e as cidades que compõem sua região metropolitana, a Capital Regional B Caxias do Sul e sua Região Metropolitana da Serra Gaúcha, as cidades que compõem a Aglomeração Urbana do Litoral Norte, com destaque para Capão da Canoa, Tramandaí, Torres e Osório, e a Aglomeração

Urbana do Sul, polarizada pelas Capitais Regionais C de Pelotas e Rio Grande. As cidades médias de Passo Fundo e Santa Maria foram classificadas como Capitais Regionais B, e Santa Cruz do Sul como Centro Sub-regional A (IBGE, 2008).

As aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas concentram mais da metade da população do Rio Grande do Sul. E além das cidades que fazem parte das duas regiões metropolitanas e das duas aglomerações urbanas legalmente instituídas no Rio Grande do Sul, destacamos o papel e a emergência das cidades médias no território como as cidades de Santa Maria, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul. Apesar de não constituírem aglomerações urbanas, elas exercem polarização sobre seus centros de entorno, e algumas delas têm seu crescimento vinculado ao processo de desconcentração metropolitana, além de exercerem um importante papel na articulação da rede urbana do estado (SOARES, 2011).

1.1.2 Aglomerações urbanas e cidades médias do Rio Grande do Sul

A emergência e o dinamismo das aglomerações formadas por cidades médias que passaram a desempenhar atividades industriais foi um processo desencadeado nas últimas décadas. Este ocasionou mudanças territoriais causadas pelos novos processos de produção, pelas mudanças na economia e pelo regime de acumulação flexível, que reestruturaram o espaço de acordo com as suas demandas e estratégias aumentando a complexidade e produzindo novas hierarquias na rede urbana, e conseqüentemente demandando novos estudos para a sua compreensão (SOARES, 2011).

Sobarzo (2011) e Sposito (2006, 2013) afirmam que nem todas as cidades de porte médio são consideradas cidades médias. Deve-se analisar os papéis que estas cidades desenvolvem na rede urbana, a sua influência regional ou de intermediação, além das relações nacionais e internacionais. Ou seja, a compreensão das verticalidades e horizontalidades que atuam simultaneamente na cidade, independentemente do seu porte (SANTOS; SILVEIRA, 2001; SOBARZO, 2011). As horizontalidades seriam as relações que a cidade tem com o seu entorno próximo e com sua área de influência regional. Já as verticalidades são os fluxos externos produzidos a longa distância, mas que influenciam na dinâmica local da cidade conectando-a ao âmbito global (SOBARZO, 2011).

No Rio Grande do Sul, até a década de 1960, o processo de urbanização foi simultâneo e equilibrado, pois ao mesmo tempo em que Porto Alegre e o seu entorno consolidava uma grande concentração de população, as cidades mais industrializadas também evidenciaram um expressivo crescimento em detrimento das cidades com base econômica agropastoril (SOARES, 2011). Na década de 1970 ocorreu um desequilíbrio desta rede urbana, uma vez que a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) obteve um intenso crescimento demográfico, concentrando população no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul. Ainda assim, na última década a indústria brasileira cresceu nas cidades médias, uma vez que as metrópoles se voltaram ao setor terciário, conferindo importância destes núcleos na atração de população (SOARES; HALAL; GODOY, 2005).

Rio Grande e Pelotas são os principais centros urbanos do Sul do estado, mesmo com a perda do seu dinamismo industrial, comparado com a RMPA e a diminuição da taxa de crescimento populacional, comparado com as outras aglomerações do estado (MOURA; SANTOS, 2011).

Braga (2005) afirma que as cidades de porte médio do estado de São Paulo apresentaram taxas de crescimento demográfico maiores do que a sua principal Região Metropolitana. E da mesma maneira que no Rio Grande do Sul, o processo de desconcentração industrial foi um dos fatores que fomentaram o crescimento de algumas cidades médias de 1980 e 1990, uma vez que o espraiamento industrial se deu de maneira concentrada, em algumas regiões dinâmicas e não em todo território. Pode-se dizer que muitas cidades de porte médio obtiveram certa influência das ações históricas do Estado que incentivou a desconcentração da indústria e proporcionou a participação destes núcleos no desenvolvimento urbano nacional (MATOS, 2000). Ao mesmo tempo em que muitos territórios já apresentavam dinamismo próprio, infraestruturas e recursos previamente instalados que atraíram investimentos para si. Estes processos consequentemente contribuíram na formação de algumas das aglomerações urbanas de nível submetropolitano.

Matos (2000) afirma que não há consenso sobre o tamanho mínimo ou máximo destes espaços e que o conceito de aglomerações urbanas adotado pelo IBGE tenta contornar esta imprecisão, classificando estes espaços em nível submetropolitano, constituídos por mais de um município e que apresentam características incipientes de conurbação e metropolização.

Atenta-se também para a ocorrência de municípios externos às regiões metropolitanas que apresentam maior integração ou características relacionadas à dinâmica metropolitana do que centros urbanos que fazem parte das regiões metropolitanas instituídas, conferindo a algumas cidades médias influência tanto metropolitana quanto regional. Daí a importância de analisar tanto as aglomerações instituídas quanto o papel de cada município e sua hierarquia na rede urbana.

Juntamente com a consolidação destas cidades médias e a atração de população em busca de emprego para estes núcleos, começaram a surgir também problemas semelhantes aos das metrópoles (SOARES; HALAL; GODOY, 2005). Braga (2005) alerta que estas aglomerações podem demandar abordagens regionalizadas dos problemas colocando em evidência o desafio de se gerir um espaço em um contexto não metropolitano.

Soares (2015) enfatiza que a integração não se dá apenas pela legislação que institui as aglomerações urbanas e regiões metropolitanas, e sim pela articulação dos agentes políticos, econômicos e sociais dos municípios. No entanto observa-se que muitos espaços metropolitanos que possuem possibilidades e ferramentas legais de integração ainda não apresentam cooperação entre os seus agentes.

1.2 A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS

Espaço e sociedade se realizam um no outro e através do outro. O espaço então é compreendido como o lugar do processo e movimento, da contínua produção e reprodução social, portanto, inacabado (CARLOS, 2007). O espaço também não é vazio e homogêneo, ele traz consigo qualidades e simbolismos (FOUCAULT, 2013). Para Méo e Buléon (2007), a apreensão do espaço social dá a noção de que nossas representações do e no espaço são também sociais, espaço produzido pela sociedade, efetivado nas relações sociais e de posições, das divisões e estratificações.

Para Carlos (2007), espaço e tempo são construídos a partir da ação humana, sendo indissociáveis, onde espaço aparece como condição, meio e produto da reprodução social, através das práticas socioespaciais. Essas práticas sociais são os atos espacializados, os deslocamentos e todas as ações do indivíduo em seu meio, construindo identidades e territorialidades. Neste contexto, fatores sociais,

econômicos e políticos influenciam diretamente sobre diversas práticas e na forma e conteúdo do espaço produzido (MÉO; BULÉON, 2007), principalmente no que se refere à distribuição desigual do capital, característica do modo de produção vigente e da gênese estrutural brasileira, do acesso às oportunidades e às condições básicas de vida da sociedade como um todo.

Para Maricato (1996), o processo de urbanização brasileira reflete uma exclusão que é estrutural marcada pelo "desenvolvimento moderno do atraso", de forma acelerada e concentrada. Desde os primórdios da ocupação brasileira, elites utilizaram o poder e mazelas políticas para manter e ampliar seu capital, o que resultou nas desigualdades estruturais que se agravam cada vez mais e podem ser evidenciadas com nitidez a partir dos anos 1980. Este desenvolvimento urbano desigual reproduziu o panorama de pobreza e exclusão da maioria da população.

Assim, este subcapítulo propõe uma reflexão acerca da desigualdade socioespacial, das estruturas de classes sociais e da sua reprodução no espaço social e urbano, apresentando algumas concepções de espaço social na primeira parte, uma discussão sobre as desigualdades e diferenças socioespaciais na segunda parte, e uma discussão sobre as estratégias de classes que mantêm, regulam e reproduzem as desigualdades socioespaciais na última parte.

1.2.1 Contribuição dos estudos da sociedade e do espaço para a compreensão da desigualdade

Existem diversas e importantes concepções de espaço social e propostas de estudos para sua compreensão. Dentre essas contribuições citamos a de Harvey (1980), que acredita que para entendermos o espaço social e os estudos da cidade, devemos relacioná-los aos processos e atividades sociais, através da estrutura conceitual que une imaginação sociológica e geográfica. Isso porque forma espacial e o processo social são intrínsecos.

Santos (1997) propôs que o espaço deve ser analisado a partir das categorias de forma, função, estrutura e processo, considerando suas relações dialéticas entre espaço e sociedade. Carlos (2007) acredita que o espaço deve ser entendido a partir da tríade condição – meio – produto da produção e reprodução da sociedade considerando seu movimento e processos.

Para a sociedade capitalista, o espaço é um instrumento de acumulação e poder. O arranjo espacial surge de um processo de produção-distribuição, ao mesmo tempo em que é fruto do controle exercido sobre as relações existentes entre as classes. Ele também reproduz essas relações de classes em sua formação econômico-social, reiterando desigualdades (MOREIRA, 1982).

Bourdieu (1989, 2013) compreende o espaço social como um espaço multidimensional, abstrato constituído por subespaços ou campos com distribuição desigual de um determinado capital (capital econômico, cultural e social). Os agentes ou os grupos estão distribuídos de acordo com sua posição que é determinada a partir da diferenciação do volume e estrutura de cada tipo de capital. Dessa forma, o espaço apresenta exclusão/inclusão e distinção das posições que o constituem. Assim, as diferenças sociais são expressas pela capacidade dos agentes em se apropriar ou não dos espaços e das posições mais valorizadas, fazendo-se uso principalmente de estratégias que se utilizam de capital simbólico para distinguir e manter posições, classes e lugares. Sua capacidade de obter capital e manter suas posições dependerão do conjunto das estruturas objetivas e subjetivas.

O lugar no espaço social exprime as estruturas sociais, que são convertidas em estruturas espaciais de múltiplas escalas, que organizam e qualificam socialmente os lugares no espaço e os indivíduos que serão incluídos ou excluídos dos lugares e das posições mais valorizadas.

Apesar de ressaltar a importância e contribuição da teoria marxista de classes nos estudos acerca do espaço social, Bourdieu (1989), que dialoga com Marx ao utilizar o conceito de classe social, fez uma crítica a essa teoria afirmando que as oposições que constituem a estrutura social não se reduzem apenas entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho.

As insuficiências da teoria marxista das classes e, sobretudo, a sua incapacidade de explicar o conjunto das diferenças objetivamente provadas, resultam de que, ao reduzir o mundo social unicamente ao campo econômico, ela se vê obrigada a definir a posição social em referência unicamente à posição nas relações de produção econômica, ignorando com isso as posições ocupadas nos diferentes campos e subcampos –, sobretudo nas relações de produção cultural – da mesma forma que todas as oposições que estruturam o campo social e que são irreduzíveis oposições entre proprietários e não proprietários dos meios de produção econômica (BOURDIEU, 1989, p.152-153).

No entanto, ainda que existam outros campos, como os propostos por Bourdieu, o autor pondera que a produção econômica e o capital econômico tende a impor sua estrutura aos outros campos no espaço social, influenciando também no volume e estrutura dos demais tipos de capitais nos campos e no modo de acesso aos bens materiais e imateriais (BOURDIEU, 1989).

1.2.2 Desigualdades e diferenças socioespaciais

Para Haesbaert "o desigual ou, em outras palavras, a diferença de grau, exige sempre a referência a uma escala de valores padrão frente à qual os processos são comparados, medidos ou mesmo hierarquizados, pois em toda medida entra um elemento de convenção" (1999, p. 24). Para este autor, as desigualdades remetem às diferenças de grau, em distintas escalas, como faixas de renda, por exemplo. Ele enfatiza que as diferenças de ordem cultural devem ser levadas em consideração, dentro do contexto de produção de singularidades, do específico, que também pode envolver outras escalas (HAESBAERT, 1999).

Conforme mencionamos anteriormente, na concepção de Corrêa (2007), a diferenciação socioespacial pode ser observada tanto na escala da rede urbana como na escala intraurbana, sendo o produto das diferentes formas, interações, práticas espaciais e períodos distintos que atuaram sobre o espaço social. A diferenciação socioespacial é característica das cidades desde a sua gênese e, portanto, característica da urbanização. As diferenças de funcionalidade ou papéis entre as cidades, o tamanho demográfico, a cultura e outras características marcam as diferenças entre centros urbanos e estabelecem diferentes redes e sistemas urbanos. Estas características apresentam-se estruturadas e articuladas a partir de diferentes escalas geográficas (SPOSITO, 2013). Ao se referir às diferenças, Sposito (2002) entende que estas não necessariamente sejam negativas. Para esta autora, as diferenças pressupõem a possibilidade da diversidade, já as desigualdades, pressupõem a comparação e identificação de disparidades.

Carlos (2007) afirma que a noção de desenvolvimento desigual como explicação das diferenciações socioespaciais nos esclarece a existência de uma sociedade de classe que diferencia os seus membros com base no lugar que ocupam no espaço, na produção e na distribuição da riqueza gerada e nas formas de acesso e uso dos espaços. Para esta autora, a diferenciação espacial é produto

da desigualdade e ao mesmo tempo condição da realização do capitalismo, revelando uma lógica (estratégias de classe) e um conflito. Ou seja, na perspectiva de Carlos, "a desigualdade vivida pode produzir a diferença como negatividade" (2007, p.48). Assim, a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida definem a permanência nas mesmas condições precárias de uma parcela da população e perpetuam desigualdades ao impossibilitar que essa parcela se aproprie de condições adequadas de vida e ascensão social (RODRIGUES, 2007).

Sposito afirma que a diferenciação socioespacial tem sido cada vez mais lida como desigualdade socioespacial e enfatiza que existe uma confusão entre desigualdade e diferença ao afirmar que,

[...] a ampliação dos espaços sob domínio do modo capitalista de produção, articulados em escala internacional, que nunca chega a ser completamente mundial, no sentido de incluir todos os espaços e todas as pessoas, enseja e exige a comparação entre realidades socioespaciais que, historicamente, distinguem-se e são, em suas essências, diferentes entre si, uma vez que resultam de processos diversos. O movimento que se desenvolve, desde o início da Modernidade, é o da constituição de uma sociedade, a ocidental, e não o de valorização de diferentes sociedades, historicamente construídas, com seus valores, suas práticas, suas formas de viver e produzir o espaço. A opção pela constituição da sociedade ocidental e os esforços políticos e ideológicos para a imposição de seus valores sobre todos os outros têm propiciado, cada vez mais, em termos espaciais e temporais, elementos e condições para se cotejar e, ao comparar, impuser os padrões de uns aos outros, da escala internacional à escala intraurbana (2013, p. 128).

Sposito (2002) afirma que o mercado impõe uma homogeneização de valores e interesses de consumo, no intuito de transformar territórios em espaços globalizados, e que este movimento é que tem equivocadamente, transformado as diferenças em desigualdades. Por outro lado, Haesbaert (1999), interpreta a diferenciação espacial como recurso útil ao modo capitalista de produção, uma vez que essa diferenciação pode ser utilizada a favor da economia de mercado, na medida em que o discurso da diversidade aumenta o consumo, atrelado aos nichos de mercado a partir da criação ou reforço de hábitos locais ou regionais.

Sposito critica a tese de que "haveria um único caminho ou forma de organização social e econômica tomados como padrão ou referência, a partir do qual se reconheceriam as desigualdades (2002, p.150)". Concordamos neste ponto com a autora, pois de fato, não existe um único caminho ou forma de organização social, e a diferença não necessariamente expressará uma condição negativa e nem

sempre estará diretamente ligada à desigualdade. Isso poderá ser observado ao longo deste trabalho, quando confrontarmos o perfil do município de Arroio do Padre com o município de São José do Norte, por exemplo.

Foram utilizados padrões e convenções de referência para analisar as desigualdades tratadas nesta pesquisa, que aborda as condições materiais urbanas, no que tange ao saneamento básico, condições salariais e rendimentos que garantam a subsistência, o acesso à educação (e a permanência do jovem na escola) e condições dignas de vida. Neste caso, acreditamos que podemos abordar o contexto das desigualdades, quando analisamos a precariedade habitacional, salarial ou educacional que parcela da população vive, sem direito de escolha de permanecer nas mesmas condições, sem autonomia, e por isso trazendo consigo um ciclo de imobilidade social. Nesse ponto, ao tratar da questão educacional, Sposito (2002) afirma que é necessário ter utopias e metas em busca de equidade, que vão além da busca por igualdade, respeitando assim as diferenças inerentes ao ser humano e ao seu contexto de vida.

A noção de equidade apresenta-se em contraposição, ou como superação do ideal de igualdade. Quanto mais complexas se tornam as sociedades, quanto maior o número de pessoas cujos interesses coletivos têm que ser administrados por um poder (municipal, estadual, federal ou supranacional), maiores são as desigualdades e menores as possibilidades de superá-las, sem que as diferenças sejam desrespeitadas. Assim, é preciso que, no mundo contemporâneo, a ideia de igualdade seja substituída pela de equidade e essa, compreendida como um princípio de justiça que preza o que é devido a cada um, independentemente das leis ou do que seja assegurado pelo Direito. Trata-se, portanto, de se praticar desigualdades justas, necessárias socialmente para corrigir outras desigualdades (SPOSITO, 2002, p. 155).

Com base no que foi exposto, vimos que existem dois discursos acerca do tema tratado neste tópico, um que trata das desigualdades econômicas e a estratificação em classes sociais, e outro discurso que valoriza a construção social da diversidade, as representações das diferenças e a dimensão cultural (Gibson 1998 apud HAESBAERT, 1999, p. 23). Ambos os discursos com o mesmo peso de importância. Sem desvalorizar ou desconsiderar que existam particularidades, produto de uma construção sociocultural com especificidades em cada município, esta pesquisa foca com maior ênfase no discurso das desigualdades econômicas, das diferenças de renda e equipamentos públicos, e da estratificação em classes sociais.

1.2.3 Desigualdade socioespacial e o urbano

Rodrigues (2007) afirma que a desigualdade socioespacial e as formas de segregação, resultados de um processo de urbanização capitalista, podem ser identificadas na situação precária de trabalhadores, moradores de rua, moradores de áreas segregadas ou ocupações irregulares, locais desvalorizados pelo mercado e esquecidos pelo Estado em termos de infraestrutura e equipamentos públicos, entre outros. Estes exemplos citados são o produto do sucesso do modo de produção capitalista, e no bojo desse processo, emergem os conflitos sociais na tentativa da população de reverter este quadro de injustiça e exclusão e reivindicar os seus direitos. É neste contexto que "as lutas simbólicas têm em vista conservar ou transformar as estruturas, e por isso nunca são completamente independentes da posição no jogo" (BOURDIEU, 1989, p.150).

Bourdieu (1989) afirma que a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação social, composta pelo lado objetivo e o subjetivo. O lado objetivo se refere ao acesso aos bens materiais; e o subjetivo às relações de forças simbólicas. O capital simbólico, também chamado de distinção, é a diferenciação de qualquer tipo de capital quando percebido, reconhecido e legitimado pelos agentes. Com as estratégias do capital simbólico, "os agentes procuram impor a sua visão das divisões do mundo social e da sua posição nesse mundo" (BOURDIEU, 1989, p. 146).

As categorias de percepção do mundo social são produto da incorporação das estruturas objetivas. A consequência é que leva os agentes a aceitarem o mundo social como ele é, como se fosse natural, aceitação tácita da posição, "isso funciona como uma espécie de instinto de conservação socialmente constituído (BOURDIEU, 1989, p. 141)".

As estruturas objetivas se referem às condições de acessibilidade, como as condições econômicas e locacionais que proporcionam ou não o acesso aos bens culturais, sociais e econômicos, infraestrutura, lugares de convívio, lazer, entre outros. Em suma, elementos que enriquecem as relações cotidianas e aumentam o capital cultural, social, econômico e/ou simbólico (BOURDIEU, 1989).

Rodrigues (2007) afirma que a presença e a aparente ausência do Estado capitalista no urbano aprofundam ainda mais as contradições do modo de produção. A presença do Estado capitalista no urbano se refere à definição do salário mínimo,

às normas jurídicas, implantação de infraestrutura e equipamentos públicos, moradia, saneamento, estabelecimentos de ensino, etc. A aparente ausência do Estado se dá quando este define baixos salários para os trabalhadores, não distribui igualitariamente equipamentos públicos e não dispõe a população integralmente de condições básicas de vida, seguindo uma lógica. A contraditória presença e aparente ausência do Estado no Urbano traz à tona que o discurso do planejamento e dos gestores sobre a atenuação de desigualdades e acesso aos bens materiais pode ser insuficiente. Dito isso, nos portamos à situação de que o mercado, o capital privado, enfim os atores privados hegemônicos podem não ser os únicos atores que contribuem diretamente na regulação das desigualdades, uma vez que o Estado ao não interceder contra essas problemáticas, ou apenas estancar com medidas superficiais sem combater os fatores que causam os problemas, acaba por manter o ciclo de reprodução dessa situação, perpetuando as desigualdades.

A quem (que classes) beneficiam os planos? Consolidam desigualdades ou contribuem para atenuá-las? É possível obter planos consensuais, políticas que visem ao interesse geral ou serão os planos e políticas necessariamente distorcidos no sentido de favorecer algumas classes em detrimento de outras? (CINTRA, 1974 apud CARVALHO, 2009, p. 26).

Respondendo o questionamento de Carvalho (2009), citamos novamente Bourdieu (1989), agora focando na influência do capital econômico e social dos agentes que se utilizam de estratégias políticas para manter sua posição de classe no espaço social. Dito isto, surge outro questionamento: Como reverter um panorama desigual em uma sociedade que, para sobreviver e se manter em sua posição privilegiada, se alimenta exatamente da diferenciação de classes e que, inclusive pode fazer essa manutenção influenciando direta ou indiretamente nas estratégias políticas do Estado?

As oportunidades oferecidas às pessoas em termos de acesso ao emprego e à educação aumentam a mobilidade social e devem ser estimuladas pelo Estado. A questão da moradia, da distribuição de infraestruturas urbanas e saneamento também são pautas extremamente importantes na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, se torna um desafio prover a população como um todo, uma vez que a formação do espaço social sempre se configurou dessa forma e o capital e os atores hegemônicos cada vez mais exercem influência no espaço urbano e nas políticas públicas. Mas acreditamos que, com gestões mais

democráticas e participativas, realmente direcionadas à reversão deste panorama, possamos atenuar e reverter este processo.

A discussão sobre os possíveis meios de regulação do sistema de desigualdade que nos rodeia também é de extrema importância. É preciso compreender as estratégias que mantêm a distribuição desigual de recursos econômicos, sociais, culturais, simbólicos e materiais para a regulação do espaço e da maioria da população, que limitam suas possibilidades de ascensão nos mais diferentes campos. Bourdieu e outros teóricos já haviam alertado que para propor transformações e mudanças nas estruturas postas, é necessário compreender como a estrutura se sustenta e de que forma funciona, mostrando os desafios e os limites, para então tentarmos enxergar as possibilidades para reverter o panorama.

1.3 AS CONTRADIÇÕES DA DESIGUALDADE ESCOLAR

Sabe-se que a distribuição do que é produzido e as oportunidades disponíveis e oferecidas são desiguais no espaço para a sociedade. Existe um mecanismo de regulação para que essas características se mantenham como foi abordado no capítulo anterior. Para Moreira (1982, 2009), a ordem espacial burguesa impõe suas regras expressas na contradição entre centralidade e alteridade. A partir de um processo de produção e distribuição desigual, surge um arranjo espacial, resultado do controle exercido sobre as relações existentes entre as classes.

Assim, o capitalismo inventou a repetição mecânica, e a colocou no centro da organização da sociedade moderna, de modo a administrar a contradição do eterno retorno da diferença. Na verdade, reinventou-a, para dar-lhe um novo molde, o molde do controle social. A transposição para o social fez-se na forma das instituições. As regras do trabalho, a frequência da escola, o recebimento do salário, os ciclos do descanso e do lazer são, portanto, repetições institucionalizadas (MOREIRA, 2009 p. 151).

Ou seja, para Carlos (2007) e Rodrigues (2007), esta forma de diferença é condição e produto do modo de produção que se perpetua com base em estratégias de classe que se apropriam de forma desigual do que é produzido, fazendo com que uma grande parcela da população não tenha as mesmas oportunidades de ascensão social e condições adequadas de vida. E as contradições deste ciclo de repetição podem ser visualizadas ao notarmos as desigualdades do acesso ao

ensino, das estruturas escolares que reproduzem este sistema de forma silenciosa e aparentemente neutra.

A partir disso, este subcapítulo, que está dividido em duas partes, tem o objetivo de apresentar e discutir as contradições encontradas no sistema escolar, fundado em uma lógica onde se perpetuam desigualdades aparentemente invisíveis, e na questão das relações dos rendimentos escolares, contextos sociais, perfis ocupacionais e estrutura do mercado de trabalho, que de certa forma, pode reproduzir o mesmo padrão de hierarquia social, como reflexo e condição herdada, perpetuando a mesma ordem por gerações.

1.3.1 Desigualdades escolares e de oportunidades

A escola adota uma posição de neutralidade e aparente igualdade nas relações, no entanto se analisarmos com cuidado, podemos enxergar as diversas contradições neste discurso. Ao se analisar a estrutura escolar, devemos ter a compreensão de que ela não é um fator isolado em si, ela depende de diversos fatores externos e das características da nossa sociedade, que é dividida em classes (ALGEBAILLE, 2009). A educação, em certo ponto, reproduz a hierarquia social e o faz de maneira silenciosa (HIDALGO, 2014). O discurso dominante é de que existem os "mal sucedidos" no contexto escolar e incapacitados à aprendizagem, e os "bem sucedidos" e dotados de dons naturais, como se a escola e a sua estrutura, assim como as condições de vida, contexto social e acesso aos serviços públicos e oportunidades também não fossem decisivos nos resultados de sucesso e insucesso escolar (VIAL, 1972 apud HIDALGO, 2014, p.194).

A escola não é igualitária, pelo contrário, ela pode intensificar a desigualdade favorecendo os possuidores de "herança cultural", reforçando e reproduzindo a estrutura de classes (NIDELCOFF, 1980). Os resultados escolares são afetados pelos capitais culturais e sociais que se baseiam nas relações familiares e também no capital econômico, no sentido de que este proporciona a inserção do aluno em outros ambientes, como viagens, museus, cursinhos, etc. (HIDALGO, 2014; BOURDIEU, 1989).

O esforço do indivíduo que não faz parte das classes mais elevadas de renda não é levado em consideração, e os seus talentos não são estimulados devido à falta de oportunidades. No entanto, o discurso hegemônico responsabiliza o sujeito

pelo seu fracasso, quando este não teve sucesso em seu período estudantil, sem levar em consideração fatores materiais e imateriais que podem ter dificultado o seu desenvolvimento. E a mesma ordem social continua a se reproduzir. Para Bonnewitz (2003), essa é uma das formas que os agentes se mobilizam para a conservação ou apropriação do capital. Ignora-se a contribuição que o sistema de ensino tem sobre a reprodução da estrutura social e a transmissão hereditária de capital cultural. O capital cultural é importante, pois influencia no rendimento escolar do aluno, enquanto que o rendimento econômico e social do certificado dependerá do capital social, também herdado (NOGUEIRA; CATANI, 1998 apud HIDALGO, 2014, p.196).

Mas estes resultados são também influenciados pelo lugar e entorno da escola e pelos espaços do cotidiano do aluno. Essa relação pode ser vista no estudo de Ribeiro e Koslinski (2010). Os autores apontaram que escolas situadas em locais de vulnerabilidade social, com menor renda e menor infraestrutura, além da tendência ao clima educativo mais baixo, apresentaram menor proficiência. Isso significa que a organização do território pode contribuir com as chances de escolarização. É uma problemática extremamente complexa de se resolver exclusivamente na instituição escola, uma vez que o baixo índice escolar pode resultar de vários fatores de contexto social e não por "menor capacidade". Esses baixos índices em proficiência podem ser provenientes de má alimentação, condições de saneamento precárias, dificuldade de acesso ao tratamento de patologias, sem contar a exposição à violência, crimes e naturalização do narcotráfico como única forma de melhorar as condições de vida. Como muitas crianças estão expostas desde cedo. São fatores e problemáticas que alunos cujas condições familiares são mais altas, dificilmente estarão expostos, justificando a maior proficiência destes.

Cazelli (2010) atenta também para a importância da distribuição dos equipamentos culturais, que geralmente estão dispostos nas áreas centrais e valorizadas, limitando o acesso dos moradores de áreas afastadas da cidade, e que não dispõem de áreas de cultura, sociabilidade e lazer nas suas proximidades. Essa distribuição desigual dos equipamentos culturais é um exemplo da hierarquização das oportunidades educacionais e culturais no território. Isso ocorre porque os alunos de escolas públicas, com famílias com menor poder aquisitivo, acabam por adquirir mais acesso aos bens culturais como museus, somente através da escola, uma vez que esta tem mais recursos para este deslocamento.

A distribuição por status socioeconômico ou por classes influencia na demanda de serviços urbanos. A vulnerabilidade em áreas segregadas e a dispersão urbana aumentam a demanda, tornando a distribuição de infraestruturas e serviços deficitária, ocasionando também problemas de mobilidade para os moradores e acesso aos bens e oportunidades de forma diferenciada. Nesse sentido, Wilson (2008, p. 283) afirma que "a segregação modela a demanda de política pública". Luco e Engel (2008) afirmam que é necessário mitigar os efeitos do processo de segregação residencial para que possamos melhorar os rendimentos educacionais e nos aproximarmos de um ideal de igualdade de oportunidades. Para este autor, mesmo com aumentos graduais nas verbas destinadas para cada aluno de escola pública, com melhorias da infraestrutura e capacitação dos professores, é necessário compreender que essas medidas não contemplam as externalidades que ocasionam as desigualdades educacionais, a fim de reduzir a concentração de renda no futuro. As externalidades que devem ser combatidas referem-se à segregação espacial e aos contextos sociais e econômicos desiguais em oportunidades de ascensão escolar e profissional.

Quando observamos os melhores rendimentos nas escolas particulares, por exemplo, na realidade estamos tratando de um sistema que seleciona os seus alunos, excluindo os jovens com algum tipo de deficiência de aprendizagem decorrente do seu contexto social. Mas ainda assim, contextos escolares favoráveis são imprescindíveis para reverter estes padrões, e a escola não deve ser mais uma ferramenta de seleção social (BOURDIEU, 2002 apud LUCO; ENGEL, 2008, p. 319).

Outra questão que colocamos como desafio na reversão do quadro de desigualdades escolares é o abandono escolar. Em trabalho realizado na cidade do Rio de Janeiro, Salata e Sant'anna (2010) concluíram que as chances de abandono escolar em detrimento do mercado de trabalho aumentam entre jovens que residem em favelas, em moradias precárias e distantes das áreas centrais. Isso pode se dar por diversos fatores, dentre eles: a distância da escola e custos com transportes; a necessidade de abandono para complementar a renda da família; o pouco incentivo e motivação de que a escolarização vai proporcionar a mobilidade social, pois de fato, o panorama atual nos mostra que ela nem sempre vai proporcionar essa mobilidade, já que a ascensão dependerá de diversos fatores externos, uma vez que as classes que se privilegiam da desigualdade não querem a ascensão das classes populares. As classes privilegiadas que se beneficiam da desigualdade para manter

sua posição e capital querem reserva de mão de obra barata, alienação aliada a pouca escolaridade e que não se reivindique direitos.

Retomando o discurso de Rodrigues (2007) sobre a contraditória presença e aparente ausência do Estado no urbano, citamos um exemplo disso no contexto público escolar, retratado por Algebaile (2009). No que se refere às escolas públicas em áreas de vulnerabilidade social e com carência em serviços públicos em geral, ocorrem desvios de função para a escola, quando o Estado, ausente no território, repassa as suas funções de combate à vulnerabilidade social para competência da escola, que passa a assumir gradualmente um papel na gestão da pobreza, tornando-se um posto avançado de inúmeras ações e, muitas vezes, limitando em recursos e qualificação, a função primordial dela, que é educar e proporcionar ensino de qualidade (ALGEBAILLE, 2009). No entanto, esta "solução" do Estado atende apenas o que é de jurisdição da escola e não o restante da comunidade que não é escolar, dando a "aparente impressão de presença" do Estado no combate efetivo da pobreza apenas para evitar os conflitos. Mas na verdade, há uma real ausência do Estado no combate à pobreza e uma aparente ausência, no sentido de que ele está presente, mas é conivente com a situação por não solucionar o problema efetivamente. "Num aparente paradoxo, a presença do Estado ao estabelecer as condições gerais de reprodução é entendida como ausência do urbano" (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Outro fator que pode dificultar e impactar no futuro e na ascensão social das classes menos privilegiadas e que precisa ser combatido é o discurso de fracasso escolar, que é uma violência simbólica no contexto escolar, uma vez que faz as pessoas acreditarem que existem "dons naturais" e que as pessoas são mais ou menos dotadas e capacitadas, quando na verdade o que ocorre são as discrepâncias de capital e as heranças culturais que o indivíduo carrega e que influenciam no seu aprendizado e em sua formação (HIDALGO, 2014; BOURDIEU, 1989). A perversidade e a violência simbólica ocorre quando alguns agentes se utilizam dessa estratégia para camuflar e manter as desigualdades, e evitar que as classes menos privilegiadas reivindiquem os seus direitos através de um processo de "naturalização" das atuais condições de vida, do tipo e qualidade de escolarização e do tipo de trabalho que será exercido por essa população (BOURDIEU, 1989).

Estes são apenas alguns dos conflitos e contradições da estrutura escolar e sua relação com a sociedade e com o espaço. É necessário minimizar os efeitos dessa ação reprodutora da instituição escolar (HIDALGO, 2014) eliminando a alienação, estimulando práticas educativas que visem o pensamento crítico, a análise da realidade, assim como propostas da escola que visem à inserção e o acesso do aluno à informação e práticas que visem o seu crescimento pessoal, educacional e profissional.

Os elementos apresentados neste subcapítulo apresentam as contradições que emergem do sistema escolar, que segue uma tendência de reprodução de desigualdades e de imobilidade social, causadas por fatores objetivos calcados em características materiais que dificultam os alunos em obter sucesso em sua vida escolar, e as forças simbólicas como o discurso do fracasso escolar e dos dons naturais. Além destas questões, temos ainda as problemáticas quantitativas no que concerne à disponibilidade e distribuição de vagas no território, o acesso à escola e ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e sua atual estrutura.

São inúmeros os conflitos com relação às escolas públicas e ao sistema educacional que precisam ser revistos para que possamos ter sucesso na real inserção de todas as classes sociais. É nesse sentido que a escola muitas vezes pode se tornar reprodutora de desigualdades também, pois ela adota uma posição de neutralidade e aparente igualdade de relações, quando na realidade não há.

1.3.2. O perfil ocupacional e as oportunidades a partir do ambiente construído, do contexto e estrutura social.

Essa hierarquização social que nos deparamos, muitas vezes vem da escola e se reproduz na dimensão ocupacional. Portanto, o trabalho é também uma forma de se afirmar uma identidade social, de ocupar um lugar simbólico na sociedade (VARGAS, 2006). Conforme Bourdieu, os diferentes tipos de capitais, que são hereditários, podem definir as chances de sucesso escolar, a ocupação do indivíduo e conseqüentemente, a posição social. Para Bourdieu (1979 apud COSTA, 2009, p. 54), as famílias dotadas de capital cultural investirão mais na educação dos filhos e na cultura, e as famílias dotadas de capital econômico, irão investir em meios que mantenham a posse de bens materiais, para assegurar a reprodução do capital econômico e a manutenção do capital social geracional. Vargas (2016) reconhece as

relações de trabalho como uma categoria social, produto da interação de atores sociais. E assim, o mercado de trabalho torna-se também um espaço de relações de desigualdades de gênero, de classes e de cor (COSTA, 2009).

Em estudo feito na cidade do Rio Grande, Silva (2006) constatou que muitas alunas de ensino médio não se enxergam desempenhando outros papéis que não os que lhe são impostos, conforme os moldes preestabelecidos pelas práticas sociais e contextos de vida que estavam inseridas. Em outro estudo, em um bairro periférico da cidade do Rio Grande, constatou-se com base nas respostas dos entrevistados, que a ausência de espaços para qualificação profissional onde residem, limita o acesso a cursos pagos, porque se somam os custos de deslocamento, inviabilizando a qualificação, aperfeiçoamento ou a possibilidade de inserção em uma nova ocupação (ROLDÃO, 2009), muitas vezes, limitando as possibilidades de mobilidade ocupacional e social.

A elaboração de projetos integradores, direcionados aos jovens, na tentativa de elevar o ambiente educacional em bairros vulneráveis, tentando diminuir o efeito de isolamento social, no qual muitos jovens estão inseridos é de suma importância (LUCO; ENGEL, 2008). Outros problemas enfrentados em bairros pobres referem-se à gravidez na adolescência e a interrupção dos estudos para exercer a função precoce de responsáveis por uma família, o abandono da escola em detrimento da inserção precoce no mercado de trabalho, sem qualificação ou escolaridade, limitando as escolhas de profissão, na maioria das vezes, mal remuneradas. É necessário mostrar aos jovens outras opções diferentes da realidade em que estão acostumados, inseridos, muitas vezes situações de exclusão intensa, mas internalizadas como situações naturais (LUCO; ENGEL, 2008). Saraví (2008) também apontou a falta de consciência coletiva acerca da exclusão social por parte dos jovens em bairros vulneráveis.

É necessário também pensar na importância da família e dos vínculos sociais positivos na reversão dos panoramas de baixos índices educacionais. Por isso, as desigualdades escolares devem ser combatidas a partir de políticas que integrem a influência da família, dos bairros e da comunidade local. Dar atenção ao entorno do aluno e à família como estratégia de elevar o ambiente educacional e cultural da família, e conseqüentemente impactando positivamente na formação e no desenvolvimento da criança e do jovem em idade escolar (LUCO; ENGEL, 2008).

Devido aos contextos familiares, a grande maioria dos pais não participam ativamente do ciclo escolar das crianças.

Ribeiro e Kaztman (2008) afirmam que as crianças em situação de vulnerabilidade devem receber orientação no sentido de não mais valorizar o imediatismo em detrimento do investimento no futuro, por mais que os contextos sociais externos sejam críticos. A família na maioria dos casos, não teve nenhum tipo de assistência em idade escolar, não tiveram uma perspectiva de futuro, inseridos em ocupações que não necessitam de níveis altos de instrução e com remunerações baixas, o que muitas vezes causa no jovem a ideia equivocada de que ele não poderá desempenhar outros papéis na sociedade.

O Chile, por exemplo, investiu no programa "Adota um irmão", que consiste na adoção de crianças pobres por universitários, na intenção de expandir novas realidades, e auxiliar na aprendizagem em forma de tutoria, na ajuda com as tarefas de escola destes alunos e na troca de informações e diálogo entre contextos diferentes, proporcionando integração e troca mútua no sentido de estimular a criança e motivá-la a permanecer na escola e investir em seu futuro, e ao mesmo tempo proporcionando a mistura social, dando aos jovens universitários de maior renda a percepção da realidade e desafios que parcela da população enfrenta, incentivando o engajamento de diferentes estratos sociais na reversão das desigualdades (LUCO; ENGEL, 2008).

Ribeiro e Kaztman (2008) afirmam que a concentração territorial torna um desafio a diminuição dos padrões de desigualdade e pobreza. Rematozo e Katzman (2008) também defendem a mistura social como forma de combate às desigualdades educacionais, similar ao modelo que algumas cidades europeias elaboraram, com a formação de novos bairros heterogêneos, oferecendo incentivos às classes médias para que residam em regiões pobres, proporcionando a mistura social, na intenção de diminuir o fator de isolamento e segregação.

Olhar para os indicadores de rendimentos educacionais é o ponto de partida para a identificação de situações críticas e para a formulação de alternativas para melhor distribuição das oportunidades, programas e ações de intervenção em áreas vulneráveis. Para tratar desta temática, utilizaremos indicadores educacionais, segundo a classificação de Januzzi (2006), onde trataremos da questão do desempenho escolar intraurbano nos municípios, e indicadores de mercado de

trabalho, onde faremos a análise da distribuição espacial da população segundo sua ocupação de trabalho.

1.4 A CONTRIBUIÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS COMO SUBSÍDIO AO PLANEJAMENTO URBANO

A difusão do uso de indicadores sociais ocorreu no início do século XX, mas somente nos anos 1960 que esta área adquiriu corpo científico, servindo de base para a organização e acompanhamento das transformações sociais e a avaliação de políticas públicas. Um indicador social pode ser definido como uma medida quantitativa, de cunho social substantivo que operacionaliza um conceito social abstrato (JANNUZZI, 2006).

Os indicadores podem ser divididos em indicadores simples, compostos, e entre índices parciais e índices síntese. O indicador simples representa uma dimensão social por si só e os indicadores compostos são elaborados a partir da união de outros indicadores simples para formarem uma dimensão da realidade social. Os índices parciais são formados pela união de indicadores ou outros índices parciais, representando dimensões intermediárias para o cálculo do índice final ou índice síntese que irá abranger todas as dimensões determinadas pelo pesquisador (JANNUZZI, 2006; NAHAS, 2009).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi publicado pela primeira vez em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considerando em seu cálculo os indicadores de renda *per capita*, expectativa de vida e escolaridade para mensurar o desenvolvimento humano dos países, tornando-se referência mundial (PNUD, 2014). No Brasil este índice foi aplicado aos municípios, recebendo o nome de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), calculado através dos dados do IBGE. Posteriormente, diversos índices foram criados para ajustar as limitações decorrentes de distorções e distanciamentos e analisar as dimensões sociais em abordagens variadas e direcionadas como o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), entre outros (PNUD, 2014).

Outras iniciativas no sentido de captar e identificar as situações de vulnerabilidade, exclusão social, carência de infraestruturas e equipamentos

públicas foram desenvolvidas, como o Mapa da Exclusão Social (Sposati 1996), o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) (SEADE, 2013), o Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013), o Observatório da Qualidade de Vida de Santo André (OQVSA) (KARRUZ; KEINERT, 2009), entre outros. Se por um lado a capacidade de síntese dos índices e indicadores auxilia na avaliação geral dos fenômenos e temas abordados, por outro resulta em limitações advindas da síntese de informação social, acarretando em perda da proximidade entre conceito e medida (JANNUZZI, 2006).

O poder público deve desenvolver sistemas com dados precisos e confiáveis que localizem espacialmente as áreas prioritárias e vulneráveis para criar e direcionar políticas públicas específicas (SEADE, 2013). Martins (2016, p.146) afirma que na última década "a vida de parte dos brasileiros de menor renda melhorou da porta para dentro das moradias, mas ainda há problemas profundos da porta para fora e nas estruturas e processos da e na cidade". No entanto, além da melhoria no acesso ao consumo de bens individuais, os municípios também precisam se instrumentalizar a partir das políticas urbanas e colocá-las em prática na cidade, melhorando a qualidade de vida e ampliando a oferta dos serviços públicos. A finalidade do planejamento e da gestão urbana é contribuir para a mudança social positiva, sendo uma estratégia de desenvolvimento socioespacial. Para se chegar ao desenvolvimento urbano é necessário, com o auxílio do planejamento, formular bases para melhorar a qualidade de vida e aumentar a justiça social no urbano (SOUZA, 2003).

Menezes e Jannuzzi (2009) avaliaram o grau de formalização do planejamento nos municípios brasileiros e a sua efetividade no que concerne a melhoria das condições de infraestrutura urbana em 2004. Estes autores pesquisaram a quantidade de municípios que possuem alguns dos instrumentos da política urbana implementados. Entre estes instrumentos pesquisados, citamos o Plano Diretor, as leis de disciplina de parcelamento do solo, o zoneamento ambiental, Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual, Gestão Orçamentária, Gestão Orçamentária participativa, Planos e projetos setoriais e planos de desenvolvimento econômico e social. Com base na presença ou ausência dos instrumentos de planejamento, os municípios foram classificados nas seguintes tipologias: Desestruturado (além de alguns instrumentos de ordenamento financeiro,

o município praticamente não possui outros instrumentos), financeiro, territorial, social e jus social (o município possui todos os instrumentos citados).

Logo depois foram coletados indicadores de infraestrutura urbana destes municípios como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e orgânicos, iluminação pública, pavimentação de vias e identificação domiciliar. Em seu trabalho, Menezes e Jannuzzi (2009) chegaram à conclusão de que os municípios mais estruturados em termos de instrumentos urbanos apresentaram os melhores indicadores. Outra constatação deste estudo é que os instrumentos de ordenamento financeiros eram presentes na maioria dos municípios, os instrumentos voltados para o ordenamento territorial, por sua vez, tiveram presença menos significativa e os instrumentos de ordenamento social tiveram a menor presença. Os municípios com maior complexidade de planejamento municipal podem impactar de forma positiva na melhoria das condições e infraestruturas no espaço, justificando a importância não só dos recursos orçamentários, mas também do grau de instrumentalização do planejamento municipal no território (MENEZES; JANNUZZI, 2009) e o direcionamento e articulação da gestão que atua no município. Os planos e diagnósticos devem também superar a função de ser apenas um instrumento técnico e burocrático exigido nos municípios (KOGA, 2016).

Koga (2016) aponta os descompassos existentes entre o planejamento, a execução e as demandas concretas no cotidiano da população. Esse distanciamento é causado principalmente pela hierarquização das relações de um lado, entre planejamento e execução, e de outro, entre técnicos e usuários. A autora também critica o fato de que o direcionamento das políticas se dá diante da capacidade já instalada e em menor expressão sobre as demandas reais que deveriam ser atendidas.

A administração pública pode aumentar ou diminuir as desigualdades socioespaciais dependendo das suas estratégias políticas, de seu enfoque e diálogo com o empresariado e com a população ao tratar, por exemplo, de intervenções urbanas e questões habitacionais. Neste contexto, Carlos (2001) atentou para algumas práticas do Estado que podem acarretar no aprofundamento das desigualdades, ao direcionar infraestruturas, transformações nos usos e funções apenas em lugares pontuais da cidade, sem investir o mesmo montante em áreas carentes.

Para evitar o aprofundamento das desigualdades e desequilíbrio na distribuição das infraestruturas e equipamentos públicos é importante que uma gestão democrática esteja à frente do município para que, mesmo com os entraves derivados do contexto capitalista e da globalização, possa-se formular e colocar em prática políticas e estratégias que permitam o desenvolvimento da economia municipal, agregando valor de forma equilibrada no território (VITTE, 2009) e com a legitimação da população, que deverá opinar e participar diretamente de tais políticas (NAHAS, 2009).

A aproximação dos dados estatísticos com o território vivo e vivido é um dos caminhos centrais na produção de um diagnóstico que se pretende socioterritorial. Significa a incorporação de novas informações, cujas fontes de dados necessitam serem descobertas junto a quem vivencia o cotidiano do território, a escala do lugar (KOGA, 2016, p.13).

Nahas (2009) aponta que para que isso seja possível, o sistema de indicadores ou o diagnóstico pode considerar indicadores da percepção acerca das condições e temáticas propostas, com grupos amostrais da população espacializados pelo território. Outra alternativa é a ampla participação dos grupos sociais nas decisões a partir dos resultados obtidos no diagnóstico. Os indicadores e variáveis coletadas na etapa do diagnóstico devem ser apenas o início do debate, devem funcionar como sugestões aproximadas em uma primeira instância, para serem debatidas coletivamente (SOUZA, 2003). É necessário superar as abordagens tecnicistas e voltadas apenas para as obrigações administrativas. É de suma importância envolver e integrar as equipes técnicas e de diferentes atores da gestão na produção dos diagnósticos, gerando novas referências de conhecimento sobre a população e os territórios de intervenção, agregando uma abordagem mais participativa (KOGA, 2016).

Este subcapítulo apresenta três divisões, onde na primeira serão abordados os mapas sociais urbanos e os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), na segunda serão abordados os elementos do Índice de Exclusão/Inclusão Social, e na terceira serão abordados os elementos do IBEU.

1.4.1 Mapas sociais urbanos e os Sistemas de Informações Geográficas

A geografia deste século tem utilizado diferentes perspectivas e paradigmas para a análise das dinâmicas socioespaciais. Buzai (2003) ressalta que muitos estudos atuais têm associado aspectos positivos de cada visão paradigmática, enriquecendo a pesquisa através de investigações integradas unindo de um lado, as aplicações quantitativas que em outras épocas eram limitadas devido a sua falta de relevância social, e de outro, a postura crítica que privilegia a teoria social, voltada às questões e condições no espaço geográfico.

Os avanços tecnológicos, as dinâmicas postas no território, o crescimento no volume e disseminação de dados e informações territoriais demandaram o desenvolvimento de ferramentas que possam atender essas complexidades. Neste contexto, ressaltamos a importância da ciência da geoinformação e seu caráter interdisciplinar, que tem como fundamento a construção de representações computacionais do espaço (CÂMARA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2001).

A cartografia digital e o geoprocessamento tornaram-se técnicas que exercem papéis fundamentais para os estudos geográficos, como apoio ao planejamento, manejo ou gerenciamento de espaços específicos através dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) (FITZ, 2008). Os SIGs são sistemas que permitem a realização de levantamentos de dados, análises e cruzamento de informações georreferenciadas através de tratamentos e rotinas computacionais, com base em informações alfanuméricas e localização espacial (FITZ, 2008; DAVIS; CÂMARA, 2001). Ele pode ser utilizado na produção de mapas, como suporte para análise de fenômenos e como banco de dados geográficos. A capacidade dos SIGs armazenarem relações topológicas entre objetos geográficos (pontos, linhas, áreas) com dados tabulares (alfanuméricos) (SILVA et al., 2008) permite diversas aplicações nas mais variadas áreas do conhecimento. A representação geométrica dos objetos espaciais no SIG pode ser expressa de forma vetorial ou matricial. A representação vetorial é expressa na forma de pontos, linhas ou polígonos e a representação matricial consiste em uma malha quadriculada composta de células ou pixels (CÂMARA; MONTEIRO, 2001).

Para Buzai (2003), o procedimento inicial de uma análise espacial deve determinar os objetos que serão representados no modelo, para então determinar qual a representação mais adequada e de que maneira poderão ser representados.

Após, os princípios de análise multivariada são aplicados, e no estudo das estruturas urbanas terão a função de evidenciar relações existentes entre as variáveis e entre as unidades espaciais, identificando vínculos, padrões e tendências que possam captar as características da cidade. O autor ressalta também a importância de escolher variáveis confiáveis e rigorosas para compor o que ele chama de matriz de dados geográficos. A matriz de dados geográficos é composta basicamente por informações alfanuméricas dispostas em linhas e colunas, onde cada eixo geográfico é uma intersecção que indica para cada espaço definido (linha) um valor correspondente (coluna). Essa matriz é um instrumento operativo de análise que pode ser utilizada em diferentes espaços e escalas, assim como a possibilidade de comparação e análise da evolução temporal. Cada espaço definido nesta matriz deverá ter um identificador para que possamos unir os dados alfanuméricos com as representações geométricas em ambiente SIG.

Utilizaremos, neste trabalho, dados alfanuméricos e representações vetoriais disponíveis pelo IBGE. O IBGE conta com as seguintes escalas geográficas de análise: Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas, Municípios, Distritos, Subdistritos, Bairros e Setores Censitários. As variáveis são derivadas de dois tipos de questionários que diferem em questões e abrangência espacial: O questionário básico e o questionário da amostra.

O questionário básico é aplicado a todos os domicílios do município, e seus resultados compõem os setores censitários. O questionário da amostra corresponde ao questionário mais amplo, contendo as informações do questionário básico e outras informações mais específicas, aplicado apenas em alguns determinados domicílios, que foram selecionados para compor as classes amostrais e Áreas de Ponderação. A amostra é composta por um agregado de setores para que seus dados possam ter representatividade e validade estatística (IBGE, 2010b, 2011a).

Os estudos que associam análise espacial quantitativa e aplicação de modelos espaciais na construção de indicadores são instrumentos que podem captar as desigualdades socioespaciais. Estes mapas sociais podem servir de subsídio ao planejamento urbano para auxiliar no direcionamento e na resolução de problemas na cidade, com o objetivo de melhorar as condições e a qualidade de vida através de estratégias que priorizem a população vulnerável e não somente o mercado e as classes privilegiadas (BUZAI, 2003).

É preciso também reconhecer as limitações das representações computacionais do espaço geográfico. É importante considerar diversas dimensões da realidade com o maior detalhamento, rigor e confiabilidade possível, mas também devemos reconhecer que estas são aproximações reducionistas da realidade geográfica e, por isso, a análise teórica e crítica, o embate dos resultados quantitativos com a análise complementar através de outras fontes, assim como o diálogo entre gestores, técnicos e população são de extrema importância na discussão do produto final do diagnóstico e na tomada de decisão (CÂMARA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2001).

1.4.2 O Índice de Exclusão/Inclusão Social

Para Sposati, a exclusão social é a

[...] impossibilidade de poder partilhar da sociedade, leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população. Por isso exclusão social e não só pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas, de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública. É, portanto, um processo múltiplo que se explica por várias situações de privação da autonomia, do desenvolvimento humano, da qualidade de vida, da equidade e da igualdade (1996, p. 13).

E juntamente com a exclusão social, temos a inclusão social, que assume uma relação dialética, sendo uma o contraponto da outra (NASCIMENTO, 2013). Sposati (2000) afirma que para haver excluídos, alguém foi privado de uma determinada situação de inclusão. Estes dois conceitos são intrínsecos e devem ser correlacionados, uma vez que a inclusão propicia as bases para a formulação de propostas para a alteração da situação de exclusão social, ao indicar os padrões mínimos para que se alcance a inclusão a ser buscada (SPOSATI, 2000).

Para Genovez, Monteiro e Câmara (2001), exclusão e inclusão social são processos que se relacionam entre si, evidenciando desequilíbrios e situações desiguais de distribuição de renda, infraestruturas e oportunidades. Para a definição da exclusão, tornou-se necessário construir um referencial com os padrões mínimos de inclusão social a serem alcançados pela população, garantindo acesso à

Autonomia, Qualidade de Vida, Equidade e Desenvolvimento Humano, formando então as quatro dimensões ou utopias que compõem o Índice de Exclusão/Inclusão Social, proposto por Sposati (1996).

O Índice de Exclusão/Inclusão Social foi aplicado em diversos trabalhos e prefeituras no país. Sposati (2000) afirma que não há um modelo prévio de variáveis para elaborar o mapa. Em cada trabalho, o mapa foi adaptado com base na disponibilidade de dados complementares das prefeituras, suprimindo ou incorporando outras variáveis de acordo com as realidades sociais, direcionamentos e objetivos dos estudos. É necessário ainda frisar a complexidade de uma definição dos conceitos de exclusão e suas dimensões, em razão da natureza subjetiva que podem assumir que pode variar de lugar para lugar, de acordo com a percepção e contexto histórico de uma sociedade (GENOVEZ, 2005).

Com base no trabalho original, a Dimensão de Autonomia trata da "capacidade e a possibilidade do cidadão em suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais" (SPOSATI, 1996, p. 57). Já a Dimensão de Qualidade de Vida envolve "a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade" (SPOSATI, 1996, p. 71). A Dimensão de Desenvolvimento Humano trata da "privação dos usos das energias criativas das pessoas e de suas capacidades, pelo não acesso à saúde, educação, cultura, para gerar oportunidades econômicas e sociais para si mesmos e para a sociedade" (SPOSATI, 1996, p. 89). E a Dimensão de Equidade trata do "reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem" (SPOSATI, 1996, p. 105).

O trabalho original utilizou diversos dados, tanto do IBGE como da prefeitura de São Paulo. Os trabalhos de Genovez (2005) e Nascimento (2013) adaptaram a escolha de variáveis para utilizar apenas dados do IBGE, modificando a nomenclatura de algumas dimensões da exclusão/inclusão social propostas por Sposati (1996). A Dimensão de Autonomia é tratada por Genovez (2005) e Nascimento (2013) como Autonomia de Renda, uma vez que, os indicadores que compõem esta dimensão passaram a tratar exclusivamente dos rendimentos salariais. A Dimensão de Qualidade de Vida é tratada por Nascimento (2013) como Qualidade Domiciliar, uma vez que os indicadores que passaram a compor esta

dimensão tratam de infraestrutura e condições de habitação. Genovez (2005) e Nascimento (2013) mantiveram a nomenclatura da Dimensão de Desenvolvimento Humano, mesmo não utilizando dados relacionados à saúde, como proposto no índice original. A Dimensão de Equidade manteve a mesma nomenclatura e tratou das diferenças de gênero tanto no trabalho de Sposati (1996), como nas adaptações de Genovez (2005) e Nascimento (2013).

Os indicadores utilizados na construção da Dimensão de Autonomia de Renda e na Dimensão de Equidade foram classificados, de acordo com a classificação de tipologias de indicadores proposta por Januzzi (2006), como indicadores de mercado de trabalho, renda e desigualdade. E os indicadores utilizados na Dimensão de Desenvolvimento Humano foram classificados como indicadores educacionais e culturais. Por fim, os indicadores da Dimensão de Qualidade Domiciliar foram classificados como indicadores de infraestrutura e habitação.

1.4.3 O Índice de Bem Estar Urbano

Ribeiro e Ribeiro (2013) elaboraram o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU) junto ao INCT – Observatório das Metrôpoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro para quinze metrôpoles do país, com o objetivo de fornecer informações gerais com relação à situação das populações em concentrações urbanas, com base nas escalas de habitação e pelos equipamentos e serviços urbanos. O IBEU selecionou em seus componentes, critérios que consideraram o que a cidade deve oferecer às pessoas, no que tange às condições materiais de vida e estruturas coletivas.

As dimensões retratadas foram formadas a partir de indicadores oriundos do IBGE, relacionados à infraestrutura e habitação; e à qualidade de vida urbana e meio ambiente, conforme classificação de tipologias de indicadores, proposta por Januzzi (2006). O IBEU foi composto a partir da aglutinação de cinco dimensões urbanas: Mobilidade Urbana (D1), Condições Ambientais Urbanas (D2), Condições Habitacionais Urbanas (D3), Atendimento de Serviços Coletivos (D4) e Infraestrutura Urbana (D5). Com base nos indicadores utilizados pelo IBEU e pela classificação de tipologias de Januzzi (2006), podemos sintetizar que, para que se alcance o bem-estar retratado pelo índice, são necessárias condições mínimas no que tange à

qualidade de vida e determinadas infraestruturas necessárias no cotidiano (RAMOS, 2015). Ramos (2015) atentou também para a

[...] necessidade de se definir o objeto de estudo e as variáveis utilizadas em uma análise, ou seja, que qualidade de vida, quais infraestruturas e que dimensão de bem-estar urbano se quer retratar, de acordo com a realidade e necessidades de uma determinada população.

Isso se deve ao fato de que cada município e indivíduo possuem uma realidade socioeconômica e cultural diferente, e conseqüentemente, surgem daí diferentes necessidades e percepções do que seja qualidade de vida, prioridades e necessidades básicas, por exemplo. Além disso, o IBEU foi originalmente elaborado para avaliar as condições de vida no contexto metropolitano, e no presente trabalho, essa metodologia será aplicada em um contexto não metropolitano, em uma aglomeração urbana formada por duas cidades médias e três cidades de porte pequeno.

Iniciaremos esta discussão definindo os tipos de indicadores de infraestrutura e habitação utilizados na construção deste índice e o que pretendemos retratar com cada um deles neste trabalho. Para o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) a infraestrutura é o

[...] conjunto de bens e serviços sociais, equipamentos comunitários e redes de suporte à vida cotidiana das pessoas, das famílias, das comunidades e das cidades, com forte impacto sobre o desenvolvimento econômico, a promoção do bem-estar social e a garantia dos direitos humanos (IPEA, 2010, p. 31).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2000) classifica infraestrutura em quatro grupos, de acordo com a sua função: infraestrutura econômica (transporte, energia e telecomunicações); a infraestrutura social (represas e canais de irrigação, sistemas de água potável e esgotamento sanitário, educação e saúde); infraestrutura ambiental; e infraestrutura vinculada à informação e ao conhecimento.

Para Kessides (1993 apud IPEA, 2010, p.28), a infraestrutura contribui para o aumento da produtividade dos fatores de produção (capital e trabalho) e melhora a qualidade de vida da população, apresentando estreita correlação com o desenvolvimento econômico. Para esta autora, a infraestrutura é um elemento essencial para gerar os ganhos de produtividade decorrentes da urbanização, de forma que quando os problemas associados à falta de infraestrutura adequada acarretam custos

de congestionamento ou externalidades negativas sobre o meio ambiente, os benefícios decorrentes da urbanização são reduzidos. Por outro lado, uma melhoria na saúde da população derivada de um maior acesso à água potável e esgotamento sanitário ou uma redução no tempo de deslocamento ao trabalho devido a um sistema de transportes mais eficiente, contribuem para o aumento da produtividade do trabalho, da cidade, da região e da economia como um todo. Ademais, a falta de acesso a uma infraestrutura adequada a preços compatíveis com o nível de renda da população é um dos fatores determinantes para a persistência de elevados patamares de pobreza estrutural.

O investimento em infraestrutura social e urbana influencia diretamente no desenvolvimento socioeconômico, na promoção do bem-estar social e na garantia dos direitos humanos, de forma que, a ausência ou deficiência de infraestruturas, podem restringir as possibilidades de desenvolvimento socioespacial (IPEA, 2010). Os indicadores de infraestrutura e habitação que constituíram o IBEU abrangeram informações da cobertura de serviços públicos urbanos à população, características do entorno e logradouro dos domicílios (como a existência de pavimentação e passeio público) e algumas condições domiciliares. Estas informações foram utilizadas para a construção da Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas (D3), Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos (D4) e Dimensão de Infraestrutura Urbana (D5). As variáveis que compõem estas dimensões serão detalhadas no capítulo sobre a metodologia deste trabalho.

O segundo grupo de indicadores refere-se à qualidade de vida urbana e meio ambiente. Pelo fato de ser um conceito amplo e subjetivo, existem diversas concepções acerca do conceito de qualidade de vida (FORATTINI, 1991; RAMOS, 2015), no entanto, não pretendemos esgotar este assunto neste momento, focando apenas na definição aplicada neste trabalho. Bravo e Vera (1993 apud VITTE, 2009, p. 91) definem qualidade de vida como "o grau de bem-estar individual e em grupo, determinado pelas necessidades básicas da população". Terezo define qualidade de vida como o

[...] conjunto de condições objetivas e subjetivas que permitam o bem-estar físico e espiritual dos seres humanos, tais como: saneamento básico, habitação, alimentação, educação, saúde, acesso ao lazer e aos bens culturais, trabalho (em condições compatíveis com a dignidade humana), segurança, liberdade, direito ao exercício da cidadania, meio ambiente saudável; que permitam, enfim, viver em um ambiente natural e social não degradado (2007, p.127).

Os indicadores de qualidade de vida e meio ambiente abordados neste trabalho, referiram-se às condições objetivas, relacionadas à infraestrutura de transportes, atendimento de necessidades básicas, indicadores de alocação do tempo, indicadores ambientais, como presença de esgoto a céu aberto, existência de arborização no entorno dos domicílios, esgotamento sanitário, lixo nos logradouros, etc. (JANUZZI, 2006). Estas informações foram utilizadas para a construção da Dimensão de Mobilidade Urbana (D1), Dimensão de Condições Ambientais Urbanas (D2) e Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos (D4).

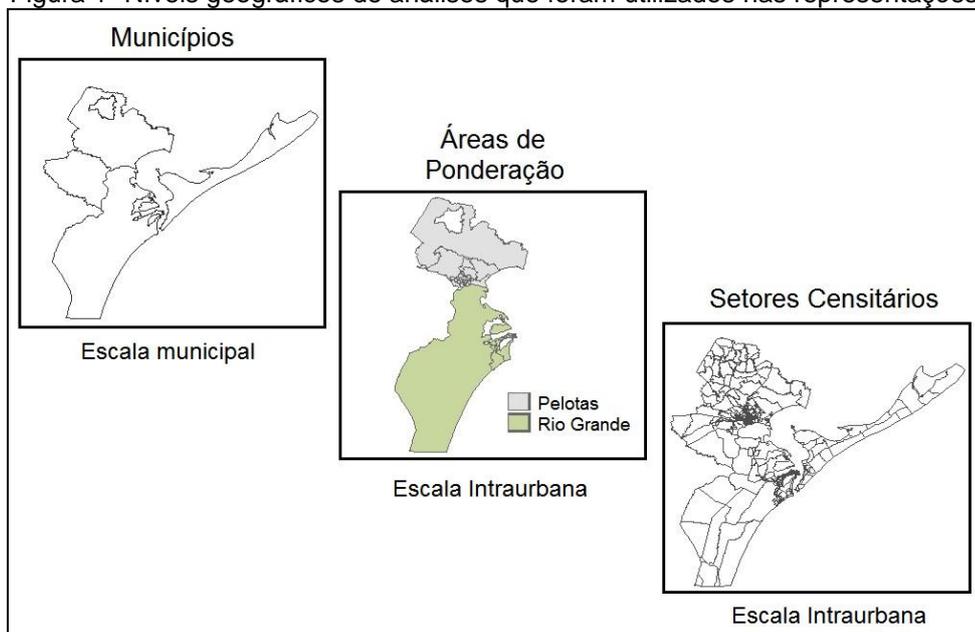
Ou seja, para se alcançar o bem-estar urbano retratado e idealizado na construção do IBEU, seria necessária a cobertura de um determinado conjunto de infraestruturas básicas fundamentais e a melhoria da qualidade de vida das populações (RAMOS, 2015). Conforme foi mencionado anteriormente, o IBEU foi utilizado para comparar regiões metropolitanas (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013) e posteriormente, foi aplicado para todos os municípios brasileiros (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016) pelo Observatório das Metrôpoles. Surgiram também diversos trabalhos apoiados e tecendo considerações sobre esta metodologia, como Decol (2016), Menezes e Possamai (2015) e Ramos (2015).

CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia foi baseada em análise quantitativa e revisão teórica acerca das desigualdades socioespaciais, das condições de bem-estar urbano, da exclusão e inclusão social e a influência que a organização da rede urbana exerce no espaço intraurbano e interurbano. Os elementos que compuseram esta análise retratam características populacionais que denotam o grau de desenvolvimento humano e social, e características do território, expressas na oferta de equipamentos públicos. Estes dados serão apresentados na forma de índices e mapas, para a análise da conjuntura e panorama da situação dos municípios nos próximos capítulos deste trabalho.

Para a organização, padronização dos dados e representação espacial, foram utilizadas planilhas do *software* Microsoft Excel e o SIG ArcGIS e QGIS para a confecção dos mapas. O recorte temporal de todos os mapas e índices apresentados neste trabalho referem-se ao ano de 2010, e utilizaram dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010a, 2010b, 2010c) e do Censo Escolar (INEP, 2010). Não há possibilidade de realizar um estudo intraurbano com dados mais recentes devido à periodicidade da realização dos Censos Demográficos do IBGE, que ocorrem de dez em dez anos. Foram utilizados três tipos de recortes espaciais do IBGE para as representações cartográficas deste trabalho: municipal, áreas de ponderação (recorte espacial disponível apenas para Pelotas e Rio Grande) e setores censitários (Figura 1).

Figura 1- Níveis geográficos de análises que foram utilizados nas representações.



Fonte: IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

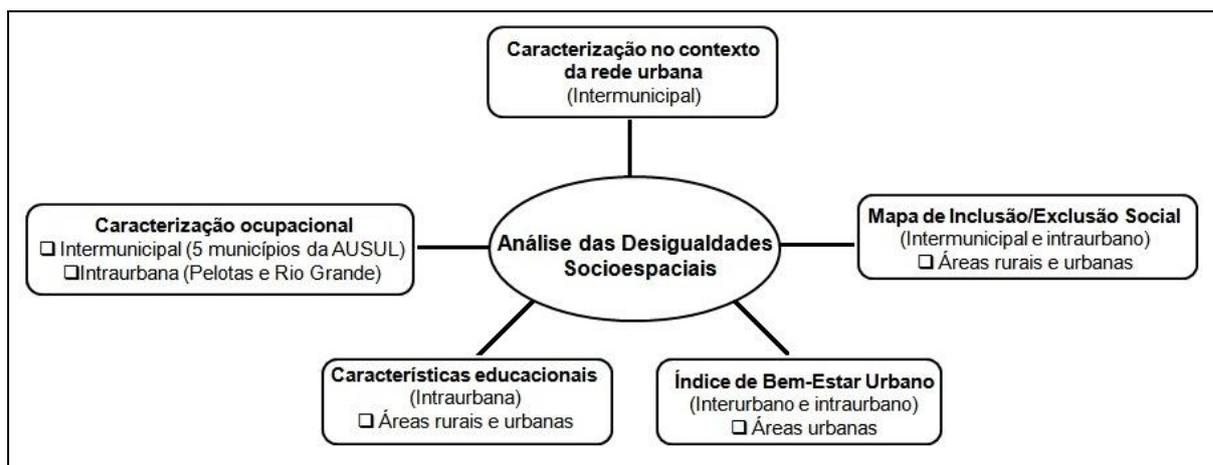
Os setores censitários são as menores unidades de análise do IBGE e apresentam dados oriundos do questionário básico do Censo Demográfico, aplicado em todos os domicílios do território. Já as áreas de ponderação representam os dados da amostra, e possuem um nível menor de detalhamento intraurbano, uma vez que são a aglutinação de um grupo de setores censitários, e apresentam dados oriundos de um questionário mais amplo, aplicado apenas em alguns domicílios que compõem a área de ponderação.

Neste trabalho, sempre que nos referirmos às análises intraurbanas (rurais e/ou urbanas), significa que estamos trabalhando com os níveis de representação em setores censitários ou áreas de ponderação do município; sempre que nos referirmos às análises interurbanas, estamos nos referindo às comparações apenas entre setores censitários urbanos de municípios diferentes; e sempre que nos referimos às análises intermunicipais, estamos nos referindo às comparações em escala de análise municipal (rural e urbano).

A Figura 2 sintetiza os passos, temáticas e escalas geográficas de análise que foram utilizadas no estudo. Inicialmente foi realizada a caracterização da AUSUL de forma abrangente, analisando a interação entre os municípios, grau de integração e hierarquia dentro da rede urbana. Na segunda etapa foi elaborado o mapa de exclusão/inclusão social para as áreas urbanas e rurais na escala

intermunicipal e intraurbana, através dos setores censitários. A terceira etapa refere-se à elaboração do IBEU, apenas para as áreas urbanas, uma vez que este índice foi originalmente construído para ser aplicado em regiões metropolitanas, com variáveis que avaliam algumas infraestruturas que não necessariamente sejam necessidades ou prioridades no meio rural para os moradores.

Figura 2- Fluxograma das etapas do trabalho.



Fonte: Própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

Na quarta etapa foram analisadas as categorias ocupacionais da população de cada município. Essa análise foi realizada no nível territorial municipal para os cinco municípios da AUSUL e depois na escala intraurbana (áreas de ponderação) apenas para Pelotas e Rio Grande. Finalmente, na quinta etapa foi realizado o mapeamento das escolas de ensino fundamental e médio nas áreas urbanas e rurais, para a análise dos rendimentos escolares. O detalhamento de cada uma destas cinco etapas será descrito nos próximos subcapítulos, e a última seção tratará da forma como foram incluídos os setores censitários rurais nas análises deste trabalho.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA AUSUL NO CONTEXTO DA REDE URBANA

Nesta etapa foi realizada a caracterização do perfil dos municípios pertencentes à AUSUL a partir de sua gênese, contexto histórico, funcionalidade, tamanho demográfico e hierarquia dentro da rede urbana do Rio Grande do Sul, de acordo com os estudos elaborados pelo IBGE e bibliografia pertinente.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO MAPA DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

O mapa de exclusão e inclusão social considerou as metodologias de Sposati (1996), Nascimento (2013) e Genovez (2005). No entanto, a escolha de variáveis, indicadores e cálculo foi baseada nos trabalhos de Nascimento (2013) e Genovez (2005), que utilizaram apenas dados do Censo Demográfico do IBGE. O índice e o mapa foram elaborados na escala intraurbana para todos os municípios da AUSUL, utilizando os setores censitários urbanos e rurais e, posteriormente, estas unidades foram agregadas por município para a construção do índice e mapa da exclusão e inclusão intermunicipal.

Optamos por calcular este índice conjuntamente para áreas urbanas e rurais, uma vez que as variáveis que foram utilizadas no cálculo do índice para a AUSUL representam indicadores básicos de busca de inclusão para ambos, e não refletem apenas realidades urbanas. Algumas variáveis que representavam necessidades de caráter mais urbano foram retiradas do cálculo do índice de exclusão/inclusão social para tornar a análise rural-urbana passível de comparação. Contudo, essas variáveis que não foram utilizadas aqui, foram utilizadas na construção do IBEU, e serão detalhadas mais adiante, no próximo subcapítulo.

O Índice de Exclusão/Inclusão foi formado pela aglutinação de quatro dimensões temáticas (Quadro 1). Conforme o Quadro 1, os sinais negativos entre parênteses do lado de cada indicador significam que este foi calculado caracterizando situações de exclusão social, e os sinais positivos do lado do indicador significam que este foi calculado caracterizando situações de inclusão social.

Quadro 1- Dimensões e variáveis que foram utilizadas na construção do índice de inclusão/exclusão social para a AUSUL.

(Continua)

Indicadores	Característica do indicador	Índice e Indicadores Parciais	Dimensões do Índice Síntese de Exclusão/Inclusão Social
Proporção de pessoas responsáveis sem rendimento mensal.	(-)	Distribuição de Renda	AUTONOMIA DE RENDA
Proporção de pessoas responsáveis com rendimento mensal inferior ou igual a 2 salários mínimos.	(-)		
Proporção de pessoas responsáveis com rendimento mensal maior que 2 e menor ou igual a 3 salários mínimos.	PBI		
Proporção de pessoas responsáveis com rendimento mensal maior que 3 salários mínimos.	(+)		
Proporção de pessoas responsáveis não alfabetizadas com 10 ou mais anos de idade.	(-)	Desenvolvimento Educacional	DESENVOLVIMENTO HUMANO
Alfabetização precoce (proporção de crianças de 5 a 9 anos alfabetizadas).	(+)	Estímulo Educacional	
Alfabetização tardia (proporção de crianças de 10 a 14 anos não alfabetizadas).	(-)		
Proporção de pessoas não alfabetizadas de 15 a 59 anos.	(-)	Escolaridade Precária	
Proporção de mulheres sem alfabetização responsáveis por domicílios.	(-)		EQUIDADE
Proporção de mulheres responsáveis por domicílios com rendimento mensal abaixo do PBI (2 salários mínimos).	(-)		
Proporção de mulheres não alfabetizadas.	(-)		
Proporção de domicílios particulares permanentes com abastecimento de água inadequado (sem ser via rede geral).	(-)	Infraestrutura Básica	QUALIDADE DOMICILIAR
Proporção de domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário precário (exclusivo via rede geral ou fossa séptica).	(-)		
Proporção de domicílios particulares permanentes com inadequada disposição dos resíduos sólidos e orgânicos domésticos (não coletado por serviço público de coleta).	(-)		
Proporção de domicílios particulares permanentes com 6 ou mais moradores.	(-)	Ocupação Domiciliar	
Proporção de domicílios particulares permanentes próprios ou em aquisição.	(+)	Propriedade Domiciliar	

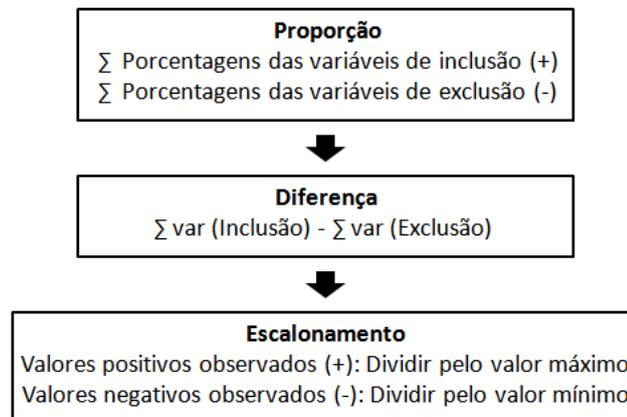
Quadro 1- Dimensões e variáveis que foram utilizadas na construção do índice de inclusão/exclusão social para a AUSUL.

			(Conclusão)
Indicadores	Característica do indicador	Índice e Indicadores Parciais	Dimensões do Índice Síntese de Exclusão/Inclusão Social
Proporção de domicílios particulares permanentes sem banheiro para uso exclusivo dos moradores.	(-)	Habitabilidade Precária	QUALIDADE DOMICILIAR
Proporção de domicílios particulares improvisados.	(-)		
Proporção de domicílios em aglomerados subnormais.	(-)		

Fonte: Adaptado de Sposati (1996), Genovez (2005) e Nascimento (2013).

No cálculo do índice, o valor zero foi atribuído como o Padrão Básico de Inclusão (PBI) para a construção do intervalo compreendido entre -1 e +1, onde quanto mais próximo de +1, caracterizam-se situações de inclusão, e quanto mais próximo de -1, caracterizam-se situações de exclusão. A Figura 3 exemplifica a forma como os indicadores e o índice foram calculados.

Figura 3- Cálculo do índice de exclusão/inclusão social.



Fonte: Adaptado de Genovez (2005) e Nascimento (2013)

A forma de cálculo utilizada por Genovez (2005) e Nascimento (2013) difere-se da metodologia original de Sposati (1996) por trabalhar diretamente com as proporções e por manter os sinais positivos e negativos atribuídos aos setores censitários, mesmo após o escalonamento, conferindo maior fidelidade e precisão aos resultados por setores censitários. Conforme demonstra a Figura 3, os indicadores foram construídos com base em sua proporção. Os indicadores de inclusão e exclusão foram somados separadamente tanto na construção das

dimensões e índices parciais, quanto no índice síntese. Após isso calculamos a diferença entre o somatório das proporções de inclusão e o somatório das proporções de exclusão para cada dimensão. Os valores desta operação variam entre negativos e positivos. Os setores censitários que obtiveram valor positivo indicaram a predominância de características de inclusão, e os setores censitários que obtiveram valores negativos, indicaram que houve predominância de características de exclusão social. Por fim, o escalonamento foi realizado para padronizar os dados em valores com variação de -1 a +1. Os setores censitários com valores positivos foram divididos pelo valor positivo máximo observado (melhor resultado observado), variando na escala entre 0 e +1. Já os setores censitários com valores negativos foram divididos pelo valor negativo mínimo observado (pior resultado observado), variando na escala entre -1 e 0. O cálculo final do índice síntese de exclusão/inclusão consistiu no somatório e reescalonamento considerando os sinais positivos e negativos das quatro dimensões de exclusão/inclusão social. Nas próximas subseções serão detalhadas as formas de construção de cada uma das quatro dimensões da Exclusão/Inclusão Social.

2.2.1 Construção da Dimensão Autonomia de Renda

Esta dimensão foi composta pela renda dos responsáveis por domicílios, representando a distribuição de renda intraurbana nos municípios. Genovez (2005) elaborou essa dimensão com base em 2 índices parciais (Índice de Precária Condição de Sobrevivência e Índice de Distribuição de Renda dos Responsáveis por Domicílios). O primeiro índice classificava em precária condição de sobrevivência os responsáveis sem rendimento e os responsáveis que recebiam até 2 salários mínimos. No segundo índice, o PBI aplicado na realidade social de São José dos Campos era fixado entre 3 e 5 salários mínimos (GENOVEZ, 2005).

No entanto, a maioria dos responsáveis por domicílios na AUSUL possuíam em 2010 o rendimento de até dois salários mínimos. Com a alteração do PBI para a realidade dos municípios gaúchos, fixando-os no valor entre 2 e 3 salários mínimos, os valores do Índice de Precária Condição de Sobrevivência tiveram o mesmo valor que os indicadores de exclusão do Índice de Distribuição de Renda, já que se tratavam exatamente das mesmas variáveis. Optamos então por utilizar apenas o Índice de Distribuição de Renda na Dimensão de Autonomia de Renda. O cálculo foi

feito através do somatório da proporção de responsáveis que recebiam até 2 salários mínimos¹ e do somatório da proporção de responsáveis que recebiam mais que 3 salários mínimos. Após, foi feita a diferença entre a proporção que caracteriza inclusão menos a proporção que caracteriza exclusão. Por fim foi realizado o escalonamento. A Figura 4 exemplifica a forma de cálculo desta dimensão.

Figura 4- Exemplo de cálculo da Dimensão Autonomia de Renda.

Setor	%sem rend	%até 1 SM	%1 a 2 SM	%2 a 3 SM (PBI)	%3 a 5 SM	%5 a 10 SM	%10 a 15 SM	%15 a 20 SM	%+de 20 SM	Σ Inclusão	PBI	Σ Exclusão	Diferença	Dimensão Autonomia
1	14	34	22	10	8	8	1	1	1	19	10	71	-51	=-51/83
2	12	35	34	10	6	3	0	0	0	9	10	81	-72	-0,863
3	10	28	30	12	10	7	2	1	1	21	12	68	-47	-0,565
4	11	25	27	15	12	8	1	1	1	22	15	63	-41	-0,491
5	10	55	24	6	3	1	0	0	0	5	6	88	-83	-1,000
													Valor negativo mínimo observado:	
													-83	
													Valor positivo máximo observado:	
													-	

Fonte: IBGE, 2010a; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

2.2.2 Construção da Dimensão de Desenvolvimento Humano

A dimensão de Desenvolvimento Humano proposta por Genovez (2005) foi composta por três indicadores e um índice parcial: o Indicador de Desenvolvimento Educacional, o Índice de Estímulo Educacional, o Indicador de Escolaridade Precária e o Indicador de Longevidade. Genovez (2005) encontrou problemas metodológicos na variável utilizada no Índice de Longevidade (população acima de 70 anos), que pode ser influenciada por vários fatores, incluindo aqui a presença de asilos em alguns setores, o que não significa, necessariamente, boas condições de desenvolvimento humano no determinado setor censitário. Devido a possíveis problemas de desvios nas somas das proporções, optou-se em um primeiro momento, excluir essa variável, mantendo apenas os três primeiros índices que possuem variáveis que tratam da temática educacional, que nos interessa especialmente neste estudo.

O Indicador de Desenvolvimento Educacional foi calculado com base na proporção de responsáveis por domicílios particulares permanentes não alfabetizados. O Índice de Estímulo Educacional foi calculado com base na proporção positiva de crianças alfabetizadas com idade entre 5 e 9 anos, e na

¹ Salário mínimo de referência em 2010: R\$ 510,00.

proporção negativa de crianças não alfabetizadas com idade entre 10 e 14 anos. O Indicador de Escolaridade Precária foi calculado a partir da proporção de pessoas não alfabetizadas com idade entre 15 e 59 anos. Por fim, estes dois indicadores e o índice parcial foram aglutinados e reescalonados para formar a Dimensão de Desenvolvimento Humano (Figura 5).

Figura 5- Exemplo de cálculo da Dimensão de Desenvolvimento Humano.

Setor	% resp. ã alfab. (-)	Indic. Desen. Educ.	% alfab. precoce (+)	% alfab. tardia (-)	Diferença	Índice de Estímulo Educacional	% ã alfab. (15-59) (-)	Indicador de Escolaridade Precária		∑ índices e indicadores	Dimensão DH
1	8	-0,369	73	3	70	1,000	3	-0,228		0,403	=0,403/0,564
2	9	-0,428	66	3	63	0,907	4	-0,338		0,141	0,250
3	5	-0,217	70	2	68	0,975	2	-0,194		0,564	1,000
4	7	-0,331	68	2	67	0,957	3	-0,233		0,392	0,695
5	21	-1,000	59	3	56	0,809	13	-1,000		-1,2	=-1,2/1,2
Valor (-) mínimo observado:				Valor (-) mínimo observado:				Valor (-) mínimo observado:		Valor (-) mínimo observado:	
-21				-				-13		-1,2	
Valor (+) máximo observado:				Valor (+) máximo observado:				Valor (+) máximo observado:		Valor (+) máximo observado:	
-				70				-		0,564	

Fonte: IBGE, 2010a; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

2.2.3 Construção da Dimensão Equidade

A Dimensão de Equidade foi baseada exclusivamente na metodologia de Nascimento (2013). Esta dimensão não possui indicadores parciais e foi composta por três indicadores: mulheres sem alfabetização responsáveis por domicílios particulares permanentes, mulheres responsáveis por domicílios particulares permanentes com rendimento mensal abaixo do PBI (até 2 salários mínimos) e mulheres não alfabetizadas entre 15 e 59 anos. Esta dimensão foi a única em que a escala variou de -1 a 0, uma vez que todos os indicadores que a compõem denotam situações de exclusão social. Para cada variável foi calculada a sua proporção. Após isso, as proporções foram somadas e escalonadas (Figura 6).

Figura 6- Exemplo de cálculo da Dimensão Equidade.

Setor	% Mulh. Resp. s/ alfabe. (-)	% Mulher rend. menor PBI (-)	% Mulh. s/ alfabe. (15-59) (-)	Σ Inclusão	Σ Exclusão	Diferença	Dimensão Equidade
1	15	91	3	0	109	-109	=-109/127
2	12	95	4	0	111	-111	-0,865
3	6	82	2	0	89	-89	-0,698
4	6	82	3	0	91	-91	-0,710
5	21	96	11	0	127	-127	-1,000
						Valor negativo mínimo observado:	
						-127	
						Valor positivo máximo observado:	
						-	

Fonte: IBGE, 2010a; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

2.2.4 Construção da Dimensão Qualidade Domiciliar

Esta dimensão foi composta por dois índices parciais e dois indicadores: Índice de Infraestrutura Básica, Indicador de Ocupação Domiciliar, Indicador de Propriedade Domiciliar e Índice de Habitabilidade Precária. O Índice de Infraestrutura Básica é composto pela proporção de domicílios com abastecimento de água, esgotamento sanitário e disposição dos resíduos sólidos e orgânicos inadequados. O Indicador de Ocupação Domiciliar é composto pela proporção de domicílios particulares permanentes com seis ou mais moradores. O Indicador de Propriedade Domiciliar é o único desta dimensão que caracteriza situação de inclusão e é composto pela proporção de domicílios próprios ou em aquisição. O Índice de Habitabilidade Precária é composto pela proporção de domicílios particulares sem banheiro para uso exclusivo dos moradores, pela proporção de domicílios improvisados e pela presença de aglomerado subnormal no setor censitário. Cada indicador e índice parcial foi calculado e escalonado. Após foi feito o somatório dos índices que representam situações de exclusão, o somatório do indicador que representa inclusão (Indicador de Propriedade Domiciliar), e a diferença entre os dois. A partir do resultado da diferença entre os índices e indicadores parciais, foi realizado o reescalamento para gerar a Dimensão de Qualidade Domiciliar (Figura 7).

Figura 7- Exemplo de construção da Dimensão Qualidade Domiciliar

Setor	Σ H2O+esgoto+lixo (-)	Índice Infra. básica	% + de 6 mor (-)	Indicador de Ocupação Domiciliar	%dom prop (+)	Indicador propriedade domiciliar	Σ %semBnh+DPI+ Ag.Sub (-)	Índice de Habitabilidade Precária	Σ Inclusão	Σ Exclusão	Diferença	Dimensão Qualidade Dom
1	188,4	-1,000	16,2	-1,000	89,5	1,000	5,7	-1,000	1,0	-3,0	-2,00	-1,000
2	42,2	-0,224	5,9	-0,365	80,6	0,900	1,1	-0,190	0,9	-0,8	0,12	0,728
3	24,5	-0,130	5,1	-0,314	79,3	0,885	1,6	-0,274	0,9	-0,7	0,17	1,000
4	24,6	-0,131	5,5	-0,337	74,5	0,832	2,8	-0,497	0,8	-1,0	-0,13	-0,066
5	94,4	-0,501	4,8	-0,295	89,3	0,997	2,3	-0,411	1,0	-1,2	-0,21	-0,105
Valor (-) mínimo observado:		Valor (-) mínimo observado:		Valor (-) mínimo observado:		Valor (-) mínimo observado:		Valor (-) mínimo observado:		Valor (-) mínimo observado:		
-188		-16,2		-		-5,7				-2		
Valor (+) máximo observado:		Valor (+) máximo observado:		Valor (+) máximo observado:		Valor (+) máximo observado:		Valor (+) máximo observado:		Valor (+) máximo observado:		
-		-		89,5		-				0,17		

Fonte: IBGE, 2010a; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO

A metodologia de construção do IBEU seguiu a proposta de Ribeiro e Ribeiro (2013). O índice utiliza apenas dados do IBGE e engloba as dimensões de mobilidade, condições ambientais, condições habitacionais, atendimento de serviços coletivos e infraestruturas urbanas. Essas cinco dimensões são compostas por vinte indicadores da proporção de moradores em situação adequada de acordo com os critérios e pesos pré-definidos (Quadro 2). O critério dos setores censitários do IBGE considerados urbanos foi utilizado para definir as áreas urbanas dos municípios da AUSUL, incluindo também os núcleos considerados urbanos e que estão localizados em distritos rurais dos municípios. A construção do IBEU para a escala interurbana na AUSUL manteve as cinco dimensões da metodologia original de Ribeiro e Ribeiro (2013). Já para a escala intraurbana, foram retiradas a Dimensão de Mobilidade Urbana e duas variáveis da Dimensão de Condições Habitacionais Urbanas, que fazem parte dos dados da amostra do Censo Demográfico, para melhor apresentação e interpretação dos resultados. Esse procedimento foi necessário em razão da ausência de áreas de ponderação nos municípios de menor porte na AUSUL e da impossibilidade estatística de desagregação desses dados para o nível de setor censitário. Nossa opção justifica-se pelo melhor detalhamento do estudo, em nível geográfico de setor censitário, e também pela possibilidade que se abriu de analisar e representar os núcleos urbanos localizados em áreas rurais, e pelo fato de que a Dimensão de Mobilidade Urbana, quando aplicada para a realidade das cidades médias e pequenas desta aglomeração urbana, não expressou o mesmo significado do conceito de mobilidade urbana proposto no estudo feito para as metrópoles, conforme será detalhado na próxima subseção.

Quadro 2- Indicadores utilizados na construção do IBEU.
(Continua)

DIMENSÕES DO IBEU	INDICADOR	Peso na Dimensão	Peso no índice
D1) Mobilidade urbana	1. Deslocamento casa-trabalho (Proporção de moradores que levam até 1 hora para chegar ao local de trabalho). (Apenas para a escala interurbana)	1	1/5
D2) Condições ambientais urbanas	1. Proporção de moradores em domicílios com presença de arborização no entorno.	1/3	1/15
	2. Proporção de moradores em domicílios onde não há presença de esgoto a céu aberto no entorno.	1/3	1/15
	3. Proporção de moradores em domicílios onde não há presença de lixo acumulado no entorno.	1/3	1/15
D3) Condições habitacionais urbanas	1. Proporção de moradores que não residem em aglomerados subnormais.	1/5	1/25
	2. Densidade Domiciliar (proporção de moradores em domicílios cuja densidade é de até 2 pessoas por dormitório); (Apenas para a escala interurbana)	1/5	1/25
	3. Densidade morador/banheiro (proporção de moradores em domicílios de até 4 pessoas por banheiro);	1/5	1/25
	4. Proporção de moradores em domicílios com material de revestimento das paredes externas considerado adequado (Alvenaria com revestimento ou madeira aparelhada); (Apenas para a escala interurbana)	1/5	1/25
	5. Proporção de moradores residentes em domicílios particulares permanentes (Consideraram-se inadequados os domicílios particulares improvisados)	1/5	1/25

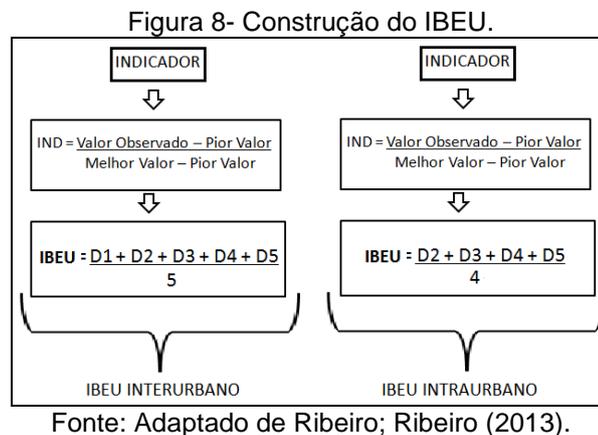
Quadro 2- Indicadores utilizados na construção do IBEU.

(Conclusão)

DIMENSÕES DO IBEU	INDICADOR	Peso na Dimensão	Peso no índice
D4) Atendimento de serviços coletivos urbanos	1. Pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de água (via rede geral de água);	1/5	1/25
	2. Pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de esgoto (via rede geral de esgoto ou fossa séptica);	2/5	2/25
	3. Pessoas que moram em domicílios com atendimento adequado de energia (de companhias distribuidoras ou de outras fontes);	1/5	1/25
	4. Pessoas que moram em domicílios com coleta adequada de resíduos sólidos e orgânicos (por serviço público de coleta).	1/5	1/25
D5) Infraestrutura urbana	1. Proporção de moradores em domicílios cujo entorno possui iluminação pública;	1/7	1/35
	2. Proporção de moradores em domicílios cujo logradouro possui pavimentação;	1/7	1/35
	3. Proporção de moradores em domicílios cuja face do logradouro onde se localiza o domicílio possui passeio público;	1/7	1/35
	4. Proporção de moradores em domicílios cuja face do logradouro onde se localiza o domicílio possui meio-fio/guia;	1/7	1/35
	5. Proporção de moradores em domicílios cujo entorno possui bueiro ou boca de lobo;	1/7	1/35
	6. Proporção de moradores em domicílios cuja face do logradouro onde se localiza o domicílio possui rampa para dar acesso às pessoas que utilizam cadeiras de rodas;	1/7	1/35
	7. Proporção de moradores em domicílios onde o logradouro possui identificação.	1/7	1/35

Fonte: Adaptado de Ribeiro e Ribeiro (2013).

Todos os indicadores foram padronizados no intervalo entre zero e um, onde quanto mais próximo de 1, melhor a sua condição; e quanto mais próximo de 0, pior a sua condição. Após a padronização, foram atribuídos os pesos para cada indicador em sua determinada dimensão. Por fim, o índice síntese para a escala interurbana foi calculado através da média simples das cinco dimensões (Figura 8). Levou-se em consideração no cálculo do IBEU intraurbano a retirada da dimensão de Mobilidade e das duas variáveis constituintes da Dimensão de Condições Habitacionais, que originalmente possui cinco dimensões. Os pesos da Dimensão Habitacional foram redistribuídos igualmente entre as três variáveis restantes e a média do índice síntese intraurbano foi feita através da média de quatro dimensões.



2.3.1 Exclusão da Dimensão de Mobilidade Urbana do cálculo do IBEU Intraurbano

A Dimensão de Mobilidade Urbana é composta apenas pelo indicador de deslocamento casa-trabalho, e esta informação faz parte dos dados da amostra do Censo Demográfico. Conforme foi mencionado anteriormente, esta informação foi gerada a partir de uma amostra que agrupou vários setores censitários, por isso é representada em um nível de detalhamento intraurbano menor, através das Áreas de Ponderação para Pelotas e Rio Grande. Já para o restante dos municípios da AUSUL, essa informação é representada apenas em nível municipal, não havendo Áreas de Ponderação intraurbanas.

Como não é possível decompor os dados da base de microdados em nível de setor censitário, a opção para estabelecer o relacionamento entre variáveis que decorrem de base de dados diferentes é a agregação das bases de dados disponibilizadas por setor censitário em nível de área de ponderação, uma vez que a área de ponderação, como foi dito, decorre da

agregação de setores censitários. Como é possível saber, a partir de listagem disponibilizada pelo IBGE, quais são os setores censitários que compõem cada uma das áreas de ponderação, é feita agregação dos dados do universo e dos dados do entorno em nível de área de ponderação, o que possibilita estabelecer o relacionamento entre as variáveis no mesmo nível geográfico (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013).

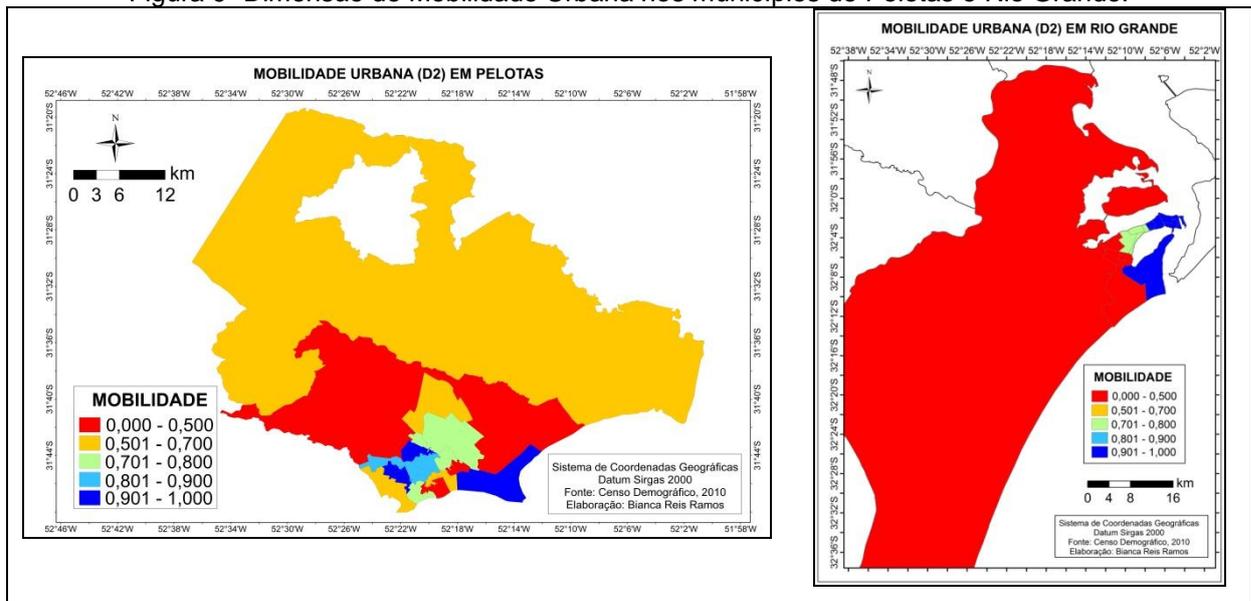
Ou seja, os setores censitários podem ser agregados para formar o recorte espacial da amostra, mas os dados da amostra não podem ser desagregados no nível de setor censitário, tendo como única alternativa a diminuição do detalhamento da representação cartográfica. Com a retirada desta dimensão do cálculo final do IBEU garantimos o mesmo nível de análise e representação cartográfica para todos os municípios, além de apresentar um maior detalhamento. A utilização desta escala de informação inviabilizaria a representação intraurbana dos municípios de menor porte, e também dos núcleos urbanos localizados em áreas rurais em Rio Grande e São José do Norte.

Ainda assim, a análise do indicador deslocamento casa-trabalho não foi excluída deste trabalho, apenas não fez parte da soma total do índice síntese intraurbano, porque além das limitações de representação cartográfica, a medida do indicador perdeu a proximidade do conceito (JANNUZZI, 2006), quando aplicado na realidade das cidades estudadas, ou seja, no contexto não metropolitano e pré-metropolitano.

Em trabalho anterior (Ramos, 2015) elaboramos o IBEU para as áreas urbanas em Rio Grande e constatamos que a Dimensão de Mobilidade Urbana não espacializou a situação das condições de deslocamento na cidade, e sim o centro comercial e de serviços, polarizado em um único ponto, e por isso, bem avaliado pelo indicador. No entanto, essas áreas que foram bem avaliadas pelo indicador, na verdade apenas indicaram que a população que residia ali, não precisava efetuar grandes deslocamentos para chegar ao seu local de trabalho.

No entanto, julgamos este indicador de mobilidade relevante quando discutido fora do contexto da oferta de infraestruturas urbanas de transporte coletivo, e dentro do contexto dos setores de trabalho, uma vez que, apesar de certa dispersão populacional em Pelotas e Rio Grande, os postos de trabalho ainda estão concentrados nos centros e distritos industriais, fato que foi evidenciado pelo indicador de mobilidade, que apontou as centralidades dos dois municípios (Figura 9).

Figura 9- Dimensão de Mobilidade Urbana nos municípios de Pelotas e Rio Grande.



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

Fonte: IBGE, 2010b, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

Ou seja, a mobilidade sempre apresentará bons resultados nos centros destas cidades, o que não significa que exista boa mobilidade urbana para a população que reside naquele setor (como sugere originalmente no índice), e sim maior oferta de empregos concentrada, o que faz com que só as áreas mais distantes do centro tenham valores ruins de mobilidade, descartando também outros deslocamentos cotidianos.

2.4 CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS

Inicialmente, esta temática seria apresentada na forma de um índice sintético composto pela ocupação, renda e escolaridade. No entanto, nos deparamos com algumas limitações metodológicas em relação à confiabilidade na representação no que concerne à realidade socioeconômica dos municípios estudados e a forma de construção desses índices.

Um exemplo da questão da realidade socioeconômica foi a tentativa de utilização das informações de ocupações do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS). Essa base disponibiliza dados de grande confiabilidade e boa periodicidade, no entanto, ela registra as ocupações com base nos vínculos empregatícios, o que não representa de forma integral, o perfil dos trabalhadores do município de Arroio

do Padre, que tem a agricultura familiar como ocupação predominante. Segundo a base do RAIS, em 2010 não haviam pessoas ocupadas na classe de trabalhadores da agropecuária, extração, caça e pesca neste município. Já na base de dados da amostra do IBGE, que registra os grandes grupos de ocupação no trabalho principal, a classe de trabalhadores da agropecuária, florestais, da caça e da pesca registrou a maioria da população de Arroio do Padre. Ou seja, a base do RAIS é de extrema importância e bem atualizada para análises sócio-ocupacionais, no entanto, para o objetivo deste estudo, ela não representa com precisão a realidade de um dos municípios estudados.

Nesta etapa, optou-se então por espacializar as ocupações de forma direta, com base nas proporções dos grandes grupos de ocupações disponíveis nos dados da amostra do IBGE, uma vez que informações de renda e escolaridade já seriam apresentadas e bem exploradas ao longo do trabalho, tanto isoladamente quanto como elementos constituintes do Índice de Exclusão/Inclusão social.

A partir dos dados da amostra, foram calculadas as proporções para cada município e por área de ponderação (escala intraurbana) apenas para os municípios de Pelotas e Rio Grande. As proporções foram calculadas com base em nove grupos de ocupação (Quadro 3). Estes dados mostram a distribuição por classes, de pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência no ano de 2010.

Quadro 3- Grandes grupos de ocupação no trabalho principal.

Grandes grupos de ocupação no trabalho principal
Grupo 1: Diretores e gerentes
Grupo 2: Profissionais das ciências e intelectuais
Grupo 3: Técnicos e profissionais de nível médio
Grupo 4: Trabalhadores de apoio administrativo
Grupo 5: Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.
Grupo 6: Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.
Grupo 7: Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.
Grupo 8: Operadores de instalações e máquinas e montadores
Grupo 9: Ocupações elementares

Fonte: IBGE, 2010b.

Esta temática apresenta um detalhamento menor para a comparação intermunicipal na AUSUL porque os municípios menores não possuem áreas de ponderação intraurbana. Devido ao seu tamanho demográfico e extensão territorial, Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte formam cada um, um único grupo amostral para cada limite municipal, impossibilitando a sua desagregação para a escala intraurbana.

2.5 CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS

As informações acerca da localização dos estabelecimentos educacionais foram adquiridas pela base de dados Data Escola Brasil (INEP, diversos anos). Em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa das escolas em atividade no ano de 2010, e sua localização em cada município, nesta base de dados. Foi realizada também a confirmação da localização das escolas através da conferência das listagens disponíveis nos *sites* das prefeituras de Capão do Leão, Pelotas e São José do Norte. Na ausência de informações sobre a localização das escolas, foi necessário entrar em contato com algumas instituições de ensino e com as prefeituras de São José do Norte, Capão do Leão e Arroio do Padre para proceder a identificação.

Após isso, foi iniciado o mapeamento das escolas através do *software Google Earth* e do SIG ArcGIS, através de sensoriamento remoto. O município do Rio Grande foi o único que já disponibilizava um mapeamento das escolas municipais. Este mapeamento foi realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), através do Programa Geotecnologias na Gestão Municipal, e cedido para auxiliar a elaboração deste trabalho, integrando nosso banco de dados.

A segunda base de dados utilizada nesta etapa do trabalho foram os Microdados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2010) que apresentam as taxas de abandono, aprovação e reprovação do 1º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do ensino médio por tipo de rede (federal, estadual, municipal ou privada), nas modalidades de ensino regular. Apesar de o Censo Escolar ser realizado de dois em dois anos, foram utilizados os dados de 2010 neste trabalho para garantir a compatibilidade temporal dos fenômenos sociais, uma vez que não há

disponibilidade de informações mais recentes da base de dados do IBGE para a escala intraurbana, conforme foi mencionado anteriormente.

A partir destes dados, foi estruturado um banco de dados com as informações de rendimentos escolares de cada escola da AUSUL. Este banco de dados foi posteriormente incorporado ao arquivo de pontos com as localizações das escolas formando um banco de dados espacial com as taxas de desempenho escolar para cada instituição. Os estabelecimentos educacionais tiveram sua representação cartográfica na escala intraurbana, a fim de apresentar o panorama da distribuição dos estabelecimentos públicos e privados e o rendimento escolar dos alunos nos espaços intraurbanos de cada município pertencente à AUSUL.

2.6 ANÁLISE DOS SETORES RURAIS

Sabe-se que as relações entre rural e urbano são imbricadas, principalmente devido à ação imobiliária e especulativa do solo, o aumento da mobilidade causado pela disseminação dos veículos, entre outros. As relações entre espaços rurais e urbanos estão imbricadas uma vez que os modos de vida apresentam-se cada vez mais dispersos, os assentamentos urbanos e as paisagens estão cada vez mais fundidos no território (REIS, 2006).

Um recente estudo do IBGE (2017) propôs uma nova classificação para espaços rurais e urbanos por município no Brasil. A nova classificação utiliza os critérios de densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. A classificação define os municípios como urbanos, rurais (adjacente ou remoto) ou intermediários (adjacente ou remoto). Quatro dos cinco municípios da AUSUL foram considerados urbanos e com alto grau de urbanização, com exceção de São José do Norte, que recebeu a tipologia de município intermediário adjacente, com moderado grau de urbanização. No entanto, esta classificação agrupou Capão do Leão e Arroio do Padre ao município de Pelotas como uma unidade populacional. Essa classificação tirou a particularidade do município de Arroio do Padre, que na realidade, possui um território com mais características rurais, tendo a maior proporção de população rural da AUSUL, superando São José do Norte.

A complexidade é maior ainda quando tratamos da escala intraurbana, ao delimitar um setor censitário rural ou urbano. O que é considerado setor censitário

urbano para um município de porte pequeno e com economia voltada ao setor agropecuário, pode ser considerado setor censitário rural em um município de porte maior e mais industrializado. Ou seja, os critérios de setores urbanos e rurais podem diferir de um município para outro, semelhante à delimitação das regiões metropolitanas no território nacional que, muitas vezes, não seguem os mesmos critérios dos processos sociais e econômicos no espaço, e sim dos interesses econômicos e políticos em uma determinada área para serem instituídas.

Por isso, além da caracterização ocupacional e a análise dos rendimentos escolares que abarcou as áreas rurais, o Índice de Exclusão/Inclusão Social também será elaborado comparando setores urbanos e rurais dos municípios. Essa opção foi feita para que seja possível realizar a análise conjunta da distribuição de renda (através das Dimensões de Autonomia de Renda e Equidade), desenvolvimento educacional (através da Dimensão de desenvolvimento Humano) e condições de infraestruturas básicas e habitabilidade (através da Dimensão de Qualidade Domiciliar) entre áreas urbanas e rurais, para uma compreensão mais abrangente do território e da população da AUSUL.

Diferentemente do Índice de Exclusão Social, o IBEU foi aplicado apenas aos setores censitários urbanos, seguindo a metodologia proposta originalmente. Essa medida foi realizada desta maneira porque, ainda que exista uma tendência de homogeneização, a forma de ocupação territorial e os processos atuantes ainda são diferentes em muitas áreas urbanas e rurais, o que pode demandar políticas públicas e atuações diferentes em cada espaço (SEADE, 2013).

E pelo fato do IBEU ser um índice originalmente proposto para regiões metropolitanas e composto por elementos essenciais em áreas urbanas (alguns elementos da Dimensão de Infraestrutura Urbana, por exemplo), e não tanto para áreas rurais, cujos moradores podem ter outras prioridades. Contudo, os setores rurais fazem parte da dinâmica socioespacial e devem ser considerados os casos onde há setores de baixa renda que são igualmente vulneráveis (SEADE, 2013), assim como a infraestrutura básica (água, esgoto, resíduos sólidos e orgânicos, energia elétrica) e educação, que serão analisados através do Índice de Exclusão/Inclusão Social.

CAPÍTULO 3 - CARACTERIZAÇÃO DA AGLOMERAÇÃO URBANA DO SUL

Neste capítulo, serão apresentadas algumas características socioeconômicas e contextuais preliminares dos municípios da AUSUL. O objetivo é fornecer um primeiro contato com as características desta aglomeração, contextualizando alguns pontos de cada município de forma abrangente, assim como as suas relações entre si, para fornecer ao leitor maior compreensão e orientação para os próximos capítulos, que trarão análises mais detalhadas acerca do desenvolvimento socioespacial de cada um destes municípios.

O capítulo está dividido em quatro subcapítulos. O primeiro subcapítulo aborda a gênese e contexto histórico dos municípios, o segundo aborda a criação da AUSUL e os projetos de institucionalização de uma região metropolitana, o terceiro apresenta algumas características gerais acerca do tamanho demográfico, PIB, setores que contribuem na receita de cada município, funcionalidade, hierarquia, IDH e outros. Por fim, o quarto subcapítulo discute as diferenciações entre esses municípios e a questão do reforço nas centralidades históricas.

3.1 GÊNESE E CONTEXTO HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL

Os municípios do Rio Grande e Pelotas foram criados nos séculos XVIII e XIX. Rio Grande é a cidade mais antiga do estado. O desenvolvimento destes municípios não é recente, a sua concentração industrial e de capital é reflexo do seu contexto histórico, referente ao capital acumulado pelas charqueadas em Pelotas e pela atividade fabril e portuária em Rio Grande. O município de São José do Norte foi emancipado do Rio Grande no século XIX e apesar de, assim como Rio Grande, apresentar condições para instalação de estruturas portuárias, seu potencial não foi explorado na época. Já os municípios de Capão do Leão e Arroio do Padre foram emancipados de Pelotas em 1982 e 1996, respectivamente.

3.1.1 Rio Grande

Rio Grande surge no contexto do conflito entre espanhóis e portugueses pelo território. Em 1737 o forte de Jesus-Maria-José é construído para consolidar e

proteger a ocupação portuguesa, além da vinda de índios catequizados e famílias do Rio de Janeiro e Laguna, formando a povoação (IBGE, diversos anos a).

Devido às características fisiográficas da região, a expansão urbana sofreu limitações, uma vez que, o avanço das dunas sobre as áreas já urbanizadas dificultava a manutenção das vias e construções. Em 1763 ocorreu a invasão dos espanhóis, o que ocasionou a transferência da capital da província, que era Rio Grande, para Viamão, e depois para Porto Alegre. Após treze anos de dominação espanhola a Vila do Rio Grande sofreu impactos em sua economia e não retomou seu posto como capital (MARTINS, 2006). No entanto, sua posição geográfica favoreceu as atividades portuárias desde sua gênese até os dias atuais, uma vez que atualmente, Rio Grande exerce atividades industriais e portuárias de importância nacional e internacional.

Na década de 1910 foi construído um novo porto na cidade, acarretando em um novo eixo de expansão urbana (MARTINS, 2006). O porto não se localizava junto ao Oceano Atlântico e sim dentro do estuário da laguna dos Patos. Isso ocasionou grandes transtornos, para as condições de navegabilidade, devido ao assoreamento natural, que alterava a profundidade do canal e impossibilitava a navegação de embarcações de médio e grande porte.

Surgiu então a necessidade de construir os Molhes da Barra, que impedem o fechamento do estuário pelos depósitos sedimentares. Em 1915 concluiu-se o molhe oeste, localizado no município do Rio Grande e, no município de São José do Norte o molhe leste (MARTINS, 2006).

Até 1930, período de industrialização dispersa, a economia foi marcada pelo primeiro parque fabril. Este se desenvolveu durante a primeira fase da industrialização, tendo seu declínio gradual culminando com o fechamento de indústrias nas décadas de 1950 e 1960 (MARTINS, 2006). Na década de 1970 o município recebeu investimentos estatais, principalmente do governo federal para a construção do distrito industrial e as novas instalações do Superporto. Entre os anos de 2004 e 2005 o governo federal priorizou os investimentos na indústria naval e a consolidação de um Polo Naval em Rio Grande teve início em 2006 (SILVA et al., 2012).

Rio Grande é uma cidade portuária e um polo industrial (petroquímica, fertilizantes e alimentos). O porto do Rio Grande é um importante ponto de exportação e importação do Brasil e MERCOSUL (HALAL, 2006). Atualmente, o

município do Rio Grande possui cinco distritos: Rio Grande, Povo Novo, Quinta, Taim e Ilha dos Marinheiros (Figura 10).

3.1.2 Pelotas

Pelotas é produto da economia das charqueadas, desenvolvidas a partir das décadas finais do século XVIII nas margens do Arroio Pelotas e do Canal de São Gonçalo. As charqueadas geraram êxito econômico e acarretaram em crescimento populacional. O primeiro plano urbano data de 1815, quando os estancieiros iniciaram a construção de suas casas próxima às suas unidades de produção, ou seja, situado entre o Canal São Gonçalo e Arroios Pelotas e Santa Bárbara, criando o núcleo principal das charqueadas (SOARES, 2002).

Em 1835 passaria da condição de vila para cidade de Pelotas. Em 1860 e 1890 a indústria do charque estava no seu auge. A prosperidade econômica dos charqueadores refletiu-se na cidade, com a construção de casarões luxuosos e nas obras de modernização e embelezamento da cidade. Havia grande presença de escravos nessa época na cidade, estes foram emancipados em 1884, quatro anos antes da abolição, em um ato que procurava desvincular a escravidão da república, no entanto, como em grande parte do Brasil, estes continuaram trabalhando para cumprir cláusulas de prestação de serviços, sem garantias futuras e direitos, e sem terem tido acesso à terra para próprio cultivo (TAVARES, 2011).

Atualmente, o município destaca-se na produção e beneficiamento de arroz, no cultivo de pêssego e aspargo e na produção de leite. Além disso, destaca-se no setor de comércio e serviços, especialmente educacionais (universidades e faculdades) garantindo por esses setores, centralidade ao município (PREFEITURA DE PELOTAS, 2017). Pelotas possui nove distritos: Pelotas, Cascata, Cerrito Alegre, Z/3, Monte Bonito, Rincão da Cruz, Quilombo, Santa Silvana e Triunfo (Figura 10).

3.1.3 São José do Norte

Em meados de 1800, São José do Norte dispunha de um porto, devido às condições precárias de navegabilidade da entrada da Barra em Rio Grande. As embarcações de médio e grande porte atracavam no porto de São José do Norte, e depois as mercadorias seguiam até à Vila do Rio Grande, em pequenas

embarcações. Em 1828 foi construída a Alfândega de São José do Norte. A emancipação deste município, que fazia parte do território do Rio Grande, se deu no ano de 1831 (GARCIA, 2011).

Na origem, o município apresentava potencial de desenvolvimento similar aos vizinhos Pelotas e Rio Grande, no entanto, a reorganização territorial do trabalho, que polarizou em Rio Grande a partir da sua primazia no setor portuário, tornou São José do Norte dependente e causou retração em seu desenvolvimento. Outro fator que Garcia (2011) coloca como limitante histórico no seu desenvolvimento foi o fato do município estar predominantemente ligado às atividades do setor primário e na monocultura da cebola, sem diversificar, tornando-o refém da economia externa ao território e das intempéries climáticas. Destaca-se também a dependência dos pequenos produtores com relação aos atravessadores e dos preços ofertados pelos compradores de outras regiões do país.

Segundo Gautério (1997), a construção dos Molhes da Barra e as obras no porto da cidade do Rio Grande, fizeram com que São José do Norte perdesse sua importância neste setor. Rio Grande assumiu a primazia como porta de entrada do estado, sendo responsável pelo comércio marítimo. Logo, a Alfândega de São José do Norte foi desativada, e comprometeu as finanças municipais, restringiu o oferecimento de serviços à população, obras e melhorias públicas. Com pouco recurso público e com poucos habitantes com recursos financeiros, advindos quase que exclusivamente da lavoura, o comércio também entrou em declínio, e o desemprego também aumentou. Ao mesmo tempo, a centralização do comércio do Rio Grande foi se consolidando, e o vizinho São José do Norte viu sua economia estagnar. Na época também não havia estradas que ligassem São José do Norte à capital Porto Alegre. O trecho que ligava, tratava-se de uma estrada de chão em péssimas condições de tráfego, sem condições de travessia em épocas de chuva.

Em 1924 foi criado o serviço de travessia por embarcação de passageiros, com a criação da hidroviária para ligar São José do Norte e Rio Grande. Em 1954 o serviço de barcas passou a fazer também o transporte de cargas e veículos entre as duas cidades (PETRONE, 1997). O município chegou a ser considerado a capital nacional da cebola, mas perdeu o posto em detrimento de outros estados. Fontoura (1994) aponta como causas da crise na produção da cebola a escassez de água, o déficit na oferta de energia elétrica e os problemas para escoar a produção. A

pavimentação da rodovia que liga São José do Norte até Porto Alegre só foi concretizada em 2009 (GARCIA, 2011).

A economia do município se baseia no setor primário, com atividades vinculadas à pesca, ao agronegócio e pecuária. A produção agrícola se dá principalmente pelo cultivo de arroz e pela cebolicultura. Existem empresas no ramo da extração de resina e corte da madeira, oriundo das áreas de plantio de Pinus. Destaca-se também o monocultivo do eucalipto e, mais recentemente, a indústria naval (PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE, 2017). Em 2013, um estaleiro foi instalado em São José do Norte, no entanto, estas estruturas parecem não ter integração com a cidade, funcionando paralelamente, sob demanda externa à região e com prazo de validade determinado. São José do Norte é composto por três distritos: São José do Norte, Estreito e Bojuru (Figura 10).

3.1.4 Capão do Leão

Os primeiros habitantes eram indígenas e a ocupação por migração se deu com maior intensidade nos séculos XIX e XX. As terras foram utilizadas por imigrantes atraídos pelos solos para a agricultura e também pela elite de Pelotas, que utilizou a região como local de veraneio. A presença de rochas graníticas no território também atraiu pessoas para a atividade de extração mineral (PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, 2017).

O território atual de Capão do Leão faz parte da Serra dos Tapes. A exploração da Pedreira e o surgimento e crescimento do povoado que surgiu ao redor dela está diretamente ligado com a questão portuária (SANTOS, 2014), uma vez que o porto do Rio Grande não está situado diretamente no Oceano Atlântico, conforme mencionamos anteriormente. A construção dos Molhes da Barra foi essencial para as atividades de navegação de médio e grande porte, mantendo a profundidade do canal em Rio Grande. (SANTOS, 2014). Rio Grande não possui pedreiras, uma vez que sua formação geológica é de planície costeira, constituída por formação arenosa.

Por isso, a pedreira de Capão do Leão, denominada de Pedreira do Cerro do Estado, foi adquirida em 1910 pela Companhia Francesa do Porto do Rio Grande. Isso porque a pedreira de Monte Bonito (localizada em um distrito de Pelotas) não supriu a demanda do volume de rochas necessárias para a construção dos molhes

(TORRES, 2014). A Companhia Francesa iniciou a ocupação do local, com a instalação da infraestrutura necessária para dar início à exploração das rochas, incluindo a abertura de estradas de acesso. A pedreira do Cerro do Estado (originou o nome do bairro) impulsionou o crescimento do até então, distrito de Pelotas. Foram construídas também linhas férreas que ligavam Capão do Leão e Monte Bonito até a Barra do Rio Grande para transportar os blocos (PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, 2017).

Em 1915 foi inaugurada a obra em Rio Grande, no entanto, a demanda por manutenção no complexo portuário e a demanda para modernização de outros portos como os de Porto Alegre, Pelotas, São José do Norte e outras obras executadas de calçamento, saneamento e engenharia no sul do país e em outros países como Argentina e Uruguai, não cessaram (SANTOS, 2014). Atualmente, a pedreira do Cerro do Estado permanece concedida ao Estado do Rio Grande do Sul, administrada pela Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) e novamente forneceu pedras para as obras de ampliação dos molhes da Barra (SANTOS, 2014).

Em 1963 ocorreu a primeira tentativa de emancipação de Capão do Leão (SILVA, 2014). A justificativa para a emancipação era a má distribuição de recursos para aquele distrito, estradas em péssimas condições, escolas e assistência médica. Em 1981 foi publicada a autorização de plebiscito. A área incluiria o antigo 4º distrito (Capão do Leão) de Pelotas, parte do 8º distrito (Morro Redondo) e o bairro Jardim América (parte do 1º distrito de Pelotas).

Os moradores do bairro Jardim América viam a emancipação como uma ameaça, alegando que não foram consultados se queriam ou não a emancipação. Nessa época as reivindicações deste bairro estavam começando a ser atendidas, como melhorias no abastecimento de água. A Vila do Capão do Leão era favorável à emancipação, mas a periferia e as zonas rurais eram contrárias. A população decidiu pela emancipação de Capão do Leão, com 1.751 votos a favor da emancipação, contra 1.259 votos contra a emancipação, e em 1982 foi decretado por lei a criação do novo município (SILVA, 2014).

A agricultura do município é baseada na plantação de arroz, soja, milho, melancia, sorgo, batatas, feijão, fumo, fruticultura. Na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, equinos e caprinos. No ano de 2015 a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) atendia 491 famílias rurais, sendo 296 destas famílias do tipo agricultura familiar (PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO, 2017). Atualmente,

Capão do Leão é composto por quatro distritos: Capão do Leão, Hidráulica, Passo das Pedras e Pavão (Figura 10).

3.1.5 Arroio do Padre

A colonização europeia se deu no ano de 1868, com a imigração alemã-pomerana em São Lourenço do Sul, fundando a colônia Arroio do Padre I. Antes disso, a Serra dos Tapes, área do município, era ocupada por índios Tapes e Carijós (MILHEIRA, 2008, p.425 apud BEIERSDORF; WEIDUSCHADT, 2013; BAYSDORF, 2007). Essas colônias, assim como tantas outras no Brasil, foram patrocinadas e incentivadas pelo governo imperial. Os lotes eram cedidos gratuitamente até 1850 (após isso, em 1954, iniciou-se a cobrança das terras públicas somente para a colonização). Essas medidas de ocupação tinham objetivo de incentivar o povoamento em áreas inóspitas e incentivo à agricultura.

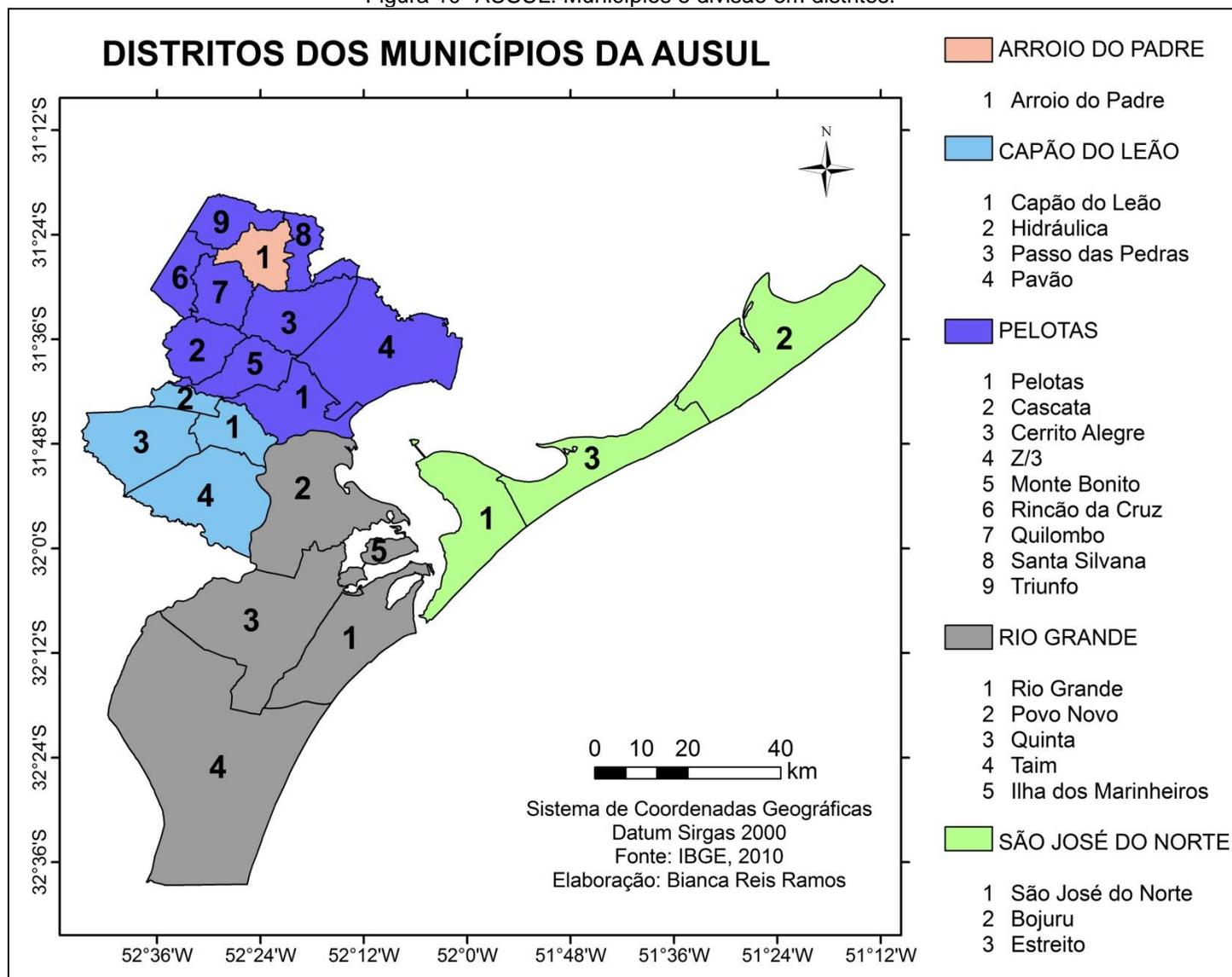
Isso foi estratégico também do ponto de vista de defesa das fronteiras com a Argentina e Uruguai. Em 1870, os moradores expandiram seus limites e iniciaram a ocupação da colônia de Arroio do Padre II (onde se localiza o centro do município atualmente). A Colônia de Arroio do Padre pertencia inicialmente ao município de São Lourenço do Sul, e foi incorporada ao município de Pelotas em 1890 (BEIERSDORF; WEIDUSCHADT, 2013; PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE, 2017). Em 1996 este distrito de Pelotas foi desmembrado e emancipado. Arroio do Padre possui apenas um distrito (Figura 10), a sede do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE, 2017; IBGE, diversos anos a).

A agricultura familiar colonial no município serviu e ainda serve para atender às próprias necessidades de muitas famílias, e o excedente é comercializado no interior do município. A expansão da comercialização tem limitações principalmente pela falta de infraestrutura no que tange ao transporte da produção até o mercado consumidor (NASCIMENTO; NOVELLO, 2017).

A EMATER tem incentivado a diversificação de cultivos no município, que é voltado ao plantio de tabaco. Mais de 90% dos agricultores ocupam-se com a produção de tabaco, sendo esta a principal atividade agrícola do município. A EMATER também aponta a diversificação como alternativa econômica para suprir a falta de opções de renda, ao trocar a monocultura do fumo pelo cultivo de fruticultura, olericultura, incrementando a produção de alimentos e a renda familiar

do pequeno agricultor, aproveitando o potencial da terra de forma sustentável. Além disso, a criação de bovinos e produção de leite, no entanto, problemas de infraestrutura como a de transportes, apontada anteriormente e de energia elétrica, atrasam o desenvolvimento e modernização da fruticultura e da produção de leite (JORNAL TRADIÇÃO, 2012, 2017).

Figura 10- AUSUL: Municípios e divisão em distritos.



3.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUSUL E A PROPOSIÇÃO DE UMA REGIÃO METROPOLITANA

Conforme mencionado anteriormente, o Rio Grande do Sul possui dois tipos de concentrações urbanas instituídas: As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas não metropolitanas. A primeira aglomeração urbana não metropolitana instituída no Estado foi criada no ano de 1990, correspondendo aos municípios de Pelotas e Capão do Leão. Em dezembro de 2002, os municípios de Arroio do Padre, Rio Grande e São José do Norte foram incluídos nesta aglomeração através de um projeto de lei complementar, formando então a AUSUL (RIO GRANDE DO SUL, 2016).

A AUSUL caracteriza-se como uma aglomeração urbana pré-metropolitana, bipolar, descontínua, formada por dois polos que são as cidades médias de Pelotas e Rio Grande, e pelos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte. Institucionalmente, ela é uma aglomeração do tipo não metropolitana, mas já existem projetos de lei que visam à criação de uma região metropolitana nesta área.

Em 2013 foram propostos dois projetos de lei que visavam à criação de uma região metropolitana na região sul do estado. O primeiro projeto de lei visava criar a Região Metropolitana do Sul, composta pelos municípios de Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. Esta proposição teria como ponto de partida os municípios da já instituída AUSUL e a soma de outros seis municípios limítrofes. O segundo projeto de lei era mais abrangente e visava criar a Região Metropolitana da Zona Sul do Estado, composta pelos municípios da Zona Sul do estado².

Optou-se pela tramitação conjunta destes dois Projetos de Lei, e em 2015 foi modificado o Projeto de Lei 249/2013, alterando a composição da Região Metropolitana, que passou a ser composta apenas pelos cinco municípios integrantes da AUSUL. A readequação da proposta foi feita devido à criação da Lei 13.089 de 2015, que criou o Estatuto das Metrôpoles, estabelecendo critérios para a instituição de regiões metropolitanas (BRASIL, 2015).

²Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

O Estatuto das Metr opoles estabelece que a região metropolitana deva ter continuidade territorial, deve ter influência nacional ou regional e que configure a área de influência de, no mínimo, uma capital regional. Após essas adequa es, a proposi o recebeu parecer favorável, sendo aprovado em vota o na Assembleia Legislativa no mês de fevereiro do ano de 2017. De acordo com Halal (p. 20, 2006) "a AUSUL apresenta possibilidades maiores rumo   complementaridade e   solidariedade entre centros urbanos. Entretanto, a efetiva articula o entre os municípios ainda não existe".

3.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS

A Tabela 1 apresenta as características gerais dos municípios que compõem a AUSUL. Essa aglomera o   composta por dois municípios de porte médio e os demais são municípios pequenos. Rio Grande e Pelotas têm a maior propor o de pessoas residentes em áreas urbanas, Produto Interno Bruto (PIB) maior e melhor nível no  ndice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M).

Tabela 1- AUSUL: Informa es gerais.

Municípios	Popula�o em 2010	Popula�o urbana em 2010 (%)	PIB em 2013 (R\$)	IDHM	�ndice de Gini em 2010
Arroio do Padre	2.730	17	40.193.000	0,669	0,5237
Capão do Leão	24.298	92	373.553.000	0,637	0,4493
Pelotas	328.275	93	5.920.548.000	0,739	0,5596
Rio Grande	197.228	96	8.155.095.000	0,744	0,5248
São José do Norte	25.503	68	268.027.000	0,623	0,4423
Total	558.034	96	14.757.416.000	-	-

Fonte: IBGE, diversos anos a; Ministério da Saúde, diversos anos. Elaborado pela autora.

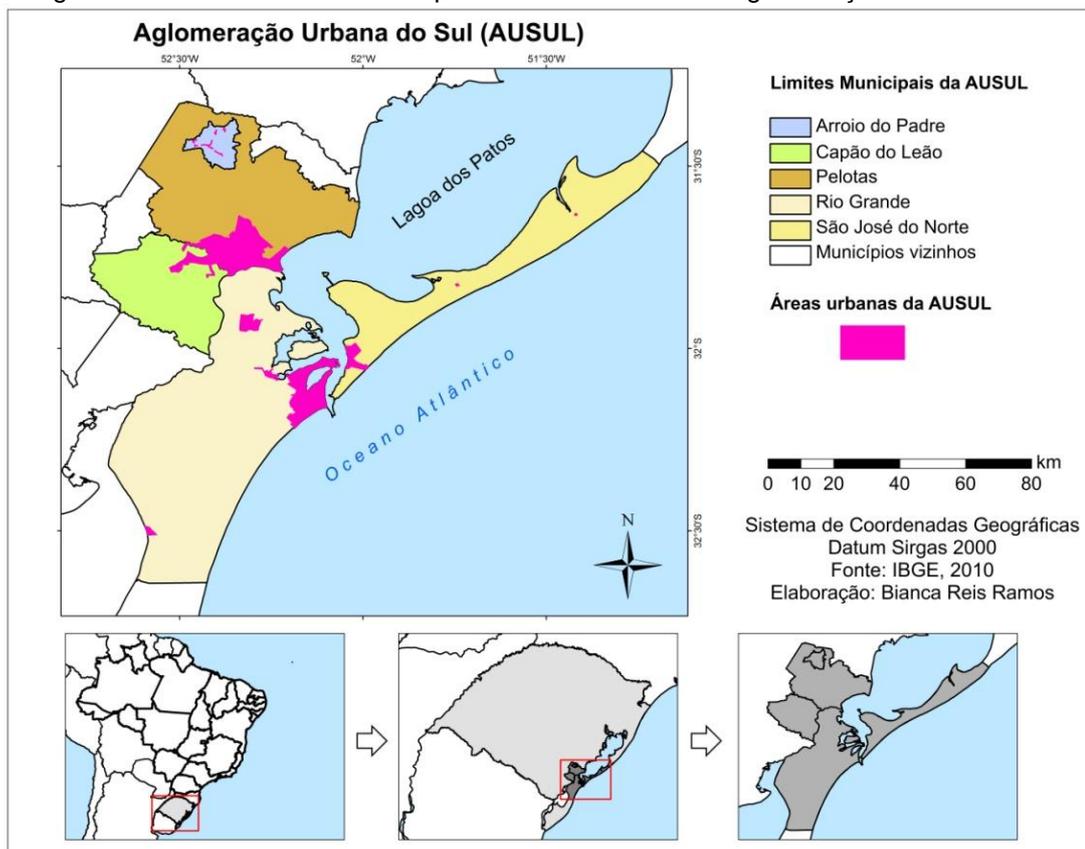
A mobilidade entre as cidades da AUSUL se d  a partir das BR-392, BR-471 e BR-116. J  para acessar o município de São José do Norte,   necessário fazer a travessia de balsa ou barco no sentido Rio Grande – São José do Norte, ou BR-101 sentido Porto Alegre- São José do Norte. A distância máxima de um limite municipal

extremo ao outro na AUSUL não passa de 150 km. Apenas as áreas urbanas de Pelotas e Capão do Leão são conurbadas e a localização dos limites municipais e de suas respectivas áreas urbanas podem ser vistas na Figura 11.

O parque industrial da AUSUL está concentrado entre Rio Grande e Pelotas, assim como as universidades, que reforçam a polarização e centralidade desta aglomeração (HALAL, 2006). Estes dois são municípios historicamente mais desenvolvidos, obtiveram outrora maiores subsídios públicos e privados, e conseqüentemente concentram mais os setores financeiros, industriais, de comércio, universidades, serviços, etc.

Por isso, os dois dividem o lugar de Capital Regional C e os demais municípios são classificados como centros locais na hierarquia da rede urbana do Rio Grande do Sul (IBGE, 2008). Com exceção do município de Arroio do Padre e São José do Norte, todos possuem uma alta taxa de urbanização. O índice de Gini da renda domiciliar *per capita* apresenta maior desigualdade em Pelotas e Rio Grande. A população total desta aglomeração, em 2010, era de 578.034 pessoas.

Figura 11- AUSUL: Limites municipais e áreas urbanas da Aglomeração Urbana do Sul.



Fonte: IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

De acordo com o IBGE (diversos anos a), o PIB de Arroio do Padre, em 2013, tinha contribuição predominante do setor agropecuário (40%) e de administração e serviços públicos (cerca de 35%). Já em Capão do Leão, predominavam os setores da indústria (mais de 20%) e de serviços (mais de 20%). Em Pelotas, o setor com maior contribuição é o de serviços (mais de 50%). Rio Grande teve maior participação nos setores de indústria (mais de 20%) e serviços (mais de 40%). São José do Norte teve maior contribuição dos setores de serviços (cerca de 35%) e administração e serviços públicos (mais de 35%).

No geral, os setores que mais empregam são os de serviços e indústria, que em números absolutos, têm maior concentração em Pelotas e Rio Grande. Em Capão do Leão o setor que mais emprega é o industrial, em Pelotas são os setores de serviços e comércio. Já em Rio Grande são os setores de serviços e o industrial, e São José do Norte emprega mais nos setores de serviços e agricultura. Em Arroio do Padre, o setor de serviços é o que mais emprega, com 83% das pessoas ocupadas. No entanto, como explicamos no capítulo referente à metodologia e a seguir, no capítulo sobre o perfil ocupacional da população (capítulo 6), a maioria da população se ocupa com a agricultura familiar, prática que não é contabilizada pela base do RAIS.

3.4 DIFERENCIAÇÕES ENTRE OS MUNICÍPIOS

O histórico feito até aqui sobre os municípios, nos aponta algumas reflexões: as diferenciações entre estes municípios remontam de um contexto histórico, no entanto, ao direcionar os investimentos em um único ponto sem investir nos demais, corre-se o risco de intensificar as diferenciações entre municípios, acarretando o aprofundamento de desigualdades, quando o crescimento decorrente não é acompanhado de equilíbrio e planejamento. Em suma, esta aglomeração recebeu investimentos do Estado que impulsionaram a economia, assim como a atração de indústrias. No entanto, isso só foi visível em Rio Grande e Pelotas, não só a partir do histórico de sua fundação, mas também em períodos mais recentes, como as diversas intervenções exógenas por parte da União e empresas privadas no complexo portuário do Rio Grande, por exemplo.

Para Moura (2008), a concentração, mobilidade, conectividade e proximidade são importantes na configuração territorial e na divisão social do trabalho. No

entanto, mesmo com a proximidade dos municípios de Capão do Leão, Arroio do Padre e São José do Norte com os municípios mais desenvolvidos da aglomeração, as assimetrias continuam sendo desencadeadas uma vez que, normalmente o direcionamento do capital, os investimentos e a criação de externalidades

[...] decorre (de) e envolve municípios ou partes de seu território que já detêm um mínimo de condições técnicas, científicas, institucionais e culturais capazes de contribuir no processo de transformação. Esse conjunto melhor dotado de vantagens comparativas e favorecido pela proximidade qualifica-se para a atração e sustentação de atividades e investimentos, portanto para a acumulação e reprodução do capital, passando a condicionar a organização da base produtiva. Os municípios ou partes do território de alguns não dotados dessas condições e com pouca capacidade de articulação para conseguirem um salto de qualidade permanecem à mercê das sobras do processo, ou completamente à sua margem (MOURA, 2008, p.208).

Sabe-se que as relações de centro-periferia atualmente são mais complexas, e a característica é a simultânea concentração e dispersão na organização do espaço (SANTOS, 1997). Percebe-se uma expansão das aglomerações urbanas e ao mesmo tempo a consolidação das principais centralidades, com concentração de riqueza fazendo, de um lado, com que apenas alguns pontos do território controlem e conduzam as dinâmicas regionais de divisão social do trabalho, e de outro, a assimetria entre a economia dos centros e das periferias (MOURA, 2008, 2011).

As redes de telecomunicações proporcionaram o desenvolvimento de estruturas urbanas híbridas, hierárquicas e heterárquicas aumentando a conectividade entre os centros, independentemente das hierarquias, à medida que os avanços tecnológicos alcançaram os territórios, bastando apenas que estes centros participem da rede (MACHADO, 1999). Isso porque as distâncias se contraem ou se anulam pela instantaneidade da troca de informações e comunicações, assim como as vias, os meios de transportes, etc. (DIAS, 1995). Isso é um fato, no entanto, nem todos os lugares apresentam estas características.

Moura (2011) salienta que devemos ponderar os avanços tecnológicos de comunicações e informações quando analisamos a realidade brasileira, uma vez que estes efeitos provocados pelas redes no estreitamento de relações entre cidades e pessoas é um processo pontual, abrangendo partes da cidade e da população e não o espaço urbano como um todo. Como Santos (1997, p.227) menciona, "não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes". É fato que as redes facilitam e influenciam, uma vez que muitos

centros criam laços e integrações com outros mais distantes, desprezando as regiões de entorno desfavorecidas (MOURA, 2011).

Moura (2011) critica a tese equivocada de que o espaço perderia o sentido diante das técnicas e das redes, uma vez que o espaço é mediação e campo de reprodução do capital. Outro fator é a percepção de tempo e do espaço que é diferente para cada indivíduo. Os agentes vivem e se deslocam a partir de tempos e percepções de distância diferentes, que são influenciadas pelo conteúdo econômico do indivíduo e das infraestruturas que o ambiente construído oferece a ele no cotidiano. Por isso, as redes são interligadas às questões do poder e com potencial de incluir e excluir ao mesmo tempo. Isso é visível na AUSUL, na medida em que as centralidades historicamente formadas em Rio Grande e Pelotas são reforçadas, enquanto os municípios de entorno se tornam pequenos centros locais subordinados a eles e tentando se beneficiar da proximidade.

Percebe-se um estreitamento das relações verticais entre municípios economicamente fortes e uma enorme desigualdade entre os municípios das aglomerações, neste caso, com evidente carência de um reforço das relações horizontais, articulando a respectiva região (MOURA; SANTOS, 2011, p. 195).

Benko (2002 apud MOURA, 2011, s.p.) ressalta a importância da solidariedade entre territórios, e a conexão destes territórios menosprezados. No entanto, a competitividade dos territórios e a busca por dinamismo sem "entraves" dificulta este tipo de política. Mas ainda se mantém um jogo de importância e interdependência destes territórios periféricos aos centros, em um jogo dialético.

Um estudo realizado pelo IBGE (2015) identificou os arranjos populacionais no Brasil. Estes arranjos são caracterizados pelo agrupamento de dois ou mais municípios com forte integração populacional, com base nos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à conurbação das manchas urbanas. Dentro dos municípios pertencentes à AUSUL, três municípios foram considerados arranjos populacionais: Pelotas, Capão do Leão e Arroio do Padre. Capão do Leão tem um índice de integração com os municípios do Arranjo de 0,51, Arroio do Padre apresentou índice de 0,35 e Pelotas teve índice de 0,03. São 11.716 pessoas que trabalham e estudam em outros municípios do arranjo, assim distribuídas: 472 pessoas são de Arroio do Padre, 5.396 pessoas são de Capão do Leão e 5.848 pessoas são de Pelotas. Das 5.396 pessoas que se deslocam de Capão do Leão,

3,5% são para trabalho e estudo, 18,8% apenas para estudo e 77,7% apenas para trabalho (IBGE, 2015).

São José do Norte não faz parte de nenhum arranjo. Rio Grande foi considerado um município isolado, no entanto, o estudo considerou a sua integração com Pelotas como um caso específico. O estudo considerou que Rio Grande possui relações específicas com Pelotas, mas que não geram integração. Isso ocorre porque movimentos eventuais foram se intensificando a partir de 2011, por conta dos técnicos que participaram das etapas da construção naval em Rio Grande. O Censo demográfico de 2010 não registra este tipo de movimento eventual, pois só são considerados os residentes do município. O censo registrou um total de 3.003 pessoas se deslocando para trabalho e/ou estudo, mas ainda assim, a integração é muito baixa. Para se encaixar nos critérios adotados por este estudo, precisaria de um volume bem maior que o atual de pessoas que se deslocam do Rio Grande para o Arranjo Populacional de Pelotas (IBGE, 2015).

Um estudo de Moura (2008) classificou Pelotas e Rio Grande como uma aglomeração do tipo HH (high/high). Essa nomenclatura HH agrupa municípios com valores positivos entre os municípios vizinhos com base na correlação entre a concentração de população elevada e PIB, assim como fluxos pendulares da população.

Ou seja, as discussões são variadas sobre o grau de integração e interação entre Pelotas e Rio Grande, mas pode-se concluir que, os municípios no entorno deles estão à margem de qualquer desenvolvimento ou investimento, uma vez que o capital é investido de forma concentrada.

CAPÍTULO 4 - O MAPA DE EXCLUSÃO SOCIAL DA AUSUL

Neste capítulo serão apresentados os resultados do Índice de Exclusão/Inclusão Social. O capítulo está dividido em seis subcapítulos. O primeiro apresenta os resultados do índice síntese e suas quatro dimensões para a escala intermunicipal, o segundo subcapítulo apresenta os resultados do índice síntese para a escala intraurbana, o terceiro apresenta a Dimensão de Autonomia de Renda intraurbana, o quarto apresenta a Dimensão de Desenvolvimento Humano intraurbana, o quinto aborda a Dimensão de Equidade intraurbana, e o sexto apresenta os resultados da Dimensão de Qualidade Domiciliar intraurbana. A Figura 12 apresenta a localização dos bairros urbanos de Pelotas e Rio Grande, e a Figura 13 apresenta os subdistritos de São José do Norte e os bairros de Arroio do Padre e Capão do leão, para que os resultados em escala intraurbana possam ser compreendidos neste e nos próximos capítulos.

Figura 12- Rio Grande, Pelotas: Bairros da área urbana.

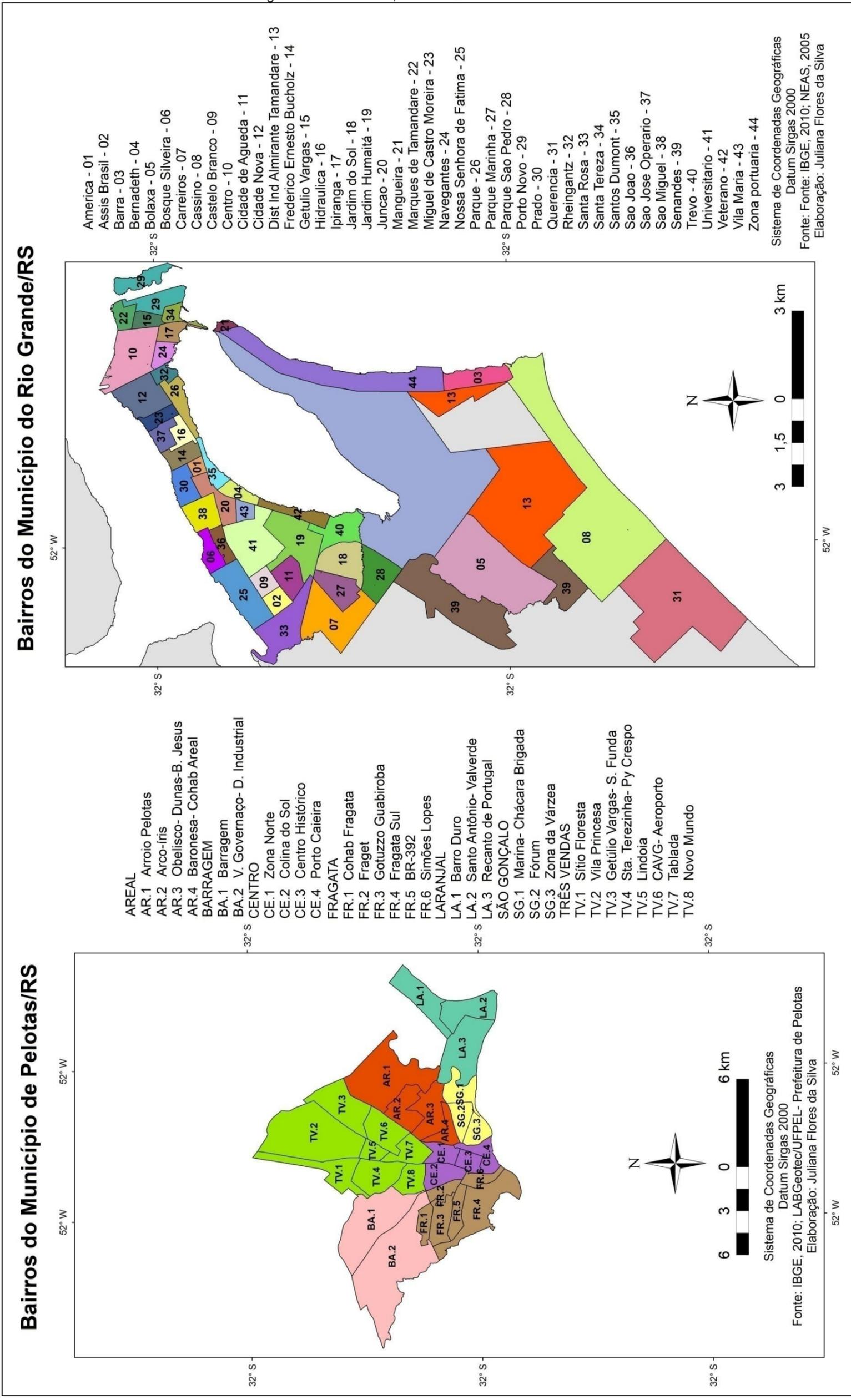
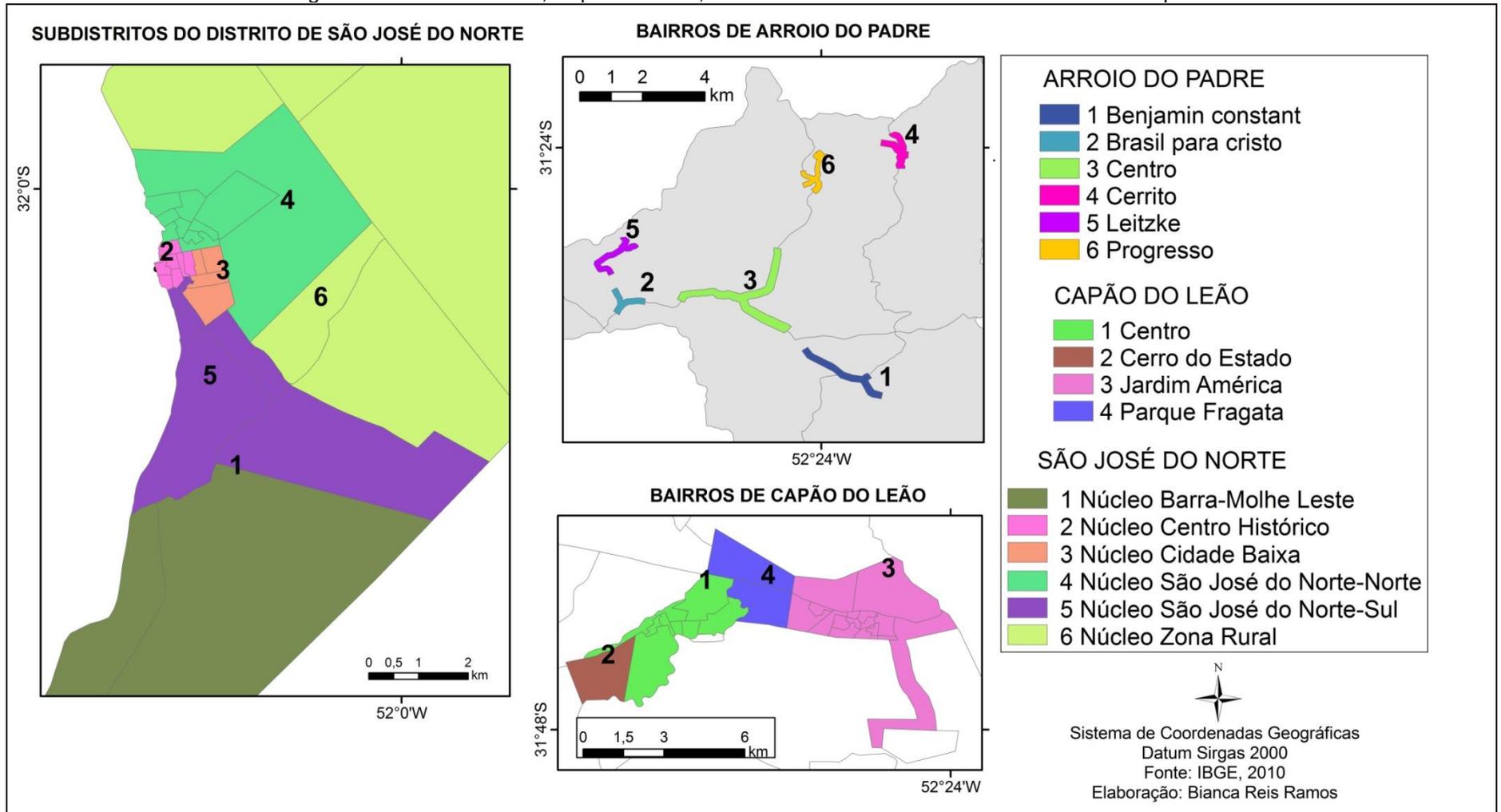


Figura 13- Arroio do Padre, Capão do Leão, São José do Norte: Bairros e subdistritos municipais.

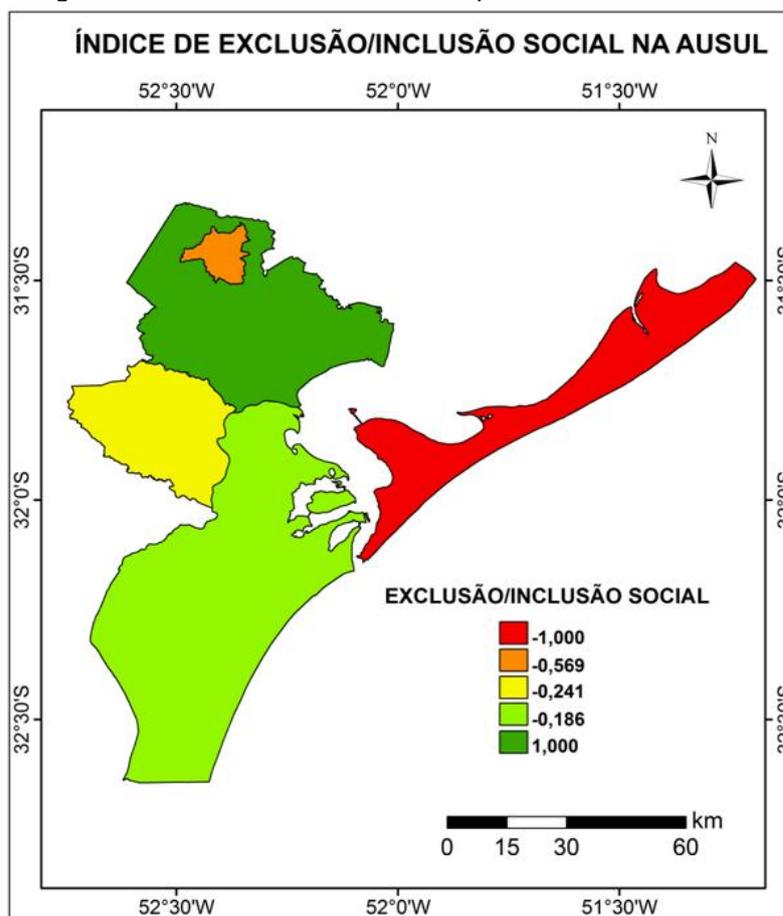


4.1 O MAPA INTERMUNICIPAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E SUAS DIMENSÕES NA AUSUL

O Índice de Exclusão/Inclusão Social e as suas quatro dimensões constituintes apresentam valores no intervalo entre -1 e +1, onde quanto mais próximo de -1, significa que se tratam de áreas onde ocorreram situações de exclusão social, ao passo que, quanto mais próximo de +1, indicam as áreas onde ocorreram mais situações de inclusão social, com base nos critérios estabelecidos e variáveis selecionadas.

A Figura 14 apresenta o Mapa da Exclusão/Inclusão Social para os municípios da AUSUL. Este mapa é a aglutinação das dimensões de Autonomia de Renda, Desenvolvimento Humano, Equidade e Qualidade Domiciliar. Pelotas (+1,000) foi avaliado como o município que apresentou mais situações de inclusão social, quando comparado com os demais municípios. São José do Norte (-1,000) foi o município que apresentou mais situações de exclusão social na AUSUL, seguido dos municípios de Arroio do Padre (-0,569), Capão do Leão (-0,241) e Rio Grande (-0,186).

Figura 14- AUSUL: Índice Intermunicipal de Exclusão/Inclusão.



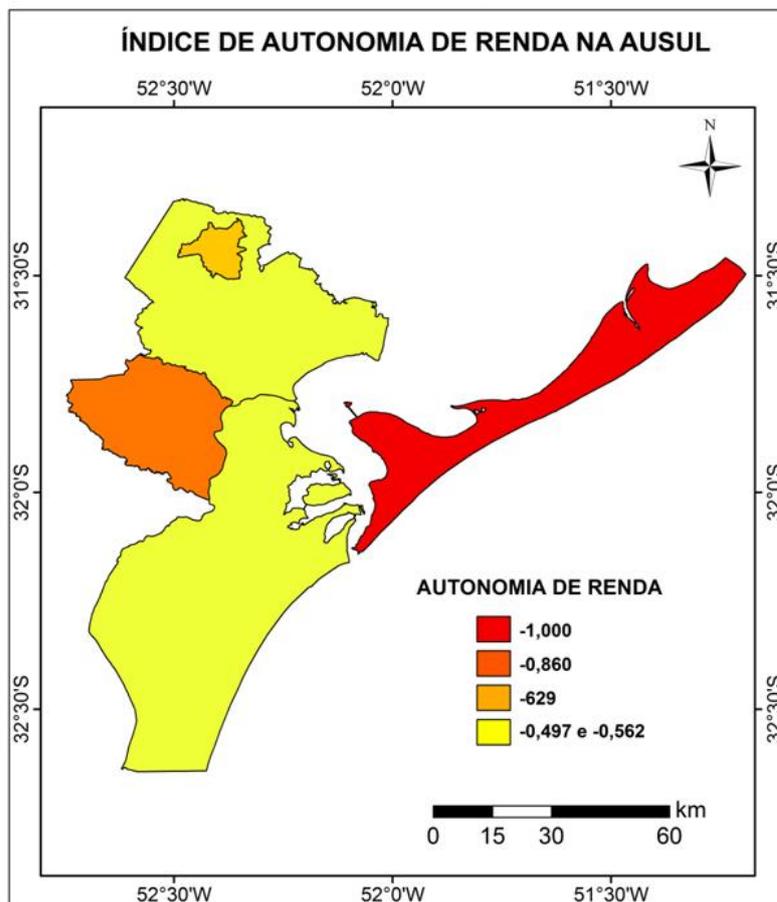
Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

É importante ressaltar que estes resultados são oriundos de uma comparação entre estes municípios, ou seja, não significa de maneira alguma, que em Pelotas não existam áreas e população em situações de exclusão e vulnerabilidade social, ou que em São José do Norte ou nos demais municípios, não haja características positivas, como veremos em maior detalhe na análise intraurbana de cada município. Esta é uma primeira aproximação de uma série de indicadores que foram analisados através da integração das quatro dimensões constituintes do índice. Mas ainda assim, podemos analisar que, de uma maneira geral, a maioria dos municípios não conseguiu alcançar valores positivos, ou seja, predominou na escala intermunicipal, proporções de população em situações de exclusão social nesta aglomeração urbana.

A Figura 15 apresenta a Dimensão de Autonomia de Renda na AUSUL. Esta dimensão foi composta pelo Índice de Distribuição de Renda dos Responsáveis por Domicílios (diferença entre o indicador da proporção de responsáveis por domicílios

com rendimento de até dois salários mínimos e do indicador da proporção de responsáveis por domicílios com rendimento maior que três salários mínimos).

Figura 15- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Autonomia de Renda



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

O sinal negativo para todos os municípios indica que a maioria dos responsáveis por domicílios em todos os cinco municípios da AUSUL recebem um rendimento igual ou menor que dois salários mínimos. Nenhum município alcançou valores positivos de inclusão nesta dimensão. O município do Rio Grande obteve o melhor nível (-0,497) de equilíbrio de rendimento que os municípios vizinhos, ou seja, apresentou maior igualdade entre rendimentos. O município que obteve o pior nível de equilíbrio foi São José do Norte (-1), ou seja, predominou neste município, os rendimentos iguais ou menores que dois salários mínimos. Pelotas obteve -0,562 nesta dimensão, enquanto que Arroio do Padre apresentou avaliação na dimensão de -0,629, e Capão do Leão apresentou valor de -0,860. A Tabela 2 apresenta a distribuição dos rendimentos dos responsáveis por domicílios.

Tabela 2- AUSUL: Dimensão de Autonomia e distribuição dos rendimentos dos responsáveis por domicílios.

Município	Dimensão Autonomia	Maior que 3 salários mínimos	Mais de 2 até 3 salários mínimos	Até 2 salários mínimos
Rio Grande	-0,497	23%	13%	64%
Pelotas	-0,562	21%	12%	68%
Arroio do Padre	-0,629	20%	8%	72%
Capão do Leão	-0,860	9%	10%	81%
São José do Norte	-1,000	5%	5%	89%

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora.

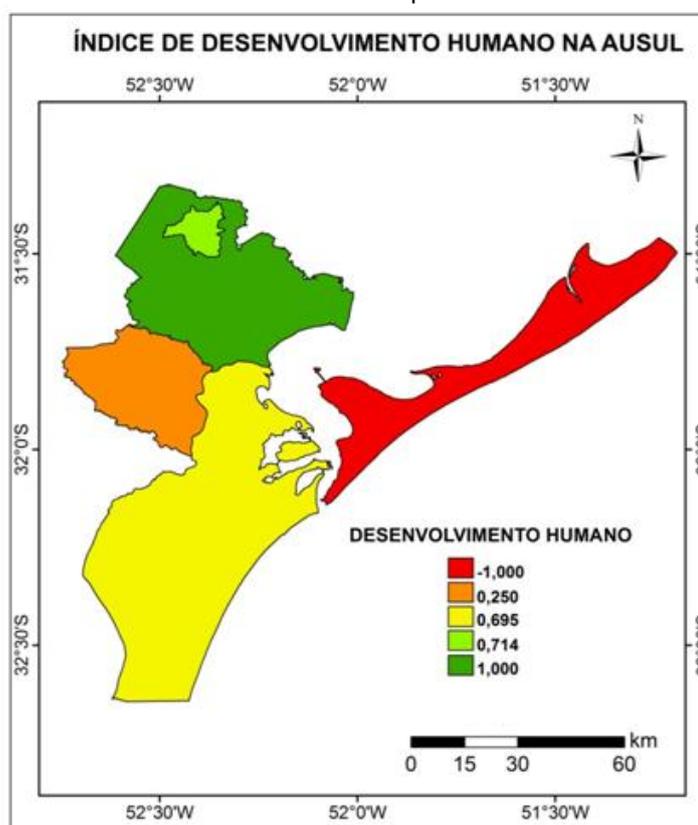
Os rendimentos em São José do Norte são extremamente concentrados, com quase 90% dos responsáveis na classe de rendimentos de até 2 salários mínimos e apenas 10% dos responsáveis recebendo mais de 2 salários mínimos. Capão do Leão obteve a segunda pior avaliação nesta dimensão, uma vez que 81% dos responsáveis recebem até 2 salários mínimos, sendo que destes, 12% não possuíam rendimentos. Arroio do Padre apresentou maior proporção de responsáveis sem rendimentos (15%), no entanto apresentou maior proporção de pessoas recebendo mais que 2 salários mínimos, em relação ao município de Capão do Leão. Ainda que não tenham apresentado valores positivos de distribuição, Rio Grande e Pelotas apresentaram as melhores proporções em distribuição de renda. Arroio do Padre, Rio Grande e Pelotas foram os únicos que apresentaram proporção de responsáveis com rendimentos maiores que 20 salários mínimos.

Estes dados refletem a desigualdade de renda intraurbana destes municípios, uma vez que o rendimento nominal médio mensal de alguns destes, pode chegar a R\$ 4.000,00 reais, como veremos no subcapítulo sobre a Dimensão Intraurbana de Autonomia de Renda. Cabe ressaltar que infelizmente, essa tendência de concentração de rendimentos não é característica apenas da AUSUL. A proporção de responsáveis por domicílios com rendimentos de até dois salários mínimos no Brasil é de quase 80%, e cerca de 75% no Rio Grande do Sul (IBGE, 2010b).

A Figura 16 apresenta a Dimensão de Desenvolvimento Humano na AUSUL. Esta dimensão foi composta pelo Indicador de Desenvolvimento Educacional (proporção de responsáveis por domicílios não alfabetizados), pelo Índice de Estímulo Educacional (diferença da proporção entre os indicadores de alfabetização

precoce e alfabetização tardia), e pelo Indicador de Escolaridade Precária (proporção de pessoas não alfabetizadas entre 15 e 59 anos).

Figura 16- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Desenvolvimento Humano.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

Esta dimensão apresentou melhores resultados, em comparação com a dimensão anterior. Novamente, São José do Norte apresentou a pior avaliação (-1,000) em comparação com os demais municípios, e foi o único nesta escala que apresentou valores negativos para esta dimensão, ou seja, prevaleceram as situações de exclusão social com base nos critérios estabelecidos. Pelotas apresentou a melhor condição (+1,000), seguido de Arroio do Padre (0,714), Rio Grande (0,695) e Capão do Leão (0,250). A Tabela 3 apresenta os indicadores e índices utilizados para composição desta dimensão. O Indicador de Desenvolvimento Educacional mostrou que 21% dos responsáveis em São José do Norte não eram alfabetizados, ao passo que, em Pelotas apenas 5% não eram alfabetizados. O Índice de Estimulo Educacional indicou melhor avaliação para Arroio do Padre, onde 73% das crianças entre 5 e 9 anos já eram alfabetizadas. Por outro lado, em São José do Norte apenas 59% das crianças entre 5 e 9 anos já

eram alfabetizadas e 3% das crianças entre 10 e 14 ainda não tinham sido alfabetizadas. O indicador de Escolaridade Precária avaliou Pelotas com a menor proporção de pessoas não alfabetizadas (2%) e São José do Norte com a maior proporção (13%) na AUSUL.

Tabela 3- AUSUL: Dimensão de Desenvolvimento Humano e seus indicadores e índices parciais.

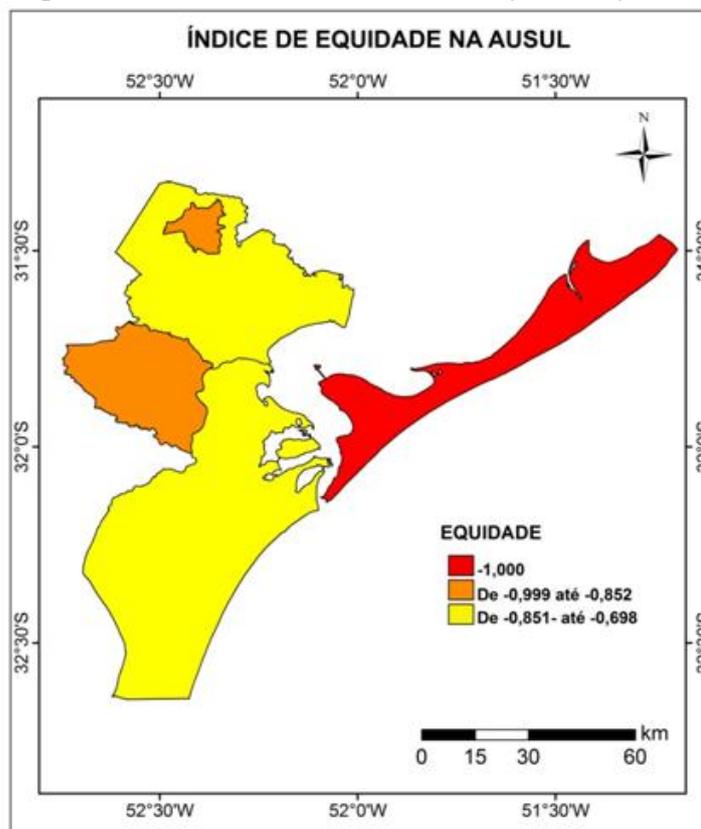
Município	Dimensão DH	Resp. não alfab.	Indic. Desen. Educ.	Alfab. Precoce	Alfab. Tar-dia	Índice de Estímulo Educa-cional	Não alfab. (15-59 anos)	Indicador de Escolaridade Precária
Pelotas	1,000	5	-0,217	70	2	0,975	2	-0,194
Arroio do Padre	0,715	8	-0,369	73	3	1,000	3	-0,228
Rio Grande	0,695	7	-0,331	68	2	0,957	3	-0,233
Capão do Leão	0,250	9	-0,428	66	3	0,907	4	-0,338
São José do Norte	-1,000	21	-1,000	59	3	0,809	13	-1,000

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora.

A Figura 17 apresenta a Dimensão de Equidade. Diferentemente das outras três dimensões da Exclusão/Inclusão Social, este índice não possui nenhum indicador que caracterize inclusão, ou seja, na elaboração da escala foi utilizado o intervalo entre -1 e 0, por isso a melhor avaliação possível para cada município, e depois para cada setor censitário, será o valor zero, que significa que não há situação de exclusão social no setor censitário ou no limite municipal. Isso ocorreu porque todos os indicadores escolhidos para esta análise caracterizam algum grau de exclusão social. Portanto, quanto mais próximo de zero, menor a proporção de pessoas em situação de exclusão nesta dimensão, com base nos critérios selecionados.

Foi utilizado o indicador da proporção de mulheres responsáveis por domicílios não alfabetizadas, o indicador da proporção de mulheres que possuem rendimento igual ou menor que dois salários mínimos, e o indicador da proporção de mulheres entre 15 e 59 anos não alfabetizadas. Novamente, o município de São José do Norte obteve as piores proporções em comparação com os demais municípios. A melhor avaliação foi para o município de Pelotas (-0,698), seguido do Rio Grande (-0,710), Arroio do Padre (-0,852) e Capão do Leão (-0,865).

Figura 17- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Equidade.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

A Tabela 4 apresenta as proporções dos indicadores utilizados na composição desta dimensão. Podemos observar que os rendimentos das responsáveis por domicílios foram decisivos nos resultados desta dimensão, em razão da alta concentração de mulheres responsáveis com rendimentos salariais baixos. Atenta-se também para as altas taxas de mulheres responsáveis por domicílios não alfabetizadas em Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte.

Tabela 4-AUSUL: Dimensão de Equidade e indicadores constituintes.
(Continua)

Município	Dimensão Equidade	Mulheres responsáveis não alfabetizadas	Mulheres com rendimentos de até 2 SM	Mulheres não alfabetizadas (15-59 anos)
Pelotas	-0,698	6	82	2
Rio Grande	-0,710	6	82	3
Arroio do Padre	-0,852	15	91	3
Capão do Leão	-0,865	12	95	4

Tabela 4- AUSUL: Dimensão de Equidade e indicadores constituintes.
(Conclusão)

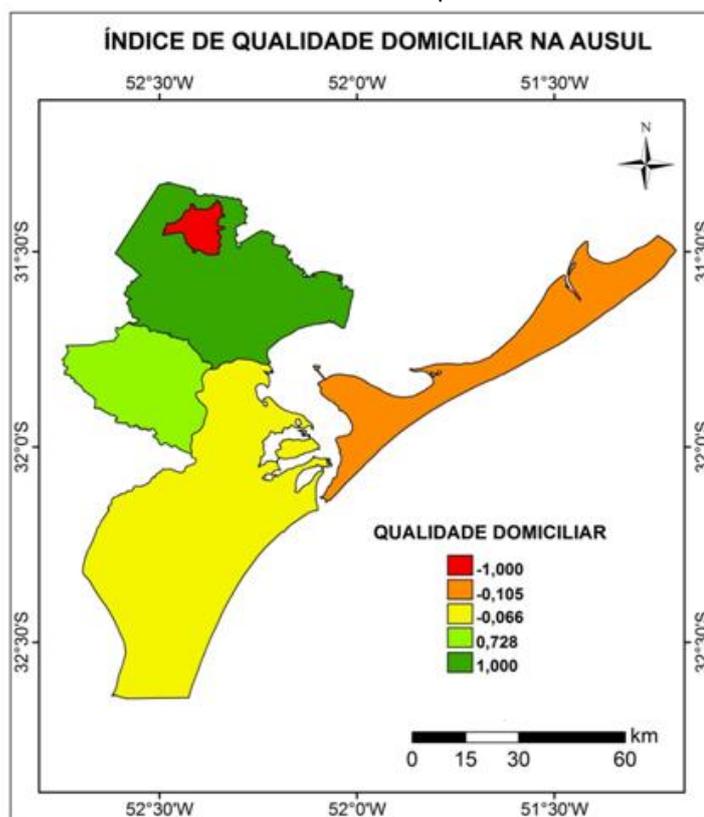
Município	Dimensão Equidade	Mulheres responsáveis não alfabetizadas	Mulheres com rendimentos de até 2 SM	Mulheres não alfabetizadas (15-59 anos)
São José do Norte	-1,000	21	96	11

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora.

De acordo com dados das prefeituras de cada município, disponibilizados pelo IBGE (diversos anos a) para o ano de 2009, Pelotas e Rio Grande são os únicos municípios com um órgão gestor de políticas para mulheres. O órgão gestor nos dois municípios busca articular com outros órgãos municipais a incorporação da questão de gênero na formulação de políticas públicas, assim como a promoção de políticas de igualdade de gênero. Nenhum dos municípios possuía, até o ano de 2009, um plano municipal de políticas para as mulheres.

A Figura 18 apresenta a Dimensão de Qualidade Domiciliar. Esta dimensão foi composta pelo Índice de Infraestrutura Básica (proporção de domicílios com abastecimento inadequado de água, disposição do esgoto e resíduos sólidos e orgânicos inadequados), Índice de Ocupação Domiciliar (proporção de domicílios com mais de seis moradores), Indicador de Propriedade Domiciliar (proporção de domicílios próprios quitados ou em aquisição), e Índice de Habitabilidade Precária (somatório da proporção de domicílios particulares permanentes improvisados, dos domicílios sem banheiro e dos domicílios localizados em aglomerados subnormais). A melhor avaliação foi para o município de Pelotas (+1), seguido por Capão do Leão (0,728), que foram os únicos municípios que apresentaram valores positivos no cálculo da dimensão. Dos resultados negativos, Rio Grande obteve a melhor avaliação (-0,066), ao passo que São José do Norte e Arroio do Padre obtiveram as piores condições (-0,105 e -1 respectivamente).

Figura 18- AUSUL: Dimensão Intermunicipal de Qualidade Domiciliar.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

A Tabela 5 apresenta as proporções dos indicadores e índices utilizados na construção desta dimensão. Arroio do Padre só obteve uma boa avaliação no Indicador de Propriedade Domiciliar.

Tabela 5- AUSUL: Dimensão de Qualidade Domiciliar e seus indicadores constituintes.

Município	Dimensão Qualidade Domiciliar	Índice Infra. básica	Indicador de Ocupação Domiciliar	Indicador propriedade domiciliar	Índice de Habitabilidade Precária
Pelotas	1,000	-0,130	-0,314	0,885	-0,274
Capão do Leão	0,728	-0,224	-0,365	0,900	-0,190
Rio Grande	-0,066	-0,131	-0,337	0,832	-0,497
São José do Norte	-0,105	-0,501	-0,295	0,997	-0,411
Arroio do Padre	-1,000	-1,000	-1,000	1,000	-1,000

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora.

No Índice de Infraestrutura Básica, este município obteve a pior avaliação, pois 70% do abastecimento de água era realizado via poço ou nascente na

propriedade, além do esgotamento sanitário ser realizado via fossa rudimentar ou vala em 33% dos domicílios. A Tabela 6 apresenta os indicadores utilizados no Índice de Infraestrutura Básica (disposição dos resíduos sólidos e orgânicos, do esgoto e abastecimento de água) e disponibilidade de energia elétrica nos domicílios da AUSUL, do Rio Grande do Sul e do Brasil, para o ano de 2010. A média do estado encontra-se acima da média nacional em todos estes serviços públicos, e por sua vez, a AUSUL apresenta indicadores com melhores proporções. No entanto, isso ocorre devido aos indicadores de Pelotas e Rio Grande, enquanto que, os demais municípios apresentaram deficiências na cobertura adequada dos serviços de disposição dos resíduos sólidos e orgânicos (Arroio do Padre e São José do Norte), na disposição do esgoto (Arroio do Padre, São José do Norte e Capão do Leão) e no abastecimento de água (Arroio do Padre e São José do Norte).

Tabela 6- Brasil, RS e AUSUL: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino dos resíduos e existência de energia elétrica em 2010.
(Continua)

Nível	Disposição dos resíduos	%	Disposição do Esgoto	%	Abastecimento de água	%	Energia	%
Brasil	Total	100	Rede ou fossa	67	Total	100	Total	100
	Coletado	87	Outro escoadouro	30	Rede geral	83	Tinham	98,7
	Outro destino	13	Não tinham	3	Outras formas	17	Não tinham	1,3
RS	Total	100	Rede ou fossa	74,6	Total	100	Total	100
	Coletado	92	Outro escoadouro	24,8	Rede geral	85	Tinham	99,6
	Outro destino	8	Não tinham	0,7	Outras formas	15	Não tinham	0,4
AUSUL	Total	100	Rede ou fossa	85	Total	100	Total	100
	Coletado	96	Outro escoadouro	14	Rede geral	92	Tinham	99,5
	Outro destino	4	Não tinham	1	Outras formas	8	Não tinham	0,5
Arroio do Padre	Total	100	Rede ou fossa	58	Total	100	Total	100
	Coletado	45	Outro escoadouro	35	Rede geral	9	Tinham	99,9
	Outro destino	55	Não tinham	6	Outras formas	91	Não tinham	0,1

Tabela 6- Brasil, RS e AUSUL: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino dos resíduos e existência de energia elétrica em 2010.
(Conclusão)

Nível	Disposição dos resíduos	%	Disposição do Esgoto	%	Abastecimento de água	%	Energia	%
Capão do Leão	Total	100	Rede ou fossa	75	Total	100	Total	100
	Coletado	97	Outro escoadouro	24	Rede geral	87	Tinham	99,5
	Outro destino	3	Não tinham	1	Outras formas	13	Não tinham	0,5
Pelotas	Total	100	Rede ou fossa	84	Total	100	Total	100
	Coletado	97	Outro escoadouro	15	Rede geral	94	Tinham	99,5
	Outro destino	3	Não tinham	1	Outras formas	6	Não tinham	0,5
Rio Grande	Total	100	Rede ou fossa	89	Total	100	Total	100
	Coletado	98	Outro escoadouro	11	Rede geral	94	Tinham	99,6
	Outro destino	2	Não tinham	1	Outras formas	6	Não tinham	0,4
São José do Norte	Total	100	Rede ou fossa	73	Total	100	Total	100
	Coletado	78	Outro escoadouro	24	Rede geral	55	Tinham	98,8
	Outro destino	22	Não tinham	2	Outras formas	45	Não tinham	1,2

Fonte: IBGE, diversos anos b. Elaborado pela autora.

Apesar de Arroio do Padre não apresentar aglomerados subnormais, ter apresentado o menor número de domicílios particulares improvisados, e apresentar 90% dos domicílios próprios ou em aquisição no município, ele obteve a maior proporção de domicílios sem banheiro, o que contribuiu com a sua baixa avaliação no Índice de Habitabilidade Precária.

Existem aglomerados subnormais apenas em Pelotas e Rio Grande, sendo que este último município concentra a maior proporção de domicílios localizados em aglomerados subnormais. O IBGE define aglomerado subnormal como

[...] um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa (2010d, p. 18).

Veremos com maior detalhe nos próximos subcapítulos, que existem populações em situação de habitabilidade precária, mesmo nos municípios que não apresentam setores censitários considerados aglomerados subnormais ou em outras áreas urbanas de Pelotas e Rio Grande, que não se encaixaram nos critérios elencados pelo IBGE, mas que apresentam igual ou maior condição de vulnerabilidade social.

4.2 O MAPA INTRAURBANO DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL NA AUSUL

A Figura 19 apresenta o Mapa da Exclusão/Inclusão Social em escala intraurbana para todos os municípios da AUSUL. Devido ao grande volume de mapas intraurbanos gerados para as análises, optou-se por agregar os cinco municípios na mesma imagem para cada índice e dimensão, para facilitar a leitura e disposição no texto. No entanto, apresentamos os mapas individuais, com maior detalhe das áreas urbanas de cada um dos cinco municípios nos Apêndices deste trabalho, para um detalhamento melhor da escala intraurbana, principalmente para Pelotas e Rio Grande, que possuem muitos bairros urbanos. Em uma primeira aproximação, os melhores resultados estão localizados nas áreas urbanas, em todos os cinco municípios.

Em Arroio do Padre as melhores avaliações foram para os bairros (cada bairro equivale a um setor censitário em Arroio do Padre) Centro (0,302) e Benjamin Constant (+1), ambos os setores urbanos. Já os demais setores do município apresentaram valores negativos, totalizando a proporção de 75% no município. A representação mais detalhada para o município de Arroio do Padre pode ser vista no Apêndice A1.

Em Capão do Leão, 82% dos setores obtiveram avaliação negativa. Apenas 7 setores censitários apresentaram somatório positivo. Os valores positivos concentraram-se no bairro Centro, em apenas um setor do Jardim América e em 3 setores rurais, localizados bem próximos aos setores urbanos (Apêndice A2). Os valores negativos predominaram no Bairro Jardim América e nos setores rurais.

Em Pelotas, 48% dos setores obtiveram avaliação negativa, localizados principalmente nas áreas rurais. Nenhum setor rural obteve avaliação positiva, no entanto a área urbana apresentou também espaços de exclusão em algumas áreas

vulneráveis (Apêndice A3). Os subdistritos Centro e Laranjal apresentaram a maioria dos seus setores com avaliações positivas.

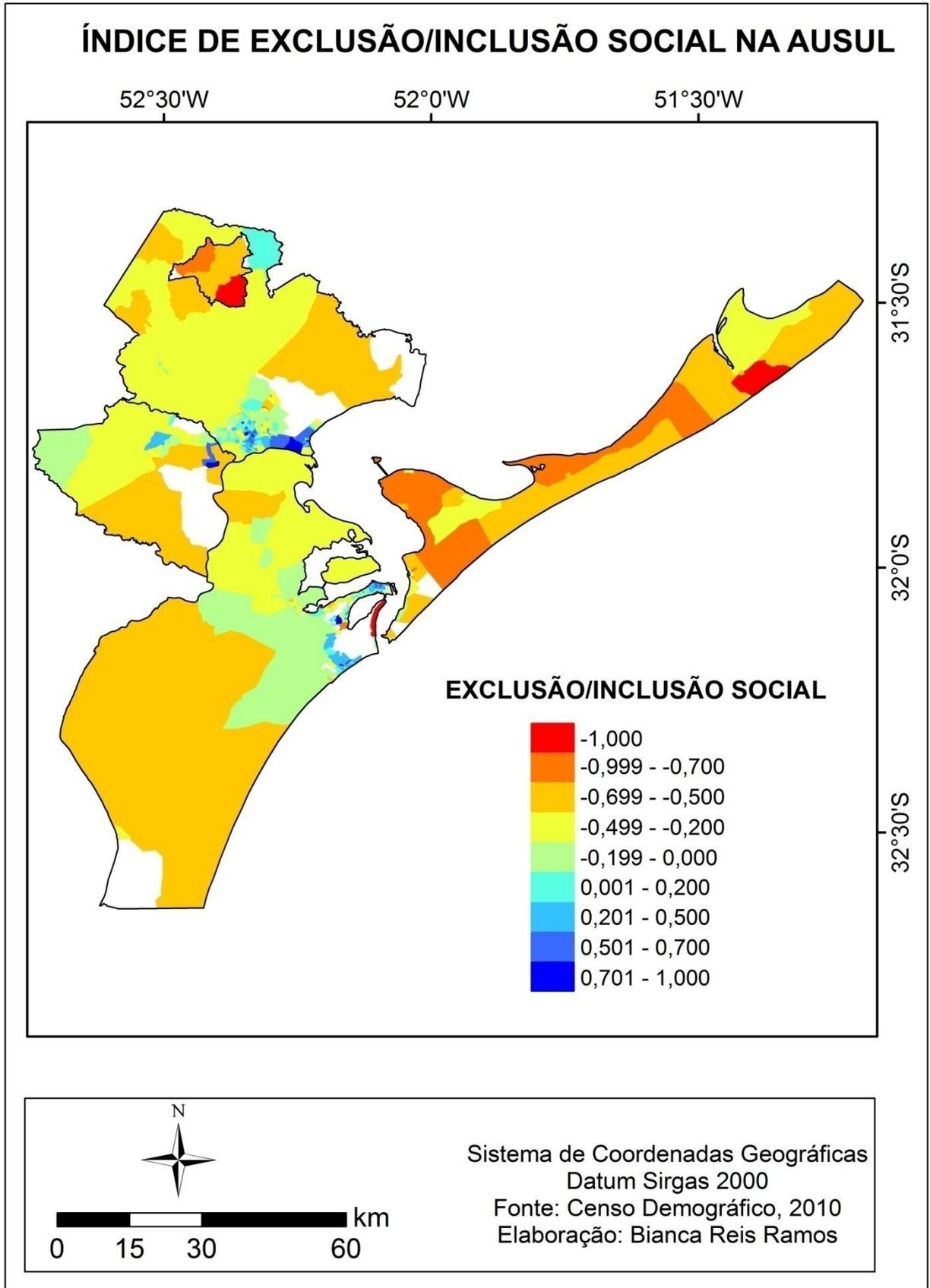
As melhores avaliações positivas (entre 0,7 e 1), foram identificadas no bairro Novo Mundo (TV.8), no subdistrito de Três Vendas, nos bairros Colina do Sol (CE.2), Zona Norte (CE.1) e Centro Histórico (CE.3), situados no subdistrito Centro, e finalmente, nos bairros Recanto de Portugal (LA.3) e Santo Antônio- Valverde (LA.2), ambos localizados no subdistrito Laranjal. Os setores que apresentaram as piores avaliações negativas (entre -1 e -0,5) localizaram-se nos bairros Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3) e Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), ambos no subdistrito de Três Vendas, no bairro Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), no subdistrito Areal, nos bairros Colina do Sol (CE.2) e Porto Caieira (CE.4), ambos no subdistrito Centro, no bairro Simões Lopes (FR.6), no subdistrito Fragata, e no bairro Zona da Várzea (SG.3), no subdistrito São Gonçalo.

Em Rio Grande, 43% dos setores obtiveram avaliação negativa, nas periferias da área urbana e nas áreas rurais. As áreas com avaliação positiva compreenderam os bairros de maior infraestrutura e de maior renda, como o Centro (10), Cidade Nova (12), Cassino (8), Jardim do Sol (18), e um setor censitário no núcleo urbano da Quinta (Apêndice A4). As piores avaliações foram para o Aglomerado Subnormal Dom Bosquinho, localizado no bairro Rheingantz (32), no bairro Nossa Sra. de Fátima (25), no setor censitário entre os bairros Parque São Pedro (28) e Trevo (40), nos bairros Querência (31), Santa Rosa (33) e em áreas de ocupação localizadas na Zona Portuária (44).

No município de São José do Norte, 90% dos setores foram avaliados como negativos. Os setores com melhor avaliação localizaram-se no subdistrito Centro Histórico. Os piores resultados na área rural localizaram-se no distrito de Bojuru, e na área urbana, em alguns setores do distrito de São José do Norte, no subdistrito Núcleo Cidade Baixa e subdistrito Núcleo São José do Norte-Norte. Os resultados para São José do Norte não foram homogêneos entre os subdistritos urbanos (Apêndice A5).

Como a análise foi feita por setores censitários, a desigualdade socioespacial dos municípios pôde ser percebida no interior dos bairros, que se mostraram bastante heterogêneos, de uma forma geral. Daí a importância da análise interurbana e intraurbana integrada.

Figura 19- AUSUL: Mapa Intraurbano de Exclusão/Inclusão Social.



4.3 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE AUTONOMIA DE RENDA NA AUSUL

A Figura 20 apresenta a Dimensão de Autonomia de Renda para as áreas urbanas e rurais dos municípios da AUSUL. No município de Arroio do Padre, apenas um setor rural e o setor que corresponde ao bairro Benjamin Constant obtiveram avaliação positiva na Dimensão de Autonomia de Renda. Ou seja, 81% dos setores censitários caracterizaram situações de exclusão nesta dimensão (Apêndice B1). Em Capão do Leão, apenas um setor censitário localizado em área rural, próximo ao Jardim América, obteve valor positivo na dimensão. Os piores valores concentraram-se no também no Jardim América, no bairro Fragata e próximo ao centro, em setor urbano (Apêndice B2).

Em Pelotas 82% dos setores obtiveram avaliação negativa nesta dimensão. Os bairros Zona Norte (CE.1) e Centro Histórico (CE.3), localizados no subdistrito Centro, e os bairros Recanto de Portugal (LA.3) e Santo Antônio- Valverde (LA.2), localizados no subdistrito Laranjal foram os que concentraram maior proporção de setores positivos, seguidos dos bairros Marina- Chácara Brigada (SG.1) e Fórum (SG.2), ambos no subdistrito São Gonçalo, e de alguns setores isolados no bairro Novo Mundo (TV.8), em Três Vendas e Colina do Sol (CE.2), no subdistrito Centro.

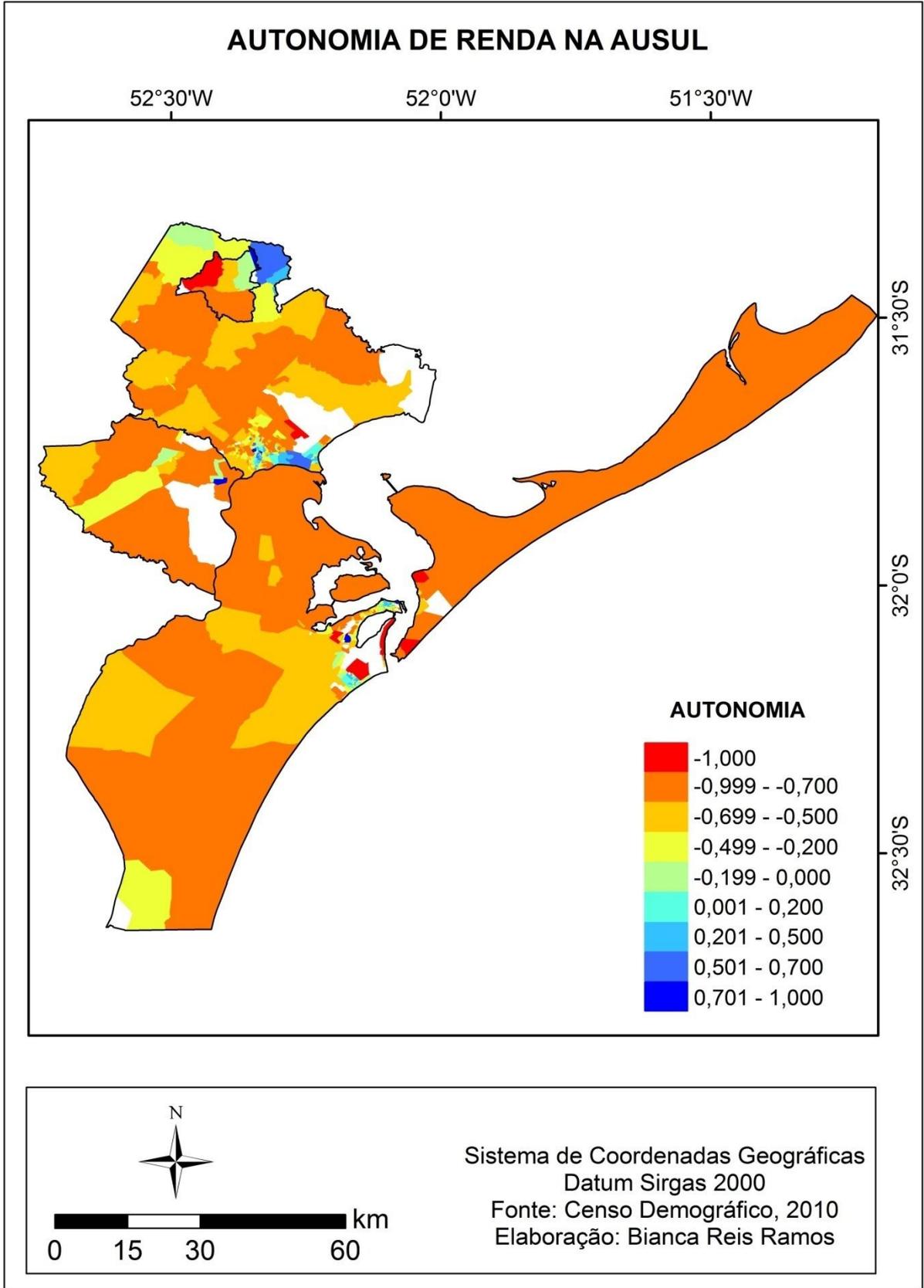
Apenas dois setores rurais apresentaram avaliação positiva, próximos ao limite municipal de Arroio do Padre. No entanto, os piores valores negativos localizaram-se nas áreas urbanas, demonstrando maior desigualdade de renda urbana em detrimento da rural, localizados em setores dos bairros V. Governação (BA.2), situado no subdistrito Barragem, nos bairros Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3), Tablada (TV.7) e Lindoia (TV.5), situados no subdistrito Três Vendas, no bairro Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), situado no Areal, bairro Barro Duro (LA.1), no subdistrito Laranjal, nos bairros COHAB Fragata (FR.1), Gotuzzo Guabiroba (FR.3), Fraget (FR.2) e Simões Lopes (FR.6), situados no Fragata, e o bairro Zona da Várzea (SG.3), situado no São Gonçalo. (Apêndice B3).

Em Rio Grande, 82% dos setores obtiveram avaliação negativa, concentrando-se com maior grau de exclusão na Zona Portuária (44), Querência (31), São Miguel (38), Junção (20), Nossa Sra. de Fátima (25), Jardim Humaitá (19), Bosque (06), Carreiros (07), Castelo Branco (09), Cidade de Águeda (11) e Getúlio

Vargas (15). Já os setores rurais com as piores avaliações localizam-se nos distritos Taim, Povo Novo e Ilha dos Marinheiros. Os setores positivos concentraram-se no Centro (10), Jardim do Sol (18), alguns setores no bairro Parque (26), Cidade Nova (12) e no Cassino (08). Nenhum setor rural alcançou uma avaliação positiva nesta dimensão em Rio Grande (Apêndice B4).

Em São José do Norte nenhum setor alcançou avaliação positiva nesta dimensão. Os piores valores localizam-se nas áreas rurais e no subdistrito urbano São José do Norte-Norte. Ainda que nenhum setor tenha alcançado valores positivos, o Centro histórico foi o que obteve melhores indicadores (Apêndice B5).

Figura 20- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Autonomia de Renda.



A Tabela 7 apresenta o valor do rendimento médio mensal dos domicílios. Podemos observar os rendimentos mais baixos em São José do Norte e Capão do Leão, e os rendimentos mais elevados em Arroio do Padre. Pelotas e Rio Grande possuem rendimento urbano similar, destoando apenas nos rendimentos rurais, onde Pelotas apresenta rendimento rural mais elevado.

Tabela 7- RS, AUSUL: Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar do ano de 2010.

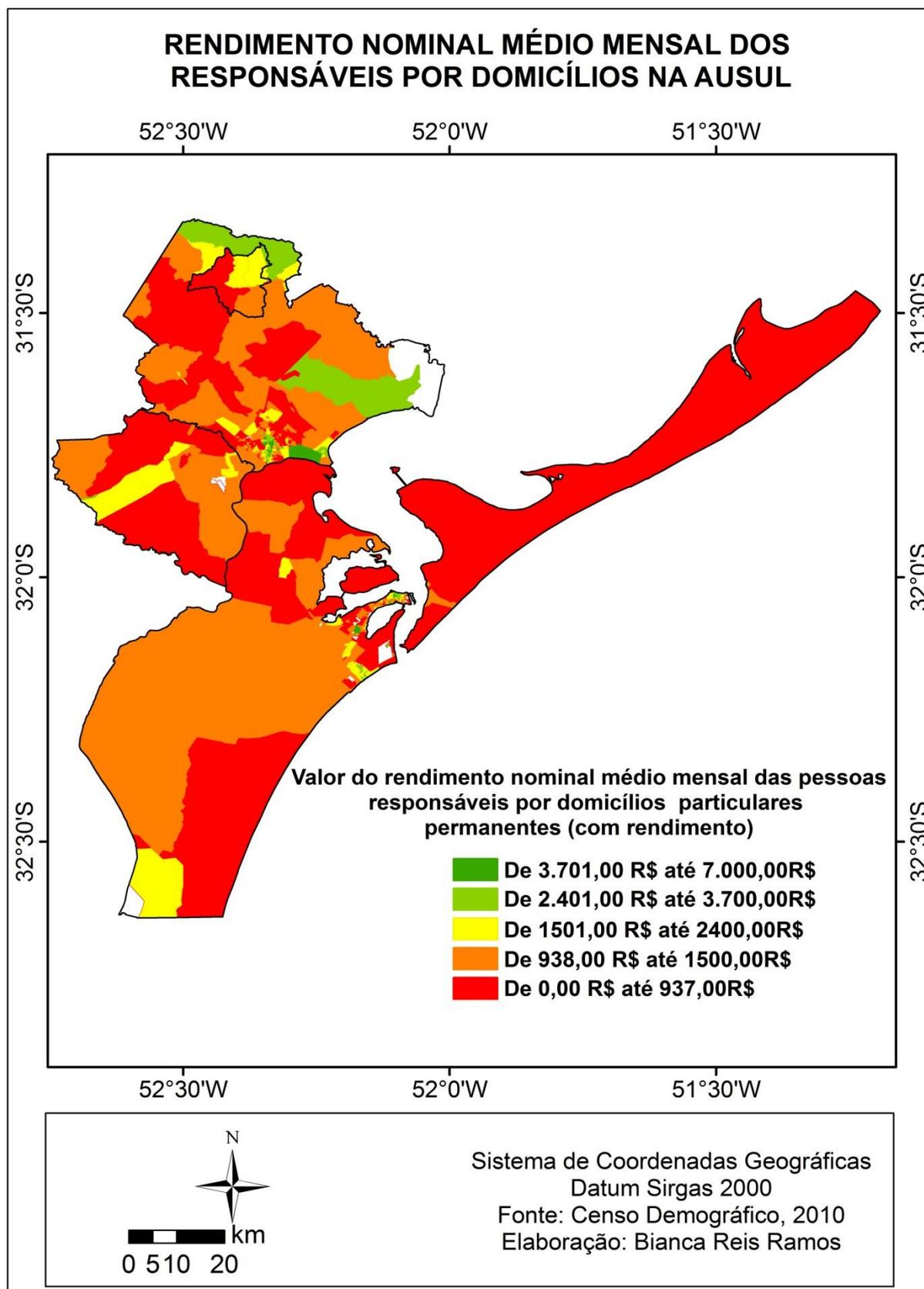
Município	Total (R\$)	Situação do domicílio	
		Urbana (R\$)	Rural (R\$)
Arroio do Padre	3.033,78	4.095,74	2.772,15
Capão do Leão	1.527,05	1.473,67	2.116,20
Pelotas	2.597,64	2.594,78	2.642,58
Rio Grande	2.540,36	2.560,47	1.986,32
São José do Norte	1.470,14	1.503,29	1.399,85
RS	2.850,15	2.989,00	2.005,53

Fonte: IBGE, diversos anos b. Elaborado pela autora.

De acordo com a Figura 21, podemos perceber as distorções que os indicadores de renda média municipal podem proporcionar. Nas áreas urbanas de Pelotas e Rio Grande, por exemplo, existem áreas com rendimento médio dos responsáveis na faixa de R\$ 7.000,00, e enquanto isso, em outros setores, a maioria dos responsáveis recebem menos que um salário mínimo. Sposati (2000) já havia alertado sobre o fato dos cálculos a partir de médias aritméticas serem suprarrealidades em contextos de grandes disparidades e desigualdades sociais.

As áreas urbanas de Pelotas e Rio Grande apresentaram grande disparidade salarial intraurbana. Foram observados rendimentos mais elevados em algumas áreas rurais de Pelotas e Arroio do Padre, que apresentaram maior diversidade de rendimentos. Mais uma vez, São José do Norte (85% dos setores apresentaram rendimento médio dos responsáveis menor que R\$ 937,00) aparece com maior precarização salarial, abarcando toda área rural, seguida de Capão do Leão e Rio Grande. Os maiores rendimentos em São José do Norte foram verificados no Centro Histórico, não ultrapassando o valor de R\$ 3.000,00.

Figura 21- AUSUL: Distribuição Intraurbana do rendimento médio mensal dos responsáveis por domicílios.



4.4. O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA AUSUL

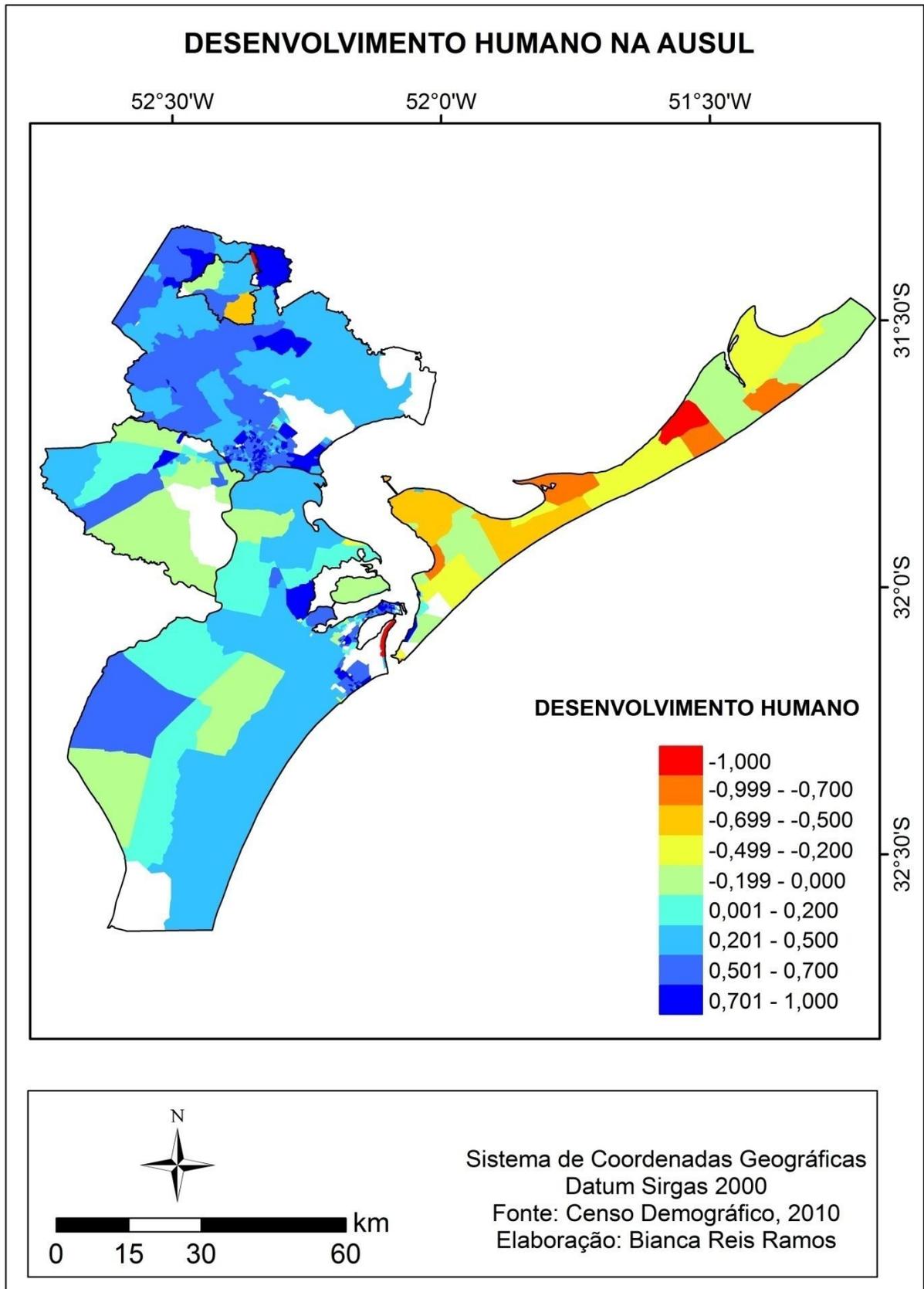
A Figura 22 apresenta o mapa intraurbano da Dimensão de Desenvolvimento Humano na AUSUL. Em Arroio do Padre, 60% dos setores apresentaram avaliação positiva na Dimensão de Desenvolvimento Humano, localizados em alguns setores rurais e nos bairros urbanos Progresso, Centro e Benjamin Constant. As piores avaliações localizaram-se em maioria, nas áreas rurais e no bairro urbano Leitzke (Apêndice C1). Em Capão do Leão, 74% dos setores obtiveram avaliação positiva nesta dimensão. No geral, as áreas rurais apresentaram bons indicadores quando comparadas às áreas urbanas (Apêndice C2).

Em Pelotas, 99% dos setores foram avaliados como positivos, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais. Os melhores indicadores foram encontrados nos subdistritos do Centro e Laranjal. Os valores positivos mais altos concentraram-se nos setores dos bairros Zona Norte (CE.1) e Centro Histórico (CE.3), no subdistrito Centro, no bairro Baronesa- COHAB Areal (AR.4), no subdistrito Areal, e nos bairros Recanto de Portugal (LA.3) e Santo Antônio- Valverde (LA.2), localizados no subdistrito Laranjal. Apenas cinco setores no município caracterizaram situação de exclusão nesta dimensão, localizados em Três Vendas, no bairro Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3) e em um setor do subdistrito Centro, localizado no bairro Colina do Sol (CE.2) (Apêndice C3).

Em Rio Grande, 95% dos setores obtiveram avaliação positiva nesta dimensão. Os melhores indicadores localizaram-se nos bairros Centro (10), Jardim do Sol (18) e em alguns setores da Cidade Nova (12) e Cassino (08). Alguns setores negativos localizaram-se nas áreas rurais no Povo Novo, na Quinta, Taim e Ilha dos Marinheiros. Já nas áreas urbanas, localizaram-se na Zona Portuária (44), São Miguel (38), Mangueira (21), Nossa Sra. de Fátima (25), Querência (31), Carreiros (07) e Getúlio Vargas (15) (Apêndice C4).

São José do Norte obteve os piores indicadores, com apenas 26% dos setores com avaliação positiva. A maioria dos setores apresentou situação de exclusão nesta dimensão, concentrando-se principalmente nas áreas rurais do distrito Bojuru, Estreito e em alguns setores urbanos. Das avaliações positivas, apenas dois setores rurais foram avaliados acima de zero, e os demais setores positivos, localizaram-se nas áreas urbanas e centrais (Apêndice C5).

Figura 22- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Desenvolvimento Humano.



4.5 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE EQUIDADE NA AUSUL

A Figura 23 apresenta o mapa intraurbano da Dimensão de Equidade na AUSUL. Como a Dimensão de Equidade foi calculada a partir apenas de indicadores negativos, ou seja, apenas representando situações de exclusão, iremos avaliar a proporção de setores que apresentaram valores acima ou abaixo de -0,200.

Em Arroio do Padre, nenhum setor apresentou avaliação maior que -0,200. Os piores indicadores localizaram-se nas áreas rurais e a maioria dos setores apresentaram valores menores que -0,800 (Apêndice D1). Em Capão do Leão, nenhum setor alcançou valor maior que -0,200 também. As piores avaliações apresentaram-se tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais. As faixas de maior representatividade ficaram entre os valores -0,700 e -0,600 (Apêndice D2).

Em Pelotas, de 529 setores censitários, apenas cinco setores apresentaram valores maiores que -0,200. Os melhores indicadores (valores negativos mais próximos de zero) localizaram-se no Centro, nos bairros Zona Norte (CE.1) e Centro Histórico (CE.3), e no Laranjal, nos bairros Santo Antônio- Valverde (LA.2) e no Recanto de Portugal (LA.3). As faixas de maior representatividade foram os valores de -0,700 e -0,600. E os piores resultados localizaram-se nas áreas rurais do distrito Z/3 e Triunfo, no subdistrito Três Vendas, nos bairros Getúlio Vargas-S. Funda (TV.3) e Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), no bairro Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), no Areal, e no subdistrito Centro, no bairro Colina do Sol (CE.2) (Apêndice D3).

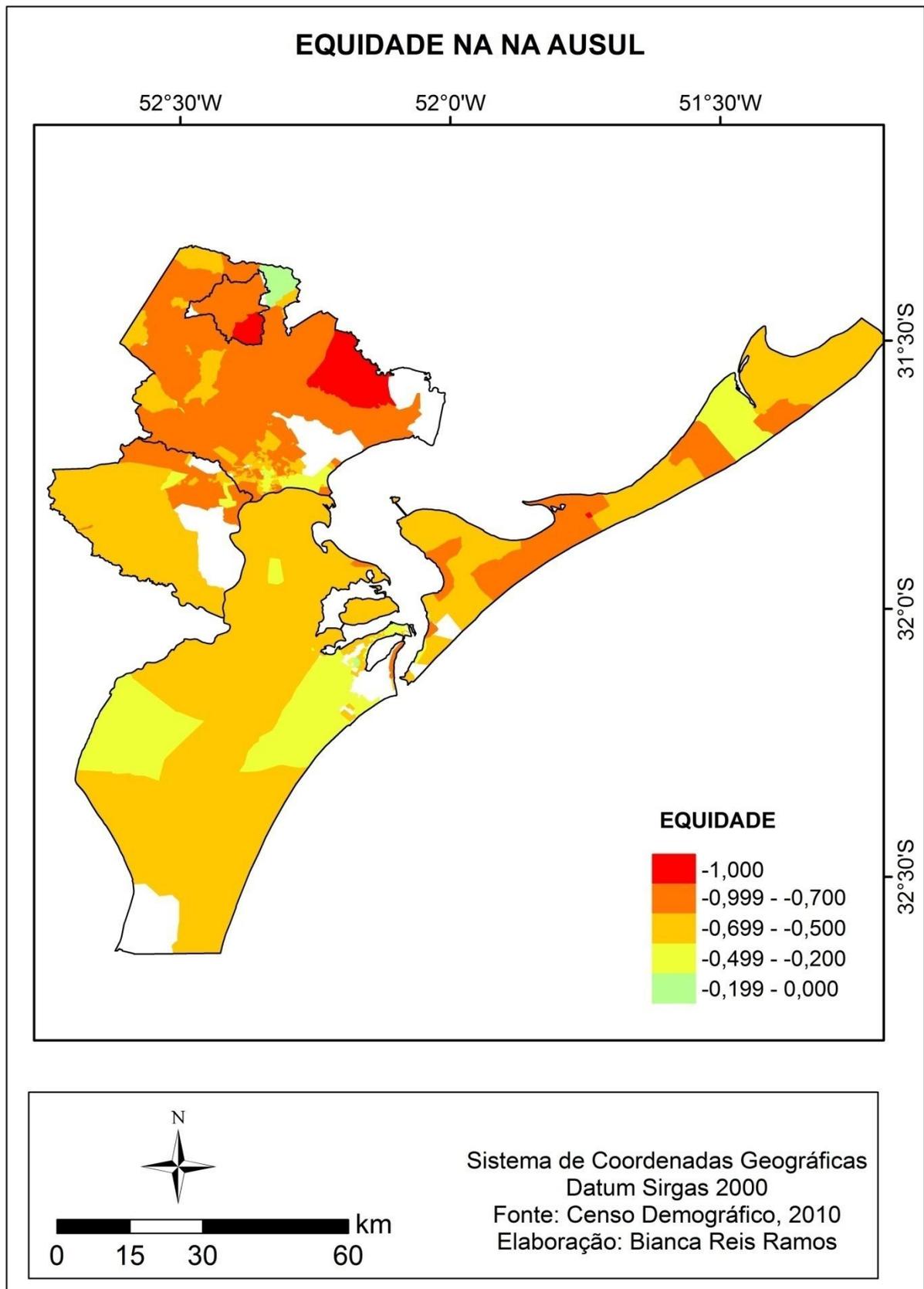
Em Rio Grande, apenas 4 setores alcançaram valores maiores que -0,200. No entanto, o município apresentou melhor equilíbrio entre os rendimentos das mulheres, em comparação com os outros municípios, concentrando setores em sua maioria, com valores maiores que -0,500. É importante ressaltar que nesta dimensão, quanto mais próximo do valor zero, melhores são as condições de inclusão. As classes de maior representatividade ficaram na faixa de -0,500 e -0,400.

Os setores com valores mais próximos de zero (melhores indicadores) localizaram-se no Centro (10), Cassino (08), Parque (26), Cidade Nova (12) e Jardim do Sol (18). Os valores mais baixos concentraram-se nas áreas rurais do Povo Novo e Taim, na Zona Portuária (44), nos bairros urbanos São Miguel (38), Senandes (39), Junção (20), Nossa Sra. de Fátima (25), Jardim Humaitá (19), Assis Brasil (02),

Bosque Silveira (06), Castelo Branco (09), Getúlio Vargas (15) e Navegantes (24) (Apêndice D4).

Em São José do Norte, nenhum setor apresentou valores maiores que -0,200. As classes de maior representatividade ficaram na faixa de -0,600 e -0,500. Os resultados mais próximos de zero, ou seja, os melhores resultados localizaram-se em alguns setores do Centro Histórico e nas áreas rurais do Núcleo Barra-Molhe Leste. Os piores resultados localizaram-se nas áreas rurais do Estreito e Bojuru e no núcleo São José do Norte-Norte (urbano) (Apêndice D5).

Figura 23- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Equidade.



A Tabela 8 mostra a proporção de homens e mulheres ocupadas com rendimento de trabalho e o rendimento médio. As menores proporções de mulheres com ocupação ocorrem nos municípios de São José do Norte e Capão do Leão. Todos os municípios apresentam desigualdade de salários entre homens e mulheres. Em Capão do Leão e São José do Norte, apesar de haver diferença, tanto homens, quanto mulheres possuem rendimentos baixos. Já as maiores disparidades de rendimento médio entre homens e mulheres ocorrem em Arroio do Padre e Rio Grande.

Tabela 8- RS, AUSUL: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho e valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos.

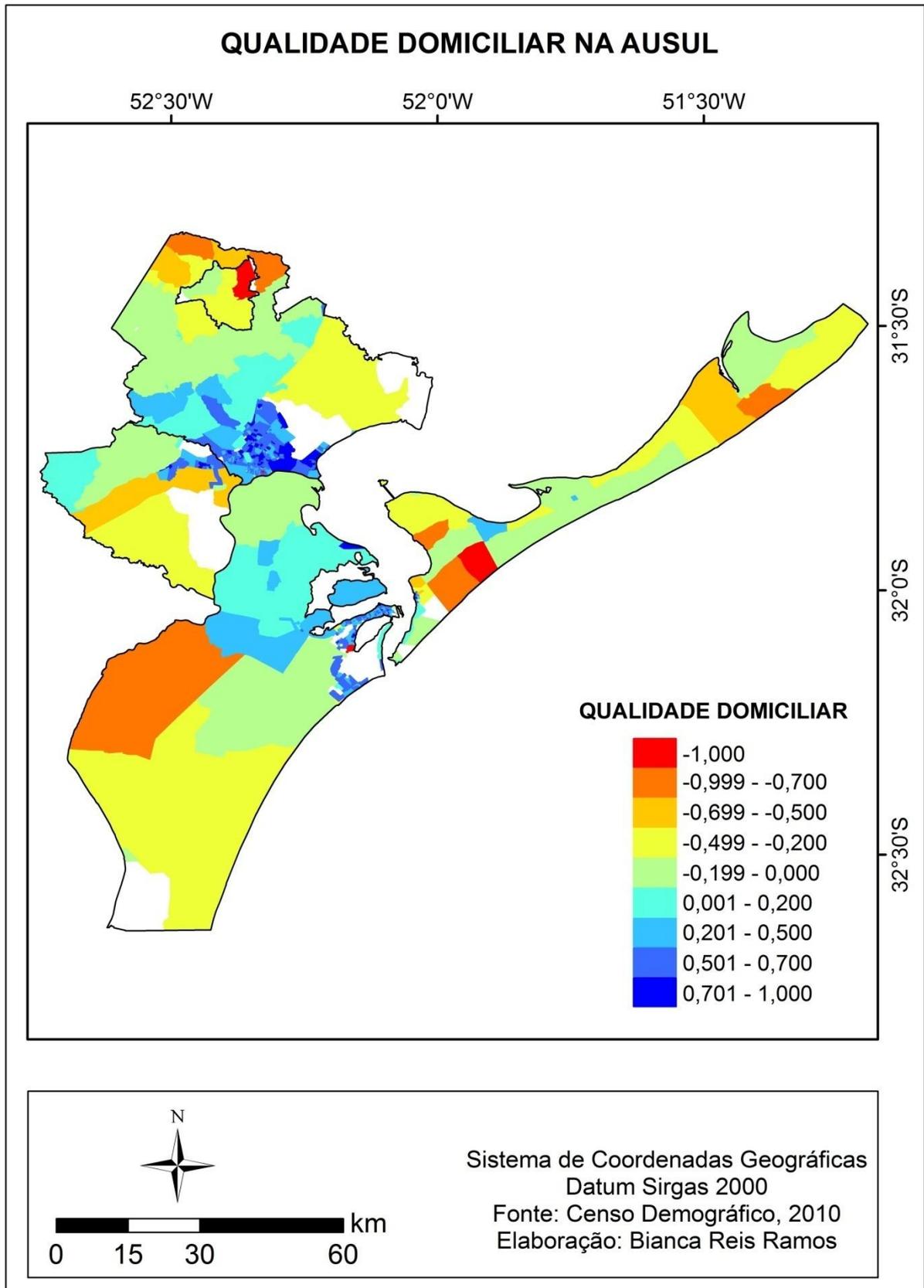
Município	Pessoas ocupadas			Valor do rendimento médio		
	Homens (%)	Mulheres (%)	Total (%)	Homens (R\$)	Mulheres (R\$)	Total (R\$)
Arroio do Padre	59	41	100	1.716,39	986,74	1.417,00
Capão do Leão	63	37	100	958,71	647,98	844,86
Pelotas	55	45	100	1.552,17	1.085,15	1.343,14
Rio Grande	58	42	100	1.597,74	1.073,65	1.378,39
São José do Norte	64	36	100	791,90	650,74	740,71
RS	56	44	100	1.579,47	1.111,79	1.375,39

Fonte: IBGE, diversos anos b. Elaborado pela autora.

4.6 O MAPA INTRAURBANO DA DIMENSÃO DE QUALIDADE DOMICILIAR

A Figura 24 apresenta a Dimensão de Qualidade Domiciliar para todos os municípios da AUSUL na escala intraurbana. Em Arroio do Padre, apenas 36% dos setores obtiveram avaliação positiva nesta dimensão. Os valores positivos concentraram-se nas áreas urbanas e os negativos em todas as áreas rurais e no bairro urbano Leitzke (Apêndice E1). Em Capão do Leão, 79% dos setores obtiveram avaliações positivas. Os valores positivos concentraram-se nas áreas urbanas e os negativos nas áreas rurais (Apêndice E2).

Figura 24- AUSUL: Distribuição Intraurbana da Dimensão de Qualidade Domiciliar.



Em Pelotas, 93% dos setores apresentaram valores positivos nesta dimensão. Novamente, os valores negativos concentraram-se nas áreas rurais, principalmente nos setores localizados no distrito de Triunfo e nos bairros urbanos Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Arroio Pelotas (AR.1), Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), Colina do Sol (CE.2), Simões Lopes (FR.6), e Zona da Várzea (SG.3). Os piores valores localizaram-se pontualmente nos aglomerados subnormais da área urbana (Tabela 9).

Os melhores valores localizaram-se nas áreas centrais, em setores isolados no Gotuzzo Guabiroba (FR.3), Novo Mundo (TV.8), Tablada (TV.7), Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), Baronesa- COHAB Areal (AR.4), Fórum (SG.2) e Porto Caieira (CE.4) (Apêndice E3).

Tabela 9: Pelotas: Aglomerados subnormais.

Aglomerado Subnormal	Bairro
Ilha da Páscoa- Rota do Sol	Sta. Terezinha- Py Crespo
Leito da via férrea- Vila Peres 22 de maio	Sta. Terezinha- Py Crespo
Ocupação Anglo- Balsa	Zona da Várzea
Ocupação Estrada do Engenho	Obelisco- Dunas-B. Jesus
Ocupação Santa Bárbara Sul	Simões Lopes
Ocupação Santa Bárbara Norte	Colina do Sol

Fonte: IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

Em Rio Grande, 90% dos setores obtiveram avaliação positiva. Os setores com melhores avaliações estão localizados no Centro (10), Cidade Nova (12), Frederico Ernesto Bucholz (14), Jardim do Sol (18), Parque Marinha (27), Senandes (39) e Cassino (08). Os setores com os piores valores localizaram-se nos aglomerados subnormais (Tabela 10). Os baixos valores também foram identificados em setores que não são aglomerados subnormais, localizados nos bairros Nossa Sra. de Fátima (25), Querência (31) e ao longo da RS-734 próximo ao bairro Trevo (40). (Apêndice E4).

Tabela 10: Rio Grande: Aglomerados Subnormais.

Aglomerado Subnormal	Bairro
Dom Bosquinho	Rheingantz
Getúlio Vargas	Getúlio Vargas
Henrique Pancada	Miguel de Castro Moreira
Mangueira	Mangueira
Roberto Socoowski	Junção
Santa Tereza	Santa Tereza

Fonte: IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

São José do Norte apresentou a segunda pior avaliação (atrás de Arroio do Padre) para esta dimensão, com 44% dos setores negativos. Os setores positivos estão predominantemente localizados nas áreas urbanas (Apêndice E5).

CAPÍTULO 5 - O ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL

Neste capítulo serão apresentados os resultados do IBEU e suas cinco dimensões na escala interurbana e intraurbana. O IBEU define as áreas de ponderação pelos níveis: Muito Ruim (0,001 - 0,500); Ruim (0,501 - 0,700); Médio (0,701 - 0,800); Bom (0,801 - 0,900); e Muito bom (0,901 - 1,000).

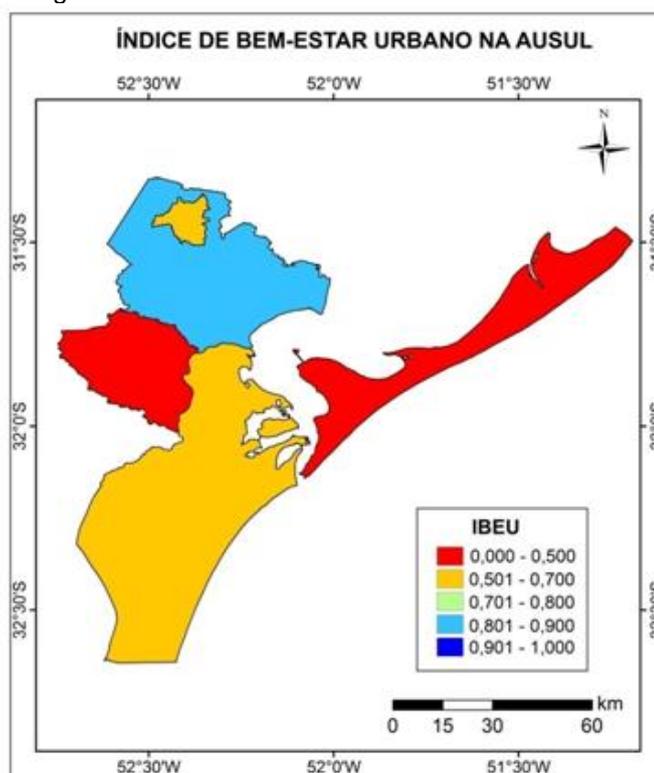
O capítulo está dividido em seis subcapítulos, onde no primeiro, são apresentados os resultados da comparação interurbana do IBEU e suas cinco dimensões na AUSUL, o segundo apresenta os resultados da comparação intraurbana do índice síntese do IBEU, o terceiro apresenta a Dimensão de Condições Ambientais Urbanas na escala intraurbana, o quarto apresenta a Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas, o quinto apresenta a Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos e o sexto apresenta a Dimensão de Infraestruturas Urbanas.

5.1 A COMPARAÇÃO INTERURBANA DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL

A Figura 25 apresenta os resultados do IBEU para a AUSUL. O IBEU avalia as condições urbanas coletivas e o que a cidade oferece em termos de serviços públicos e condições materiais de vida. Novamente, Pelotas apresenta melhor avaliação e São José do Norte apresenta as piores condições, quando comparados com os demais municípios.

Ainda que Pelotas tenha apresentado as melhores condições urbanas, não alcançou o nível Muito Bom na classificação do IBEU, ficando com o valor de 0,868 na escala. Em seguida temos Rio Grande, que obteve o valor de 0,635 (Ruim) e Arroio do Padre com 0,522 (Ruim). As piores condições foram identificadas para os municípios de Capão do Leão (0,492) e São José do Norte (0,485), ambos dentro da classificação Muito Ruim. O índice síntese é a média das cinco dimensões constituintes, por isso é necessário avaliar isoladamente cada um dos componentes para compreender estes resultados mencionados e até mesmo identificar limitações do cálculo, das variáveis escolhidas e da realidade social de cada município.

Figura 25- AUSUL: Índice Interurbano de Bem-Estar.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

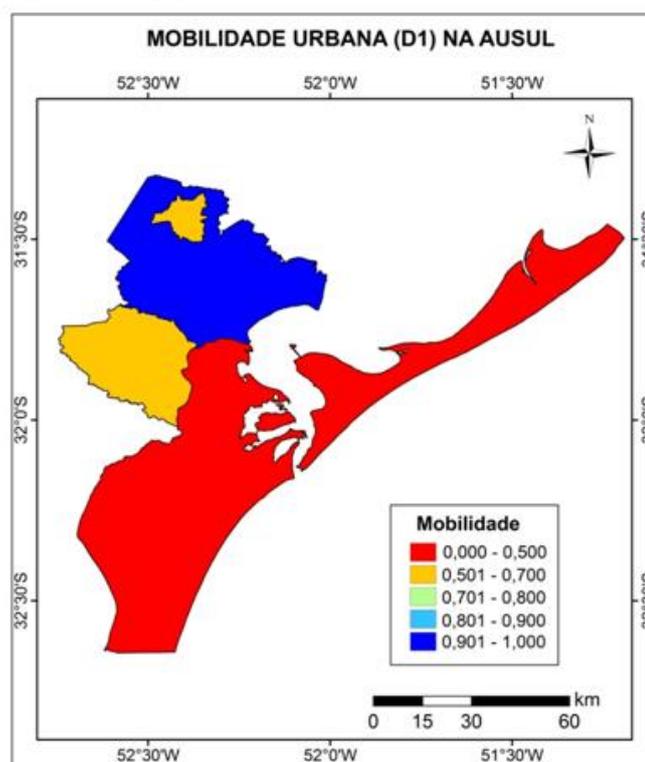
A Figura 26 apresenta a Dimensão Interurbana de Mobilidade Urbana. Novamente, Pelotas obteve melhor avaliação e as piores avaliações foram para os municípios de São José do Norte e Rio Grande. Esta dimensão de Bem-Estar Urbano pode apresentar algumas distorções dependendo da área de estudo, e por isso, necessita ser interpretada analisando outros fatores que fazem parte da realidade de cada um destes municípios.

Em primeiro lugar, é necessário analisar o perfil destes municípios, que apresentam inúmeras diferenças. Pelotas e Rio Grande são municípios que possuem uma taxa alta de urbanização, maior população absoluta, e caracterizam-se como espaços pré-metropolitanos e possuem uma extensa mancha urbana, quando comparada com os municípios de Arroio do Padre (atividades ocupacionais predominantemente rurais), Capão do Leão e São José do Norte.

Em segundo lugar, é necessário avaliar qual o tipo de deslocamento para trabalho que a população de cada município realiza antes de realizar uma comparação. A Dimensão de Mobilidade Urbana foi composta por apenas um indicador, que avalia a proporção de pessoas que levam até uma hora para se

deslocarem até o trabalho. A mobilidade intraurbana, assim como a percepção do que é ou não considerado adequado para cada um destes municípios, pode apresentar considerações diferentes. Por serem municípios com maior população e maior necessidade de mobilidade intraurbana, Rio Grande e Pelotas possuem empresas de transporte público com maior quantidade de linhas de ônibus, horários e frota de veículos.

Figura 26- AUSUL: Dimensão Interurbana de Mobilidade Urbana.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

Todos os municípios possuíam serviço de transporte coletivo por ônibus intramunicipal, com exceção de Arroio do Padre. Em 2009, havia isenção parcial na tarifa do transporte intramunicipal para estudantes em Capão do Leão, em Pelotas e Rio Grande. Em São José do norte a isenção era total para estudantes da rede pública e parcial para estudantes da rede privada.

Arroio do Padre e Capão do Leão são os únicos municípios que não possuíam um órgão gestor do transporte no município. Pelotas e Rio Grande são os únicos que possuem conselho municipal de transporte. Dos serviços de transportes disponíveis (com exceção dos ônibus coletivos), em Capão do Leão havia moto táxi e táxi, em Pelotas havia moto táxi, táxi e van, em Rio Grande havia barco, táxi e van,

em São José do Norte havia barco, moto táxi, táxi, e em Arroio do Padre não havia outros serviços de transportes.

Arroio do Padre e Capão do Leão são servidos por linhas de transporte do consórcio de Pelotas também, o que garante uma integração de mobilidade interurbana entre estes municípios. São José do Norte possui linhas de ônibus intraurbanas e sua ligação direta interurbana com a AUSUL, se dá pela ligação hidroviária com Rio Grande.

Todos os municípios eram atendidos por transporte coletivo intermunicipal, atendendo ao deslocamento entre bairros, distritos e localidades dentro de cada município. Articulações interinstitucionais de transportes só foram registradas nos municípios do Rio Grande e São José do Norte (Anexo I).

A Tabela 11 apresenta algumas informações pertinentes para entendermos e questionarmos alguns resultados desta dimensão. A variável deslocamento-casa trabalho e o que ela demonstra sobre a realidade de deslocamentos nos municípios é o nosso primeiro questionamento. Quando analisamos esta variável na Tabela 11, podemos perceber que as proporções são bem similares entre as cidades. No entanto, é importante avaliarmos esta dimensão além da medida de proporção de deslocamento casa-trabalho, questionando a realidade dos deslocamentos dos trabalhadores, por exemplo, se ocorrem mais deslocamentos intraurbanos ou interurbanos. Isso demonstra a complexidade de se comparar as condições de mobilidade urbana entre estas cidades, apenas com base nesta variável.

O segundo questionamento surgiu com a análise das proporções de trabalhadores por local de exercício do trabalho principal (Tabela 11). Pelotas e Rio Grande apresentam uma proporção bem próxima de pessoas que trabalham no município e fora do domicílio de residência (mais de 65% dos trabalhadores realizam deslocamentos intraurbanos em cada uma dessas duas cidades). Em razão das características socioeconômicas parecidas destes dois municípios, é possível realizar uma comparação entre estes dois centros, onde Pelotas possui efetivamente, melhor mobilidade em relação à Rio Grande.

Tabela 11- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Mobilidade Urbana.

Município	Mobilidade (D1)	Nível	Deslocamento casa-trabalho até 1 hora	Local de exercício do trabalho principal			
				Domicílio de residência	Fora do domicílio de residência	Outro município	Mais de um município ou país
Pelotas	1,000	Muito bom	96%	27	68	4	1
Arroio do Padre	0,682	Ruim	95%	80	13	5	2
Capão do Leão	0,618	Ruim	95%	20	40	38	2
Rio Grande	0,262	Muito ruim	93%	24	73	2	1
São José do Norte	0,000	Muito ruim	92%	31	61	7	1

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

Em contrapartida, em Capão do Leão são 38% dos trabalhadores que realizam deslocamentos intermunicipais, e em São José do Norte são 7%. Arroio do Padre apresenta outro padrão: o local de trabalho de 80% dos trabalhadores localiza-se em seus próprios domicílios, não demandando deslocamentos, enquanto que, 5% exercem suas atividades de trabalho em outro município. Segundo o indicador de deslocamento casa-trabalho de Arroio do Padre, 5% dos trabalhadores demoram mais de 1 hora em seus deslocamentos, portanto, existe grande possibilidade do posto de trabalho localizar-se em outro município. Se somarmos isso às diferenças dos setores de trabalho predominantes, veremos também que alguns destes municípios demandam deslocamentos mais distantes em áreas rurais, até fazendas distantes, por exemplo, enquanto outros municípios demandam deslocamentos dentro da cidade, e o tempo do trajeto considerado leva em consideração o trânsito urbano, o transporte público, o planejamento das vias, de fato a mobilidade intraurbana.

A Tabela 12 apresenta a concentração de veículos de uso particular por município. Arroio do Padre apresenta a proporção de 3 pessoas por veículo, ao passo que, São José do Norte apresenta a proporção de 6 pessoas para cada veículo. Geralmente, em cidades com configurações urbanas mais dispersas e/ou com deficiências no sistema de transporte público, a tendência é de aumento na

concentração de veículos particulares. Em Arroio do Padre não há trânsito e nem a presença de uma mancha urbana extensa e dispersa, mas como a maioria dos trabalhadores estão envolvidos com o setor agropecuário, ter um automóvel para realizar o transporte das suas mercadorias é imprescindível.

Tabela 12- AUSUL: Veículos de uso particular.

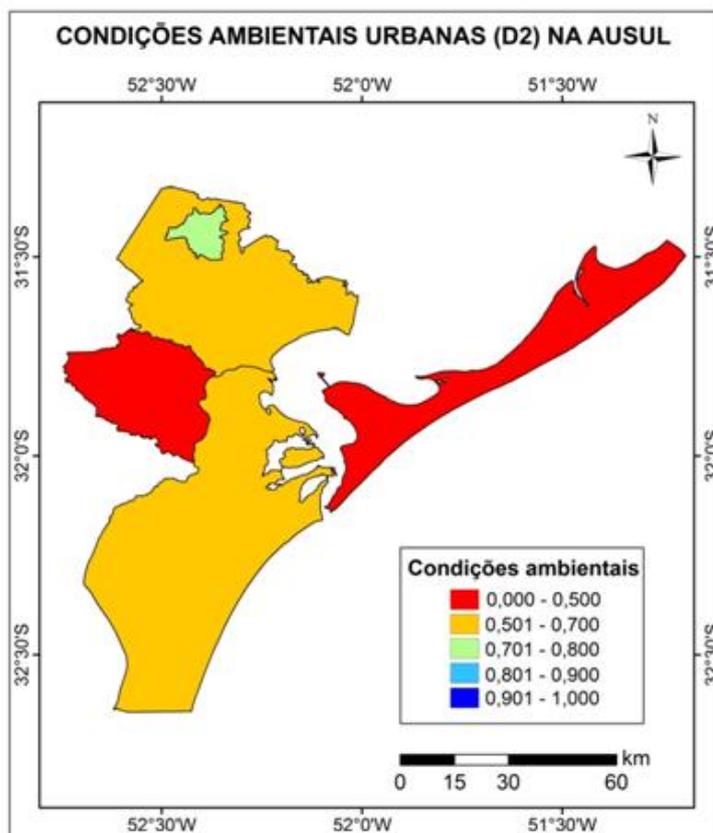
Municípios	Motocicleta para uso particular	Automóvel para uso particular	Total	População em 2010	Pessoas por veículo
Arroio do Padre	338	528	866	2.730	3
Capão do Leão	2.103	3.220	5.323	24.298	5
Pelotas	23.430	51.540	74.970	328.275	4
Rio Grande	15.459	29.085	44.544	197.228	4
São José do Norte	2.030	2.342	4.372	25.503	6

Fonte: IBGE, 2010a, 2010b. Elaborado pela autora.

Essas considerações feitas nos mostram que o resultado do indicador de mobilidade, baseado no deslocamento casa-trabalho, no caso da AUSUL, não nos informa com precisão qual mobilidade estamos avaliando com a proporção de pessoas que levam até 1 hora para efetuar o deslocamento (se esse deslocamento é intraurbano ou interurbano, se estamos tratando de rodovias ou de serviços públicos de transportes ou planejamento intraurbano). Por isso, a comparação e definição de qual município possui melhor mobilidade em relação ao outro, torna-se passível de ressalvas e questionamentos.

A Figura 27 apresenta a Dimensão Interurbana das Condições Ambientais Urbanas. Arroio do Padre obteve a melhor avaliação (0,722), seguido do Rio Grande (0,684), Pelotas (0,551), São José do Norte (0,376) e Capão do Leão (0,265). Esta dimensão foi composta pelos indicadores de existência de arborização, inexistência de esgoto a céu aberto e lixo acumulado nos logradouros.

Figura 27- AUSUL: Dimensão Interurbana de Condições Ambientais Urbanas.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

Arroio do Padre apresentou melhores condições com base nos critérios selecionados, uma vez que o único indicador que obteve menor proporção adequada foi o de arborização no entorno dos domicílios. Pelotas foi avaliado como o município mais arborizado, no entanto, obteve uma proporção alta de domicílios com esgoto a céu aberto no entorno e lixo acumulado. São José do Norte apresentou a menor proporção de arborização, alta proporção de domicílios com existência de esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios, e pequena porcentagem de moradores em domicílios com lixo acumulado no logradouro. Capão do Leão apresentou as maiores proporções de moradores em domicílios com existência de esgoto a céu aberto e lixo acumulado no entorno (Tabela 13).

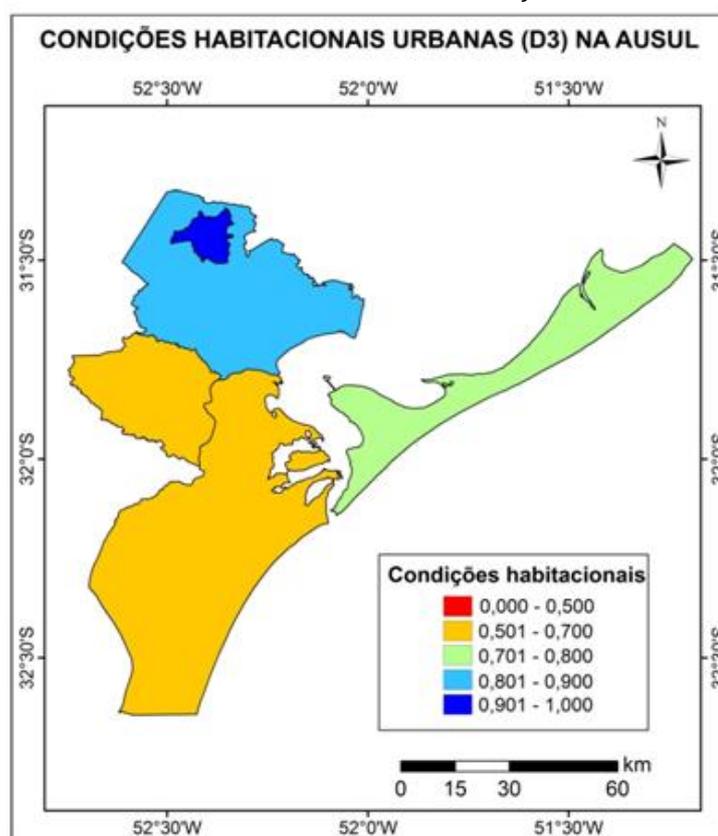
Tabela 13- AUSUL: Valores e níveis da dimensão de Condições Ambientais Urbanas.

Município	Condições Ambientais Urbanas (D2)	Nível	Existe arborização	Não existe esgoto a céu aberto	Não existe lixo acumulado
Arroio do Padre	0,722	Médio	30%	100%	100%
Rio Grande	0,684	Ruim	65%	84%	97%
Pelotas	0,551	Ruim	86%	66%	95%
São José do Norte	0,376	Muito ruim	20%	55%	99%
Capão do Leão	0,265	Muito ruim	72%	31%	94%

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora.

A Figura 28 apresenta a Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas. Os municípios que receberam as melhores avaliações foram Arroio do Padre (0,911), seguido de Pelotas (0,886) e São José do Norte (0,752). Rio Grande (0,602) e Capão do Leão (0,530) obtiveram os piores resultados.

Figura 28- AUSUL: Dimensão Interurbana das Condições Habitacionais Urbanas.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

A Tabela 14 apresenta as proporções dos indicadores utilizados na composição desta dimensão. Arroio do Padre obteve a proporção de 100% dos moradores de domicílios particulares permanentes em situação adequada em quatro dos cinco indicadores utilizados nesta dimensão. Apenas no indicador que trata da proporção de domicílios com o material de revestimento externo das paredes adequado que o município não abrangeu o número total de domicílios e moradores.

Pelotas não alcançou a melhor avaliação por possuir aglomerados subnormais no município e ter uma pequena porcentagem de domicílios particulares improvisados. São José do Norte apresentou a menor proporção de domicílios com revestimento das paredes externas adequadas. Capão do Leão foi o único município que não atingiu a proporção total de moradores de domicílios particulares permanentes com a densidade morador/banheiro adequada. Rio Grande obteve a pior avaliação por concentrar mais moradores em aglomerados subnormais e em domicílios particulares improvisados.

Tabela 14- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Condições Habitacionais.

Município	C. habitacionais (D3)	Nível	Inexistência de Aglomerado subnormal	Densidade de morador/dormitório	Densidade de morador/banheiro adequada	Material das paredes	Espécie de domicílio adequada
Arroio do Padre	0,911	Muito bom	100,0%	100%	100,0%	86%	100,0%
Pelotas	0,886	Bom	98,9%	100%	100,0%	89%	99,5%
São José do Norte	0,752	Médio	100,0%	100%	100,0%	82%	99,3%
Capão do Leão	0,602	Ruim	100,0%	100%	99,5%	83%	99,7%
Rio Grande	0,530	Ruim	97,3%	100%	100,0%	87%	97,2%

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora.

Conforme a Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional total do ano de 2010 em Arroio do Padre era de 95 domicílios, sendo que existiam 63 domicílios vagos no município, em Capão do Leão o déficit era de 551 domicílios, com 811 domicílios vagos. Em Pelotas o déficit total era de 9.383, sendo que 9.553 domicílios estavam vagos. Em Rio Grande o déficit era de 6.353 e os domicílios vagos totalizavam o número de 6.364. Em São José do Norte, o déficit era de 637

domicílios, com 1.018 domicílios vagos no município. A metodologia da fundação utilizou a soma dos domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

Arroio do Padre é o único município na AUSUL que apresenta maior número total de domicílios rurais em relação aos domicílios urbanos (apenas 20% dos domicílios são urbanos). Em São José do Norte, 62% dos domicílios são urbanos, e nos demais municípios a proporção de domicílios localizados em áreas urbanas é acima de 90%. A Tabela 15 apresenta a proporção de domicílios vagos e de uso ocasional nos municípios. O município com menor porcentagem total de domicílios não ocupados é Arroio do Padre. As maiores proporções de domicílios não ocupados neste município localizam-se nas áreas urbanas (3% de uso ocasional e 12% vagos). A proporção urbana de domicílios não ocupados está acima da média e a proporção total e rural está abaixo da média estadual e nacional em Arroio do Padre.

Em Capão do Leão, a proporção de domicílios não ocupados é maior nas áreas rurais, somando 27% (14% uso ocasional e 13% vagos). Essa é a terceira proporção mais alta de domicílios não ocupados em áreas rurais na AUSUL, e está acima da média estadual e nacional. Ainda que Pelotas tenha mantido as taxas abaixo das médias estadual e nacional, o município concentra uma proporção alta de domicílios rurais não ocupados.

Rio Grande e São José do Norte apresentam as maiores taxas totais de domicílios não ocupados, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, acima da média do estado e da média nacional, destoando visivelmente dos demais municípios da AUSUL. Em Rio Grande, 18% dos domicílios estão vagos em áreas urbanas (10% de uso ocasional e 8% vagos), e 31% em áreas rurais (19% de uso ocasional e 12% vagos). Em São José do Norte, foram identificadas as maiores taxas, com 19% dos domicílios não ocupados em áreas urbanas (10% de uso ocasional e 9% vagos) e 35% dos domicílios rurais não ocupados (27% de uso ocasional e 7% vagos).

Além de um forte indicativo de concentração de renda nos municípios que possuem taxas altas de domicílios não ocupados de uso ocasional (segunda

residência em balneários, casa de campo, sítio, etc.), esta informação nos mostra a fragilidade de se utilizar cálculos de densidade em dados habitacionais, que podem mascarar problemas sociais em setores com realidades socioeconômicas desiguais. Decol (2016) já havia acusado a limitação do IBEU neste sentido, devido às discrepâncias nos resultados do IBEU de Campinas com os dados de precariedade habitacional oriundos de pesquisas de campo e da prefeitura, demonstrando que as classificações podem maquiagem e ocultar dados importantes e problemas sociais que fazem parte da realidade dos municípios.

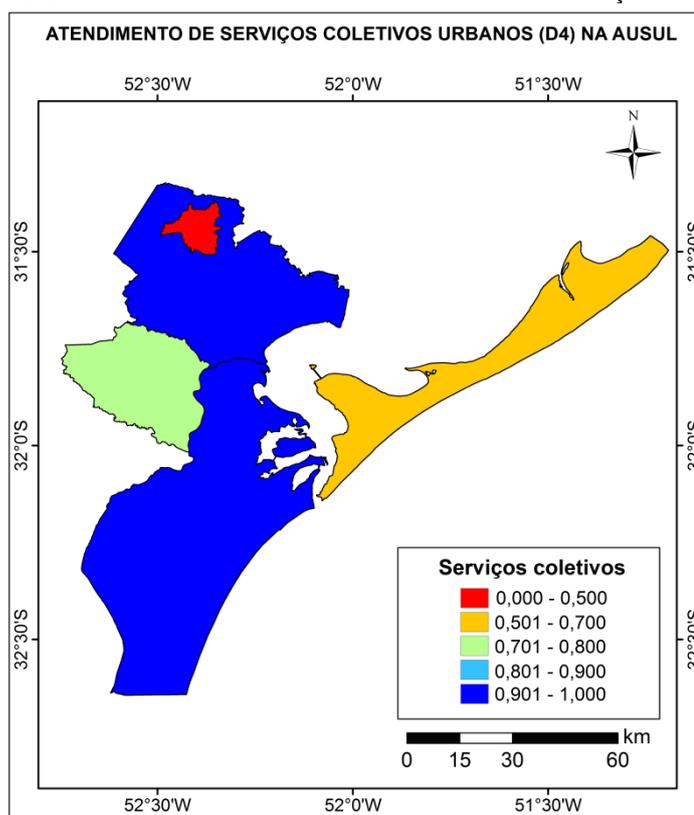
Tabela 15: Brasil, RS, AUSUL: Proporção de domicílios vagos e de uso ocasional.

Nível geográfico	Localização	Particular - não ocupado (uso ocasional)	Particular não ocupado (vago)	Total
Brasil	Total	6	9	15
	Urbana	5	8	13
	Rural	12	13	25
Rio Grande do Sul	Total	7	8	15
	Urbana	6	7	14
	Rural	12	9	21
Arroio do Padre	Total	1	8	9
	Urbana	3	12	16
	Rural	1	7	8
Capão do Leão	Total	3	9	12
	Urbana	2	9	11
	Rural	14	13	27
Pelotas	Total	4	7	12
	Urbana	4	7	11
	Rural	8	10	18
Rio Grande	Total	10	8	18
	Urbana	10	8	18
	Rural	19	12	31
São José do Norte	Total	17	9	25
	Urbana	10	9	19
	Rural	27	7	35

Fonte: IBGE, diversos anos b. Elaborado pela autora.

A Figura 29 apresenta a Dimensão de Atendimento de Serviços na AUSUL. Pelotas e Rio Grande obtiveram a melhor avaliação (0,979 e 0,901 respectivamente). Em seguida, temos Capão do Leão e São José do Norte (0,763 e 0,664 respectivamente), e a pior avaliação foi para Arroio do Padre (0,119).

Figura 29- AUSUL: Dimensão Interurbana de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

A Tabela 16 apresenta os indicadores que foram utilizados na composição desta dimensão. Pelotas e Rio Grande apresentaram proporções bem parecidas em cada um dos quatro indicadores. Os indicadores de atendimento de água e esgoto adequados destes dois municípios destoaram em altas taxas, quando comparados aos demais municípios da AUSUL. Capão do Leão apresenta fragilidade no atendimento de água, que abrange 93% dos moradores e do atendimento de esgoto via rede geral, que abrange apenas 75% dos moradores. São José do Norte também apresenta fragilidades nestes mesmos dois serviços. Arroio do Padre apresentou a menor proporção de moradores com atendimento adequado de água (43%) e esgoto (32%). Além disso, este município também apresentou a menor proporção de moradores com atendimento adequado da coleta de resíduos sólidos e orgânicos (86%), por isso ocupou a última posição na avaliação desta dimensão.

É importante ressaltarmos que o indicador de atendimento de esgoto apresenta critérios diferentes no IBEU original, feito para as metrópoles. No caso do IBEU da AUSUL, este indicador passou a ser mais amplo. O indicador de atendimento de esgoto original, leva em consideração como adequados apenas os

domicílios com esgotamento sanitário via rede geral. Situação que de fato é a ideal. No entanto, para ficar compatível com o indicador de esgoto pertencente ao Índice Parcial de Infraestrutura Básica da Exclusão Social (capítulo anterior), optamos por incluir também os moradores que residem em domicílios com esgotamento via fossa séptica.

Tabela 16- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Serviços Coletivos.

Município	Serviços Coletivos (D4)	Nível	Atendimento da água	Atendimento de esgoto	Atendimento de energia	Atendimento da coleta de resíduos sólidos e orgânicos
Pelotas	0,979	Muito bom	99%	86%	98%	99%
Rio Grande	0,901	Muito bom	97%	88%	96%	100%
Capão do Leão	0,763	Médio	93%	75%	96%	99%
São José do Norte	0,664	Ruim	84%	78%	94%	99%
Arroio do Padre	0,119	Muito ruim	43%	32%	96%	86%

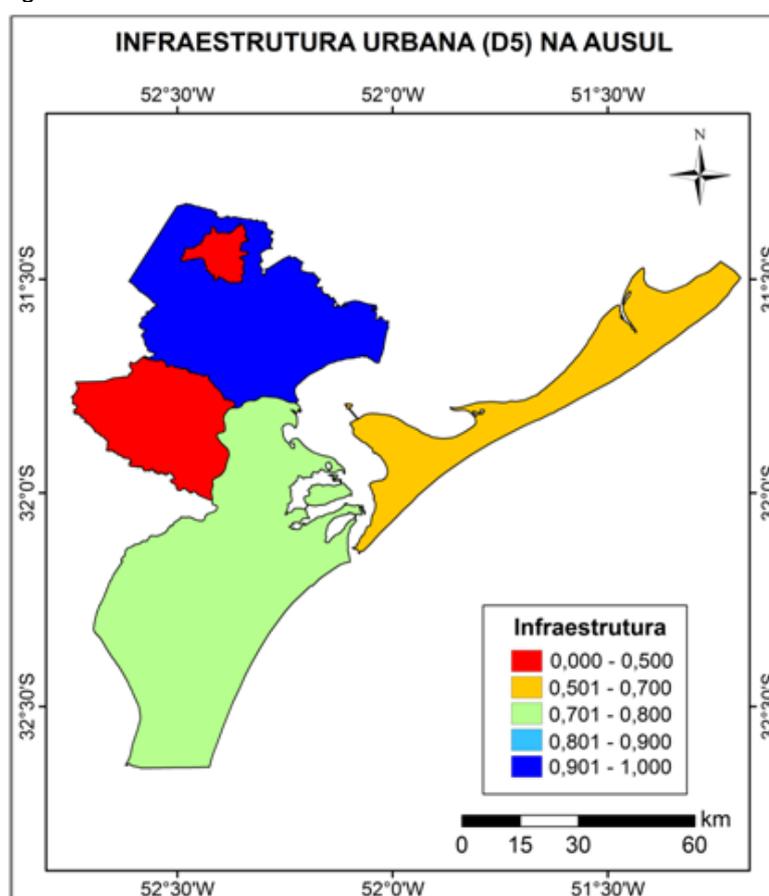
Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora.

Em Arroio do Padre, por exemplo, a proporção de domicílios com esgotamento via rede geral em 2010 não alcançava 0,5% dos domicílios. E mesmo ampliando o critério, Arroio do Padre obteve a pior avaliação em esgotamento sanitário. Em Pelotas, a proporção de moradores com atendimento de esgoto via rede geral era de 59%, Rio Grande possuía uma proporção de 29%, Capão do Leão concentrou 17%, São José do Norte possuía 39%, e em Arroio do Padre, apenas 1 domicílio. Em 2011 no Brasil, eram 54,9 domicílios com esgotamento sanitário ligado à rede coletora e 7,7% com fossa séptica ligada à rede coletora. No Rio Grande do Sul eram 26% via rede coletora e 36,6% do tipo fossa séptica (IBGE, 2011b). Ampliando o critério foi possível identificar situações mais precárias de esgotamento sanitário, portanto prioritárias para intervenção.

A Figura 30 apresenta a Dimensão de Infraestrutura Urbana. Pelotas obteve a melhor avaliação (0,925), seguido do Rio Grande (0,798). As piores avaliações desta dimensão foram dos municípios de Arroio do Padre (0,176), Capão do Leão (0,210) e São José do Norte (0,634). Estes resultados retrataram bem a realidade destes

municípios, com base nos critérios, uma vez que Arroio do Padre, quase não possui estas infraestruturas urbanas, porque é um município predominantemente rural, incluindo suas áreas consideradas urbanas, e muitos dos critérios utilizados nesta dimensão, não chegam a ser prioridade para a população local. Por outro lado, Capão do Leão e São José do Norte possuem características de maior predominância urbana, no entanto, quando comparados aos municípios mais desenvolvidos da aglomeração, possuem condições mais precárias de infraestruturas urbanas.

Figura 30- AUSUL: Dimensão Interurbana de Infraestrutura Urbana.



Fonte: IBGE, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

A Tabela 17 apresenta os indicadores utilizados na composição desta dimensão. A iluminação pública abrangia praticamente todos os moradores dos municípios, com exceção de Arroio do Padre, com a proporção de 77% dos moradores com iluminação pública no logradouro. A presença de pavimentação foi deficitária em todos os municípios, sendo mais grave em Capão do Leão e São José do Norte. O percentual de moradores com presença de passeio público no entorno

dos domicílios também foi baixo, abarcando pouco mais da metade da população em Pelotas, e apresentando a proporção de 5% e 0% para Capão do Leão e Arroio do Padre, respectivamente. Os indicadores da presença de meio-fio e bueiro também apresentaram valores baixos para todos os municípios. Rampas para cadeirantes são praticamente inexistentes nos municípios e a identificação dos logradouros abarcou menos da metade dos moradores em todos os municípios.

Tabela 17- AUSUL: Valores e níveis da Dimensão de Infraestrutura Urbana.

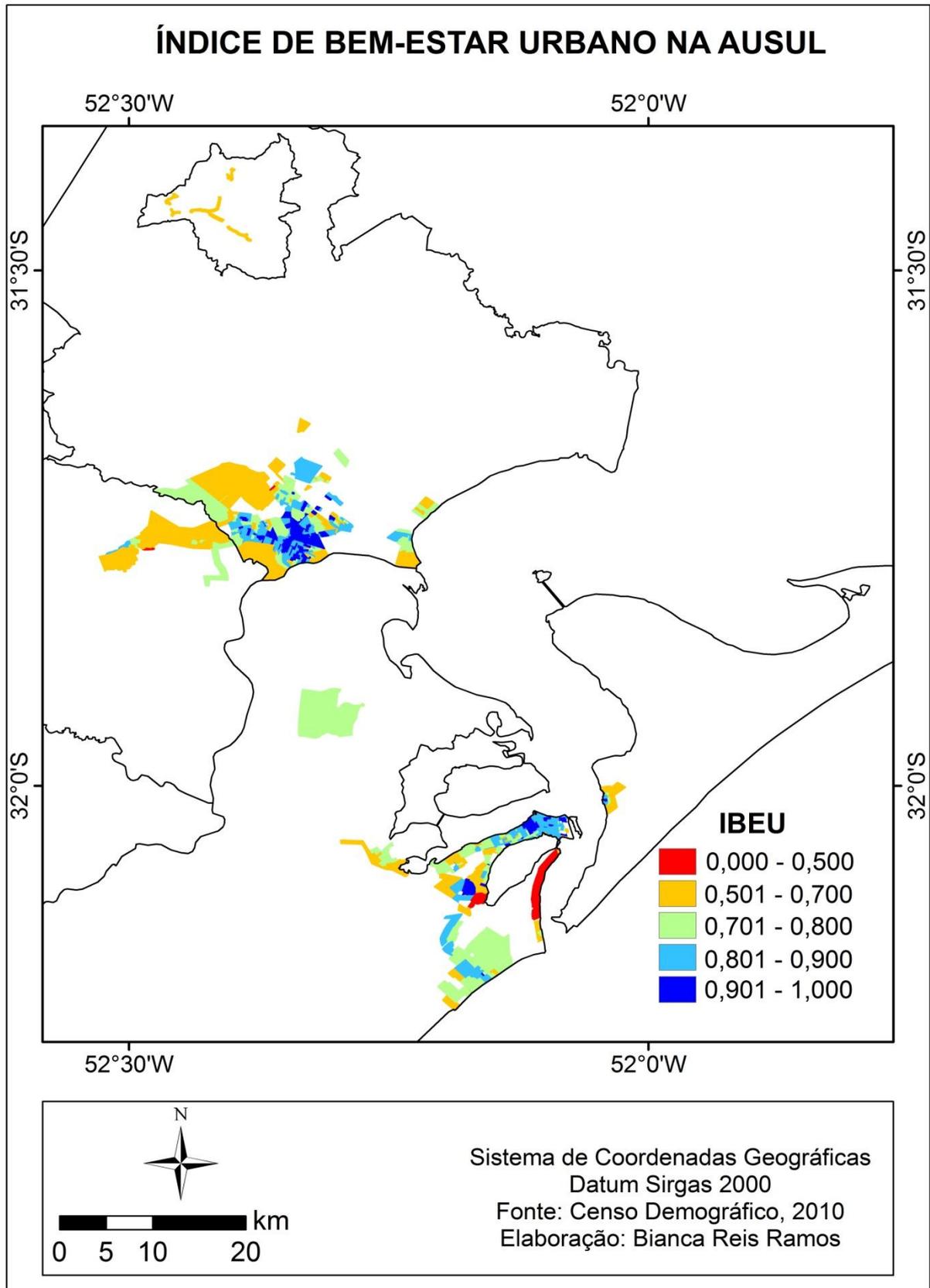
Município	Infraestrutura (D5)	Nível	Iluminação pública	Pavimentação	Área de Passeio Público	Meio-fio	Bueiro	Rampa para cadeirantes	Identificação de logradouros
Pelotas	0,925	Muito bom	98%	61%	65%	55%	42%	3%	36%
Rio Grande	0,798	Médio	97%	55%	49%	51%	29%	3%	40%
São José do Norte	0,634	Ruim	95%	34%	30%	34%	11%	4%	44%
Capão do Leão	0,210	Muito ruim	95%	12%	5%	7%	6%	0%	22%
Arroio do Padre	0,176	Muito ruim	77%	49%	0%	8%	23%	0%	0%

Fonte: Própria desta pesquisa; IBGE, 2010a. Elaborado pela autora

5.2 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DO ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO NA AUSUL

A Figura 31 apresenta o mapa intraurbano do Índice de Bem-Estar Urbano na AUSUL. Em Arroio do Padre, 100% dos setores obtiveram a classificação Ruim. Os locais com melhores indicadores foram os bairros Leitzke (0,695) e Progresso (0,694). Os piores foram os bairros Centro (0,571) e Benjamin Constant (0,675) (Apêndice F1).

Figura 31- AUSUL: Índice Intraurbano de Bem-Estar.



Em Capão do Leão, 75% dos setores obtiveram classificação Ruim, distribuídos em todos os bairros, e apenas um setor foi avaliado como Muito Ruim, localizado próximo ao bairro Centro. O Centro e o Jardim América concentraram os setores com classificação Média (17%). Apenas um setor localizado no Centro obteve o nível Bom na classificação, e nenhum obteve nível Muito Bom (Apêndice F2).

Em Pelotas, apenas um setor obteve a classificação Muito Ruim, localizado no bairro Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), 14% dos setores obtiveram classificação Ruim, distribuídos nos bairros Barragem (BA.1), V. Governação- D. Industrial (BA.2), Zona da Várzea (SG.3), Sítio Floresta (TV.1), Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3) e Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), Fragata Sul (FR.4), e em alguns setores no Barro Duro (LA.1) e Santo Antônio- Valverde (LA.2). Os setores que obtiveram classificação Média somaram 22% e distribuíram-se nos bairros Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Tablada (TV.7), Barro Duro (LA.1), Santo Antônio- Valverde (LA.2), em parte do Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), V. Governação- D. Industrial (BA.2) e Colina do Sol (CE.2).

Os setores dos subdistritos Centro e Fragata concentraram a classificação de nível Bom, que somou 36% dos setores, localizados principalmente nos bairros Gotuzzo Guabiroba (FR.3), COHAB Fragata (FR.1), BR-392 (FR.5) e Simões Lopes (FR.6), no subdistrito Fragata, e por fim, nos bairros Centro Histórico (CE.3) e Porto Caieira (CE.4), no Centro. Foram identificados setores com a mesma avaliação concentrados também em parte do bairro Zona da Várzea (SG.3), no São Gonçalo, no bairro Baronesa- COHAB Areal (AR.4), e em parte do Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3). Os setores classificados com o nível Muito Bom predominaram nos bairros Porto Caieira (CE.4), Centro Histórico (CE.3) e Zona Norte (CE.1), no subdistrito Centro, e nos limites deste com os bairros Tablada (TV.7) e Novo Mundo (TV.8), em Três Vendas, no bairro Baronesa- COHAB (AR.4), no Areal, e finalmente, nos bairros Gotuzzo Guabiroba (FR.3) e BR-392 (FR.5), no Fragata, somando 28% dos setores censitários (Apêndice F3).

Rio Grande obteve três setores com classificação Muito Ruim, localizados nas áreas de ocupação da Zona Portuária (44) e Dom Bosquinho (setor de aglomerado subnormal localizado no bairro Rheingantz). A classificação Ruim somou 12% e localizou-se em maior proporção nos bairros Nossa Sra. de Fátima (25), Carreiros (07), Junção (20), Mangueira (21), Barra (03) e Querência (31).

No Cassino (08), Querência (31) e São Miguel (38) concentraram-se os setores de classificação Média, que somaram nas áreas urbanas do município a proporção de 30% dos setores censitários. Os setores classificados com nível Bom somaram 42% e concentraram-se principalmente nos bairros Centro (10), São José Operário (37), Parque Marinha (27), Parque São Pedro (28), Senandes (39) e Cassino (08).

Nos bairros Jardim do Sol (18) e Cidade Nova (12) predominaram os setores com nível Muito Bom, e no Centro, apenas em alguns setores. Dos núcleos urbanos em áreas rurais, o que obteve melhor avaliação foi o Povo Novo (nível Médio), seguido do Taim (nível Médio) e Quinta (ruim a médio) (Apêndice F4).

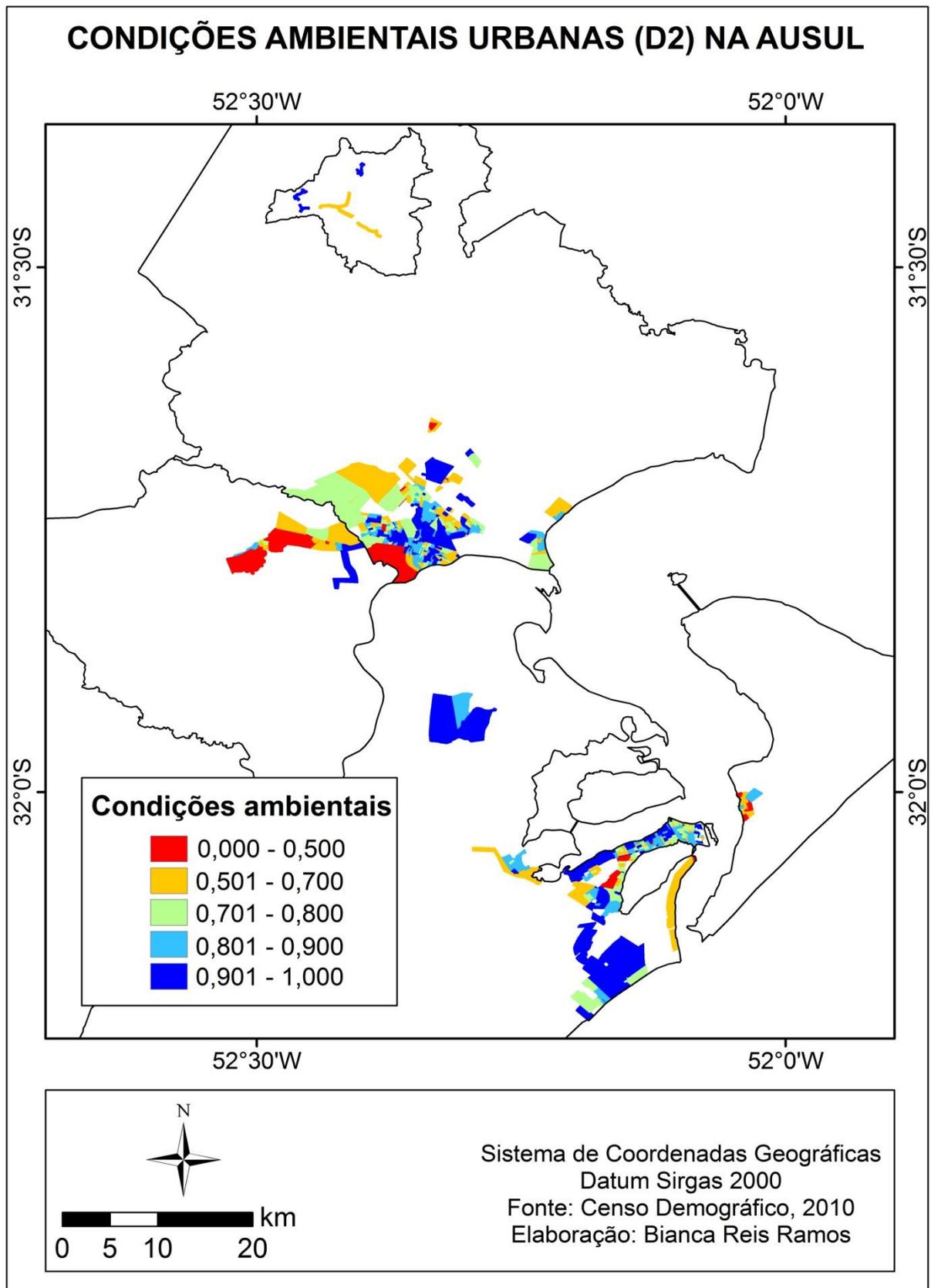
Em São José do Norte, 60% dos setores obtiveram classificação Ruim, concentrados principalmente nos subdistritos urbanos Núcleo Cidade Baixa (3) e São José do Norte-Norte (4), e nos núcleos urbanos em áreas rurais do Estreito e Bojuru. No Centro Histórico (2) e em São José do Norte-Norte (4) concentraram-se os setores com classificação "Média", somando 20% dessa classe no município. Apenas 4 setores (16%) localizados no Centro Histórico obtiveram classificação de nível Bom e apenas um setor com nível Muito Bom, também localizado no Centro Histórico (Apêndice F5).

5.3 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS NA AUSUL

A Figura 32 apresenta o mapa intraurbano da Dimensão de Condições Ambientais Urbanas na AUSUL. Em Arroio do Padre, dois setores apresentaram nível Ruim (Centro e Benjamin Constant) e os três setores urbanos restantes apresentaram nível Muito Bom (Progresso, Brasil para Cristo e Leitzke) (Apêndice G1).

Em Capão do Leão, 31% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, com maior concentração no Centro, e Cerro do Estado. O nível Ruim somou 48% dos setores, que se concentraram nos bairros Jardim América e Parque Fragata. Os setores com nível Bom localizaram-se apenas no Centro, e Muito Bom em apenas um setor censitário no Jardim América (Apêndice G2).

Figura 32- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Condições Ambientais Urbanas.



Em Pelotas, 2% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, localizados nos bairros Fragata Sul (FR.4), Gotuzzo Guabiroba (FR.3), Vila Princesa (TV.2), Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4) e Novo Mundo (TV.8) e 19% apresentaram nível Ruim, localizados nos bairros COHAB Fragata (FR.1), Gotuzzo Guabiroba (FR.3), Simões Lopes (FR.6), Sítio Floresta (TV.1), Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Barragem (BA.1), Obelisco- Dunas-B Jesus (AR.3), Barro Duro (LA.1) e Zonada Várzea (SG.3). O nível Médio concentrou 21% dos setores, localizados principalmente no Fragata, nos bairros Gotuzzo Guabiroba (FR.3), BR-392 (FR.5), no subdistrito Centro, nos bairros Colina do Sol (CE.2) e parte do Centro Histórico (CE.3), no bairro V. Governação- D. Industrial (BA.2), Obelisco- Dunas-B Jesus (AR.3), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4) e Santo Antônio- Valverde (LA.2).

Os bairros Centro Histórico (CE.3), Porto Caieira (CE.4), Gotuzzo Guabiroba (FR.3), BR-392 (FR.5), Simões Lopes (FR.6), Santo Antônio- Valverde (LA.2) e Tablada (TV.7) concentraram os setores de nível Bom, que somaram a proporção de 21% no município. O nível Muito Bom obteve maior proporção nesta dimensão, com 37% dos setores, localizados principalmente nos bairros Porto Caieira (CE.4), Zona Norte (CE.1), BR-392 (FR.5), Baronesa- COHAB Areal (AR.4), Vila Princesa (TV.2) e Novo Mundo (TV.8) e Barro Duro (LA.1) (Apêndice G3).

Em Rio Grande, 2% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, localizados no Jardim Humaitá (19), Junção (20), Hidráulica (16), Dom Bosquinho (no bairro Rheingantz) e Mangueira (21). O nível Ruim correspondeu à proporção de 15% dos setores censitários, que se concentraram na Zona Portuária (44), Barra (03), Carreiros (07), Castelo Branco (09), Vila Maria (43), São Miguel (38), Prado (30), algumas áreas do Centro (10) e Getúlio Vargas (15). Os setores classificados com nível Médio somaram a proporção de 23% e concentraram-se no Centro (10), Rheingantz (32), Trevo (40), Querência (31), Santos Dumont (35) e Veterano (42). Os bairros Centro e Parque Marinha (27) concentraram setores com nível Bom (23% dos setores na área urbana do município). O nível Muito Bom obteve a maior concentração nesta dimensão, somando a proporção de 37% dos setores urbanos, distribuídos na Cidade Nova (12), Getúlio Vargas (15), Jardim do Sol (18), Nossa senhora de Fátima (25), Parque São Pedro (28), Senandes (39) e Cassino (08). Os núcleos urbanos em áreas rurais obtiveram concentração de setores com nível Bom

a Muito Bom no Povo Novo e Taim, e Ruim a Bom no núcleo da Quinta (Apêndice G4).

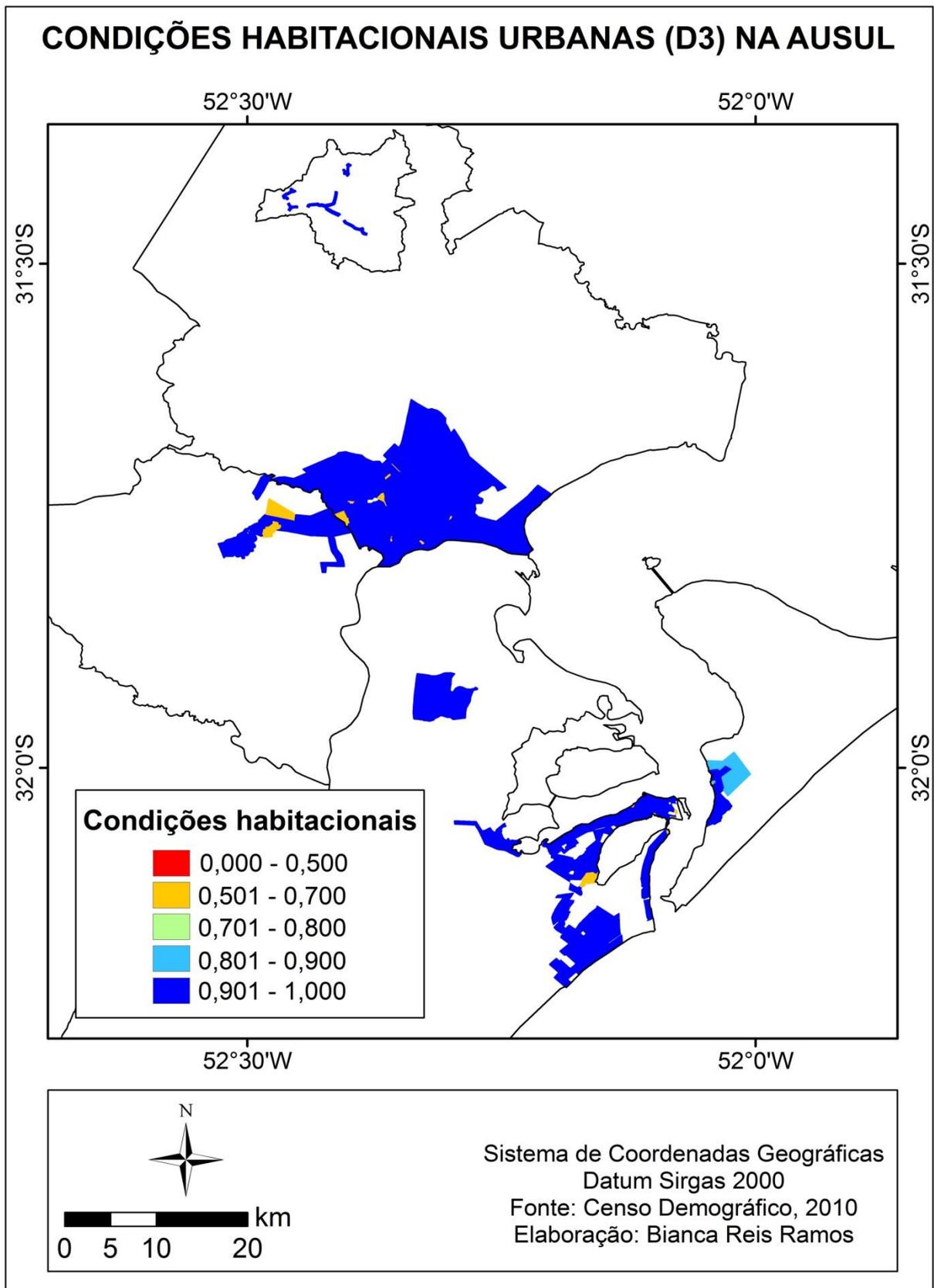
Em São José do Norte, 28% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, concentrados principalmente no Núcleo São José do Norte-Norte (4), Cidade Baixa (3) e São José do Norte-Sul (5). O nível Ruim somou 48% dos setores, que se concentraram no Núcleo São José do Norte-Norte, Cidade Baixa e Centro Histórico (2). O nível Médio somou 8% dos setores, que se concentraram no Centro Histórico e Bojuru, o nível Bom somou 12% dos setores, que se concentraram nos subdistritos Centro Histórico e São José do Norte-Norte. O setor urbano no Estreito foi o único que alcançou o nível Muito Bom no município (Apêndice G5).

5.4 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS NA AUSUL

A Figura 33 apresenta o mapa intraurbano da Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas na AUSUL. Em Arroio do Padre, 100% dos setores urbanos apresentaram nível Muito Bom (Apêndice H1). Em Capão do Leão, 10% dos setores apresentaram nível Ruim, localizados no Centro e Parque Fragata, e apenas um setor apresentou nível Médio, localizado no Centro. A maioria dos setores urbanos apresentou nível Muito Bom, somando a proporção de 87%, distribuídos em todos os bairros, e predominantemente no Jardim América (Apêndice H2).

Em Pelotas, 97% dos setores apresentaram nível Muito Bom. Os 3% restantes apresentaram nível Ruim e concentraram-se nos bairros COHAB Fragata (FR.1), Fragata Sul (FR.4), Zona Norte (CE.1), e em setores de aglomerado subnormal nos bairros e Simões Lopes (FR.6), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Colina do Sol (CE.2), Zona da Várzea (SG.3) e no Obelisco- Dunas-B Jesus (AR.3). Boa parte destes setores corresponderam aos aglomerados subnormais presentes no município e o setor com pior avaliação foi o aglomerado subnormal em São Gonçalo (Apêndice H3).

Figura 33- AUSUL: Dimensão Intraurbana das Condições Habitacionais Urbanas.



Rio Grande obteve o mesmo resultado de Pelotas, com 97% dos setores avaliados com o nível Muito Bom nesta dimensão. Os 3% restantes apresentaram nível Ruim e localizaram-se nos bairros Junção (no aglomerado subnormal Roberto Socoowski), Miguel de Castro (aglomerado subnormal da Henrique Pancada), Rheingantz (no aglomerado subnormal Dom Bosquinho), Mangueira (setor de aglomerado subnormal) Santa Tereza (em setor de aglomerado subnormal), Getúlio Vargas (em setor de aglomerado subnormal), em área de ocupação no Porto Novo (29) e em um setor próximo ao Trevo e Parque São Pedro (Apêndice H4).

São José do Norte apresentou apenas um setor com nível Ruim, localizado no Centro Histórico, e dois setores de nível Bom, localizados no Centro Histórico e São José do Norte-Norte. A classificação que foi predominante no município foi o nível Muito Bom, que somou a proporção de 89% dos setores, incluindo os núcleos urbanos em áreas rurais no Estreito e em Bojuru (Apêndice H5).

Conforme mencionamos anteriormente, esta dimensão apresenta limitações metodológicas no sentido de mascarar ou ocultar informações por meio do cálculo da densidade. E esse fator pode intensificar a distorção nos municípios e setores onde se concentram populações em realidades socioeconômicas com um grau alto de desigualdade, por exemplo. Isso é visível em São José do Norte e Rio Grande, principalmente. Em Pelotas isso também ocorreu, uma vez que, todos os setores obtiveram boa avaliação, com exceção dos setores localizados em aglomerados subnormais. No entanto, sabemos que as áreas em condições precárias de habitação e domicílios irregulares, vão além do que foi quantificado pelo IBGE como aglomerado subnormal nos municípios de Pelotas e Rio Grande, e do que não foi considerado nos demais municípios. São José do Norte, por exemplo, não possui aglomerados subnormais, contudo, existem áreas na cidade em situações precárias de habitação.

5.5 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS

A Figura 34 apresenta o mapa intraurbano da Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos na AUSUL. Em Arroio do Padre, dois setores apresentaram nível Muito Ruim, correspondentes aos bairros Leitzke e Centro, e três setores

apresentaram nível Médio, correspondentes aos bairros Benjamin Constant, Brasil para Cristo e Progresso (que apresentou o melhor nível no município) (Apêndice I1).

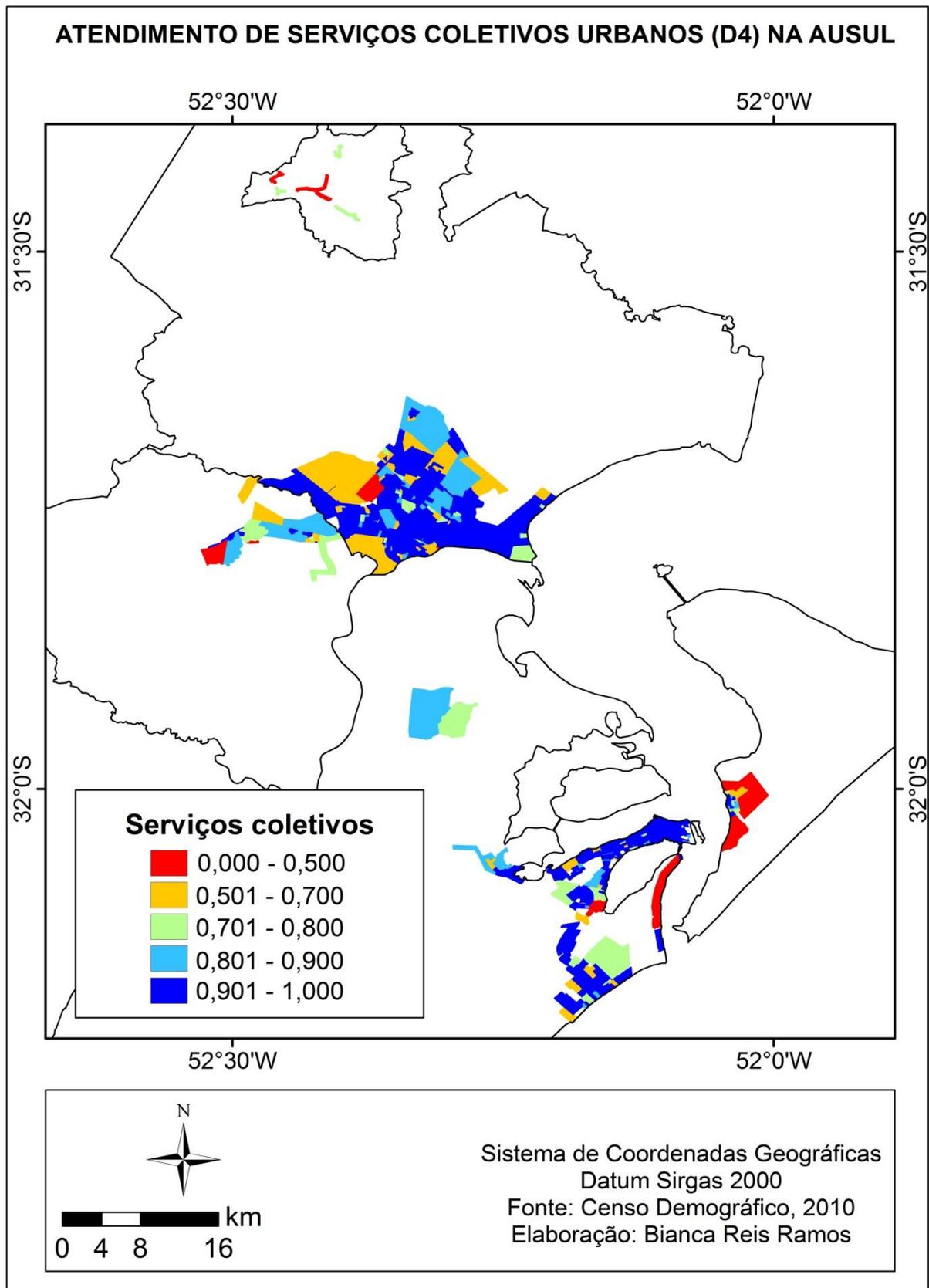
Em Capão do Leão, 7% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, localizados no Cerro do Estado e em um setor ao lado do Centro, e 13% apresentaram nível Ruim, localizados no Parque Fragata e Jardim América. Centro e Jardim América concentraram os níveis Médio (23% dos setores urbanos), Bom (30% dos setores urbanos) e Muito Bom (27% dos setores urbanos) (Apêndice I2).

Em Pelotas, 1% dos setores foram avaliados com nível Muito Ruim (totalizando três setores isolados, localizados no bairro Zona da Várzea (SG.3), no bairro Barragem (BA.1) e Colina do Sol (CE.2), e 7% apresentaram avaliação Ruim, concentrados principalmente nos bairros Barragem (BA.1) e parte do V. Governação D. Industrial (BA.2), Sítio Floresta (TV.1), Vila Princesa (TV.2), Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3) e Lindoia (TV.5), e nos bairros FR4 e Zonada Várzea (SG.3). O nível Médio representou 4% dos setores, que se concentraram no Santo Antônio-Valverde (LA.2), Obelisco- Dunas-B Jesus (AR.3) e Tablada (TV.7).

O nível Bom representou 6% dos setores, que se concentraram nos bairros Vila Princesa (TV.2) e Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Arroio Pelotas (AR.1) e Arco-íris (AR.2) e parte do Colina do Sol (CE.2). O nível Muito Bom obteve maior representatividade nas áreas urbanas de Pelotas, concentrando-se predominantemente nos bairros Zona Norte (CE.1), Centro Histórico (CE.3), Porto Caieira (CE.4), Baronesa- COHAB Areal (AR.4), nos bairros do Laranjal, Marina-Chácara Brigada (SG.1) e Fórum (SG.2), Sítio Floresta (TV.1), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), CAVG- Aeroporto (TV.6), Tablada (TV.7) e Novo Mundo (TV.8). (Apêndice I3).

Em Rio Grande, dois setores apresentaram nível Muito Ruim, um localizado na Barra e o outro próximo aos bairros Parque São Pedro e Trevo, ao longo da RS-734. O nível Ruim somou a proporção de 6% dos setores, localizados no aglomerado Dom Bosquinho (localizado no bairro Rheingantz), Bosque, Nossa Senhora de Fátima, Cassino e Querência. O nível Médio representou 5% dos setores urbanos, concentrados nos bairros Carreiros e Trevo.

Figura 34- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos.



O nível Bom representou 6% dos setores, concentrados no bairro Jardim Humaitá. A classe de maior representatividade em Rio Grande foi o nível Muito Bom, concentrado predominantemente no Centro, Cidade Nova, Parque Marinha, Parque São Pedro, Jardim do Sol, Cassino e Querência. Os núcleos urbanos em áreas rurais apresentaram níveis Médios no Taim, Ruim a Muito Bom na Quinta, e Médio a Bom no Povo Novo (Apêndice I4).

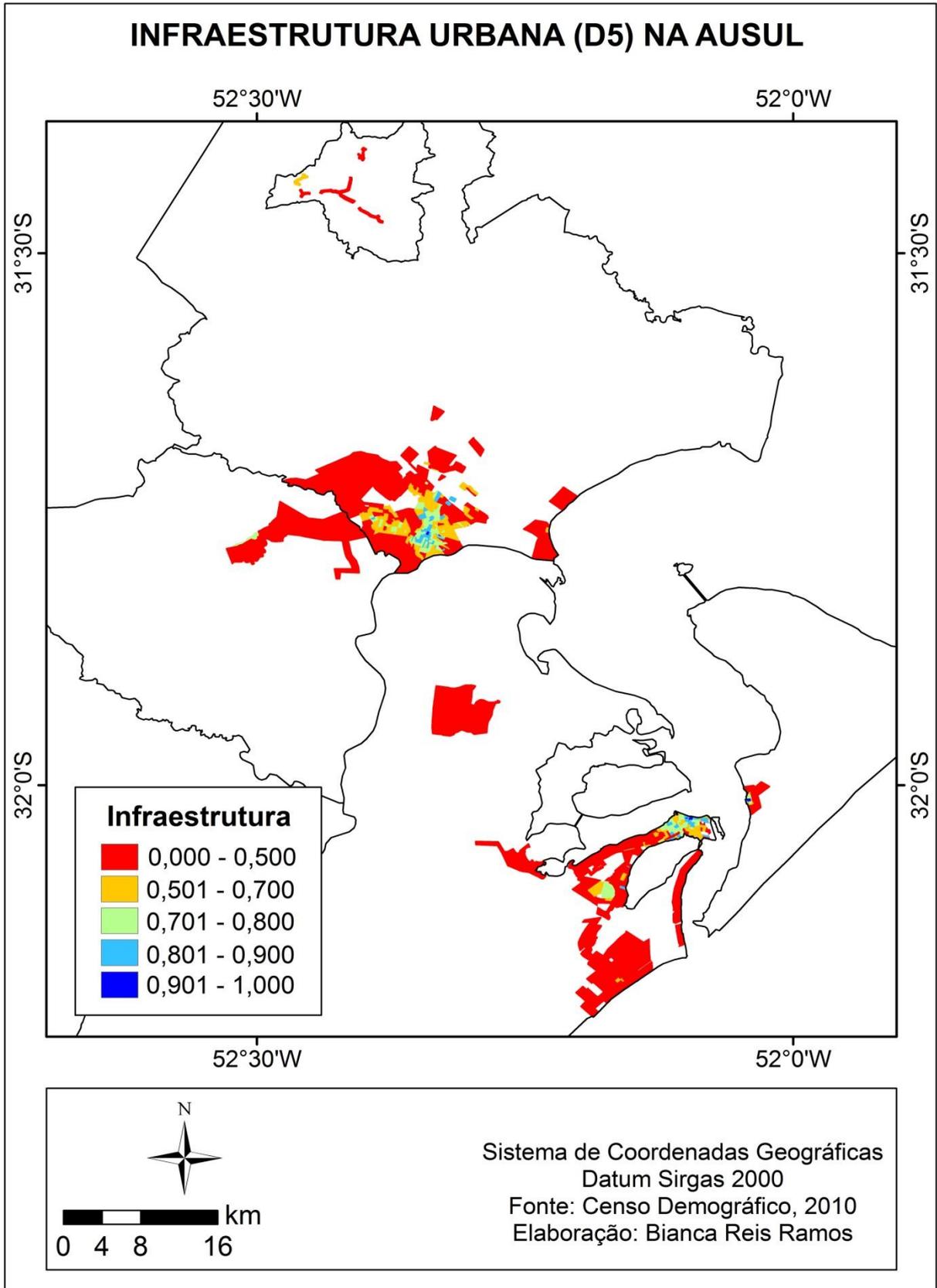
Em São José do Norte, 11% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, localizados no distrito Bojuru, nos subdistritos São José do Norte-Norte e São José do Norte-Sul. O nível Ruim também somou 11% dos setores, localizados em São José do Norte-Norte, e o nível Médio somou 22% dos setores, localizados em São José do Norte-Norte e Estreito.

O nível Bom somou 22% dos setores, localizados no Núcleo Cidade Baixa e Centro Histórico, e 33% dos setores apresentaram nível Muito Bom, concentrados no Centro e nos limites deste com São José do Norte-Norte e São José do Norte-Sul (Apêndice I5).

5.6 A COMPARAÇÃO INTRAURBANA DA DIMENSÃO DE INFRAESTRUTURAS URBANAS

A Figura 35 apresenta o mapa intraurbano da Dimensão de Infraestruturas Urbanas na AUSUL. Em Arroio do Padre, todos os setores apresentaram nível Muito Ruim, com exceção do setor que corresponde ao bairro Leitzke que apresentou nível Ruim (Apêndice J1). Capão do Leão também apresentou todos os setores com nível Muito Ruim. Ainda que dentro da mesma classe, os setores localizados no Centro apresentaram melhores indicadores que os demais. Apenas um setor foi avaliado com nível Bom, localizado também no Centro (Apêndice J2).

Figura 35- AUSUL: Dimensão Intraurbana de Infraestrutura Urbana.



Em Pelotas, 41% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, concentrados principalmente nos bairros COHAB Fragata (FR.1), Fraget (FR.2), Fragata Sul (FR.4), Simões Lopes (FR.6), Barragem (BA.1) e V. Governação- D. Industrial (BA.2), Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3), Colina do Sol (CE.2), Zona da Várzea (SG.3), Santo Antônio- Valverde (LA.2) e Barro Duro (LA.1). O nível Ruim somou 27% dos setores, localizados principalmente no COHAB Fragata (FR.1), Gotuzzo Guabiroba (FR.3), BR-392 (FR.5), Porto Caieira (CE.4) e alguns setores no bairro Colina do Sol (CE.2), Baronesa- COHAB Areal (AR.4), Tablada (TV.7) e alguns setores no Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4).

O nível Médio somou 20% dos setores, que se concentraram nos bairros Centro Histórico (CE.3), Porto Caieira (CE.4), Zona Norte (CE.1), Simões Lopes (FR.6), Gotuzzo Guabiroba (FR.3), BR-392 (FR.5) e alguns setores no Tablada (TV.7). O nível Bom somou 11% dos setores, concentrados predominantemente nos bairros Zona Norte (CE.1) e Centro Histórico (CE.3). Apenas quatro setores apresentaram nível Muito Bom, concentrados nos bairros Zona Norte (CE.1), Centro Histórico (CE.3) e Zona da Várzea (SG.3) (Apêndice J3).

Em Rio Grande, 56% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, distribuídos em todas as áreas da cidade. O nível Ruim somou a proporção de 21%, localizados principalmente nos bairros Parque Marinha, Navegantes, Getúlio Vargas e São José Operário. O nível Médio somou 12% dos setores, localizados nos bairros Jardim do Sol, Cidade Nova e uma parte do Centro. O nível Bom somou 10% dos setores, localizados nas áreas centrais, Cidade Nova e Parque, e o nível Muito Bom somou apenas três setores, todos localizados no Centro. Os núcleos urbanos do Povo Novo, Quinta e Taim apresentaram nível Muito Ruim (Apêndice J4).

Em São José do Norte, 68% dos setores apresentaram nível Muito Ruim, distribuídos em todos os bairros, e 16% apresentaram nível Ruim, concentrados no Centro e nos limites deste com São José do Norte-Norte e São José do Norte-Sul. Os níveis Bom e Muito Bom somaram 8% dos setores e localizaram-se apenas no Centro (Apêndice J5).

CAPÍTULO 6 - O PERFIL OCUPACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA AUSUL

Este capítulo apresenta a distribuição espacial dos grandes grupos de ocupação dos municípios. Ele está dividido em três subcapítulos, onde no primeiro são apresentadas as características por município na AUSUL, no segundo são apresentadas as características de distribuição dos grandes grupos de ocupação na escala intraurbana para Pelotas, e no terceiro são apresentadas as características em escala intraurbana para Rio Grande.

6.1 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO NA AUSUL

De um modo geral, os grupos de ocupações que predominaram na estrutura ocupacional da AUSUL foram os pertencentes aos setores de serviços e vendas (20%), das ocupações elementares³ (20%), dos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (13%), seguido dos profissionais das ciências e intelectuais (12%). As ocupações de menor representatividade na AUSUL foram as pertencentes ao grupo dos diretores e gerentes (4%), dos trabalhadores de apoio administrativo (7%), dos operadores de instalações e máquinas e montadores (7%), dos técnicos e profissionais de nível médio (8%) e dos trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (8%).

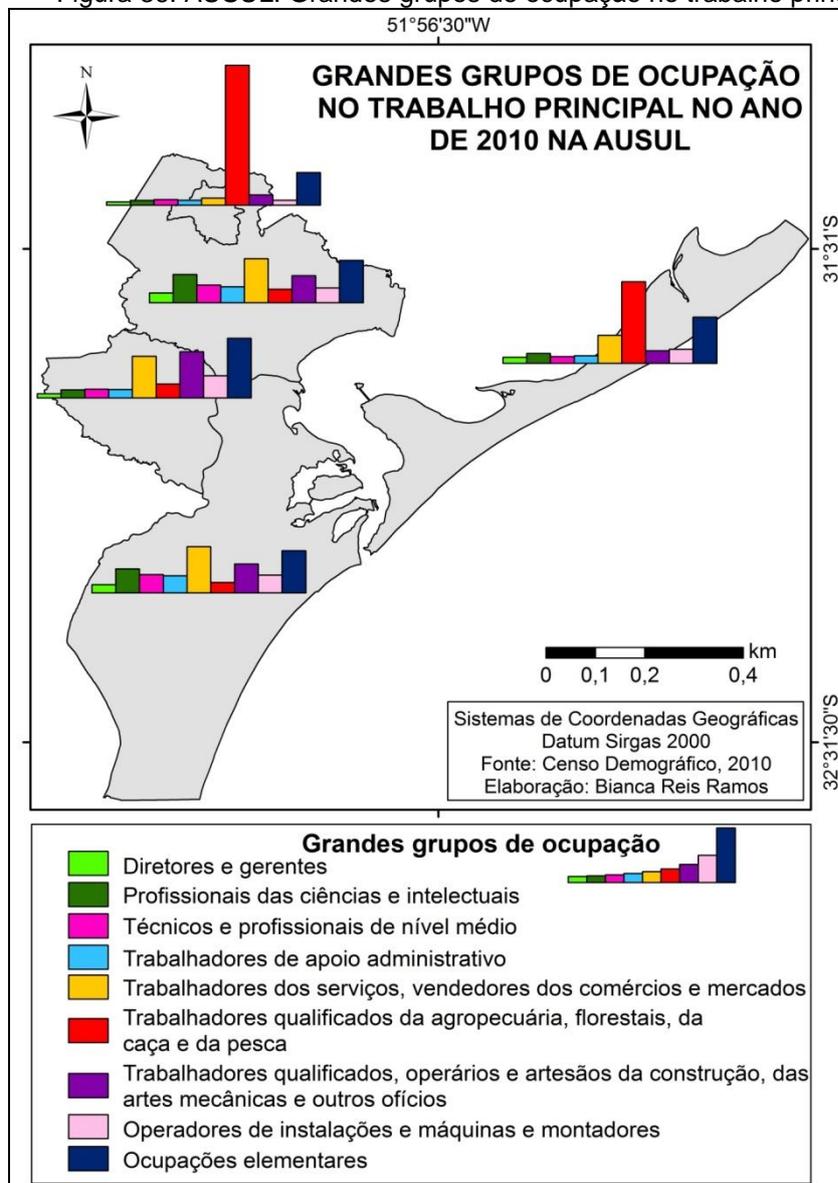
A Figura 36 apresenta a distribuição por município dos grandes grupos de ocupação no trabalho principal. O Grupo do setor agropecuário, florestal, da caça e da pesca foi predominante em Arroio do Padre, com 66% da população ocupada, seguido do Grupo de ocupações elementares, com 15%. Em contrapartida, o grupo de menor representatividade em Arroio do Padre foi o Grupo de diretores e gerentes.

Em Capão do Leão, o Grupo das ocupações elementares apresentou maior representatividade (28%), seguido do Grupo de trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (22%), e o Grupo dos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (20%).

³ São classificadas como ocupações elementares: trabalhadores domésticos, ajudantes de cozinha, pessoal de limpeza, parte dos vendedores ambulantes, catadores de siri, coletor de lenha, contínuo, mensageiro de hotel, carregador de bagagem, estivador.

Assim como Arroio do Padre, o Grupo dos diretores e gerentes apresentou a menor porcentagem de pessoas ocupadas (2%).

Figura 36: AUSUL: Grandes grupos de ocupação no trabalho principal.



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

Em Pelotas as ocupações de maior representatividade foram as ligadas ao Grupo de trabalhadores do comércio e serviços (21%) e o Grupo das ocupações elementares. Com relação aos demais municípios da AUSUL, Pelotas concentrou a maioria dos diretores e gerentes (5%) e dos profissionais das ciências e intelectuais (13%).

O padrão da distribuição das ocupações em Rio Grande foi similar ao de Pelotas, variando nas proporções de cada grupo entre 1% e 2% aproximadamente.

O grupo de maior representatividade em Rio Grande foi o de serviços e comércio (22%), seguido das ocupações elementares (20%) e dos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios (14%). Rio Grande apresentou a menor proporção de trabalhadores ocupados no grupo do setor agropecuário da AUSUL (5%), e a segunda maior proporção de diretores e gerentes (4%), ficando atrás somente de Pelotas. Em números absolutos, Pelotas e Rio Grande concentram o maior número de trabalhadores em todos os nove grupos de ocupação na AUSUL.

O município de São José do Norte concentrou mais trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca (38%), seguido das ocupações elementares (22%) e trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (13%). O Grupo dos diretores e gerentes (3%) e dos técnicos e profissionais de nível médio (3%) apresentou a menor representatividade no município. De um modo geral, as proporções totais de cada grupo de ocupações na AUSUL, são bem próximas às proporções do estado e do país (Tabela 18).

Tabela 18- Brasil, RS, AUSUL: Distribuição dos Grandes Grupos de Ocupação.

Grandes grupos de ocupação	Brasil	RS	AUSUL	Total
Diretores e gerentes	4	5	4	100
Profissionais das ciências e intelectuais	11	10	12	100
Técnicos e profissionais de nível médio	7	8	8	100
Trabalhadores de apoio administrativo	8	8	7	100
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados.	18	15	20	100
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca.	9	12	8	100
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.	12	14	13	100
Operadores de instalações e máquinas e montadores	9	9	7	100
Ocupações elementares	22	20	20	100

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

A Tabela 19 apresenta a proporção de pessoas ocupadas com base no local de exercício do trabalho principal. De 93% das pessoas que trabalhavam no mesmo município de residência em Arroio do Padre, 80% tinham como local de trabalho o seu próprio domicílio, evidenciando a forte tradição na agricultura familiar e de subsistência neste município. O município de Capão do Leão apresentou a maior proporção na AUSUL de pessoas que trabalhavam em outro município. Isso se deve

à sua integração com Pelotas, principalmente dos residentes do bairro Jardim América.

Tabela 19- AUSUL: Local de exercício do trabalho principal das pessoas ocupadas na semana de referência.

Municípios	Local de exercício do trabalho principal				Total
	Município de residência		Outro município	Mais de um município ou país	
	Domicílio de residência	Fora do domicílio de residência			
Arroio do Padre	80	13	5	2	100
Capão do Leão	20	40	38	2	100
Pelotas	27	68	4	1	100
Rio Grande	24	73	2	1	100
São José do Norte	31	61	7	1	100
AUSUL	26	68	5	1	100

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

Pelotas e Rio Grande novamente apresentaram um padrão similar, com a maior porcentagem de pessoas que trabalham no município de residência (95% e 97% respectivamente), e mantendo a maior proporção de pessoas que trabalhavam fora do domicílio de residência (68 e 73% respectivamente). Assim como Arroio do Padre, o município de São José do Norte também apresentou uma porcentagem alta de pessoas trabalhando no seu domicílio de residência (31%) e a segunda maior porcentagem de pessoas trabalhando em outros municípios.

A Tabela 20 apresenta a posição da ocupação no trabalho principal. Do total de pessoas ocupadas em Arroio do Padre (1.538 pessoas), a classe de empregados com carteira assinada somou 9% (142 trabalhadores) e 7% de empregados sem carteira assinada (114 trabalhadores). Neste município, o trabalho por conta própria e a produção para próprio consumo são as atividades predominantes (43% e 25% respectivamente). Na classe de empregadores foram registradas apenas 6 pessoas no ano de 2010.

Tabela 20- RS, AUSUL: Posição da ocupação no trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

Municípios	Empregados			Conta própria	Empregadores	Não remunerados	Trabalha-dores na produção para o próprio consumo	Total
	Categoria do emprego no trabalho principal							
	Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Sem carteira de trabalho assinada					
Arroio do Padre	9	6	7	43	0	9	25	100
Capão do Leão	53	4	18	19	1	3	3	100
Pelotas	45	7	16	26	3	2	1	100
Rio Grande	48	8	17	22	2	1	1	100
São José do Norte	23	4	27	31	2	5	8	100
AUSUL	45	7	17	25	2	2	2	100
RS	47	6	14	25	3	2	3	100

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

Capão do Leão concentrou a maior proporção de empregados com carteira de trabalho assinada (53%), trabalhadores por conta própria (19%) e empregados sem carteira de trabalho assinada (18%). Da mesma forma que Arroio do Padre, a classe de empregadores obteve a menor representatividade.

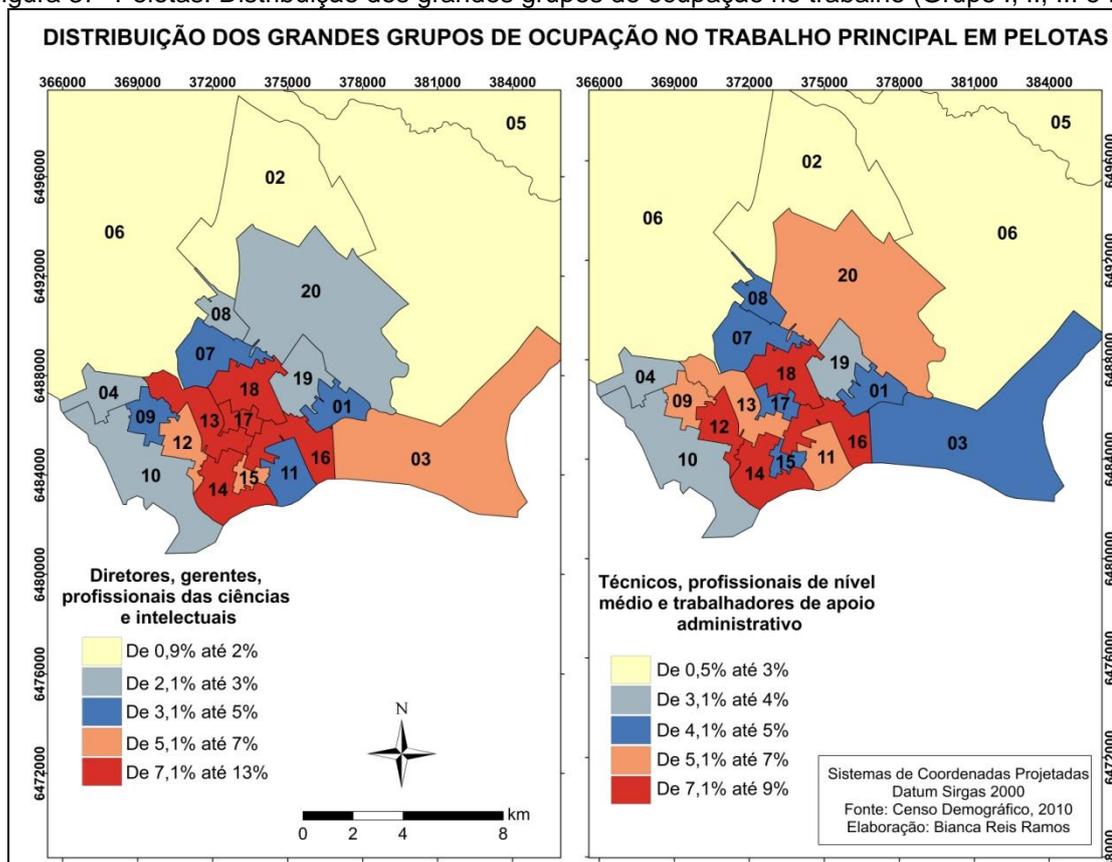
Pelotas concentrou 45% de empregados com carteira assinada, 16% sem carteira de trabalho assinada e 26% trabalhadores por conta própria. A classe de menor representatividade em Pelotas foi a de trabalhadores na produção para o próprio consumo. Rio Grande apresentou tendência parecida, no entanto apresentou um pequeno aumento nas condições de precariedade, quando comparada com Pelotas.

São José do Norte apresentou-se como o município em pior condição de trabalho, uma vez que existiam mais empregados sem carteira de trabalho assinada (27%) do que empregados com carteira de trabalho assinada (23%). A classe de maior representatividade foi a dos trabalhadores por conta própria (31%).

6.2 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO EM PELOTAS

A Figura 37 apresenta a distribuição em Pelotas dos Grupos I e II (Diretores e gerentes, e profissionais das ciências e intelectuais) e dos Grupos III e IV (Técnicos e profissionais de nível médio, e trabalhadores de apoio administrativo). Essa informação pôde ser representada através das vinte Áreas de Ponderação (AP) de Pelotas. Os grupos I e II estão concentrados principalmente nas áreas centrais, na AP16 (abrange os bairros Marina- Chácara Brigada, Fórum, Obelisco- Dunas-B Jesus, Baronesa- COHAB Areal e Porto Caieira), AP18 (abrange os bairros Zona Norte e Colina do Sol, Baronesa- COHAB Areal, Tablada e Novo Mundo), AP13 (abrange os bairros Zona Norte, Colina do Sol, Centro Histórico, COHAB Fragata, Gotuzzo Guabiroba e V. Governação- D. Industrial), AP14 (abrange os bairros Centro Histórico, Porto Caieira e Simões Lopes), AP17 (abrange os bairros Zona Norte e Colina do Sol) e AP03 (abrange todos os bairros do Laranjal: Barro Duro, Santo Antônio- Valverde e Recanto de Portugal). Os grupos III e IV concentraram-se também no Centro e em suas proximidades, na AP14 (abrange os bairros Centro Histórico, Porto Caieira e Simões Lopes), AP16 (abrange os bairros Marina- Chácara Brigada, Fórum, Obelisco- Dunas-B Jesus, Baronesa- COHAB Areal e Porto Caieira), AP18 (abrange os bairros Zona Norte, Colina do Sol, Baronesa- COHAB Areal, Tablada e Novo Mundo) e AP12 (abrange os bairros Fraget, Gotuzzo Guabiroba, BR-392 e Simões Lopes).

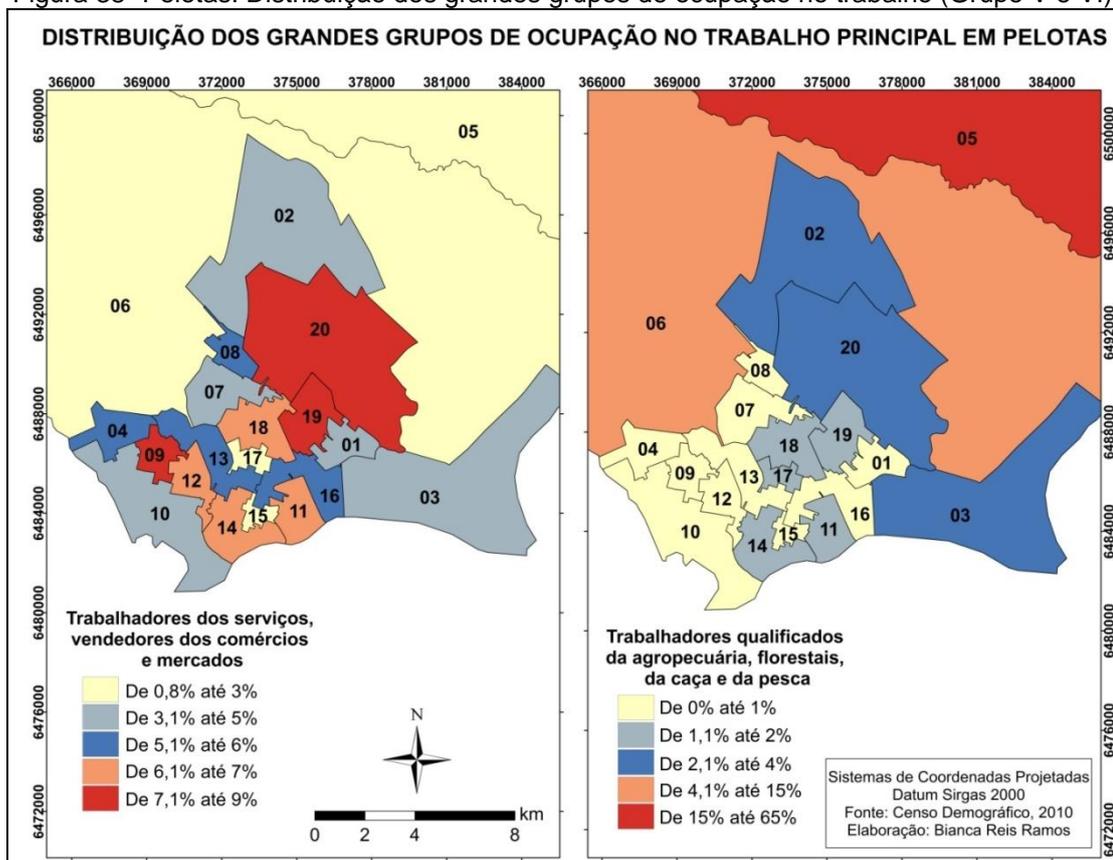
Figura 37- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo I, II, III e IV).



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 38 apresenta a distribuição em Pelotas do Grupo V (trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados) e Grupo VI (trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca). O Grupo V concentrou-se na AP20 (abrange os bairros Arroio Pelotas, Arco-íris, Vila Princesa, Getúlio Vargas- S. Funda, Lindoia e CAVG- Aeroporto), AP19 (abrange os bairros Arco-íris e Obelisco- Dunas-B Jesus), AP09 (abrange os bairros COHAB Fragata, Fraget, Gotuzzo Guabiroba e BR-392) e AP12 (abrange os bairros Fraget, Gotuzzo Guabiroba, BR-392 e Simões Lopes) e AP11 (abrange os bairros Fórum e Zona da Várzea). O Grupo VI concentrou-se na AP05 (abrange a Zona Rural) e AP06 (abrange a Zona Rural, Barragem e V. Governação- D. Industrial, Sítio Floresta e Sta. Terezinha- Py Crespo).

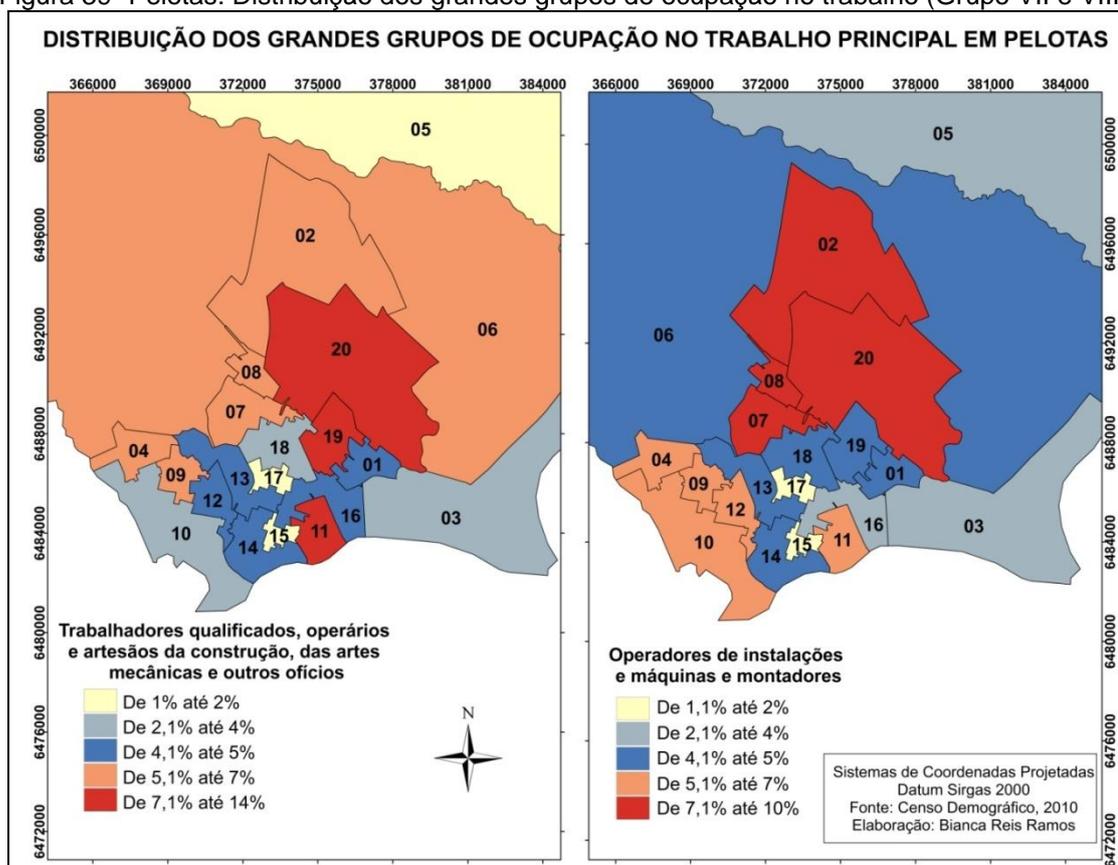
Figura 38- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo V e VI).



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 39 apresenta a distribuição em Pelotas do Grupo VII (trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios) e VIII (operadores de instalações e máquinas e montadores). O Grupo VII concentrou-se na AP19 (abrange os bairros Arco-íris e Obelisco- Dunas-B Jesus), AP20 (abrange os bairros Arroio Pelotas, Arco-íris, Vila Princesa, Getúlio Vargas- S. Funda, Lindóia e CAVG- Aeroporto) e AP11 (abrange os bairros Fórum e Zona da Várzea). O Grupo VIII concentrou-se na AP20, e AP02, AP07 e AP08 (as três Áreas de Ponderação correspondem ao subdistrito Três Vendas, excetuando os bairros Lindóia e CAVG- Aeroporto).

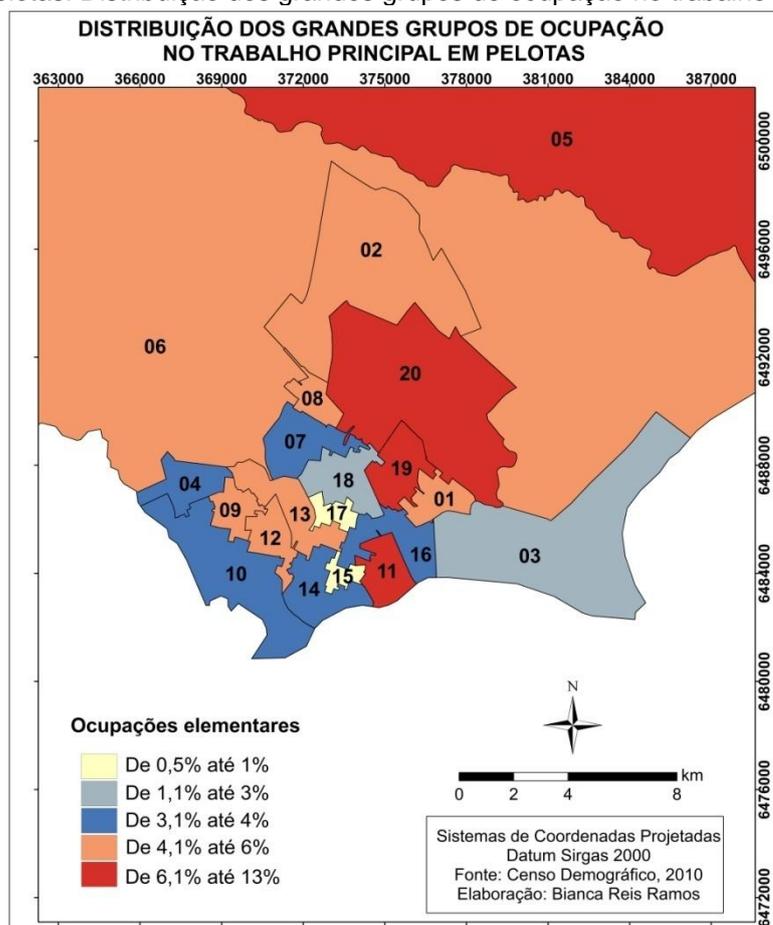
Figura 39- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo VII e VIII).



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 40 apresenta a distribuição em Pelotas do Grupo IX (ocupações elementares). Este grupo concentrou-se na AP20 (abrange os bairros Arroio Pelotas, Arco-íris, Vila Princesa, Getúlio Vargas- S. Funda, Lindoia e CAVG- Aeroporto), AP19 (abrange os bairros Arco-íris e Obelisco- Dunas-B Jesus), AP05 (abrange a Zona Rural) e AP11 (abrange os bairros Fórum e Zona da Várzea).

Figura 40- Pelotas: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo IX).



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

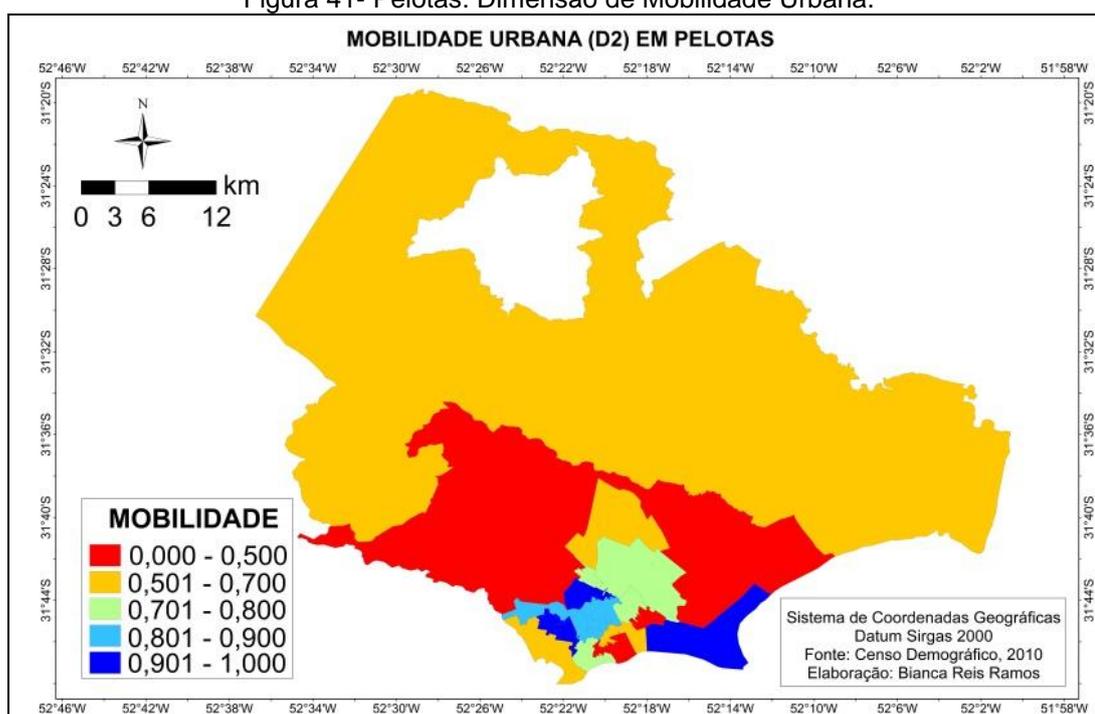
Com relação à posição de ocupação da população, a AP20 (abrange os bairros Arroio Pelotas, Arco-íris, Vila Princesa, Getúlio Vargas- S. Funda, Lindoia e CAVG- Aeroporto) obteve maior concentração de empregados com carteira assinada (9%), e a menor concentração foi observada na AP05, que abrange a Zona Rural (1%). Com relação aos empregados sem carteira assinada, as maiores concentrações foram verificadas na AP11 (abrange os bairros Fórum e Zona da Várzea) que obteve 9%, AP19 (abrange os bairros Arco-íris e Obelisco- Dunas-B Jesus) que obteve 10% e AP20 (abrange os bairros Arroio Pelotas, Arco-íris, Vila Princesa, Getúlio Vargas- S. Funda, Lindoia e CAVG- Aeroporto) que obteve 10% também.

As maiores concentrações de trabalhadores por conta própria foram identificadas na AP05, na Zona Rural (14%) e AP14 (abrange os bairros Centro Histórico, Porto Caieira e Simões Lopes) que obteve 7%. As maiores concentrações de empregadores foram identificadas na AP03 (9%), AP16 (17%), AP17 (abrange os

bairros Zona Norte e Colina do Sol), que obteve 9%, e AP18 (abrange os bairros Zona Norte, Colina do Sol, Baronesa- COHAB Areal, Tablada e Novo Mundo), que obteve 13%. A menor concentração de empregadores foi verificada na AP05 (0,5%). A classe de não remunerados concentrou-se na AP05 (36%), AP18 (8%) e AP19 (8%). As menores concentrações de não remunerados localizaram-se na AP01 (abrange os bairros Obelisco- Dunas-B Jesus e Baronesa- COHAB Areal), que obteve 0,8% e AP04 (abrange os bairros COHAB Fragata e Gotuzzo Guabiroba e V. Governação- D. Industrial) que obteve 1%. A classe de trabalhadores na produção para o próprio consumo concentrou-se na AP02 (abrange os bairros Sítio Floresta, Vila Princesa, Getúlio Vargas- S. Funda e Sta. Terezinha- Py Crespo) que obteve 10%, AP05, que abrange a Zona Rural (59%) e AP06 (abrange a Zona Rural e os bairros Barragem, V. Governação- D. Industrial, Sítio Floresta e Sta. Terezinha- Py Crespo), que obteve 9% (IBGE, 2010b).

A Figura 41 apresenta a Dimensão de Mobilidade Urbana, que não foi utilizada no cálculo do IBEU Intraurbano, mas que gerou um resultado interessante para se analisar neste capítulo. O indicador de deslocamento casa-trabalho indicou, de certa forma, as centralidades no que concerne aos postos de trabalho na área urbana.

Figura 41- Pelotas: Dimensão de Mobilidade Urbana.



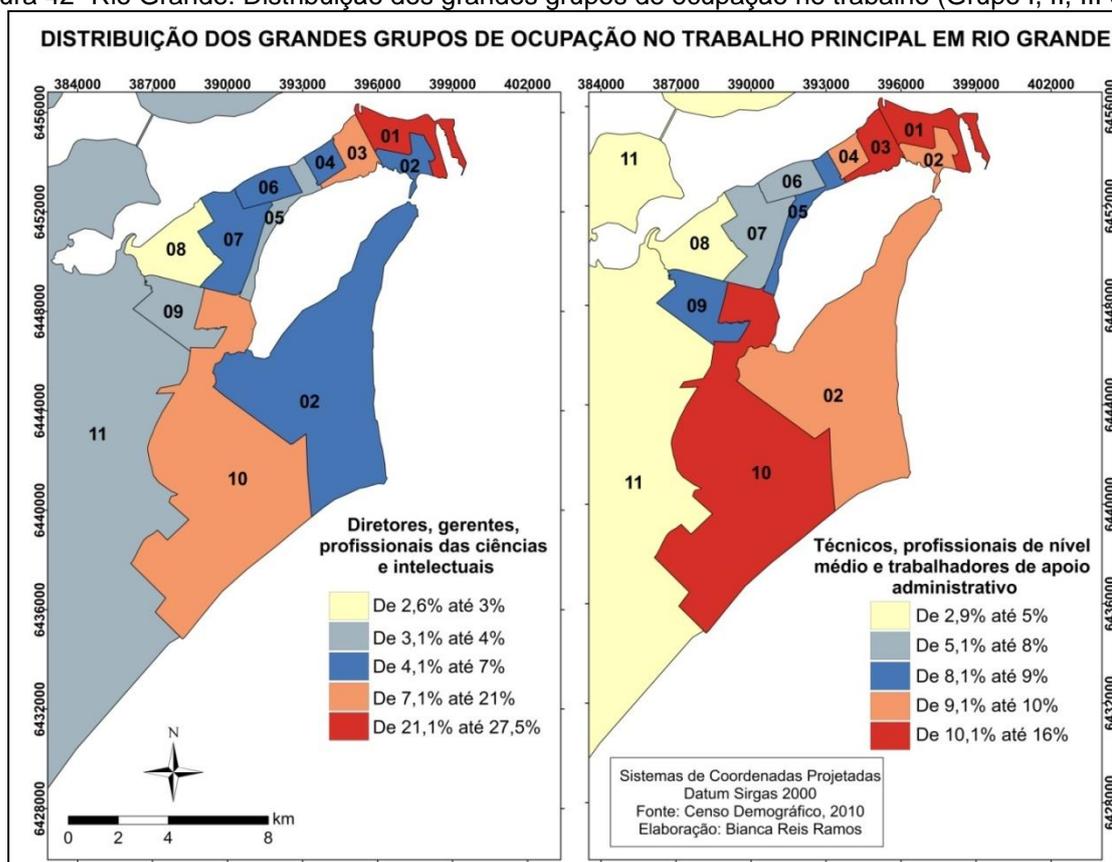
Fonte: IBGE, 2010b, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

A área avaliada com nível Muito Ruim de mobilidade (em vermelho) indicou a concentração de trabalhadores que se deslocam para as áreas azuis (nível Bom e Muito Bom), que concentram os postos de trabalho. Os trabalhadores residentes nas áreas em azul não necessitam realizar deslocamentos maiores porque suas residências são relativamente próximas aos seus postos de trabalho, quando comparadas às áreas urbanas mais periféricas. A área rural de Pelotas apresentou uma proporção menor de deslocamentos em comparação com os bairros periféricos, resultado que pode ser explicado pelas atividades agropecuárias de alguns residentes de áreas rurais.

6.3 GRANDES GRUPOS DE OCUPAÇÃO EM RIO GRANDE

A Figura 42 apresenta a distribuição em Rio Grande dos Grupos I e II (Diretores e gerentes, e profissionais das ciências e intelectuais) e dos Grupos III e IV (Técnicos e profissionais de nível médio, e trabalhadores de apoio administrativo). Essa informação pôde ser representada através das onze Áreas de Ponderação (AP) do Rio Grande. Os Grupos I e II concentraram-se principalmente na AP01 (Centro e Marques de Tamandaré), AP10 (Jardim do Sol, Trevo, Senandes, Bolaxa, Cassino e Querência) e AP03 (Cidade Nova, Rheingantz e Parque). Os Grupos III e IV concentraram-se na AP10, AP03 e AP01, respectivamente.

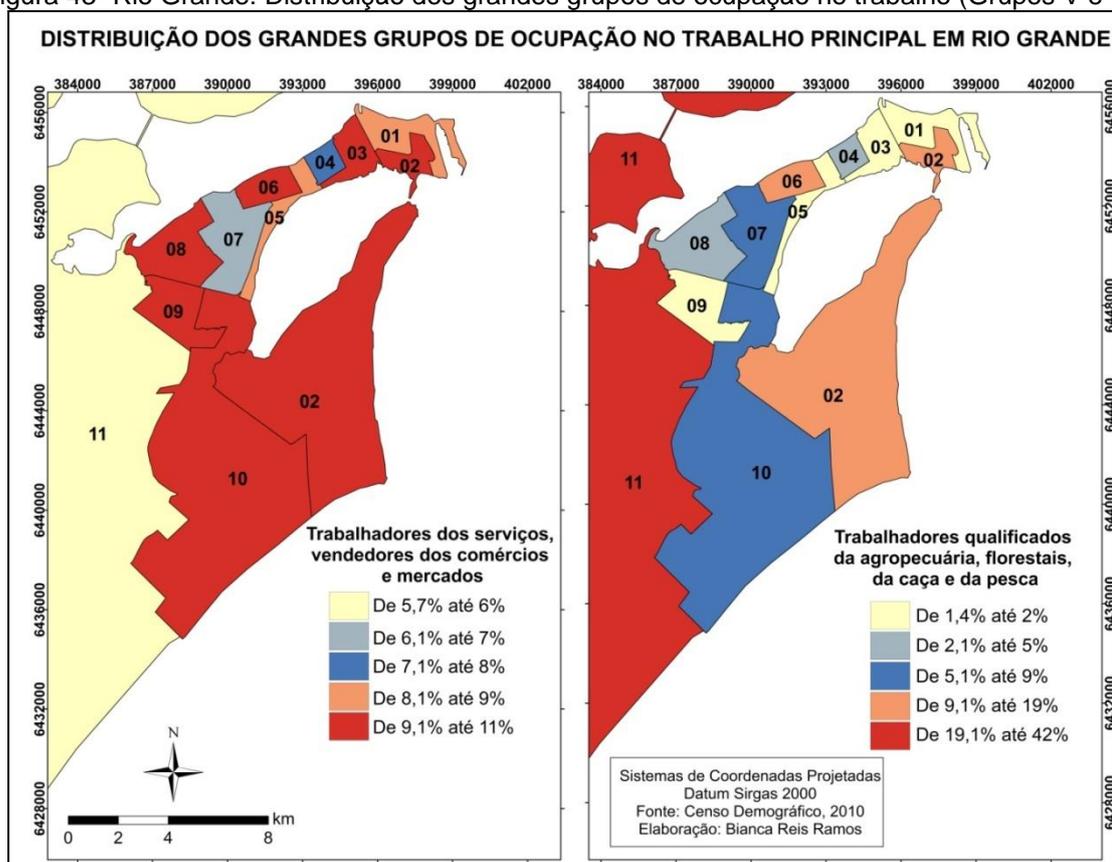
Figura 42- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo I, II, III e IV).



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 43 apresenta a distribuição em Rio Grande do Grupo V (trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados) e Grupo VI (trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca). O Grupo V concentrou-se na AP03 (Cidade Nova, Rheingantz e Parque), AP06 (Prado e São Miguel), AP02 (Navegantes, Ipiranga, Santa Tereza, Mangueira, Zona Portuária e Barra), AP08 (Assis Brasil, Castelo Branco, Cidade de Águeda, Nossa Sra. de Fátima e Santa Rosa), AP09 (Carreiros, Parque Marinha e Parque São Pedro) e AP10 (Jardim do Sol, Trevo, Senandes, Bolaxa, Cassino e Querência). O Grupo VI concentrou-se na AP11 (zona rural), AP06 e AP02.

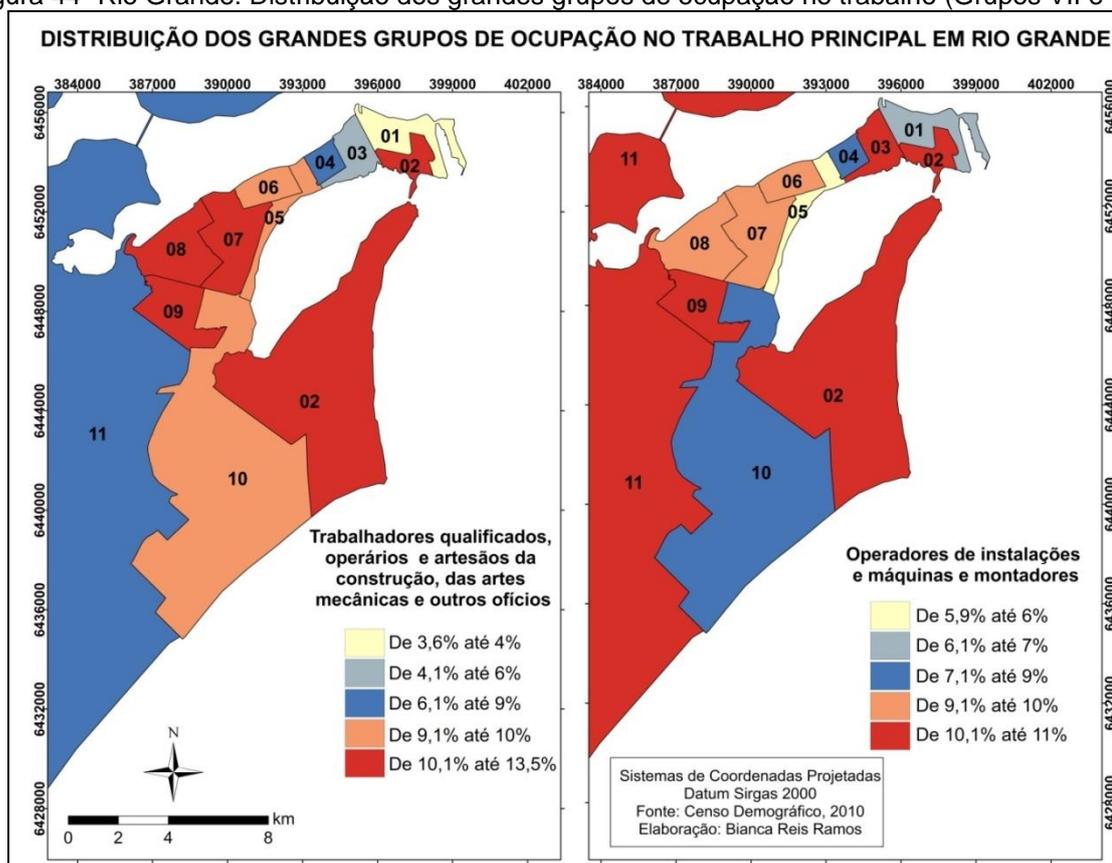
Figura 43- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupos V e VI).



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 44 apresenta a distribuição em Rio Grande do Grupo VII (trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios) e VIII (operadores de instalações e máquinas e montadores). O Grupo VII concentrou-se na AP08 (Assis Brasil, Castelo Branco, Cidade de Águeda, Nossa Sra. de Fátima e Santa Rosa), AP02 (Navegantes, Ipiranga, Santa Tereza, Mangueira, Zona Portuária e Barra), AP07 (Humaitá, Bosque Silveira, Junção, São João, Universitário e Vila Maria) e AP09 (Carreiros, Parque Marinha e Parque São Pedro). O Grupo VIII concentrou-se na AP09, AP03 (Cidade Nova, Rheingantz e Parque), AP11 (zona rural) e AP02.

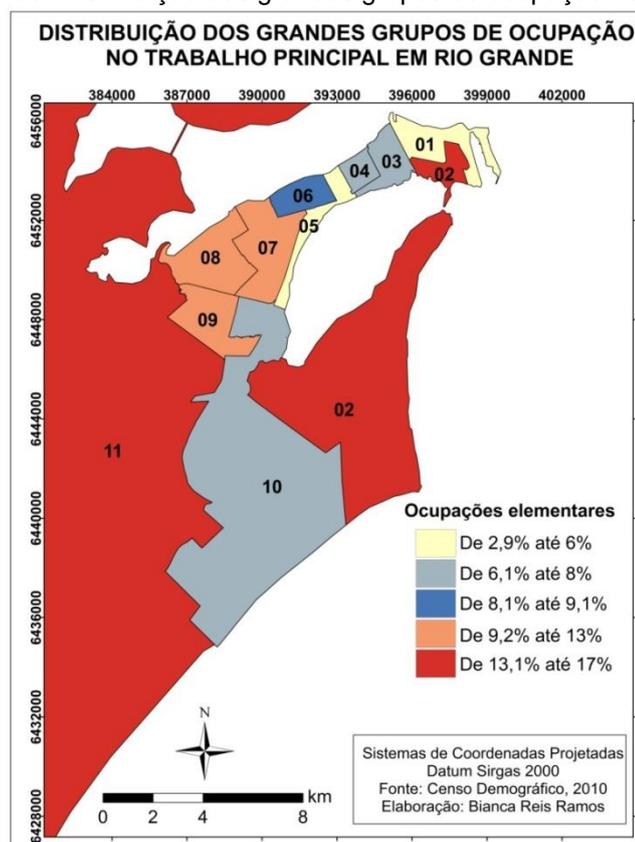
Figura 44- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupos VII e VIII).



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 45 apresenta a distribuição em Rio Grande do Grupo IX (ocupações elementares). Este grupo concentrou-se na AP02 (Navegantes, Ipiranga, Santa Tereza, Mangueira, Zona Portuária e Barra), AP11 (zona rural), AP08 (Assis Brasil, Castelo Branco, Cidade de Águeda, Nossa Sra. de Fátima, Santa Rosa), AP07 (Humaitá, Bosque Silveira, Junção, São João, Universitário e Vila Maria) e AP09 (Carreiros, Parque Marinha e Parque São Pedro).

Figura 45- Rio Grande: Distribuição dos grandes grupos de ocupação no trabalho (Grupo IX).



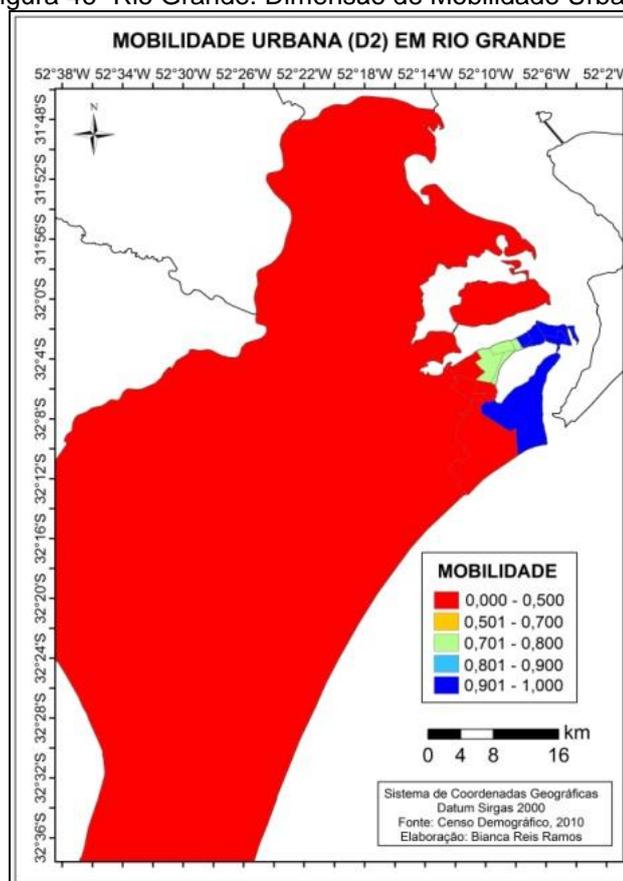
Fonte: IBGE, 2010b, 2010c. Elaborado pela autora.

Com relação à posição de ocupação da população, a AP02, AP03 e AP10 apresentaram maior proporção de trabalhadores empregados com carteira de trabalho assinada (12%, 10% e 11% respectivamente). As maiores concentrações de empregados sem carteira de trabalho assinada localizaram-se na AP02 (16%), AP06 (10%) e AP07 (11%). A classe de trabalhadores por conta própria concentrou-se na AP01 (10%), AP02 (9%), AP03 (11%), AP10 (15%) e AP11 (12%).

A classe de empregadores obteve menor concentração na AP09 (1%) e maior concentração na AP01 (27%), AP03 (14%) e AP10 (21%). A classe de não remunerados concentrou-se na AP02 (10%), AP06 (14%), AP08 (19%) e AP11 (12%). Por fim, os trabalhadores na produção para o próprio consumo concentraram-se na AP06 (10%), AP08 (12%), AP10 (13%) e AP11 (48%).

A Figura 46 apresenta a Dimensão de Mobilidade Urbana para Rio Grande. O indicador de deslocamento casa-trabalho apresentou resultado similar com os resultados para Pelotas. À medida que as Áreas de Ponderação se afastam da área central da cidade, o indicador apresenta resultados menores.

Figura 46- Rio Grande: Dimensão de Mobilidade Urbana.



Fonte: IBGE, 2010b, 2010c; própria desta pesquisa. Elaborado pela autora.

Contudo, em Rio Grande existe uma segunda centralidade no que concerne à oferta de trabalho, localizadas no Porto e no Distrito Industrial. Além disso, nesta mesma Área de Ponderação residem comunidades pesqueiras, o que contribuiu com o resultado apresentado.

CAPÍTULO 7 - ANÁLISE INTRAURBANA DOS RENDIMENTOS ESCOLARES NOS MUNICÍPIOS DA AUSUL

Este capítulo está dividido em seis subcapítulos, onde no primeiro são apresentados alguns dados preliminares acerca da AUSUL e os cinco restantes abordam os rendimentos escolares de cada um dos cinco municípios pertencentes à aglomeração.

7.1 O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NA AUSUL: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

A Tabela 21 apresenta a população residente por rede de ensino que frequentavam no ano de 2010. A maior concentração de alunos em escolas particulares localiza-se em Pelotas e Rio Grande, e a menor concentração de alunos em escolas particulares localiza-se em São José do Norte e Capão do Leão. Podemos observar a relação entre a Dimensão de Autonomia de Renda (Capítulo 4), a classificação ocupacional (Capítulo 6) e a concentração de alunos que frequentam instituições de ensino particulares. Veremos nos próximos subcapítulos, que as instituições particulares estão concentradas nos dois municípios mais desenvolvidos da aglomeração. Ou seja, a proporção de pessoas que frequentam instituições privadas nos três municípios menores da aglomeração, frequentam estabelecimentos de outras cidades e podem possuir um padrão de vida mais elevado. Entre os três municípios menores, a maior mobilidade de pessoas que frequentam instituições de ensino privadas concentra-se em Arroio do Padre.

Tabela 21- RS, AUSUL: População residente por rede de ensino que frequentavam em 2010.

Estado/ Município	Total	Rede de ensino que frequentavam	
		Pública	Particular
RS	100	77	23
AUSUL	100	80	20
Arroio do Padre	100	90	10
Capão do Leão	100	92	8
Pelotas	100	76	24
Rio Grande	100	82	18
São José do Norte	100	96	4

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

A Tabela 22 apresenta a proporção total de pessoas que frequentavam escola ou creche em outro município. A maior proporção de mobilidade para fins educacionais ocorre em Arroio do Padre e Capão do Leão. Estes dois municípios possuem um grau de integração principal com o município de Pelotas. Já em São José do Norte, os deslocamentos interurbanos para fins educacionais ocorrem principalmente no sentido do município do Rio Grande.

Tabela 22- AUSUL: Pessoas que frequentavam escola ou creche, por local da escola ou creche que frequentavam no ano de 2010.

Município	Município de residência (%)	Outro município (%)	Total (%)
Arroio do Padre	81	19	100
Capão do Leão	83	17	100
Pelotas	98	2	100
Rio Grande	98	2	100
São José do Norte	93	7	100

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

A Tabela 23 apresenta a proporção de pessoas matriculadas em instituições educacionais por nível de ensino. Podemos observar que os municípios de Arroio do Padre e São José do Norte concentram pessoas em classes de alfabetização de

jovens e adultos, o que é positivo, uma vez que a taxa de alfabetização destes municípios é baixa. No entanto, a alfabetização de jovens e adultos não contempla ainda a todos, uma vez que mesmo nos municípios de Pelotas e Rio Grande, o analfabetismo ainda é presente.

Tabela 23- AUSUL: Pessoas que frequentavam escola ou creche (pública e privada) no ano de 2010.

Município	Pré- escolar e creche (%)	Classe de alfabet. (%)	Alfabet. de jovens e adultos (%)	Ensino fund. (%)	Ensino médio (%)	Superior graduação (%)	Pós- graduação (%)
Arroio do Padre	7	5	1	59	17	11	0
Capão do Leão	7	4	0	65	15	7	2
Pelotas	8	2	0	50	17	20	3
Rio Grande	10	3	0	52	16	17	3
São José do Norte	5	2	1	69	16	4	2

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

Ocorre uma concentração maior de alunos matriculados em cursos superiores, no entanto, esta se concentra nos dois municípios mais desenvolvidos da aglomeração. A AUSUL concentra 29 instituições de ensino superior, onde 17 localizam-se em Pelotas e 12 em Rio Grande. Entre estas instituições, citamos também a presença de Institutos Federais em cada um destes dois municípios. Em Capão do Leão localiza-se um campus universitário da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), juntamente com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em São José do Norte existem iniciativas de cursos profissionalizantes no formato de Educação a Distância (EAD) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e UFPEL (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

Com relação ao nível de instrução (Tabela 24), os dados mostram uma grande diferença entre as capitais regionais e os centros locais. As taxas de alfabetização dos municípios de Pelotas e Rio Grande estão na média do Estado,

que é de 96%. Já os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão e São José do Norte estão abaixo da média.

O nível de instrução também é mais alto nos municípios de Pelotas e Rio Grande, que se mantém acima da média do Estado. Em Arroio do Padre, 81% das pessoas com mais de 25 anos não tem o ensino fundamental completo, e em São José do Norte são 74% das pessoas.

Tabela 24- RS, AUSUL: Nível de instrução das pessoas com 25 anos ou mais de idade e taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Percentual) no ano de 2010.

Município	Taxa de alfabetização (%)	Sem instrução e fund. incompleto (%)	Fund. completo e médio incompleto (%)	Médio completo e superior incompleto (%)	Superior completo (%)
Arroio do Padre	95	81	9	7	2
Capão do Leão	93	65	15	17	3
Pelotas	96	46	15	25	13
Rio Grande	96	45	16	27	11
São José do Norte	84	74	11	10	4
Rio Grande do Sul	96	48	17	24	11

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

Tartaruga (2016) avaliou a capacidade potencial dos territórios de produzir inovações através do Indicador de Potencial de Inovação Territorial (IPIT) com base no número de pessoas envolvidas em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico P&D e estabelecimentos envolvidos e serviços avançados. O índice classifica os territórios com base em sua capacidade de inovação entre Muito baixa e Muito alta. Pelotas foi classificado com nível alto, Rio Grande nível médio, São José do Norte obteve nível baixo, Capão do Leão e Arroio do Padre obtiveram nível muito baixo.

Acreditamos que além do investimento público e privado nas atividades de pesquisa e tecnologia em nível superior, é preciso avaliar a base inicial do desenvolvimento de recursos humanos no território. Ou seja, a estrutura educacional

do ensino fundamental e médio, o grau de escolaridade e a expectativa e intenção da população de ingressar no ensino técnico e superior. E principalmente, se o município apresenta rendimentos educacionais satisfatórios e incentivos para a qualificação dos jovens.

O Anexo II apresenta alguns instrumentos de planejamento voltados ao setor educacional em cada município no ano de 2009. Foram utilizadas as informações de 2009 porque os dados dos rendimentos escolares apresentados neste trabalho referem-se ao ano de 2010. Todos os municípios possuem sistema de ensino próprio. Com relação aos instrumentos regulamentados, as concessões de incentivos fiscais para entidades educacionais só ocorriam em Capão do Leão e Pelotas. Rio Grande e São José do Norte eram os únicos que não possuíam conselhos escolares. O sistema municipal de ensino era presente em Capão do Leão, Pelotas e Rio Grande. Capão do Leão e Pelotas eram os municípios mais amparados por instrumentos legais de apoio à educação na AUSUL.

Com relação à capacitação de professores, o município do Rio Grande era o mais completo, abrangendo a capacitação nas áreas de direitos humanos, gênero, raça/etnia e orientação sexual. Em segundo lugar, Capão do Leão apresentava um quadro similar, excetuando a temática em orientação sexual. Quanto às ações, podemos observar que a participação da comunidade na gestão das escolas não era presente, assim como a autonomia financeira ou campanhas para matricular crianças na escola. Iniciativas para diminuir a evasão escolar só eram presentes nos municípios de Capão do Leão e Pelotas.

Destaca-se como um ponto positivo a regulamentação e valorização da carreira do magistério, iniciativa que pode ser observada apenas em Capão do Leão e São José do Norte. Melhorias ou implementação de programas de assistência escolar ocorreram apenas em Arroio do Padre e Rio Grande. Melhorias do transporte dos alunos foram observadas em Arroio do Padre, Pelotas e São José do Norte. Iniciativas de desenvolvimento de projetos voltados para a educação de jovens e adultos só foi observada em Rio Grande e São José do Norte, e projetos voltados para a educação no campo, indígena e ambiental apenas em Pelotas. Destacamos positivamente a instituição de cursos de educação profissional em São José do Norte e suas articulações interinstitucionais na busca por melhorias na qualidade e promoção da educação.

No geral, Capão do Leão apresentou mais instrumentos e engajamento na questão educacional, assim como São José do Norte, ainda que este necessite de maior ampliação de investimentos e programas. Pelotas e Rio Grande, por serem os municípios mais desenvolvidos da Aglomeração, poderiam ter apresentado mais instrumentos, iniciativas e autonomia no campo educacional.

A Tabela 25 apresenta os rendimentos escolares do Rio Grande do Sul, para que possamos analisar e comparar com os rendimentos de cada município da AUSUL que serão expostos nos próximos itens. No geral, os rendimentos escolares do ensino fundamental e médio no Rio Grande do Sul foram melhores nas áreas rurais em 2010. Os alunos de escolas municipais, privadas e federais obtiveram melhores rendimentos nas áreas rurais. Nas áreas urbanas, os melhores rendimentos escolares localizaram-se nas instituições federais, privadas e municipais, respectivamente. Atenta-se para as altas taxas de reprovação e abandono nos anos finais do ensino fundamental em escolas estaduais. No ensino médio, as áreas urbanas apresentam baixos rendimentos escolares em escolas estaduais e municipais, contrastando com os rendimentos das instituições de ensino rurais.

Tabela 25- Rio Grande do Sul: Rendimento escolar no ensino fundamental e médio por localização rural e urbana.

Localização	Ensino Fundamental						Ensino Médio			
	Tipo de rede	Taxa de aprovação		Taxa de reprovação		Taxa de abandono		Taxa de aprovação	Taxa de reprovação	Taxa de abandono
		A.I. ⁴	AF ⁵	A.I	A.F	A.I	A.F			
Rural	Federal	-	-	-	-	-	-	84	13,5	2,5
	Estadual	88,1	80,1	10,8	16,8	1,2	3	76,5	14,1	9,5
	Municipal	90,6	82,3	9	15,3	0,4	2,4	85,5	6,9	7,6
	Privada	92,6	83,2	7,4	15,5	0	1,3	83	15	2
	Total	90	81,5	9,4	15,8	0,6	2,7	78	13,8	8,3
Urbana	Federal	100	91,2	0	8,7	0	0,1	80,5	15,9	3,6
	Estadual	88,7	73,6	10,7	23,7	0,5	2,7	65,3	22,1	12,6
	Municipal	89,4	79,1	9,8	18,4	0,7	2,6	65	19,4	15,6
	Privada	97,9	94,4	2,1	5,5	0	0,1	92	7,5	0,5
	Total	90	77,8	9,3	19,8	0,6	2,4	68,5	20,4	11,1

Fonte: IBGE, 2010b. Elaborado pela autora.

Este panorama dos rendimentos escolares do Rio Grande do Sul segue a tendência já apontada por diversos pesquisadores, onde os melhores rendimentos apresentam-se nas instituições privadas, e as altas taxas de reprovação e de abandono de jovens no ensino médio em bairros urbanos com alta vulnerabilidade social. Nos próximos subcapítulos veremos se esta tendência ocorre também na AUSUL.

7.2 RENDIMENTOS ESCOLARES EM ARROIO DO PADRE

A Figura 47 apresenta a distribuição das escolas por tipo de rede e a taxa de abandono em Arroio do Padre. Apenas duas escolas foram consideradas urbanas pelo INEP, localizadas no Centro e no Benjamin Constant. De acordo com os dados do INEP em 2010, em Arroio do Padre só havia uma escola estadual e cinco municipais.

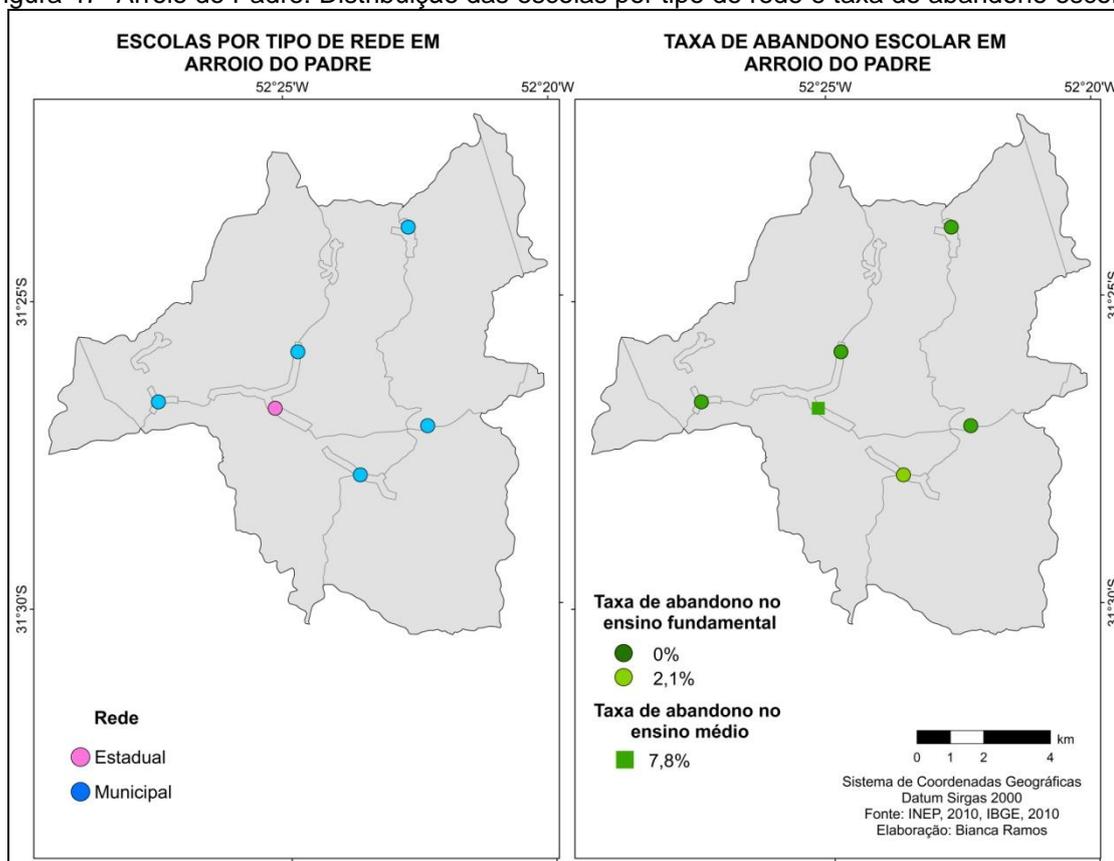
As taxas de abandono no ensino fundamental em escolas municipais foram iguais à zero em cinco escolas, e de 2,1% no bairro Benjamin Constant. No ensino médio, a taxa de abandono em Arroio do Padre era de 7,8% (foi identificada apenas

⁴ Anos iniciais.

⁵ Anos finais.

uma escola de ensino médio no município na base de dados do Censo Escolar no ano de 2010).

Figura 47- Arroio do Padre: Distribuição das escolas por tipo de rede e taxa de abandono escolar.

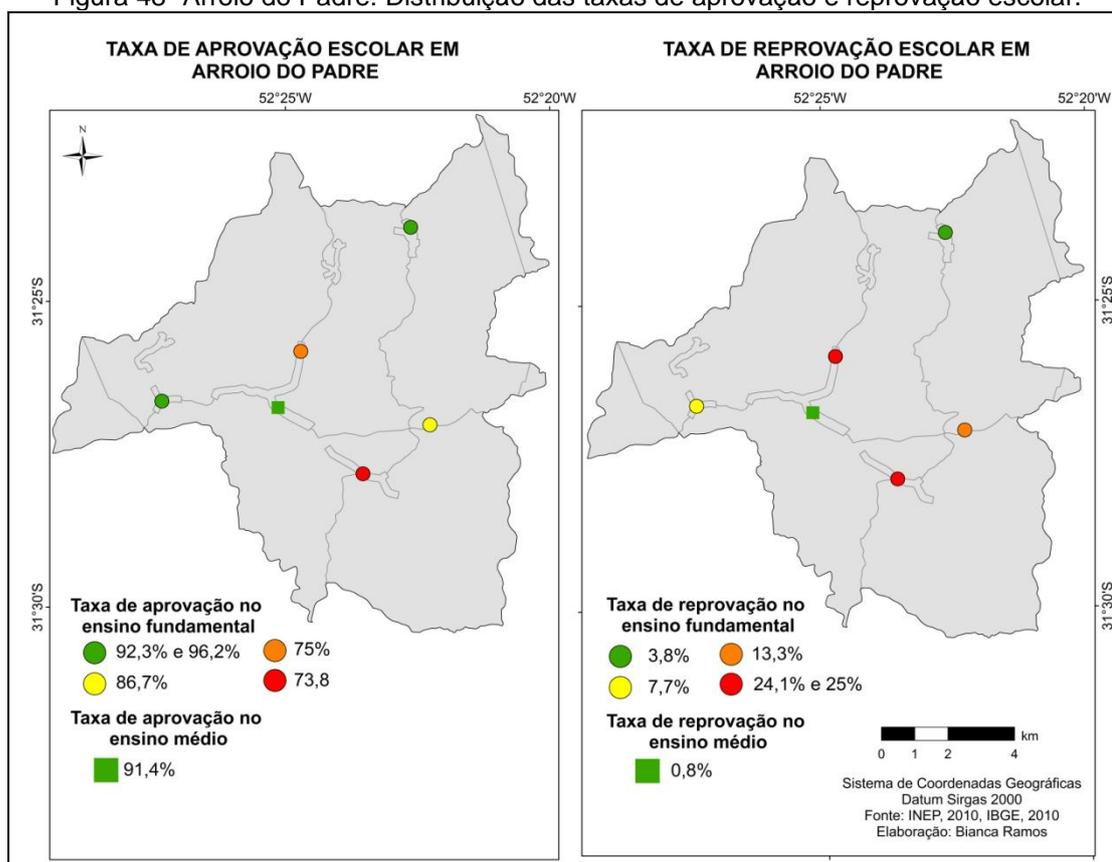


Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 48 apresenta as taxas de aprovação e reprovação escolar em Arroio do Padre. As taxas de aprovação no ensino fundamental apresentaram melhores proporções nas escolas do bairro Brasil para Cristo e Cerrito. As menores taxas de aprovação no ensino fundamental localizaram-se nas escolas do Centro e Benjamin Constant. A taxa de aprovação no ensino médio foi de 91,4% no município.

A menor taxa de reprovação no ensino fundamental localizou-se na escola do bairro Cerrito. As taxas mais altas de reprovação no ensino fundamental apresentaram-se nas escolas do Centro e Benjamin Constant. A taxa de reprovação no ensino médio foi de 0,8% no município.

Figura 48- Arroio do Padre: Distribuição das taxas de aprovação e reprovação escolar.

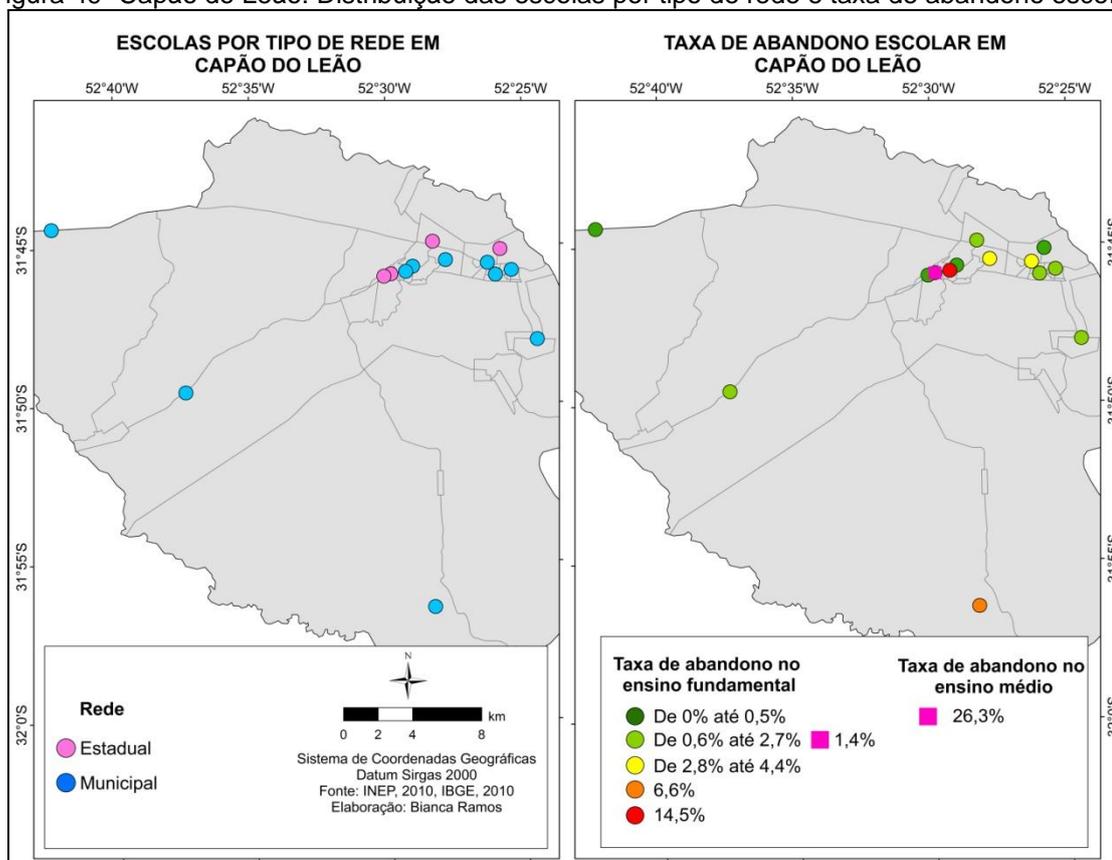


Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

7.3 RENDIMENTOS ESCOLARES EM CAPÃO DO LEÃO

A Figura 49 apresenta as escolas por tipo de rede e as taxas de abandono escolar em Capão do Leão. Foram mapeadas quatro escolas estaduais e dez escolas municipais. A maioria das escolas estão localizadas nas áreas urbanas. Apenas duas escolas obtiveram taxa de abandono no ensino fundamental iguais à zero, uma localizada na área urbana (Centro) e a outra localizada em área rural. As taxas maiores de abandono no ensino fundamental foram verificadas no Centro, Parque Fragata e Jardim América. Foi identificada pelo INEP, apenas uma escola de ensino médio no município com taxa de abandono de 26,3% no ano de 2010.

Figura 49- Capão do Leão: Distribuição das escolas por tipo de rede e taxa de abandono escolar.

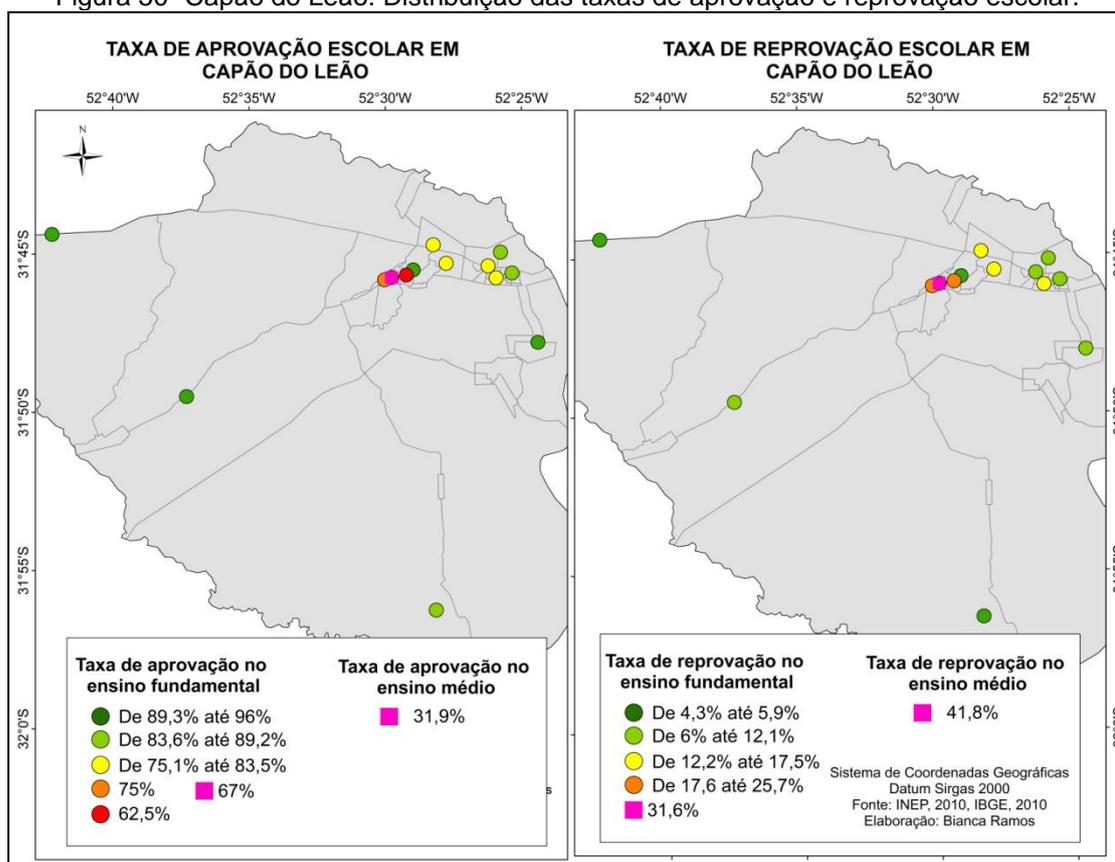


Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 50 apresenta as taxas de aprovação e reprovação escolar em Arroio do Padre. As taxas mais altas de aprovação no ensino fundamental foram identificadas em escolas rurais, em apenas uma escola no Centro e outra no bairro Jardim América (situada no Campus Universitário, na Embrapa). A taxa de aprovação no ensino médio no município foi de 31,9%.

As menores taxas de reprovação foram verificadas nas escolas rurais. Das escolas urbanas, as maiores taxas de reprovação no ensino fundamental concentraram-se no Centro e Parque Fragata, e as menores taxas de reprovação concentrou-se no Jardim América. A taxa de reprovação no ensino médio em Capão do Leão foi de 41,8%.

Figura 50- Capão do Leão: Distribuição das taxas de aprovação e reprovação escolar.

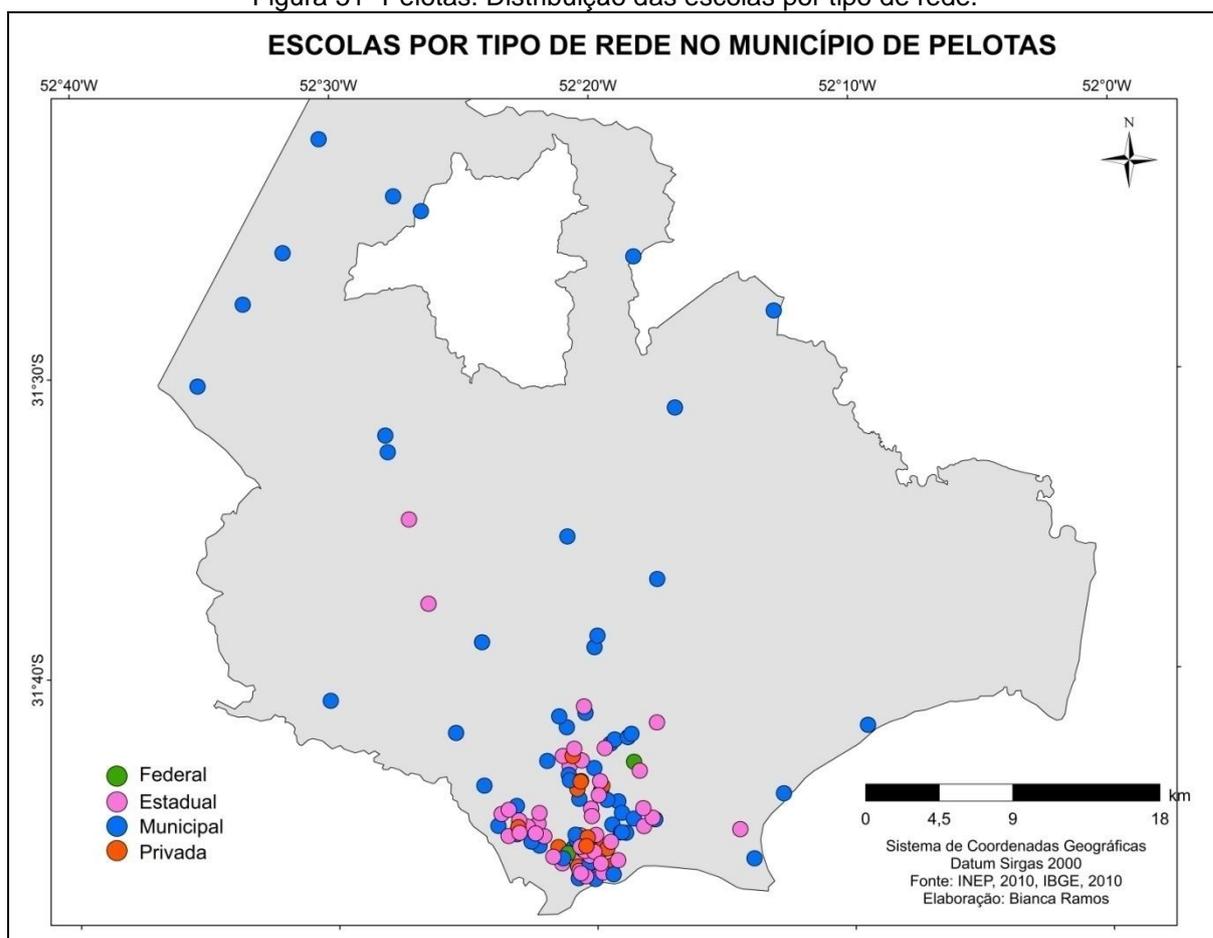


Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

7.4 RENDIMENTOS ESCOLARES EM PELOTAS

A Figura 51 apresenta a distribuição das escolas por tipo de rede em Pelotas. As escolas estaduais, federais e principalmente as privadas, concentraram-se no subdistrito Centro, nos bairros Zona Norte (CE.1) e Centro Histórico (CE.3), no subdistrito Fragata, nos bairros Gotuzzo Guabiroba (FR.3) e Simões Lopes (FR.6) e no subdistrito Três Vendas, nos bairros Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Tablada (TV.7) e Novo Mundo (TV.8). As áreas com maior densidade populacional na cidade concentraram maior quantidade de escolas.

Figura 51- Pelotas: Distribuição das escolas por tipo de rede.



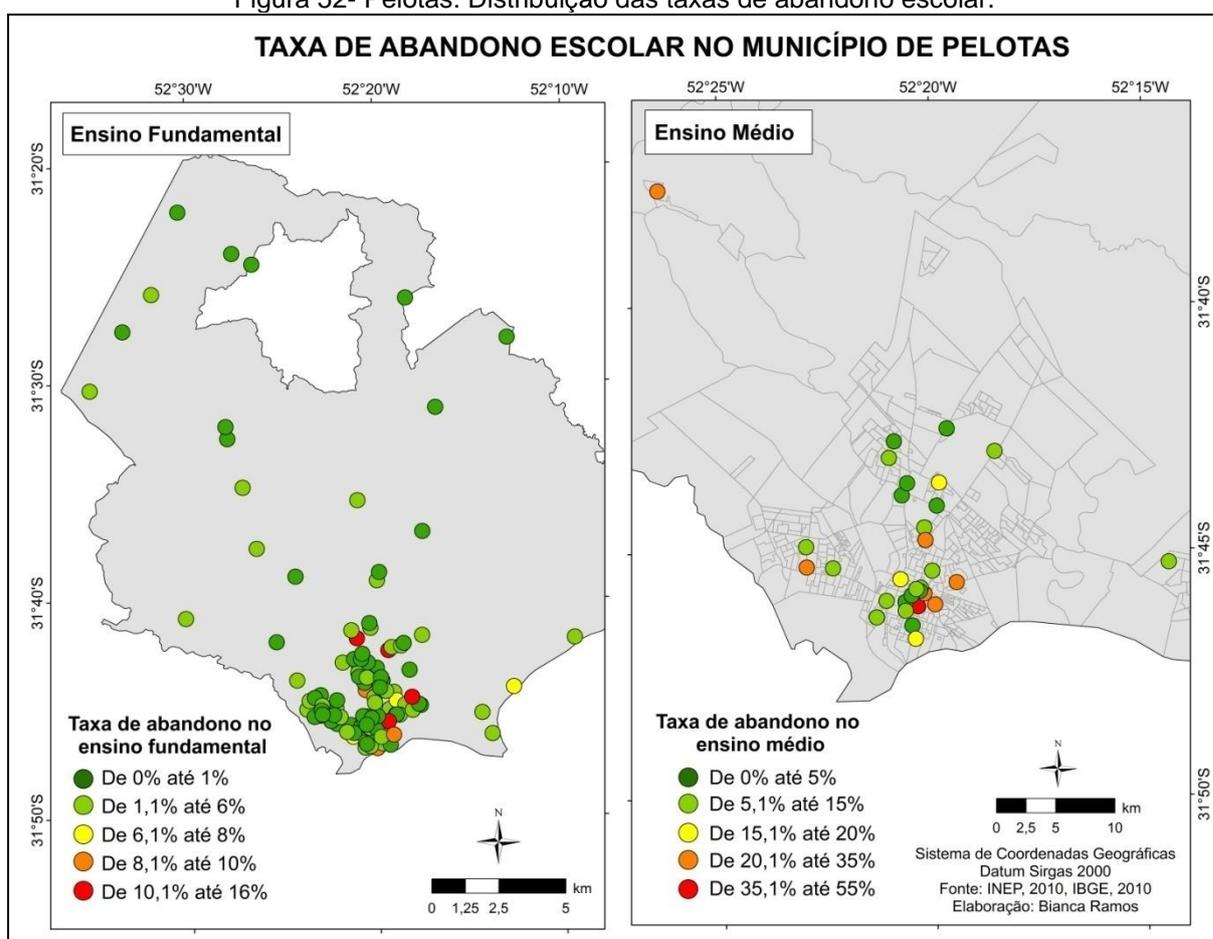
Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 52 apresenta as taxas de abandono escolar. As taxas de abandono no ensino fundamental foram maiores em escolas urbanas no subdistrito Centro, nos bairros Centro Histórico (CE.3) e Porto Caieira (CE.4), na rede municipal e estadual. A maioria das escolas privadas apresentaram taxas de abandono iguais ou próximas de zero. As menores taxas de abandono no ensino fundamental foram identificadas no bairro Zona Norte (CE.1) e Centro Histórico (CE.3), e nos subdistritos Fragata e Três Vendas. Do total de escolas rurais de ensino fundamental (municipais e estaduais), 52% apresentaram taxas de abandono iguais à zero, enquanto que nas escolas urbanas (municipais e estaduais), apenas 26% (desses 26%, metade eram escolas particulares).

No ensino médio, apenas uma escola em área rural foi identificada no censo escolar de Pelotas, localizada no distrito Monte Bonito e apresentou uma taxa alta de abandono. Das escolas urbanas de ensino médio, apenas seis apresentaram taxas iguais à zero de abandono escolar, sendo cinco particulares, localizadas no Centro Histórico (CE.3), Novo Mundo (TV.8), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), e

apenas uma estadual, no bairro Tablada (TV.7). As menores taxas de abandono no ensino médio foram identificadas no bairro Centro Histórico (CE.3). As taxas mais altas de abandono no ensino médio também foram identificadas nos bairros Centro Histórico (CE.3) e Porto Caieira (CE.4).

Figura 52- Pelotas: Distribuição das taxas de abandono escolar.

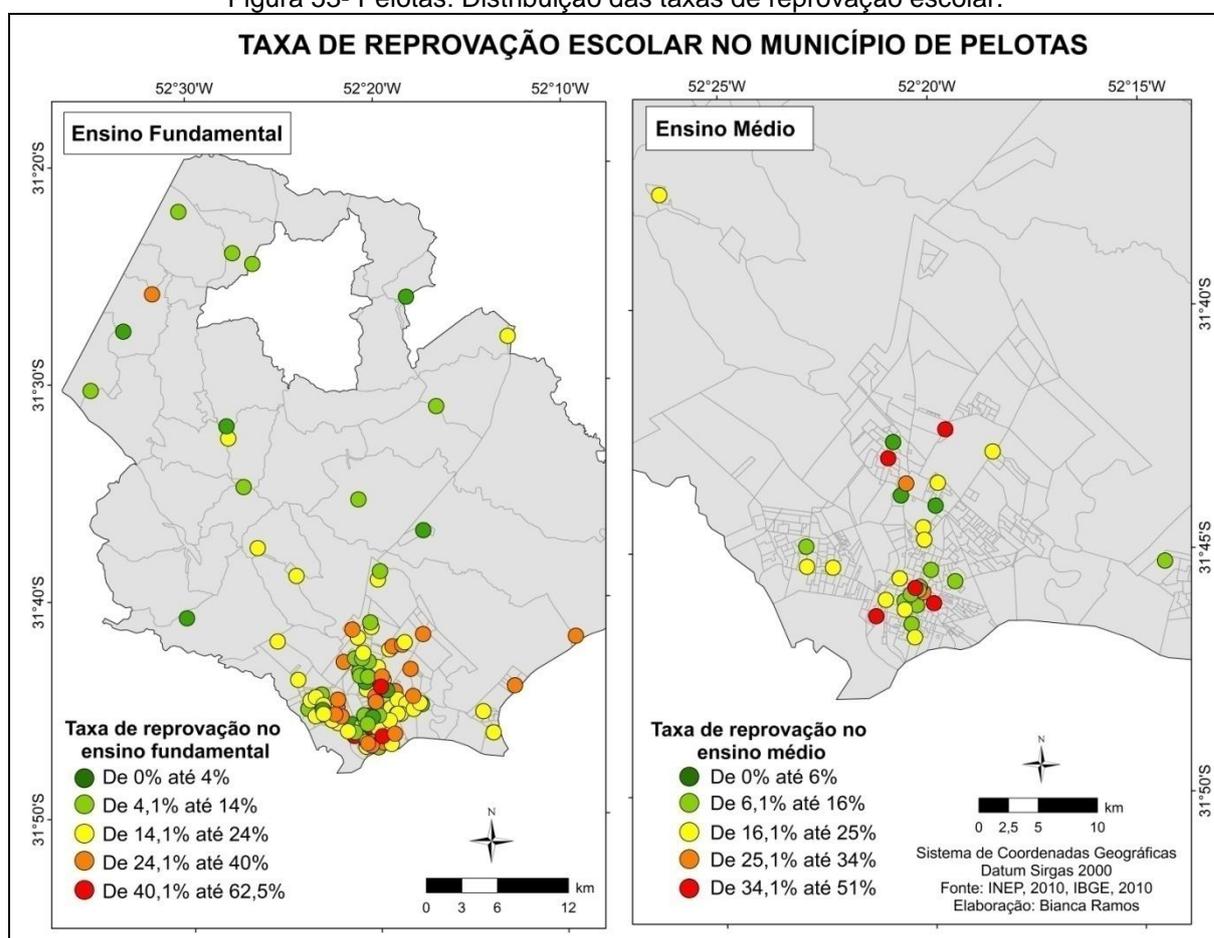


Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 53 apresenta as taxas de reprovação. Observamos a concentração nas áreas urbanas centrais de taxas maiores de reprovação quando comparadas às zonas rurais no ensino fundamental. As taxas maiores de reprovação no ensino fundamental nas áreas urbanas (acima de 30%) localizaram-se nos bairros Zona Norte (CE.1), Centro Histórico (CE.3), Porto Caieira (CE.4), Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Tablada (TV.7), Fraget (FR.2) e Simões Lopes (FR.6), em sua maioria, em escolas estaduais. Do total de escolas mapeadas, apenas cinco apresentaram taxas de reprovação no ensino fundamental iguais à zero (duas urbanas e particulares, localizadas no bairro Zona Norte (CE.1), Simões Lopes (FR.6) e três escolas rurais municipais).

No ensino médio obtivemos a concentração de taxas maiores nos bairros Centro Histórico (CE.3), Porto Caieira (CE.4), Simões Lopes (FR.6), Sta. Terezinha-Py Crespo (TV.4) e Lindoia (TV.5). Ainda que as escolas estaduais urbanas tenham apresentado os piores rendimentos, a taxa de reprovação no ensino médio apresentou-se elevada também para o Instituto Federal em Pelotas, e para algumas escolas particulares. Do total de escolas mapeadas, apenas duas escolas de ensino médio apresentaram taxa de reprovação igual à zero, as duas localizadas no subdistrito Três vendas, nos bairros Sta. Terezinha-Py Crespo (TV.4) e Tablada (TV.7), sendo uma particular e a outra estadual.

Figura 53- Pelotas: Distribuição das taxas de reprovação escolar.

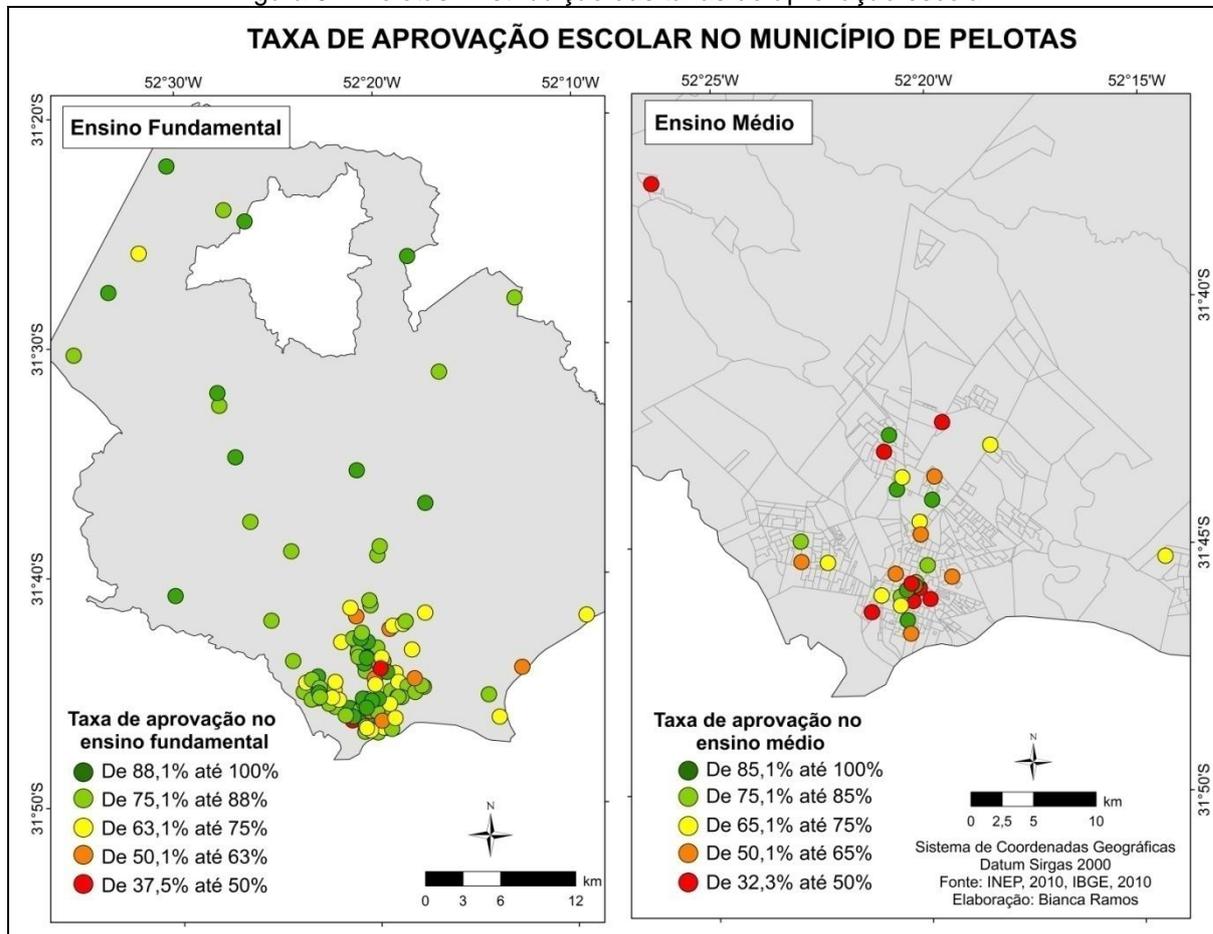


Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 54 apresenta as taxas de aprovação. No ensino fundamental, as zonas rurais também obtiveram melhores taxas de aprovação quando comparadas com as áreas urbanas. As maiores taxas de aprovação escolar no ensino fundamental (acima de 90%), localizaram-se em escolas rurais municipais, e escolas particulares urbanas nos bairros Centro Histórico (CE.3) e Zona Norte (CE.1), e em

Três Vendas, nos bairros Tablada (TV.7), Novo Mundo (TV.8), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), Simões Lopes (FR.6), Gotuzzo Guabiroba (FR.3).

Figura 54- Pelotas: Distribuição das taxas de aprovação escolar.



Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

As taxas mais baixas de aprovação no ensino fundamental foram das escolas urbanas estaduais, localizadas nos bairros Centro Histórico (CE.3), Porto Caieira (CE.4), próximo aos limites destes com o Fragata, nos bairros Simões Lopes (FR.6) e em Três Vendas, nos bairros Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4) e Tablada (TV.7). Foi verificado em Pelotas, taxas de aprovação baixas no ensino fundamental próximas aos aglomerados subnormais localizados no Fragata e São Gonçalo.

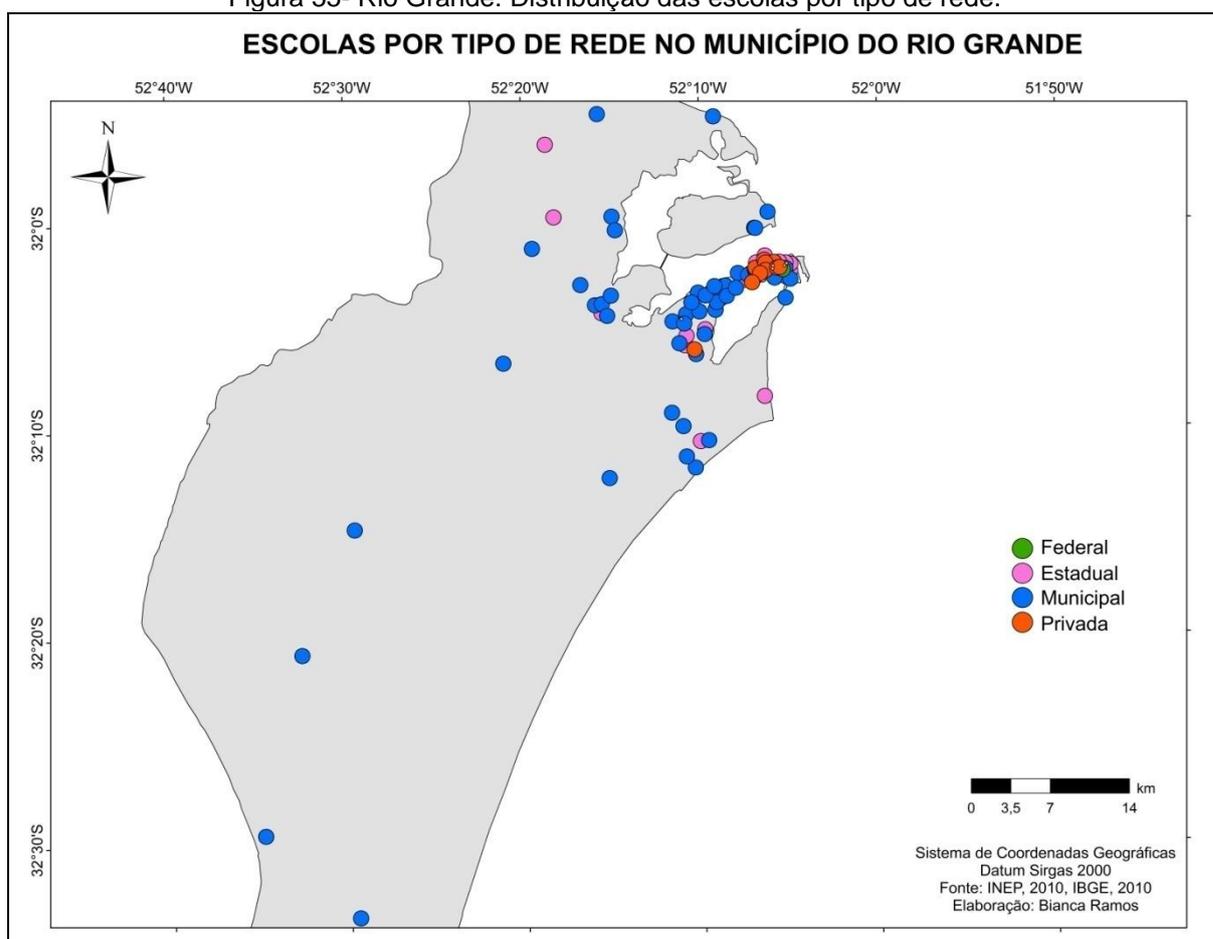
No ensino médio, apenas uma escola obteve 100% de aprovação (da rede estadual) no bairro Tablada (TV.7), mas ainda assim, os melhores rendimentos foram identificados nas escolas particulares em sua maioria. As maiores taxas de aprovação no ensino médio (acima de 90%) localizaram-se no Centro Histórico (CE.3), Tablada (TV.7), Novo Mundo (TV.8), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4). As escolas estaduais obtiveram menores taxas de aprovação, principalmente no Centro

Histórico (CE.3) e Porto Caieira (CE.4) Simões Lopes (FR.6), Sta. Terezinha- Py Crespo (TV.4), e Tablada (TV.7).

7.5 RENDIMENTOS ESCOLARES EM RIO GRANDE

A Figura 55 apresenta as escolas por tipo de rede (estadual, municipal ou privada). Podemos observar que as escolas particulares concentraram-se na área central da cidade e no bairro Jardim do Sol. As concentrações populacionais urbanas mais densas localizam-se ao leste, na área central, onde apresentou maior concentração de escolas na cidade, e no bairro Cassino, ao sudoeste da cidade. No ensino médio não foram identificadas escolas em áreas rurais, no entanto existem escolas de ensino médio nos núcleos urbanos em distritos rurais (núcleos da Quinta, Povo Novo e Taim).

Figura 55- Rio Grande: Distribuição das escolas por tipo de rede.



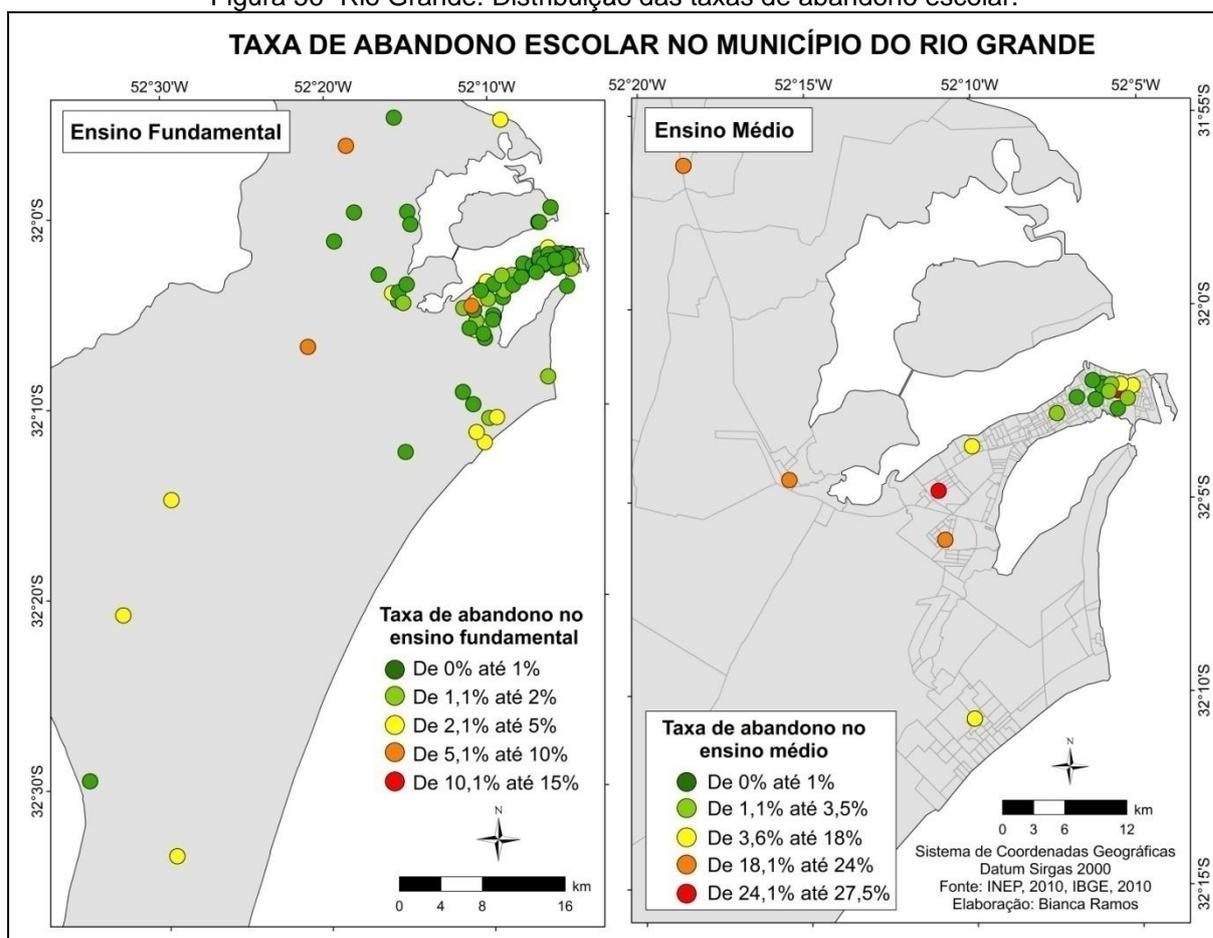
Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 56 apresenta a taxa de abandono escolar. Nas áreas rurais, 52% das escolas apresentaram taxa de abandono igual à zero no ensino fundamental. Nas áreas urbanas, 22% das escolas apresentaram taxa de abandono no ensino fundamental igual à zero, sendo mais da metade particulares.

As taxas mais altas de abandono no ensino fundamental em escolas rurais foram identificadas em escolas do Taim. As taxas mais altas de abandono no ensino fundamental em escolas urbanas foram identificadas nos bairros Navegantes, Cidade Nova, Junção (próximo ao setor de aglomerado subnormal), São João, Assis Brasil e núcleo urbano do Povo Novo.

Das escolas de ensino médio das áreas urbanas, 31% apresentaram taxas de abandono iguais à zero, sendo em sua maioria, escolas particulares. Foram identificadas escolas de ensino médio com taxas de abandono acima de 15% nos bairros Assis Brasil, São João, núcleo urbano do Povo Novo, Quinta, Parque Marinha e Centro. Pôde-se analisar que as taxas de abandono escolar em escolas situadas em bairros com menor renda e maior vulnerabilidade seguiram uma tendência de menor rendimento escolar, no caso do Rio Grande.

Figura 56- Rio Grande: Distribuição das taxas de abandono escolar.



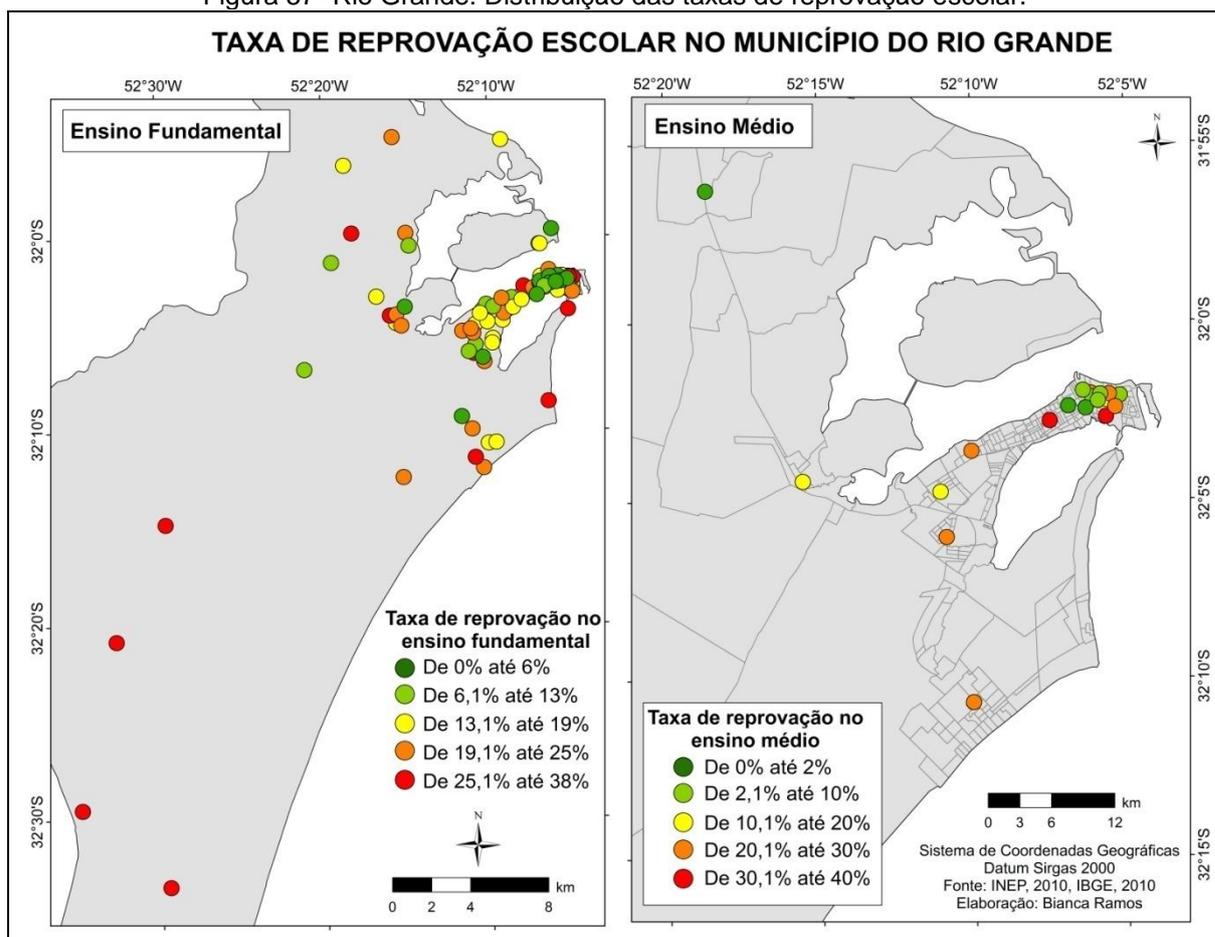
Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 57 apresenta as taxas de reprovação escolar. As taxas de reprovação em escolas rurais no ensino fundamental foram altas em escolas do Distrito da Quinta e Taim. Apenas 10% das escolas rurais apresentaram taxas iguais à zero de reprovação no ensino fundamental (uma escola na Quinta e outra no Senandes).

Com relação às taxas de reprovação nas áreas urbanas, podemos observar mais uma vez que, os melhores rendimentos concentraram-se nas áreas centrais e nos bairros com maior poder aquisitivo, com exceção do bairro Cassino, que possui renda alta, mas as escolas localizadas em seu interior apresentaram taxas de reprovações elevadas. Apenas 4% apresentaram taxa de reprovação igual à zero na cidade (todas particulares). As taxas maiores de reprovação no ensino fundamental foram identificadas em escolas no bairro Mangueira, Ipiranga, Navegantes, Marques de Tamandaré, Centro, São José Operário, São Miguel, São João, Parque Marinha, Barra e Querência.

No ensino médio, apenas 10% das escolas apresentaram taxa de reprovação igual à zero, todas particulares. As taxas maiores de reprovação escolar no ensino médio foram identificadas em escolas nos bairros Navegantes, Hidráulica, Cassino, Parque Marinha, São João e Centro. As taxas menores de reprovação no ensino médio concentraram-se no bairro Cidade Nova.

Figura 57- Rio Grande: Distribuição das taxas de reprovação escolar.



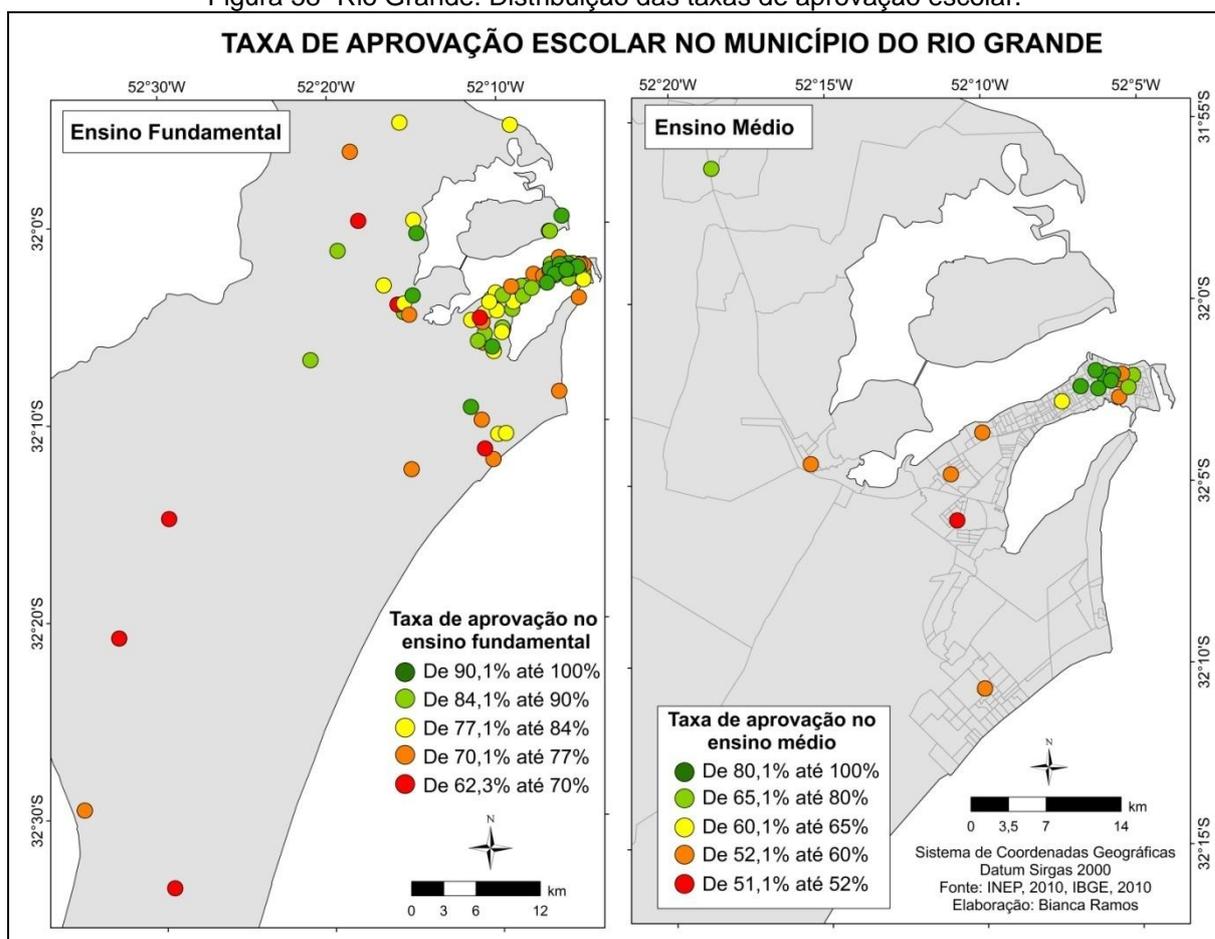
Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 58 apresenta a taxa de aprovação escolar no ensino fundamental e no ensino médio. Pode ser observado que os índices mais altos de aprovação no ensino fundamental concentraram-se na área central da cidade, na Cidade Nova e no bairro Jardim do Sol e os índices menores de aprovação concentram-se em áreas mais afastadas ou com maior vulnerabilidade social. Foram identificadas taxas maiores de aprovação (acima de 90%) em 15% das escolas rurais, localizadas na Quinta, Senandes e Ilha dos Marinheiros, e as menores taxas no Taim. Nas áreas urbanas, 20% das escolas de ensino fundamental apresentaram taxas de aprovação maiores que 90% (todas particulares). As escolas de ensino fundamental urbanas

com menores taxas de aprovação foram identificadas nos bairros Santa Tereza, Navegantes, Centro, Junção, São João e Querência.

No ensino médio, 31% das escolas apresentaram taxas acima de 90% de aprovação, localizadas no Centro e Cidade Nova. As taxas mais baixas também foram identificadas no Centro, Parque Marinha, Quinta, São João, Navegantes e Assis Brasil.

Figura 58- Rio Grande: Distribuição das taxas de aprovação escolar.

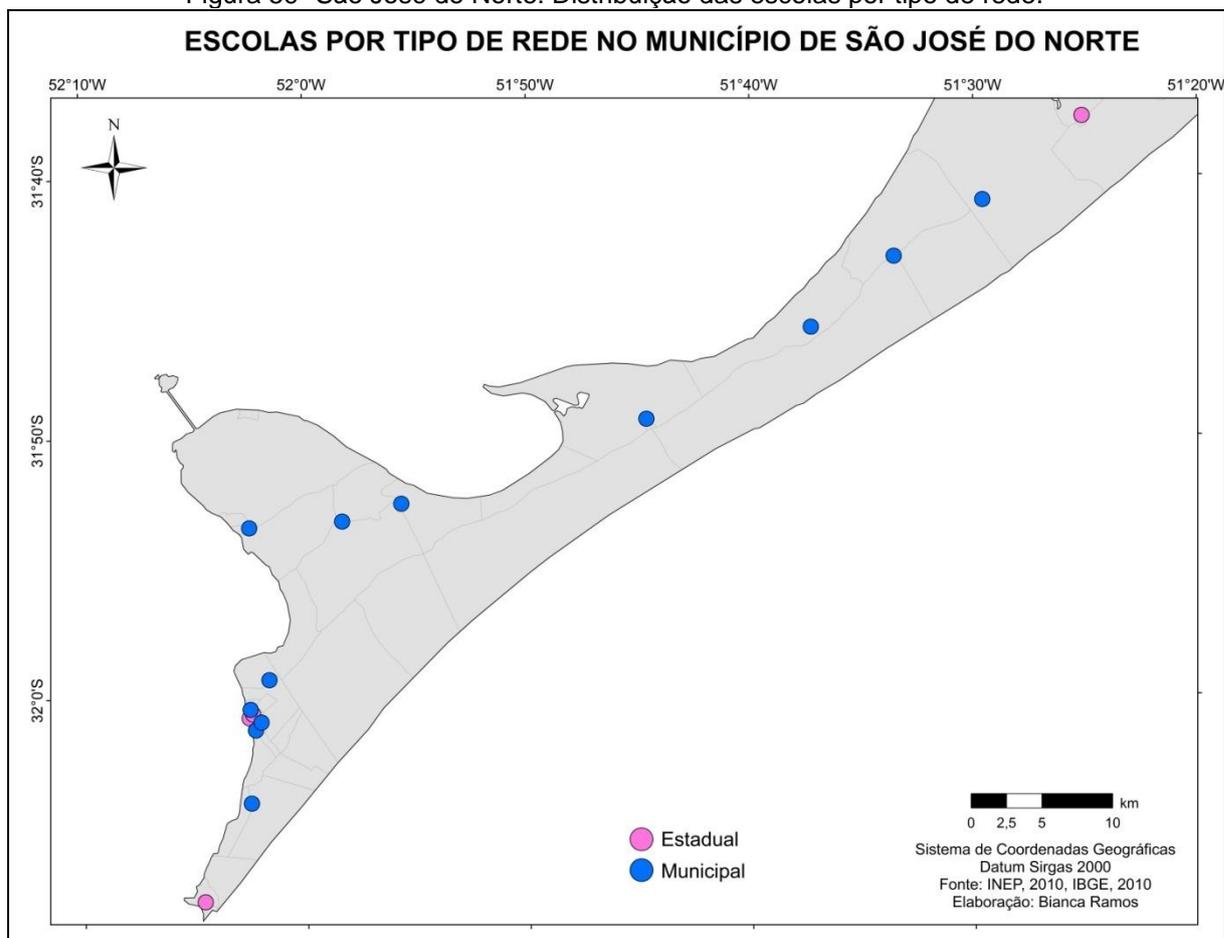


Fonte: INEP, 2010; IBGE,2010c. Elaborado pela autora.

7.6 RENDIMENTOS ESCOLARES EM SÃO JOSÉ DO NORTE

A Figura 59 apresenta a distribuição das escolas por tipo de rede em São José do Norte. Foram identificadas quatro escolas estaduais em São José do Norte, predominando as escolas municipais. Não havia escolas federais nem particulares no município. Existe equilíbrio na quantidade de escolas urbanas e escolas rurais.

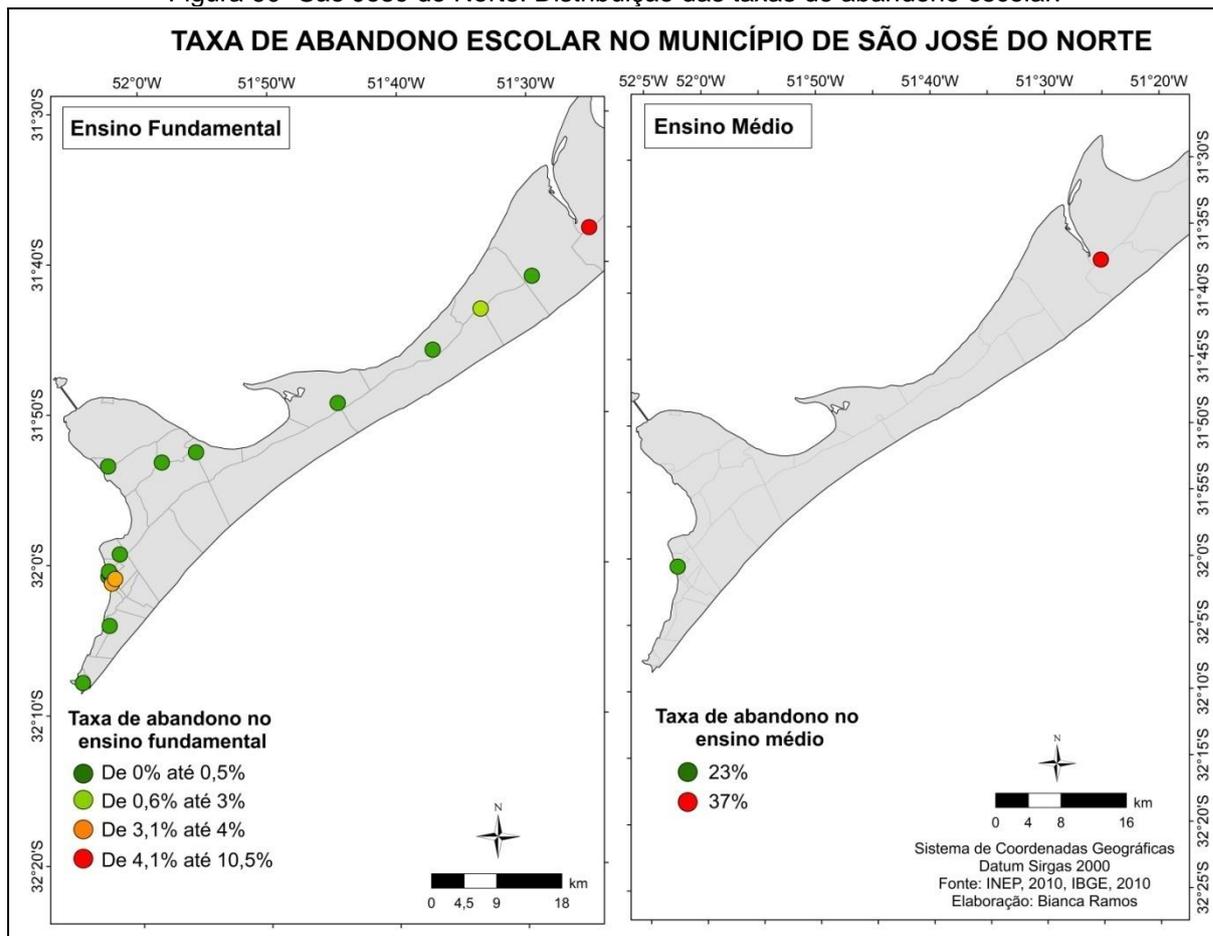
Figura 59- São José do Norte: Distribuição das escolas por tipo de rede.



As taxas de abandono no ensino fundamental foram baixas em quase todo o município, sendo igual à zero em 64% das escolas, a maioria rural, com exceção de uma escola localizada no Bojuru, com taxa de abandono de 10,2%. Essa mesma escola no Bojuru obteve a maior taxa de abandono também no ensino médio (37%). A escola de ensino médio localizada em área urbana também obteve taxa alta de abandono escolar (23%).

Nas áreas urbanas, a maior taxa de abandono no ensino fundamental foi verificada no Núcleo Cidade Baixa (4%). De modo geral, a maioria das escolas da área urbana obtiveram pequenas taxas de abandono no ensino fundamental, diferentemente do ensino médio, que apresentou alta proporção tanto na área urbana, como na área rural (Figura 60).

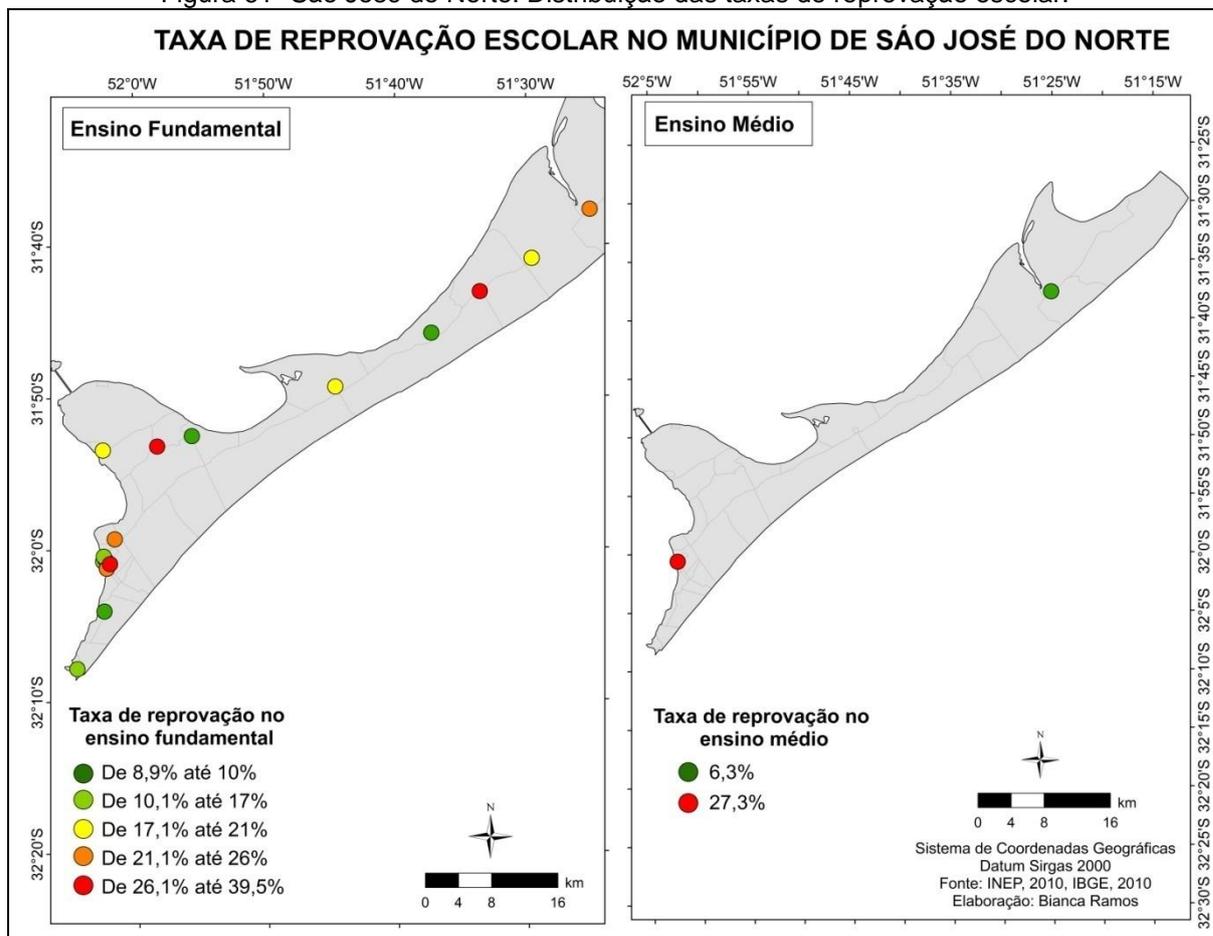
Figura 60- São José do Norte: Distribuição das taxas de abandono escolar.



Fonte: INEP, 2010; IBGE,2010c. Elaborado pela autora.

As taxas menores de reprovação no ensino fundamental foram encontradas em uma escola no Núcleo Barra-Molhe Leste (urbana), e outra no Distrito do Estreito (rural). As taxas maiores (acima de 30%) foram encontradas em uma escola localizada no Bojuru, outra na zona rural do distrito de São José do Norte, e na área urbana (Núcleo Cidade Baixa). Com relação à taxa de reprovação no ensino médio, pôde ser observado o contraste entre a taxa de 6,3% de reprovação em Bojuru e a taxa de 27,3% no Centro Histórico (Figura 61).

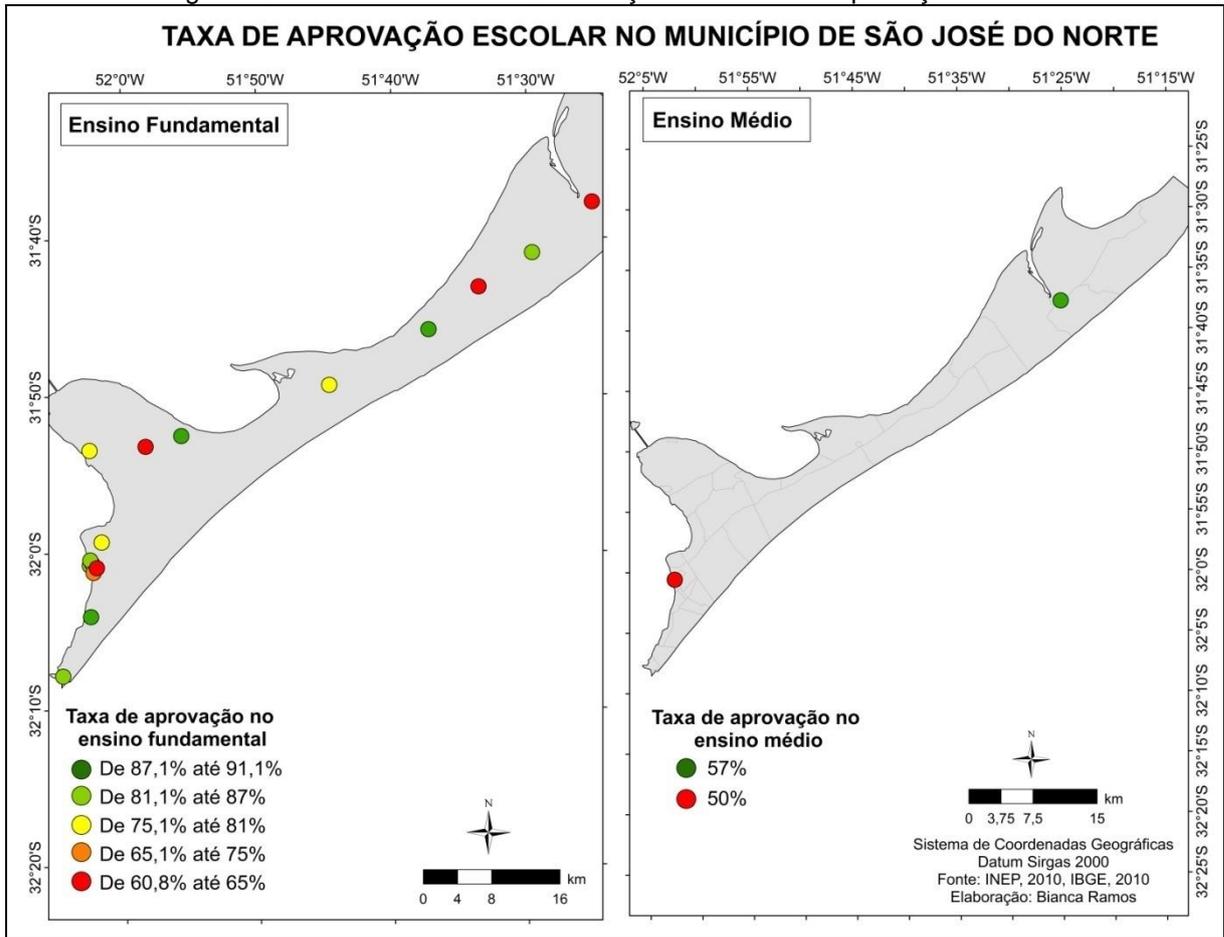
Figura 61- São José do Norte: Distribuição das taxas de reprovação escolar.



Fonte: INEP, 2010; IBGE, 2010c. Elaborado pela autora.

A Figura 62 apresenta a distribuição das taxas de aprovação escolar em São José do Norte. As menores taxas de aprovação no ensino fundamental foram identificadas em duas escolas no Bojuru, em uma escola na zona rural do distrito de São José do Norte, e no Núcleo Cidade Baixa (urbano). As maiores taxas de aprovação no ensino fundamental foram identificadas em duas escolas no Estreito (acima de 90%), e no Núcleo Barra-Molhe Leste. No ensino médio, as taxas de aprovação foram baixas tanto na área urbana (50%) quanto na área rural (57,1%).

Figura 62- São José do Norte: Distribuição das taxas de aprovação escolar.



Fonte: INEP, 2010; IBGE,2010c. Elaborado pela autora.

CAPÍTULO 8 - ANÁLISE DAS DIMENSÕES SOCIAIS E URBANAS NA AUSUL

Finalizando a dissertação, neste capítulo fazemos uma síntese da análise das diversas categorias e indicadores que foram trabalhados ao longo da pesquisa. Faremos uma análise intra e interurbana, tal qual apontamos no início do trabalho e no nosso capítulo sobre os procedimentos metodológicos.

8.1 A EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL E O IBEU

Na análise do Índice de Exclusão/Inclusão intermunicipal, os municípios de São José do Norte e Arroio do Padre apresentaram os valores mais baixos. São José do Norte obteve os piores níveis de rendimentos salariais e de desenvolvimento educacional, por isso, suas Dimensões de Autonomia de Renda, Equidade e Desenvolvimento Educacional foram baixas.

Pelotas obteve os indicadores mais altos nas três dimensões da Exclusão/Inclusão Social, ficando atrás apenas do Rio Grande na Dimensão de Autonomia de Renda. Rio Grande obteve resultados parecidos com os de Pelotas, no entanto, as dimensões de Desenvolvimento Humano e Qualidade Domiciliar necessitam de atenção maior por parte dos gestores. Arroio do Padre apresentou indicadores mais próximos aos dois municípios principais da AUSUL. A única dimensão em que ele apresentou pior avaliação foi a de Qualidade Domiciliar.

Nos resultados do IBEU, realizado só para as áreas urbanas, observamos tendência parecida, onde São José do Norte se manteve com a pior condição de bem-estar, seguido de Capão do Leão. Já em Arroio do Padre, as dimensões de Condições Ambientais Urbanas e Condições Habitacionais foram as melhores. Isso ocorreu porque a Dimensão de Condições Habitacionais não contabiliza os serviços básicos de abastecimento de água, esgoto e disposição dos resíduos. Tanto que, Arroio do Padre apresentou os piores indicadores para a Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos. Ou seja, em Arroio do Padre, não existem problemas habitacionais no que tange à presença de aglomerados subnormais ou domicílios improvisados, como existem nas áreas irregulares e bairros vulneráveis do Rio Grande, Pelotas e São José do Norte, e sim, problemas de acesso às infraestruturas básicas.

Pelotas novamente apresentou os melhores indicadores, obtendo valores mais baixos apenas na Dimensão de Condições Ambientais Urbanas e Habitacionais, devido à presença de aglomerados subnormais no município. Mas ainda assim, obteve melhores indicadores nesta dimensão quando comparado à Rio Grande, Capão do Leão e São José do Norte.

Nas análises intraurbanas, observamos que São José do Norte e Capão do Leão apresentaram as maiores proporções de setores censitários negativos (90% e 82% respectivamente) no Índice de Exclusão/Inclusão Social, ao passo que Rio Grande apresentou a menor proporção de setores negativos (43%), seguido de Pelotas (48%). De uma forma geral, os resultados mais críticos da análise intraurbana da exclusão social puderam ser observados em áreas rurais de Arroio do Padre e no distrito de Bojuru, em São José do Norte. Nas áreas urbanas, destacamos como pontos críticos para intervenções a área de ocupação na Zona Portuária (44). As áreas rurais de Pelotas e Capão do Leão foram as únicas que apresentaram alguns setores rurais positivos, ainda assim, seguindo a tendência dos outros municípios, os setores positivos de Pelotas e Capão do Leão concentraram-se nas áreas urbanas.

8.2 A AUTONOMIA DE RENDA, EQUIDADE E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS

Arroio do Padre apresentou maior rendimento médio e maior proporção de veículos particulares por pessoa no município. Ficou atrás apenas de Pelotas e Rio Grande na dimensão de autonomia de Renda. Na Dimensão de Equidade, este município também apresentou melhores indicadores quando comparado aos outros dois municípios menores da aglomeração. No entanto, ao comparar com a média dos rendimentos dos responsáveis, foi verificado maior desigualdade entre homens e mulheres em Arroio do Padre e Rio Grande. Na Dimensão de Mobilidade Urbana, apresentou a segunda melhor avaliação, uma vez que, o município possui pequena extensão da mancha urbana, necessitando menor deslocamento, e pelo fato de que 80% dos trabalhadores têm o próprio domicílio como local de trabalho. As ocupações predominantes no município são ligadas à agropecuária, agricultura familiar, ocupações elementares e o grupo dos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios. Na Dimensão de

Autonomia de Renda e Equidade o bairro Benjamin Constant apresentou melhores resultados e os setores rurais apresentaram baixas avaliações em sua maioria.

São José do Norte apresentou a segunda maior proporção de pessoas que trabalham em seu próprio domicílio, no entanto apresentou também a segunda maior proporção de pessoas que fazem deslocamentos intermunicipais para trabalho na AUSUL. Ele obteve a pior avaliação na Dimensão de Mobilidade Urbana intermunicipal. Além disso, algumas estradas de São José do Norte apresentam problemas estruturais que dificultam o acesso, e apesar da travessia São José do Norte- Rio Grande ter a distância de apenas cinco quilômetros, as embarcações levam meia hora no trajeto, que somando ao deslocamento do distrito de Bojuru até o Centro Histórico de São José do Norte e depois até Rio Grande, ou do Centro Histórico de São José do Norte até o distrito industrial do Rio Grande, por exemplo, já somaria mais de uma hora para o deslocamento intermunicipal.

Os grupos ligados à agropecuária, ocupações elementares e comércio apresentaram maior representatividade neste município. Na Dimensão Intraurbana de Autonomia de renda, o município não apresentou nenhum setor positivo. A proporção de responsáveis por domicílios com rendimentos de até dois salários mínimos em São José do Norte foi de 89%, evidenciando a baixa remuneração e a concentração de renda. Os melhores valores para esta dimensão foram encontrados no Centro Histórico e os piores em áreas rurais e no Núcleo São José do Norte-Norte. Na Dimensão de Equidade, as melhores avaliações localizaram-se no Centro Histórico e Núcleo Barra Molhe Leste e as piores no Estreito, Bojuru e São José do Norte-Norte.

Capão do Leão apresentou a maior proporção de trabalhadores que exercem suas ocupações em outros municípios. Seus deslocamentos se dão principalmente em direção à Pelotas. As ocupações elementares, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios e comércio são predominantes no município que apresentou a segunda pior avaliação na Dimensão de Autonomia de Renda. Este município possui quatro bairros urbanos, que apresentaram características internas heterogêneas, mas podemos considerar que as áreas próximas ao Campus Universitário localizado no Jardim América e o Centro apresentaram mais situações de inclusão nas dimensões de Autonomia de Renda e Equidade.

Rio Grande possui um centro de serviços e comércio bem polarizado, e a sua forma urbana se conformou sobre uma península, limitando a posição das vias e o escoamento do trânsito entre um extremo e outro da cidade (RAMOS, 2015), e por isso apresentou um valor baixo na Dimensão de Mobilidade Urbana intermunicipal. Os grupos ocupacionais de maior representatividade foram os ligados ao comércio e serviços, ocupações elementares e trabalhadores qualificados, operários, artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios. Quanto à Dimensão de Autonomia de Renda e Equidade, verificamos as melhores avaliações nos bairros Cassino (08), Centro (10), Cidade Nova (12), Jardim do Sol (18) e Parque (26), que correspondem às Áreas de Ponderação onde ocorreu maior concentração na cidade dos grupos ocupacionais dos diretores e gerentes, dos profissionais das ciências e intelectuais, técnicos e profissionais de nível médio e dos trabalhadores de apoio administrativo.

Observamos que nestas dimensões, existem áreas críticas tanto em áreas urbanas como rurais, como nos distritos do Povo Novo e Taim, e nos bairros urbanos Zona Portuária (44), Querência (31), São Miguel (38), Nossa Sra. de Fátima (25). Nestas áreas, predominaram as ocupações dos grupos trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados, dos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios, dos operadores de instalações e máquinas e montadores e das ocupações elementares. É interessante notar que na dimensão de Equidade, quando analisada pela escala intermunicipal, apresentou melhor avaliação para Pelotas, contudo, na análise intraurbana, Rio Grande apresentou resultados melhores. No entanto, ainda que tenha apresentado menor concentração de renda, o município apresentou a segunda maior desigualdade de gênero entre rendimentos médios (atrás de Arroio do Padre).

Pelotas apresentou melhor mobilidade quando comparada à cidade do Rio Grande. A disposição da área central de Pelotas não é tão confinada e estreita como na macha urbana do município vizinho, além disso, Pelotas possui proporção maior de pessoas que trabalham no mesmo domicílio de residência e um tecido urbano mais concentrado, com menor extensão e menor dispersão (quando comparado à Rio Grande) que apresenta trajetos maiores de deslocamento de um extremo ao outro da cidade. Pelotas apresentou melhores condições de Autonomia de Renda e Equidade nos bairros Zona Norte (CE.1), Centro Histórico (CE.3), Recanto de

Portugal (LA.3) e Santo Antônio- Valverde (LA.2), e os piores valores nos bairros V. Governação- D. Industrial (BA.2), Santa Terezinha- Py Crespo (TV.4), Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3) e Obelisco- Dunas-B. Jesus (AR.3). Nos bairros Recanto de Portugal (LA.3) e Santo Antônio- Valverde (LA.2) concentra-se maior proporção do grupo dos diretores e gerentes e dos profissionais das ciências e intelectuais, nos bairros Zona Norte (CE.1) e Colina do Sol (CE.2) concentrou-se a maior proporção dos grupos dos diretores e gerentes, dos profissionais das ciências e intelectuais, técnicos e profissionais de nível médio e dos trabalhadores de apoio administrativo.

Nos bairros que apresentaram valores mais baixos nas dimensões relacionadas aos rendimentos, concentraram-se os trabalhadores dos grupos das ocupações elementares, dos operadores de instalações e máquinas e montadores e dos trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios.

Em um panorama geral, identificamos setores positivos em áreas rurais para a Dimensão de Autonomia de Renda em Pelotas e Arroio do Padre, e áreas críticas em São José do Norte, em áreas urbanas, principalmente nos aglomerados subnormais do Rio Grande e Pelotas, rendimentos médios domiciliares mais baixos em Capão do Leão e São José do Norte e mais altos em Arroio do Padre, Pelotas e Rio Grande. Observamos no ano de 2009 iniciativas de programas de incentivo ao primeiro emprego apenas em Pelotas e ações interinstitucionais em políticas voltadas ao emprego em Capão do Leão, Pelotas e Rio Grande (Anexo III).

8.3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E OS RENDIMENTOS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Apesar de não ter escolas particulares em seu território, Arroio do Padre apresentou a proporção de 10% de alunos que frequentavam instituições particulares. A mobilidade intermunicipal para fins de ensino neste município foi de 19%. Entre os três municípios menores, Arroio do Padre possuía maior proporção de pessoas que frequentavam o ensino superior e classes de alfabetização. A taxa de alfabetização neste município é maior que a de São José do Norte, ainda que, as proporções de pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto tenham sido maiores (81%). Atentamos também para as altas taxas de mulheres responsáveis por domicílios não alfabetizadas em Arroio do Padre.

Na dimensão de Desenvolvimento Humano, 60% dos setores foram positivos. Os indicadores melhores nesta dimensão apresentaram-se no bairro Progresso, Centro, Benjamin Constant e algumas áreas rurais. Os indicadores mais baixos localizaram-se no bairro Leitzke. Apesar do nível de instrução baixo das pessoas com mais de 25 anos, observamos maior mobilidade para fins de estudo e melhores rendimentos escolares neste município.

As taxas de abandono no ensino fundamental foram iguais à zero em quase todas as escolas e a taxa de abandono no ensino médio foi a menor em comparação com os outros municípios. Devemos levar em consideração também o menor número de matriculados e menor número de escolas em Arroio do Padre, que facilita a gestão desses espaços. Em contrapartida, verificamos taxas altas de reprovação no ensino fundamental no Centro e no bairro Benjamin Constant (entre 24% e 25%). A taxa de reprovação no ensino médio não chegou a 1%. As taxas de aprovação foram altas nos bairros Brasil para Cristo e Cerrito, e baixas nos bairros Centro e Benjamin Constant. As ocupações predominantemente praticadas em Arroio do Padre não exigem alto grau de instrução, mas ainda assim, podemos observar que os rendimentos dos jovens foram superiores quando comparado ao município de São José do Norte, onde também predominam as ocupações ligadas à agropecuária e às ocupações elementares.

Em São José do Norte 4% frequentavam instituições de ensino particulares. Entre os três municípios menores, este foi o que apresentou menor mobilidade intermunicipal para fins de ensino (7%). São José do Norte apresentou altas taxas de mulheres responsáveis por domicílios não alfabetizadas. É visível o contraste no mapa intraurbano da AUSUL (Figura 22) entre as áreas rurais de São José do Norte e as áreas rurais dos demais municípios, onde predominou valores positivos na Dimensão de Desenvolvimento Humano.

Os resultados dos rendimentos escolares foram dispersos no município. Observamos taxas mais baixas de abandono no ensino médio em São José do Norte quando comparadas aos demais municípios da AUSUL. O maior problema em São José do Norte foram as taxas de reprovação no ensino fundamental e as taxas altas de abandono e reprovação no ensino médio. Os rendimentos baixos foram identificados no distrito de Bojuru e no Núcleo Cidade Baixa.

Capão do Leão apresentou a proporção de 8% de pessoas que frequentavam instituições de ensino particulares. Assim como Arroio do Padre, este município

também apresentou uma taxa mais alta de mobilidade intermunicipal para fins de ensino (17%). Atenta-se para as altas taxas de mulheres responsáveis por domicílios não alfabetizadas em Capão do Leão também. Os rendimentos escolares foram mais altos nas escolas localizadas no bairro Jardim América, principalmente nos setores próximos ao Campus Universitário da UFPEL.

Rio Grande foi o terceiro município em Desenvolvimento Humano na escala intermunicipal, no entanto apresentou a segunda maior proporção de setores positivos (atrás de Pelotas). As melhores avaliações desta dimensão foram nos bairros Centro (10), Jardim do Sol (18), Cidade Nova (12) e Cassino (08), e as piores foram em áreas rurais e em alguns setores urbanos na Zona Portuária (44), nos bairros São Miguel (38), Mangueira (21), Nossa Sra. de Fátima (25), Querência (31), Carreiros (07) e Getúlio Vargas (15). Diferentemente de Pelotas, que apresentou rendimentos baixos e altos dispersos no território, o município do Rio Grande apresentou tendência de rendimentos escolares melhores em áreas urbanas e nas áreas centrais (principalmente nas escolas privadas e municipais).

Pelotas apresentou melhor avaliação na Dimensão de Desenvolvimento Humano, tanto na escala intermunicipal, como na escala intraurbana. Os bairros Zona Norte (CE.1), Centro Histórico (CE.3) Recanto de Portugal (LA.3) e Santo Antônio- Valverde (LA.2) apresentaram os melhores resultados, e Getúlio Vargas- S. Funda (TV.3) e Colina do Sol (CE.2) os piores. Quanto aos rendimentos intraurbanos, assim como São José do Norte, Pelotas apresentou resultados bem heterogêneos entre as escolas e os bairros urbanos. Conseguimos identificar rendimentos escolares melhores nas áreas rurais e rendimentos menores nas áreas urbanas centrais ou próximas de aglomerados subnormais. A maioria dos bons rendimentos na área central foram provenientes das escolas particulares ou municipais.

Desde o ano de 2009 foram fechadas pelo governo estadual mais de duzentas escolas estaduais, e esse processo tem se intensificado atualmente⁶. Segundo o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato) desde o início do governo de José Ivo Sartori (2015), trinta e sete escolas e cerca de três mil turmas já foram fechadas

⁶ Ano letivo inicia com seis escolas estaduais a menos em Porto Alegre. G1. 21 fev. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/ano-letivo-inicia-com-seis-escolas-estaduais-a-menos-em-porto-alegre.ghtml>>

no estado⁷. A queda no número de matrículas é a justificativa dos governantes. De fato o número de alunos diminuiu gradualmente, no entanto é necessário entender quais os possíveis fatores que ocasionaram essa diminuição.

Um estudo da Fundação de Economia e Estatística (FEE) apontou a queda do número de crianças em idade escolar, no entanto, a redução de matrículas na rede estadual foi superior a essa proporção, o que sugere que a demanda possa ter sido absorvida por escolas municipais e pela rede privada. A Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul ainda pretende incentivar os municípios do interior a assumirem as escolas estaduais de ensino fundamental⁸.

O Rio Grande do Sul vem passando por uma situação de crise nas escolas estaduais decorrente das estratégias políticas adotadas há alguns anos que não valorizam o ensino, os professores e os estabelecimentos de ensino. Algumas medidas no sentido de terceirizar o serviço público na contratação de professores e até mesmo delegar a responsabilidade no investimento em infraestruturas das escolas para o setor privado já foram discutidos como o projeto de lei 103/2015 (RIO GRANDE DO SUL, 2015). A remuneração baixa dos professores e a falta de diálogo com a categoria também ocasionou diversas greves no decorrer dos anos.

Conforme nota do CPERS, o objetivo do governo estadual é diminuir a qualidade das escolas na intenção de induzir a ideia de que a municipalização seria a melhor alternativa para o ensino público de nível fundamental, delegando aos municípios essa responsabilidade. O sindicato frisa também que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) serão destinados aos municípios até o ano de 2020, necessitando posteriormente da criação de um novo fundo de investimento para a educação⁹.

O Fundeb entrou em vigor no ano de 2007 e atende a educação básica, a creche e o ensino médio e tem o objetivo de distribuir recursos pelo país como um

⁷ Sartori fecha escolas e abre presídios, aprisionando o futuro do RS. CPERS. 26 mar. 2018. Disponível em: <<http://cpers.com.br/sartori-fecha-escolas-e-abre-presidios-aprisionando-o-futuro-dors/>>

⁸ Com queda nas matrículas, governo estadual fechará seis escolas em Porto Alegre em 2018. Gaúcha ZH. 19 jan. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/01/com-queda-nas-matriculas-governo-estadual-fechara-seis-escolas-em-porto-alegre-em-2018-cjcm07uof02r701ke95s8erph.html>>

⁹ O futuro da educação está em barrar a municipalização! CPERS. 9 jan. 2018. Disponível em <<http://cpers.com.br/o-futuro-da-educacao-esta-em-barrar-a-municipalizacao/>>

complemento feito pela União aos estados e municípios, promovendo a redistribuição de recursos para a educação. Essa distribuição é feita de acordo com o número de alunos matriculados por escolas públicas, com base no censo escolar do ano anterior (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2018). Ou seja, com a diminuição de alunos matriculados em escolas estaduais que já enfrentam escassez de recursos por parte do governo estadual, perdem também recursos de outras fontes. Soma-se isso à aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016) que congela os investimentos em educação por vinte anos. Esse panorama mostra a fragilidade do futuro da educação pública que em um primeiro momento apresenta-se precária nas redes estaduais, porém se não houver investimentos adicionais a médio e longo prazo para os municípios, enfrentaremos escassez de recursos e queda da qualidade em todas as escolas públicas.

8.4 CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS, QUALIDADE DOMICILIAR, CONDIÇÕES AMBIENTAIS URBANAS, SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS E INFRAESTRUTURA URBANA

Arroio do Padre apresentou algumas contradições entre os resultados das dimensões analisadas neste trabalho. A Dimensão de Condições Ambientais Urbanas apresentou a melhor avaliação na análise interurbana, no entanto, o município que é predominantemente rural, possui graves problemas quanto à deficiência de saneamento básico. Quando analisamos as dimensões do IBEU em Arroio do Padre, estamos analisando apenas 17% da população, e uma pequena extensão de mancha urbana, o que não é relativamente significativo. Mas ainda assim, a Dimensão de Atendimento dos Serviços Coletivos apresentou uma avaliação baixa, assim como a Dimensão de Qualidade Domiciliar. Com relação à Dimensão de Condições Habitacionais, este município apresentou bons indicadores, principalmente por não apresentar aglomerados subnormais e domicílios improvisados. Com relação à Dimensão de Infraestruturas Urbanas, Arroio do Padre também apresentou as menores proporções adequadas para as áreas urbanas.

De forma geral, a Dimensão de Qualidade Domiciliar em Capão do Leão foi melhor nas áreas urbanas em comparação com as rurais. A Dimensão de Condições Habitacionais Urbanas apontou melhores valores no bairro Jardim América. Na

Dimensão de Condições Ambientais, as melhores avaliações foram para o bairro Jardim América também. Já nas Dimensões de Atendimento de Serviços Coletivos e Infraestrutura Urbana, os setores com melhores avaliações localizaram-se no Centro.

Em São José do Norte, a Dimensão de Qualidade Domiciliar também apontou melhores condições nas áreas urbanas. Nas dimensões do IBEU relacionadas às Condições Ambientais Urbanas, Habitacionais, ao Atendimento de Serviços Coletivos e à Infraestrutura Urbana, ainda que insuficientes, apresentaram melhores proporções no bairro Centro Histórico.

Em Rio Grande, a Dimensão de Qualidade Domiciliar apresentou avaliações negativas para as áreas rurais localizadas no distrito do Taim e nos bairros urbanos Nossa Sra. de Fátima (25), Querência (31) e nos aglomerados subnormais. As melhores avaliações foram nos bairros Centro (10), Cidade Nova (12), Frederico Ernesto Bucholz (14), Jardim do Sol (18), Parque Marinha (27), Senandes (39), Cassino (08). A Dimensão de Condições Ambientais Urbanas em Rio Grande apresentou indicadores de nível Muito Bom em diversas áreas, no entanto não captou a realidade do município. Um exemplo disso é o bairro Nossa Sra. de Fátima (25) que apresentou bons indicadores nesta dimensão, mesmo situado junto a um lixão desativado, área que necessita de recuperação, mas que está abandonada, gerando problemas ambientais e de saúde para os moradores das proximidades.

Como os indicadores utilizados na análise intraurbana apresentam valores próximos entre um setor e outro, a presença de aglomerados subnormais foi o indicador decisivo nos resultados da Dimensão de Condições Habitacionais Urbanas, mascarando diversas áreas precárias do município, como o próprio bairro Nossa Sra. de Fátima (25) e as ocupações na Zona Portuária (44). A Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos apresentou nível Muito Bom porque o critério do tipo de esgotamento sanitário foi ampliado, mas Rio Grande e os demais municípios da AUSUL seguem a tendência da maioria dos municípios brasileiros que foram avaliados pelo IBEU- Municipal, ou seja, deficiência no saneamento básico, principalmente no que se refere ao tipo de esgotamento (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016). Contudo, esta ampliação do critério pôde identificar situações mais extremas ligadas à questão dos serviços coletivos, evidenciadas nas áreas de ocupação da Zona Portuária (44), em ocupações próximas ao bairro Trevo (40), nos bairros Nossa Sra. de Fátima (25), Bosque Silveira (06) e Querência (31), e até mesmo no Cassino,

mostrando a heterogeneidade dos bairros da cidade. Já a Dimensão de Infraestrutura urbana, também seguindo a tendência da maioria dos municípios brasileiros, apresentou melhores condições nas áreas centrais e de maior poder aquisitivo.

Em Pelotas a Dimensão de Qualidade Domiciliar apresentou avaliações negativas nas áreas rurais e nos bairros Santa Terezinha- Py Crespo (TV.4), Arroio Pelotas (AR.1), Obelisco Dunas- B. Jesus (AR.3), Colina do Sol (CE.2), Simões Lopes (FR.6), Zona da Várzea (SG.3) e em aglomerados subnormais. Pelotas apresentou melhores Condições Ambientais Urbanas nos bairros do subdistrito Centro e Fragata (com exceção do bairro Fragata SUL (FR.4)). Da mesma forma como ocorreu em Rio Grande, devido aos valores similares dos setores para os critérios utilizados na Dimensão de Condições Habitacionais Urbanas, os setores considerados aglomerados subnormais foram decisivos no cálculo do índice parcial.

A Dimensão de Serviços Coletivos apontou situações precárias nos bairros Barragem (BA.1), Zona da Várzea (SG.3) e Colina do Sol (CE.2). A Dimensão de Infraestruturas Urbanas apresentou melhores avaliações nos bairros Centro Histórico (CE.3), Zona Norte (CE.1) e Tablada (TV.7) apenas. O Brasil como um todo encontra grandes deficiências em cobertura de infraestrutura urbana e de serviços coletivos. Mais de 50% dos municípios apresentam condições de nível ruim e muito ruim na Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos. Já a Dimensão de Infraestrutura Urbana apresentou níveis ruins e muito ruins para 91,5% dos municípios brasileiros (RIBEIRO; RIBEIRO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das diferentes dimensões da exclusão e inclusão social sob uma perspectiva geográfica foi de grande auxílio, no sentido de conhecer melhor o território e analisar as desigualdades sociais e as chances de ascensão social de uma população. Neste estudo, que procurou estabelecer a relação entre os municípios e seus espaços intraurbanos, foi possível observar a forte relação histórica no processo de formação entre os municípios da AUSUL e sua complementaridade de funções. Vimos que com as sucessivas reorganizações da divisão do trabalho nesta aglomeração, alguns municípios obtiveram benefícios, como Rio Grande e Pelotas, e outros foram perdendo sua importância funcional e econômica na articulação entre os territórios, como São José do Norte e Capão do Leão. O município de Arroio do Padre foi menos impactado pelo reforço nas centralidades do Rio Grande e Pelotas ao longo das décadas, porque sua economia e desenvolvimento foi e é baseada em produção interna, historicamente baseada na agricultura familiar.

Inicialmente, este trabalho seria realizado apenas para as áreas urbanas, nas sedes dos distritos principais de cada município. No entanto, ao analisar os perfis ocupacionais baseados na agricultura de Arroio do Padre e São José do Norte, e no crescimento populacional dos últimos anos nos núcleos urbanos em distritos rurais, principalmente em Rio Grande, sentimos a necessidade de ampliar o estudo para estabelecer uma relação ampla entre as populações e confirmar o fato de que o urbano e o rural não podem ser pensados isoladamente, pois a população, suas atividades e seus modos de vida são dispersos no território.

É necessário considerar estas interações, e pensar a cidade não como uma unidade coesa, mas como um sistema aberto e disperso, assim como preconizam os diversos autores utilizados ao longo deste trabalho. E as considerações que chegamos neste sentido, foram interessantes, uma vez que diversos estudos sugerem a exclusão dos setores rurais devido às disparidades entre urbano e rural, onde este último seria o mais pobre. De fato, identificamos isso, principalmente no que se refere ao atendimento de serviços coletivos, até pela cultura e hábitos diferentes das pessoas que habitam espaços rurais. Mas não identificamos apenas

pobreza e precariedade, identificamos espaços rurais com rendimentos salariais mais altos, indicadores de desenvolvimento educacional melhores e rendimentos escolares superiores aos de setores urbanos. Identificamos situações extremas de deficiência em serviços básicos e exclusão social, tanto em áreas urbanas como rurais. No entanto a precariedade e exclusão social de determinadas áreas urbanas dos municípios de Pelotas e Rio Grande foram mais críticas do que nos espaços rurais (o caso das ocupações na Zona Portuária é um exemplo).

Na escala regional da aglomeração, e com base nos dados apresentados, podemos considerar que todos os municípios possuem algum ponto que necessita de intervenção. De uma forma geral, todos necessitam investir em ampliar o acesso aos serviços coletivos, principalmente no que se refere à rede de esgoto, que implica na saúde e nas condições ambientais da população que reside nestes municípios. A dimensão de infraestrutura também apresentou baixos índices em todos os municípios, abrangendo, quando muito, as áreas centrais ou as áreas de maior poder aquisitivo dos municípios.

Com relação às dimensões das condições habitacionais urbanas e qualidade domiciliar, acreditamos que além dos indicadores utilizados na composição destas dimensões, é necessário uma análise em conjunto com os outros indicadores sociais (principalmente os que se referem aos serviços coletivos, rendimentos dos responsáveis e estrutura ocupacional intraurbana) das concentrações, e a partir disso, detalhar e verificar as realidades em campo, uma vez que, as concentrações de população em condições de habitabilidade precária e em situações habitacionais irregulares foram mascaradas pelos cálculos do índice, principalmente nos municípios onde existem aglomerados subnormais e em São José do Norte. Ou seja, existe maior concentração de população em precariedade habitacional do que foi apontado pelas dimensões de condições habitacionais urbanas e de qualidade domiciliar.

É neste sentido que acreditamos na importância dos indicadores sociais, mas frisamos a necessidade de ponderação na interpretação e conhecimento da realidade das áreas estudadas, para interpretar melhor os resultados e possíveis distorções decorrentes da transformação de conceitos em medidas, que nem sempre irão revelar a realidade concreta.

Apesar de terem apresentado os melhores indicadores ao longo de toda análise, Rio Grande e Pelotas devem pensar soluções para seus espaços

intraurbanos, a fim de evitar o aumento dos espaços de exclusão social e os baixos rendimentos educacionais em escolas localizadas em bairros vulneráveis, escolas próximas aos aglomerados subnormais, e em escolas estaduais de ensino médio, que apresentaram baixos rendimentos escolares.

Observamos também a relação entre a estrutura ocupacional intraurbana em Pelotas e Rio Grande e os demais indicadores que seguiram uma tendência. As ocupações mais ligadas aos setores de direção, gerência, profissionais da ciência e intelectuais concentraram-se, em geral, nas áreas com melhores avaliações nos outros indicadores. Já as ocupações elementares concentraram-se nas áreas que apresentaram indicadores mais baixos nas outras temáticas. Neste ponto que reforçamos a importância do emprego, das melhores condições salariais e maior incentivo à educação para a população. Mas para isso, é necessário também a melhor distribuição dos recursos, maior acesso às infraestruturas e a garantia e melhoria das condições de habitação da população. Ou seja, oferecer uma estrutura externa melhor para populações carentes, ampliar o acesso aos serviços públicos e garantir condições dignas à população.

Os dados apresentados sugerem que Arroio do Padre apresenta melhores condições de vida e desenvolvimento humano, rendimentos escolares de educação básica intraurbanos melhores até que os municípios mais desenvolvidos da aglomeração em alguns pontos. Mas ainda assim, necessitando de maiores investimentos por parte do poder público em infraestruturas básicas, para auxiliar no escoamento e comercialização dos produtos e no desenvolvimento rural e a busca por alternativas e incentivos para a agricultura familiar e de subsistência.

Observamos também, que o nível baixo de instrução dos adultos, pareceu não influenciar nos rendimentos escolares dos jovens em Arroio do Padre, inclusive na proporção de pessoas que frequentavam o ensino superior. Ao contrário de São José do Norte, que com base nos dados das Dimensões de Desenvolvimento Humano e rendimentos escolares, parece reproduzir o padrão de imobilidade social.

São José do Norte apresentou alta precariedade salarial e baixos índices escolares, necessitando de incentivos, tanto para a agricultura, investimento em infraestruturas básicas e de transportes, assim como políticas públicas de inserção e motivação dos jovens, inserção da população ao mercado de trabalho e melhores condições salariais. Capão do Leão também necessita de incentivos neste sentido. É necessário maior integração destes municípios com Pelotas e Rio Grande na

busca por projetos intermunicipais de apoio à educação e até mesmo maior presença de projetos de extensão por parte das duas universidades federais localizadas na AUSUL.

Os indicadores são necessários para a análise de áreas com grande extensão e população, servindo como subsídios na orientação de políticas públicas, devendo ser utilizados pelos diversos atores sociais, para a busca de melhorias das condições de vida para a população. Os indicadores sociais também devem ser construídos coletivamente, junto às comunidades, que devem selecionar as suas pautas de prioridades e suas metas de melhorias, incluindo não só indicadores concretos e objetivos como os utilizados em nossa pesquisa, mas também indicadores subjetivos e realizando avaliações qualitativas junto às populações.

O Mapa da Exclusão/Inclusão Social de São Paulo reuniu análises quantitativas e qualitativas, retratando com maior fidelidade as situações de exclusão que as variáveis do IBGE não contabilizam, como a população de rua, e criando vínculos participativos com a sociedade e compreendendo a percepção destes sobre a exclusão social. É nesse sentido que acreditamos que os indicadores sociais não exercem somente a função de estigmatizar ou servir como chamariz ao capital, pois podem ser utilizados para a mobilização, para a reivindicação das classes populares por serviços e por melhorias na qualidade do ensino e na busca por incentivos e projetos que proporcionem o desenvolvimento humano, a melhoria da qualidade de vida e a diminuição das desigualdades sociais.

As análises feitas neste trabalho procuraram apontar as desigualdades, sem desconsiderar as diferenças inerentes ao perfil da população, que possuem especificidades em cada um dos municípios estudados. Nossa proposta envolveu uma quantidade expressiva de indicadores para apresentar um panorama do desenvolvimento social, humano e urbano destes municípios, e quais suas potencialidades e fragilidades no que se refere ao perfil de ocupação e precariedade dos rendimentos salariais, infraestruturas básicas, atendimento de serviços coletivos e habitação, nível de instrução, rendimentos escolares e suas possíveis condições de ascensão levando em consideração seus recursos e seus contextos sociais.

Sugerimos para estudos posteriores complementares, a análise temporal destes indicadores com os próximos resultados do Censo Demográfico para que possamos identificar se houveram mudanças no sentido de aumentar as condições de desenvolvimento humano, salários justos, investimentos públicos em

infraestrutura, ampliação dos serviços básicos de saneamento e incentivo à inserção e permanência na escola nas áreas com baixos índices de rendimentos escolares.

Sposito (2002), neste contexto, enfatiza a importância do comprometimento com a mudança, que vai além das constatações das realidades.

É com essa perspectiva que consideramos necessário ter **utopias**, não aquelas que sustentam as práticas românticas que só reforçam o presente, mas as que, revelando um compromisso político com a mudança, estimulam as práticas que, se não são revolucionárias, contêm a possibilidade do novo. Não temos a pretensão de apontar os caminhos para a (re) constituição de uma Educação com menos desigualdades e por isso, continente da possibilidade de convivência entre as diferenças e de construção da equidade, mas, apenas, lembramos que já temos sido capazes de vivenciar experiências inovadoras e não apenas novidadeiras, que somos criativos e que devemos ser sujeitos da História e não objeto dela (SPOSITO, 2002, p.166).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola Pública e Pobreza no Brasil: a Ampliação para Menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, 348 p.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Um Nuevo Impulso a la Integracion de La infraestructura regional em America Del Sur**. BID, 2000.

Disponível em:

<<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=35317367>> Acesso em: 23 out. 2017.

BAYSDORF, N. C. **O processo da globalização e os seus impactos na identidade pomerana da comunidade de Arroio do Padre / RS**. monografia (Geografia - UFPEL), Pelotas RS, 2007.

BEIERSDORF, C. R.; WIEDUSCHADT, P. Arroio do Padre/RS e sua identidade luterana: práticas de educação e cultura de uma comunidade (1950-1960). **Revista Latino Americana de História - PPGH - UNISINOS**. Novo Hamburgo, v. 2, n. 7, Set 2013.

BENKO, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. **Revista do Departamento de Geografia da USP**. São Paulo, n.15, p.45-54, 2002.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.

_____. Espaço social e gênese de classes. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 1989, p. 133-161.

_____. 1979. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris, Éditions de Minuit, 672 p.

_____. **Los tres estados del capital**. Traducción inédita de E. Tenti, 2002.

BRAGA, Roberto. Cidades médias e aglomerações urbanas no estado de São Paulo: novas estratégias de gestão territorial. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais**. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/10.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>

BRASIL. **Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.

BRAVO, M. T. de; VERA, S. F. de. Consideraciones metodológicas: una operacionalización del concepto de calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**. v. 34, 1993.

BUZAI, Gustavo D. **Mapas sociales urbanos**. Buenos Aires: Lugar editorial, 2003.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira. Conceitos básicos em ciência da geoinformação. IN: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira; MEDEIROS, José Simeão de. Fundamentos Epistemológicos da Ciência da Geoinformação. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação Sócio espacial. Cidades. **Presidente Prudente**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Condicionantes e possibilidades políticas do planejamento urbano. In: VITTE, C, C, S.; KEINERT, T, M, M. (org.). **Qualidade devida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-68.

CAZELLI, Sibeles. Jovens, Escolas e Museus: os efeitos dos diferentes capitais. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. (org.). **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. p. 175-216.

CINTRA, Antônio Octávio. Nota sobre os condicionantes políticos do planejamento urbano. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. Belo Horizonte, n.2, 1974, p. 115-138.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

_____. O Estudo da rede urbana: Uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio De Janeiro, ano 50, n.2, p. 107-124, 1988.

_____. Uma nota sobre o urbano e a escala. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, p. 133-136, 2003.

COSTA, Lygia Gonçalves. Mobilidade ocupacional no Brasil: uma análise das chances de mobilidade e inserção ocupacional segundo a origem, a cor e a situação de migração e não-migração para homens chefes do domicílio (1988-1996). **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, v. 45, n.1, p. 48-60, jan. 2009.

DAVIS, Clodoveu; CÂMARA, Gilberto. Arquitetura de Sistemas de Informação Geográfica. In: CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (org.). **Introdução à ciência da geoinformação**. São José dos Campos: INPE, 2001.

DELCOL. Rafaela Fabiana Ribeiro. **A discrepância entre os índices sobre a Região Metropolitana de Campinas e a realidade habitacional de Campinas**. 2016. 233 p. Tese (Doutorado em Geografia – Análise Ambiental e Dinâmica Territorial). UNICAMP. Campinas - SP, 2016.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DIAS, Leila C. Redes: Emergência e organização. In: CORREA et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 (1995).

EGLER, Claudio A. G. et al. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. **Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces**. Brasília. IPEA, 2011. p. 25-46.

FITZ, Paulo Roberto. **Cartografia básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

FONTOURA, L. F. M. **As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte**. 1992. 131. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFRGS. Porto Alegre, 1994.

FORATTINI, Oswaldo Paulo. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**. São Paulo, v.25, n.2, p. 75-86, 1991. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89101991000200001>>.

FOULCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA/USP, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte, 2013.78p. Acesso em: <<http://www.fjp.mg.gov.br>>

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Sobre o Fundeb**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb>> Acesso em 26 mar. 2018.

GARCIA, Verônica Mackmillan. **Leitura geográfica das transformações socioeconômicas em São José do Norte no século XXI**. 2011. 69p. Monografia (Graduação em Geografia) FURG. Rio Grande, 2011.

GAUTÉRIO, D. M. **Evolução urbana da cidade de São José do Norte**. 1997. 75p. Monografia (Graduação Geografia), UFPEL, Pelotas, 1997.

GENOVEZ, Patrícia Carneiro. **Território e desigualdade: análise espacial intra-urbana no estudo da dinâmica de exclusão/inclusão social no espaço urbano de São José dos Campos**. 2005. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto). Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2005.

GENOVEZ, Patrícia Carneiro; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira; CÂMARA, Gilberto. Diagnóstico das Áreas de Exclusão/Inclusão Social através de Sistema de Informação Geográfica na Área Urbana de São José dos Campos/SP. **Anais. X SBSR**, Foz do Iguaçu, 2001, INPE p. 1097-1105

GIBSON, K., Social polarization and the politics of difference: discourses in collision or collusion? In: Fincher, R. e Jacobs, M. (eds.) **Cities of Difference**. New York: Guilford Publications. 1998.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Niterói, v.1, n.1, jan. 1999, p. 15-39

HALAL, Guilherme Afonso. **Níveis de participação popular na gestão de municípios em aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul: Aglomeração Urbana do Nordeste x Aglomeração Urbana do Sul**. 2006. 56p. Monografia (Graduação em Geografia) FURG. 2006

HARVEY, David. Processos sociais e forma espacial. In: **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 13-37.

HIDALGO, Kênia Ribeiro da Silva. Fracasso escolar: uma violência simbólica na perspectiva sociológica de Bourdieu. Publ. **UEPG Ci. Soc. Apl.** Ponta Grossa, v. 22, n.2, p. 193-204, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário**. Documentação do Arquivo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD**. IBGE Rio de Janeiro, v. 31, p.1-135, 2011b

_____. **Censo Demográfico 2010. Resultados do universo**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em:

_____. _____. **Resultados Gerais da Amostra**. Rio de Janeiro, 2010b. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_a_mostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtml> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. _____. **Malha digital de setores censitários.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010c.

_____. _____. **Aglomerados Subnormais: Informações Territoriais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010d.

_____. **IBGE cidades. Informações sobre municípios.** Diversos anos (a). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431560&search=rio-grande-do-sul|rio-grande>> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Classificação e Caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/apps/rural_urbano/> Acesso em: 23 out. 2017.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA: Banco de Dados Agregados.** Diversos anos (b). Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **Regiões de influência das cidades 2007.** Rio de Janeiro, 2008. 201 p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA (IPEA). **Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas.** Livro 6, v. 2. Brasília: IPEA, 2010, 912 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/42543_Livro_InfraestruturaSocial_vol2.pdf> Acesso em: 10 nov. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Programa Geotecnologias na Gestão Municipal pontos de localização das escolas do Rio Grande. Rio Grande: IFRS, 2017. **Arquivo shapefile.**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. diversos anos. **Base de dados Data Escola Brasil do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** Disponível em: <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/>>

_____. **Censo escolar. Microdados do Censo da Educação Básica.** Base de microdados. 2010 Disponível em: <<http://inep.gov.br/microdados>>

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil.** 3. ed. Campinas: Editora Alínea, 2006, 141 p.

JORNAL TRADIÇÃO. **Crescimento sustentável: Emater incentiva agricultores familiares a diversificar produção.** 2012. Disponível em: <<http://www.jornaltradicao.com.br/site/content/rural/index.php?noticia=2233>>

_____. **Em Arroio do Padre, família unida na plantação de fumo.** 2017. Disponível em: <<http://www.jornaltradicao.com.br/site/content/rural/index.php?noticia=20689>>

KARRUZ, Ana Paula; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. Do abstrato ao concreto: A proposta do Observatório da Qualidade de Vida de Santo André para operacionalização da noção de qualidade de vida via estudo espacializado da longevidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 155-176.

KESSIDES, C. The Contributions of Infrastructure to Economic Development: a review of experiences and policy implications. **World Bank Discussion Paper**, n. 213, Washington, DC, 1993.

LUCO, Camilo Arriagada; ENGEL, Yael Korol. Desafios às políticas educacionais que surgem com as novas tendências à segregação urbana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p.309-326.

KOGA, Dirce. Diagnóstico Sócio territorial entre o chão e a gestão. **Cadernos IHU ideias.** São Leopoldo, ano 14, n.243, v.14, 2016.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e Mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR/UFRJ.** Rio de Janeiro, v.13, n. 1, p. 109-138, 1999. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1999-urbanizacao-e-mercado-de-trabalho-na-amazonia-brasileira-LOM.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2016.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do capitalismo: desenvolvimento da desigualdade e contravenção.** In: **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade desigualdade e violência.** São Paulo: Hucitec, 1996. p. 9-27.

MARTINS, César A. Ávila. Crescimento e desenvolvimento: uma leitura da aglomeração urbana do sul. In: HEIDRICH, A. L.; SOARES, P. R. R.; TARTARUGA, I. G. P.; MAMMARELLA, R. (Org.). **Estruturas e dinâmicas sócio espaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010).** Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016, v.1, p. 121-148.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873- 1990).** Rio Grande: Ed. da FURG, 2006.

MATOS, Ralfo. Aglomerações Urbanas, Rede de Cidades e Desconcentração Demográfica no Brasil. In: X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais.** Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf> Acesso em: 20 nov. 2016

MENEZES, Daiane Boelhouwer; POSSAMAI, Ana Júlia. **Desenvolvimento humano e bem-estar urbano nas regiões metropolitanas brasileiras: um novo índice sintético**. Porto Alegre: FEE, 2015. Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2015/08/20150818desenvolvimento-humano-e-bem-estar-urbano-nas-regioes-metropolitanas-brasileiras_-um-novo-indice-sintetico1.pdf>

MENEZES, Luís Carlos Araújo; JANNUZZI, Paulo de Martino. Planejamento nos municípios brasileiros: Um diagnóstico de sua institucionalização e seu grau de efetividade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 21-68

MÉO, Guy di; BULÉON, Pascal. Espaces, temporalités, acteurs. In: **L'espace social. Lecture géographique dessociétés**. Paris: Armand Colin, 2007, p. 17-42.

MILHEIRA, Rafael Guedes. Um modelo de ocupação regional Guarani no sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. 18, 19-46, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Sistema e MEC**. Banco de Dados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 28 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Índice de Gini da renda domiciliar per capita segundo Município**. DATASUS, diversos anos. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginibr.def>> Acesso em: 03 jan. 2017

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Revista etc, espaço, tempo e crítica**. Niterói, v. 1, n. 1, 2007.

_____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: **Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em Questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, 236p.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo:Contexto, 2009.

MOURA, Rosa. Arranjos Urbano-regionais no Brasil: especificidades e reprodução de padrões. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona, v. 16, n.923, mai. 2011. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-923.htm>> Acesso em: 25 jun. 2016

_____. Arranjos Urbano-Regionais no Brasil: o conteúdo modificado da concentração e da desigualdade. **Revista paranaense de desenvolvimento**. Curitiba, n.115, p.199-210, 2008.

MOURA, Rosa; SANTOS, Gislene. Semelhanças e diferenças no processo de urbanização do Sul do Brasil. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. (Org.). **As cidades e a**

urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão da qualidade de vida urbana em grandes cidades: Uma discussão teórico-metodológica. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 123-154.

NASCIMENTO, Ederson. **As desigualdades sócio-espaciais urbanas numa metrópole interiorana: uma análise da região metropolitana de Campinas (SP) a partir de indicadores de exclusão/inclusão social.** 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geociências. UNICAMP. Campinas, 2013.

NASCIMENTO, Edson Reis do; NOVELLO, Ivan Carlos. **Estratégias para a comercialização de hortifrutigranjeiros.** Cooperativa Agropecuária de Arroio do Padre (Coopap): Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Edson%20Nascimento.pdf Acesso em: nov. 2017.

NIDELCOFF, M. T. **Uma escola para o povo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE COLETIVA (NEAS/FURG). Vulnerabilidade social. **Arquivo shapefile.** Rio Grande, 2005.

PENNA, Nelba Azevedo; FERREIRA, Ignez Barbosa. Desigualdades sócio-espaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. **Mercator.** Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 25-36, 2014.

PETRONE, B. da S. **Transporte lacustre de passageiros: Rio Grande e São José do Norte.** 1997. 53p. Monografia (Graduação Geografia) FURG, Rio Grande, 1997.

PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE. **Histórico do município.** Disponível em: <http://arriodopadre.rs.gov.br/novosite/historico/> Acesso em: 15 mai. 2017

PREFEITURA DE CAPÃO DO LEÃO. **Sobre Capão do Leão.** Disponível em: <http://www.prefeitura.capaodoleao.com.br/sobre-capao-do-leao/> Acesso em: 15 mai. 2017

PREFEITURA DE PELOTAS. **Primeira referência histórica de Pelotas.** Disponível em: <http://www.pelotas.com.br/cidade/historia> Acesso em: 15 mai. 2017

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE. **Apresentação do município.** Disponível em: <http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/sao-jose-do-norte/o-municipio/apresentacao-do-municipio> Acesso em: 15 mai. 2017

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Desenvolvimento Humano e IDH.** Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH Acesso em: 6 set. 2017

RAMOS, Bianca Reis. Índice de Bem-Estar Urbano no município do Rio Grande, RS. **e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 23, p. 24-34, 2015.

REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: Via das Artes, 2006.

RETAMOSO , Alejandro; KAZTMAN, Ruben. Aprendendo juntos. Desafios na educação a partir dos processos de segregação urbana. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p. 245-279.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN. Introdução. In: **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p. 15-32.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KOSLINSKI Mariane C. A metropolização da questão social e as desigualdades de oportunidades educacionais no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. p.33-66

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). **IBEU Municipal: Índice de Bem-Estar Urbano dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles - IPPUR/UFRJ, 2016. 117p.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes (Org.). **Índice de Bem-Estar Urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 264p.

RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=807&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1398> Acesso em: 24 ago. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. **Projeto de Lei nº 103/2015**. Institui o Programa Estadual “Escola Melhor: Sociedade Melhor”

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades sócio-espaciais – a luta pelo direito à cidade. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

ROLDÃO, Lenira Beatris Romeu. **Educação e qualificação para o trabalho entre os jovens do bairro Parque Marinha**. 2009. 40 f. Monografia (graduação em geografia), Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2009.

ROLNIK, R. É possível política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

SALATA, André Ricardo; SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. Entre o mercado de trabalho e a escola: os jovens no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz et al. **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010. p.91-120

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, 1999. Disponível em:

< http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf > Acesso em: 05 ago. 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Joaquim Lucas Dias dos. Breve histórico da Pedreira do Cerro do Estado-Capão do Leão/RS. In: SANTOS, Douglas Ferreira dos. et al. (org.). **Olhares sobre Capão do Leão**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 37-90.

SARAVÍ, Gonzalo. Segregação urbana, sociabilidade e escola na Cidade do México: a coexistência de mundos isolados. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideu, Uruguai: IPPES, 2008, p. 180- 222.

SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. São Paulo, 2013.

Silva, Adinael Gautério da. **A escolha da profissão e as relações de gênero : um estudo de caso das estudantes formandas do ensino médio na cidade de Rio Grande**. 2006. 60 f. Monografia (graduação em geografia), Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2006.

SILVA, Antônio Néelson Rodrigues da Silva et al. **SIG: uma plataforma para introdução de técnicas emergentes no planejamento urbano, regional e de transportes. Uma ferramenta 3D para análise ambiental urbana, avaliação multicritério, redes neurais artificiais**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

SILVA, Rogério Piva da et al. O impacto do Polo Naval no setor imobiliário da cidade do Rio Grande, RS. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6. **Anais**. Porto Alegre: PUC-RS, 2012. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa3/O_Impacto_do_Polo_Naval_no_Setor_Imobiliario_da_cidade_de_RioGrande_RS.pdf> Acesso em: 07 out. 2013.

SILVA, Arthur Victoria. A emancipação. In: SANTOS, Douglas Ferreira dos. et al. (org). **Olhares sobre Capão do Leão**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 21-36.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. A Urbanização no Rio Grande do Sul: as Cidades Médias e sua Relação com o Território. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C.

(Org.). **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 211-228.

_____. Regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas? Contribuição para o debate no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 36, n. 2, 2015, p. 323-342.

_____. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil (1812- 2000)**. Tese (Doutorado em Geografia) 2002. Universidad de Barcelona. Barcelona. 2002.

SOARES; HALAL; GODOY. Novos recortes territoriais e aglomerações urbanas no sul do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. 9, n. 194, 2005.

SOBARZO, Oscar. Cidades médias na encruzilhada das horizontalidades e verticalidades. In: MARTINS, César A. Ávila; MARTINS, Solismar Fraga; SILVA, Susana Maria Veleda (org.). **Quintas urbanas: cidades e possibilidades**. Rio Grande: FURG/NAU, 2011, p. 43-58.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.

_____. **Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social**. Congresso Internacional de Geoinformação. São Paulo: CEDEST, 2000. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/artigos.html>> Acesso em: 19 jun. 2017

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 175-197.

_____. A produção do espaço urbano: Escalas, diferenças e desigualdades sócio-espaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013, p.123-146.

_____. O local, o nacional e o global na geografia e as práticas escolares. **Geosul**, Florianópolis, v.17, n.33, p 143-168, jan./jun. 2002

TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré. A geografia econômica da metrópole e das aglomerações urbanas gaúchas: Teoria e indicador do potencial de inovação. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz et al. **Estruturas e dinâmicas socioespaciais urbanas no Rio Grande do Sul: transformações em tempos de globalização (1991-2010)**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2016, p. 149-173.

TAVARES, Mateus Ferreira Balinhas Tavares. **Análise do imposto predial urbano (IPTU) na cidade de Pelotas/RS**. 2011. 64p. Monografia. (Graduação Geografia) Rio Grande. FURG. 2011.

TEREZO, Claudio Ferreira. **Novo dicionário de geografia: Termos e Conceitos**. São Paulo: LivroPronto, 2007.

TORRES, Luiz Henrique. Os Molhes da Barra e Capão do Leão. In: SANTOS, Douglas Ferreira dos. et al. (orgs.). **Olhares sobre Capão do Leão**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 91-110.

Universidade Federal de Pelotas. Bairros de Pelotas. (LABGeotec/ Prefeitura de Pelotas). **Arquivo shapefile**. Pelotas, 2017.

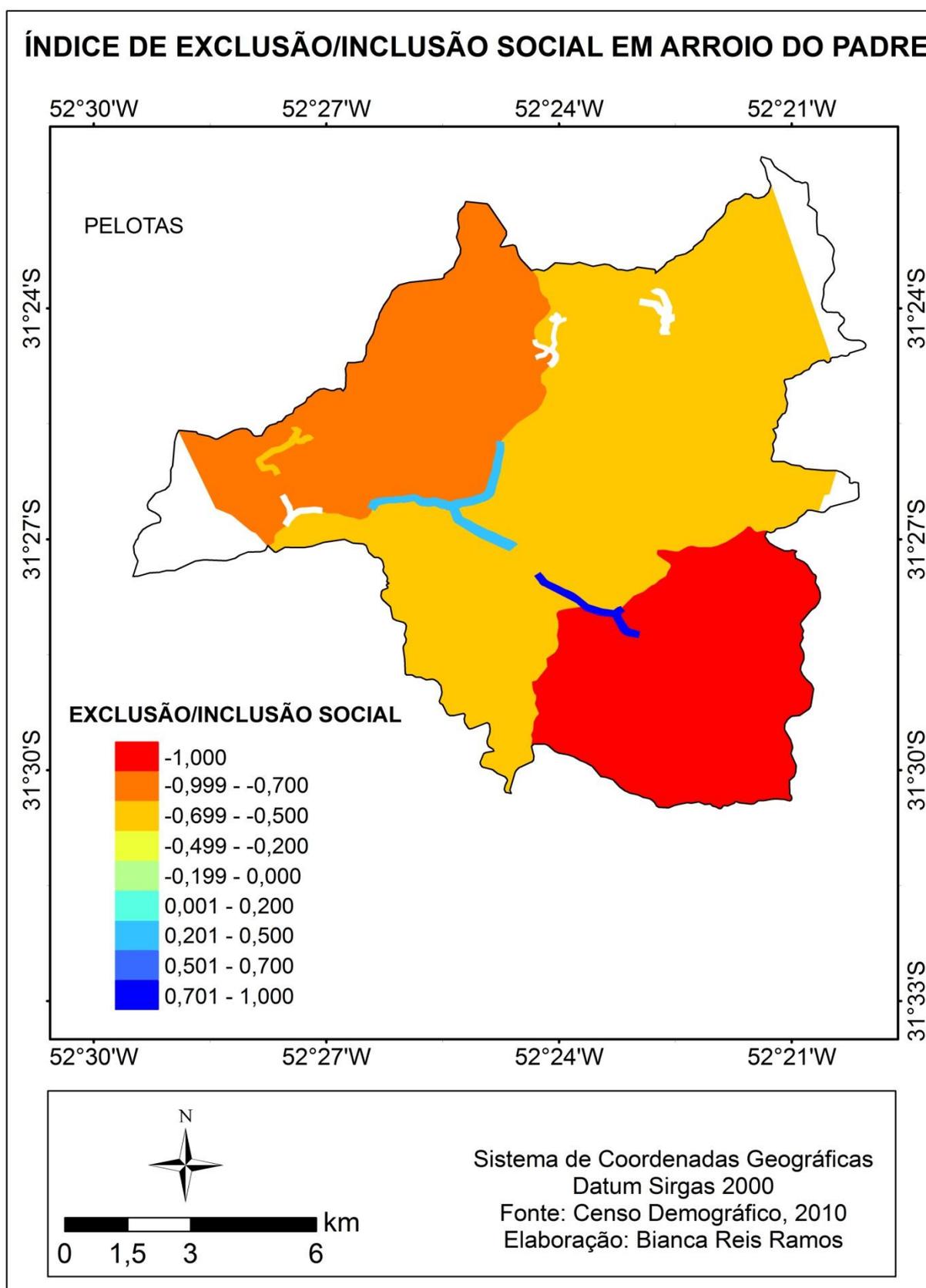
Vargas, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**. Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, mai. 2016.
VIAL, M. **Um desafio à democratização do ensino: o fracasso escolar**. In: BRANDÃO, Z. (Org.). Democratização do ensino: meta ou mito? Rio de Janeiro: F. Alves, 1987, p.11-23

VITTE, Claudete de Castro Silva. A qualidade de vida urbana e sua dimensão subjetiva: Uma contribuição ao debate sobre políticas públicas e sobre a cidade. In: VITTE, Claudete de Castro Silva; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo (org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discussões teórico-metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 89-110.

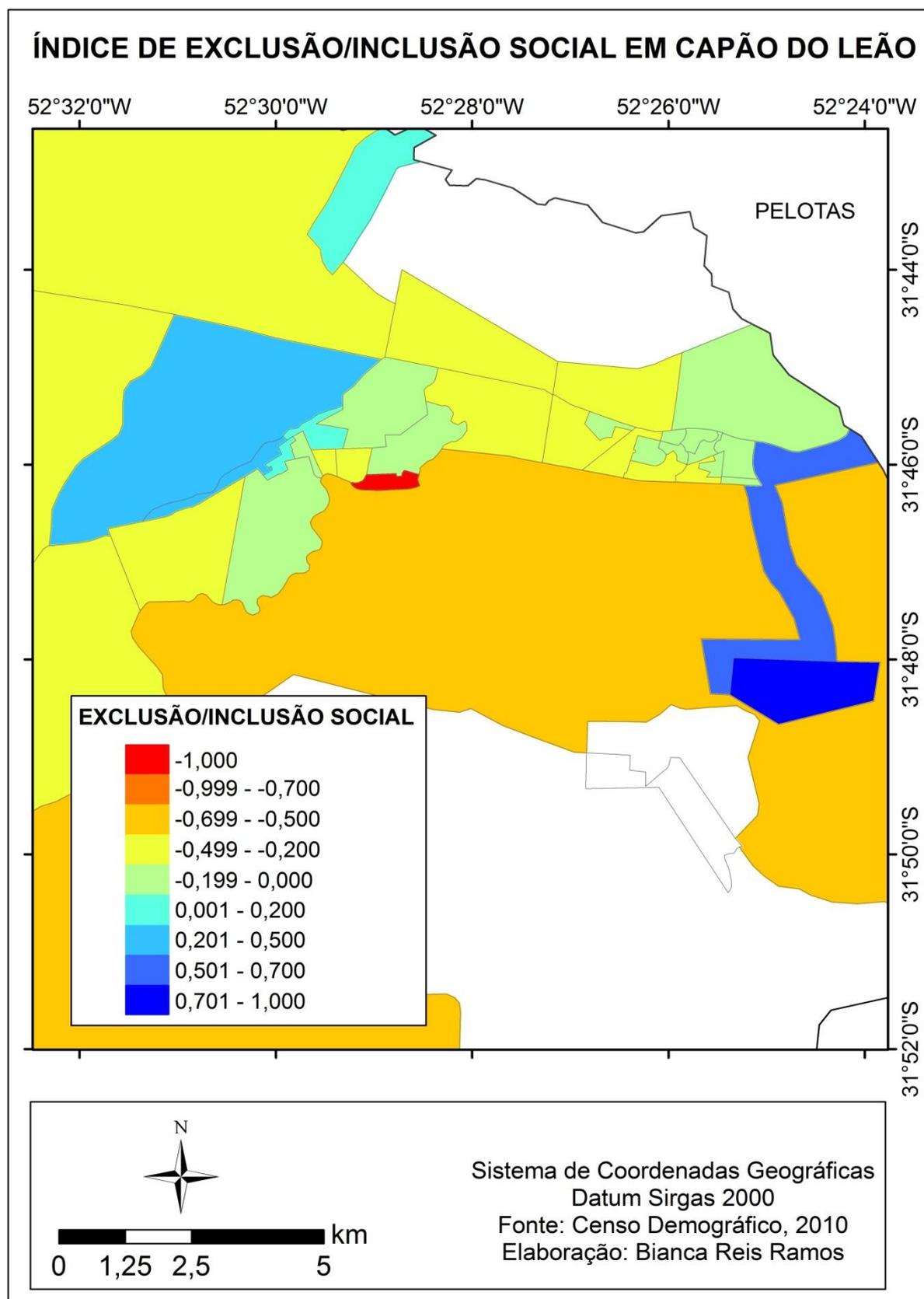
WILSON. Robert H. A interação da forma urbana e a política pública: o caso da educação pública. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KAZTMAN, Ruben (orgs.). **A cidade contra a escola?: segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; Montevideú, Uruguai: IPPES, 2008, p. 280-308.

APÊNDICES

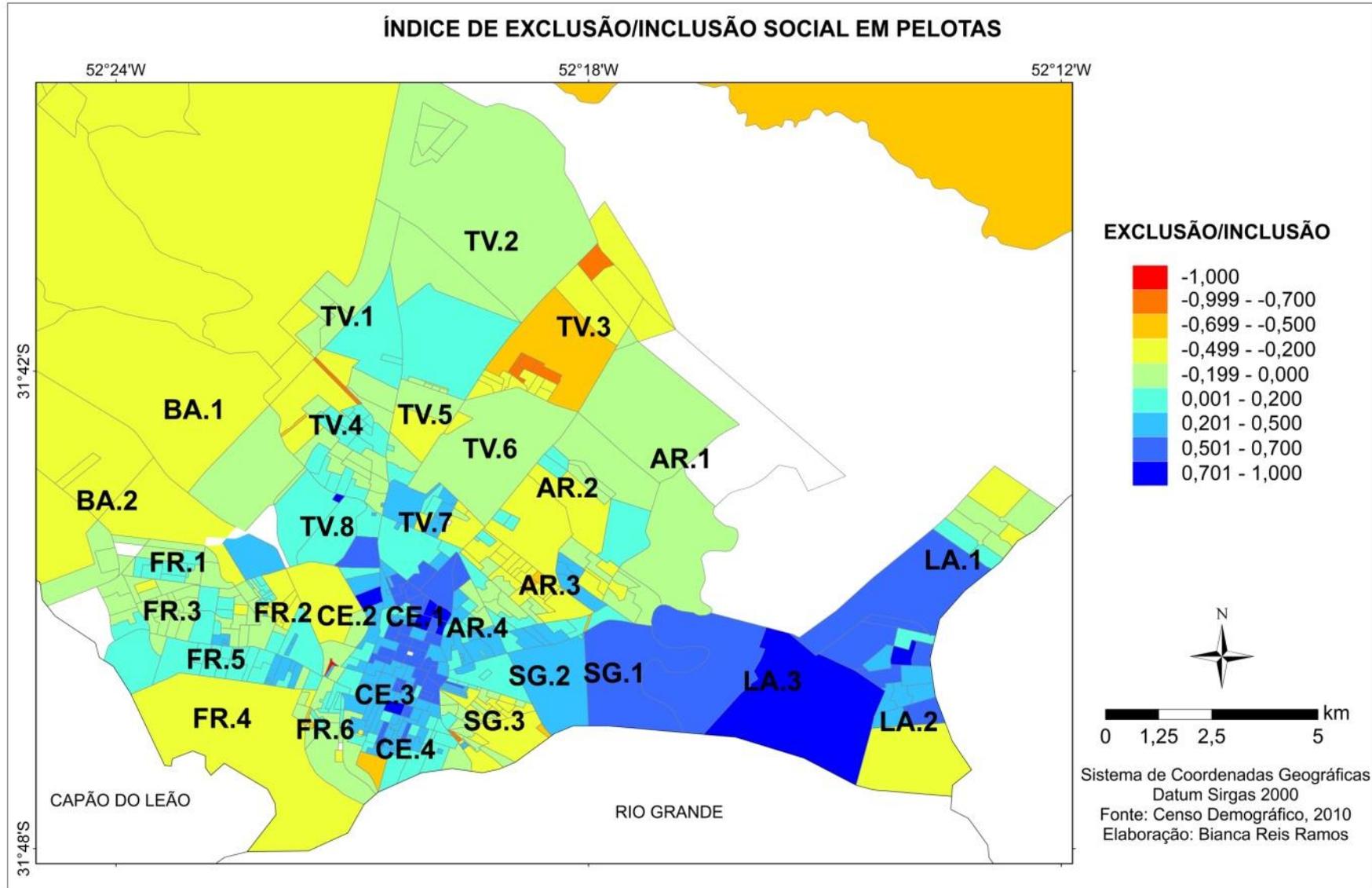
APÊNDICE A1- Arroio do Padre: Índice de Exclusão/Inclusão Social.



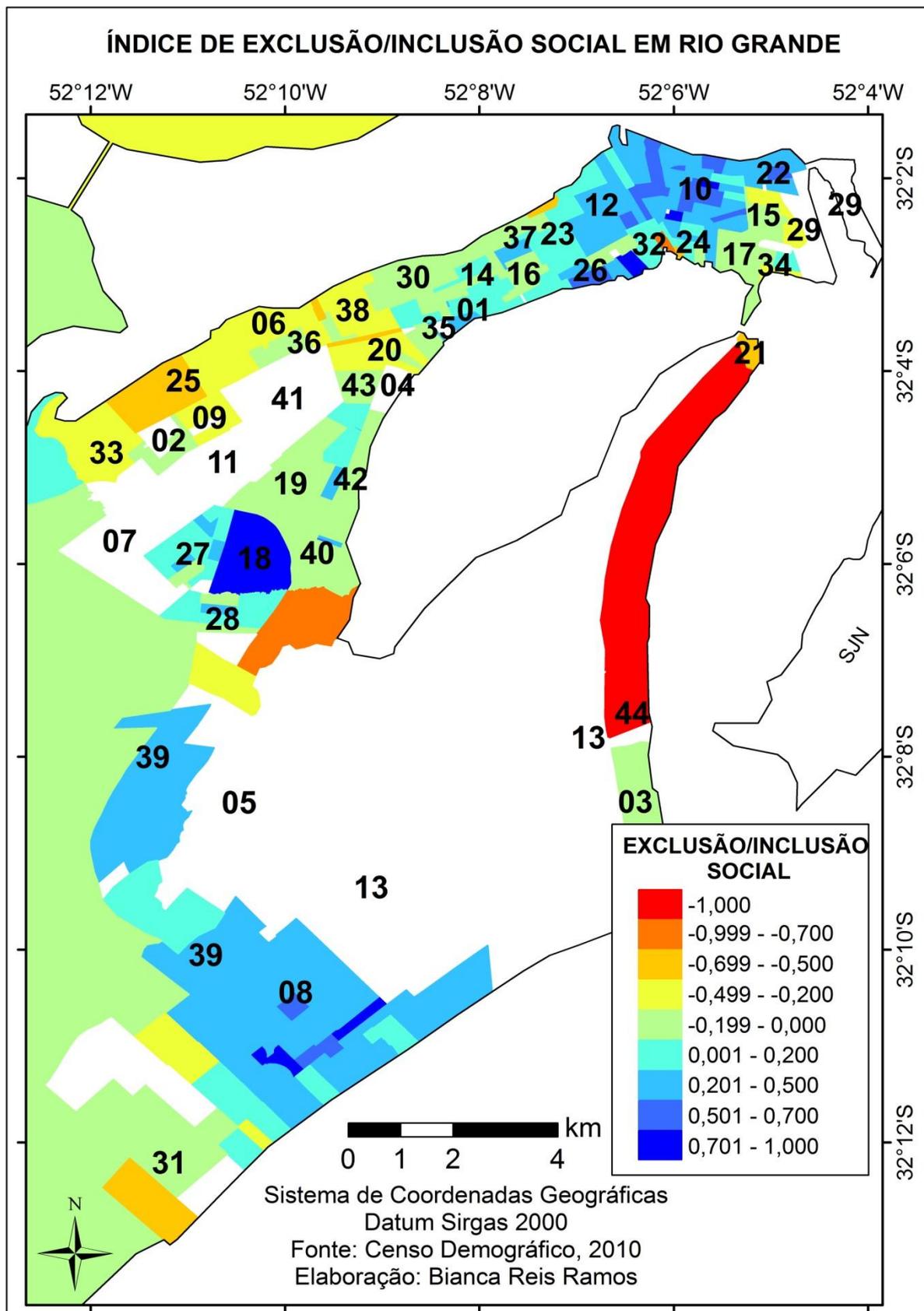
APÊNDICE A2- Capão do Leão: Índice de Exclusão/Inclusão Social.



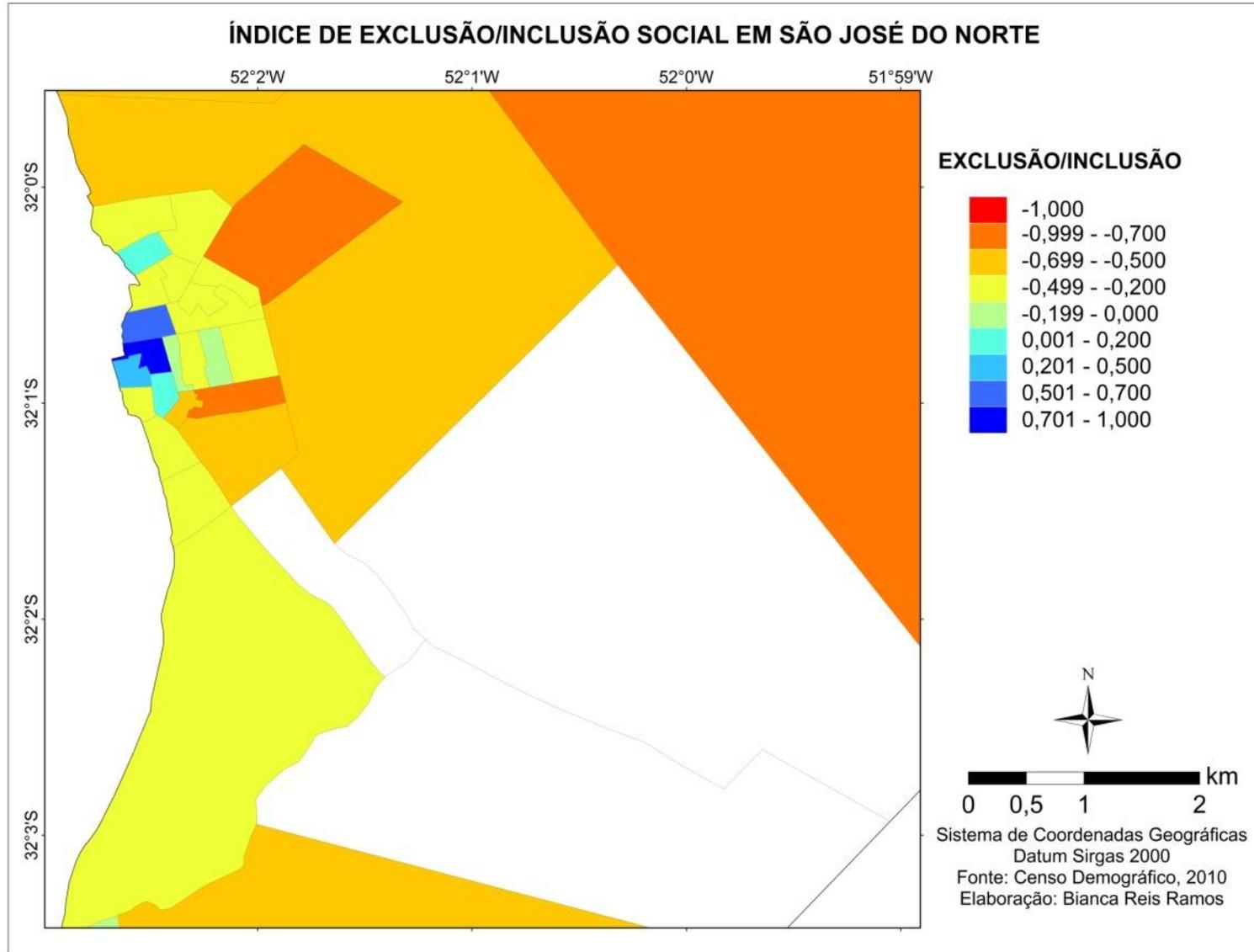
APÊNDICE A3- Pelotas: Índice de Exclusão/Inclusão Social.



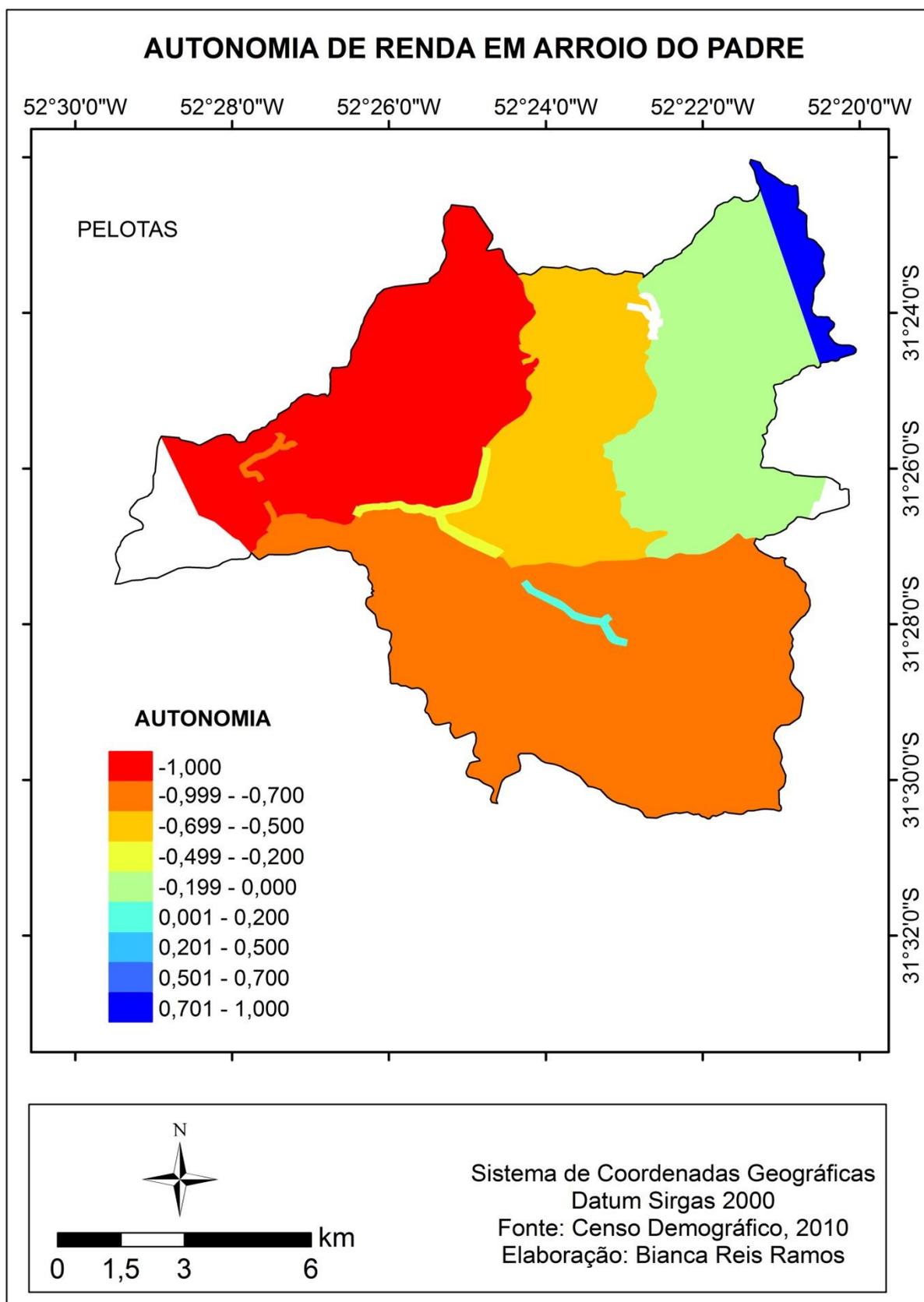
APÊNDICE A4- Rio Grande: Índice de Exclusão/Inclusão Social.



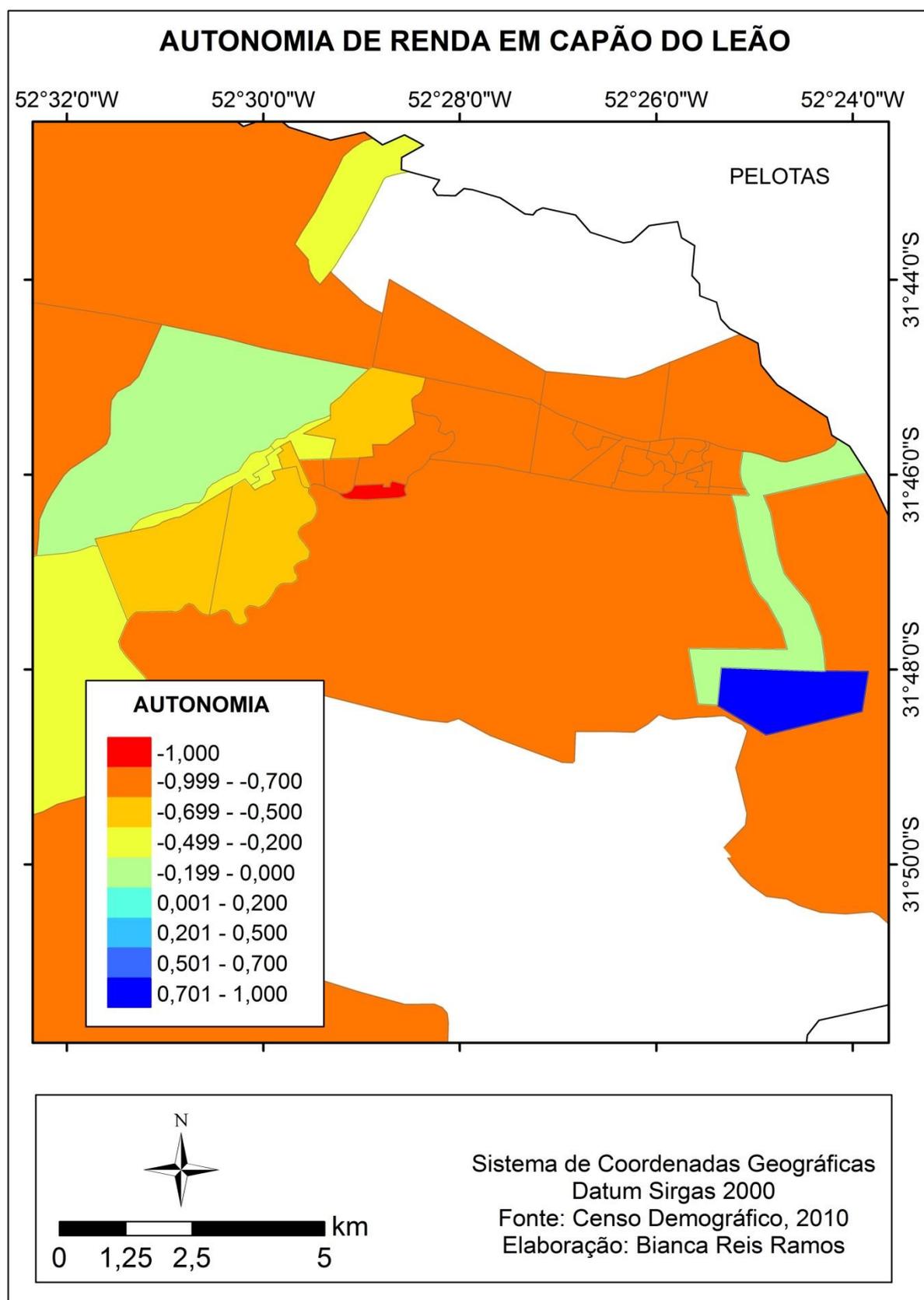
APÊNDICE A5- São José do Norte: Índice de Exclusão/Inclusão Social.



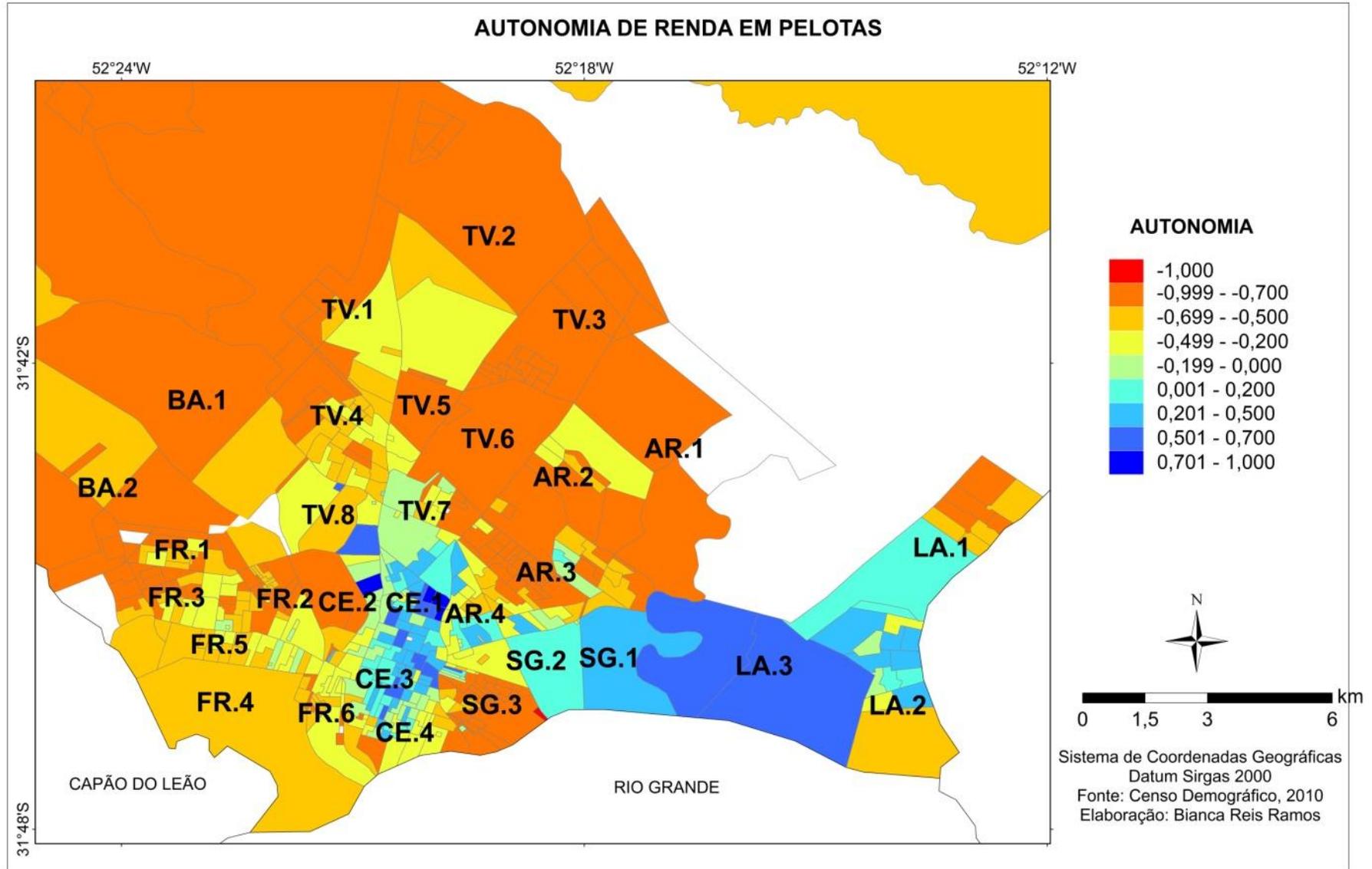
APÊNDICE B1- Arroio do Padre: Dimensão de Autonomia de Renda.



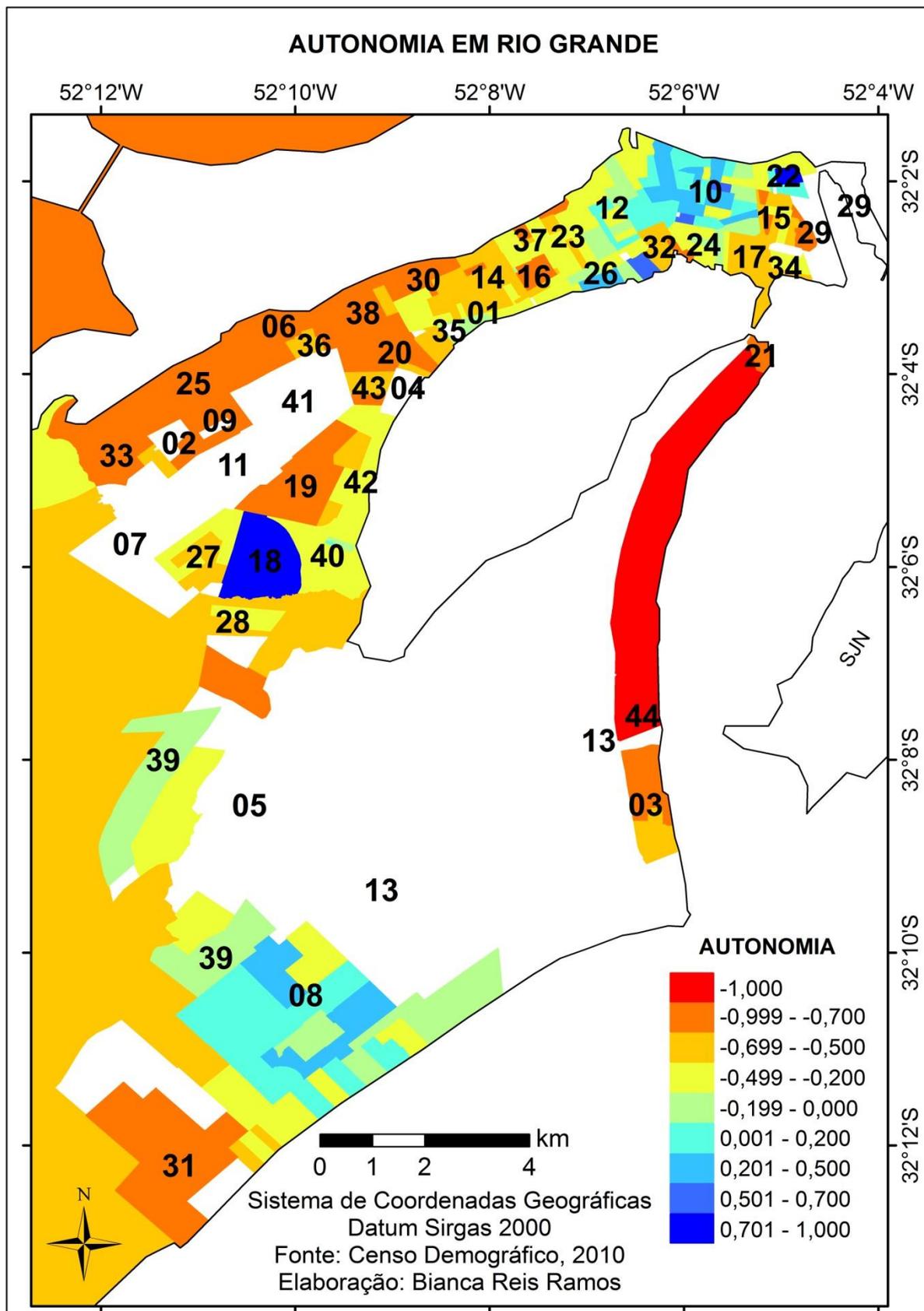
APÊNDICE B2- Capão do Leão: Dimensão de Autonomia de Renda.



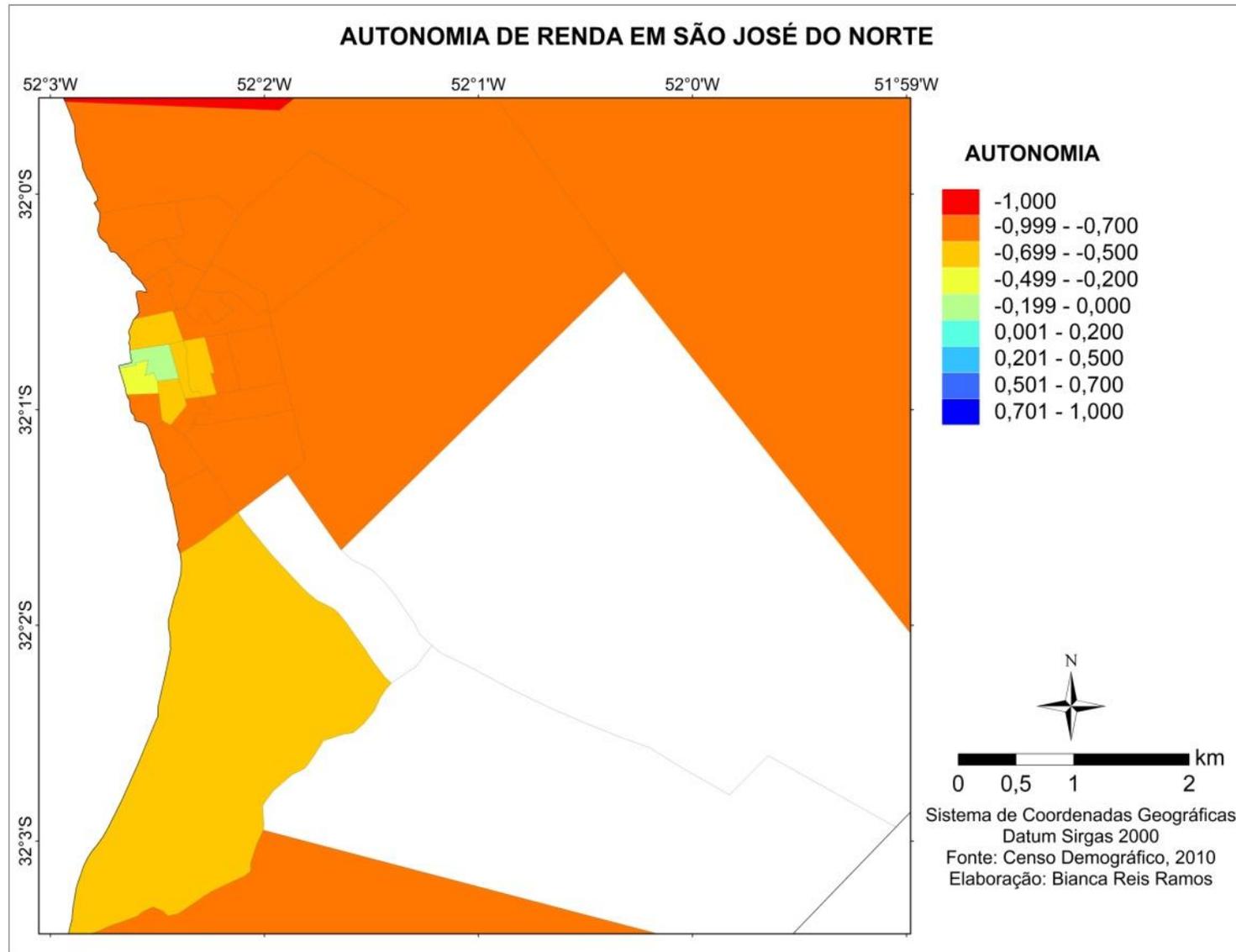
APÊNDICE B3- Pelotas: Dimensão de Autonomia de Renda.



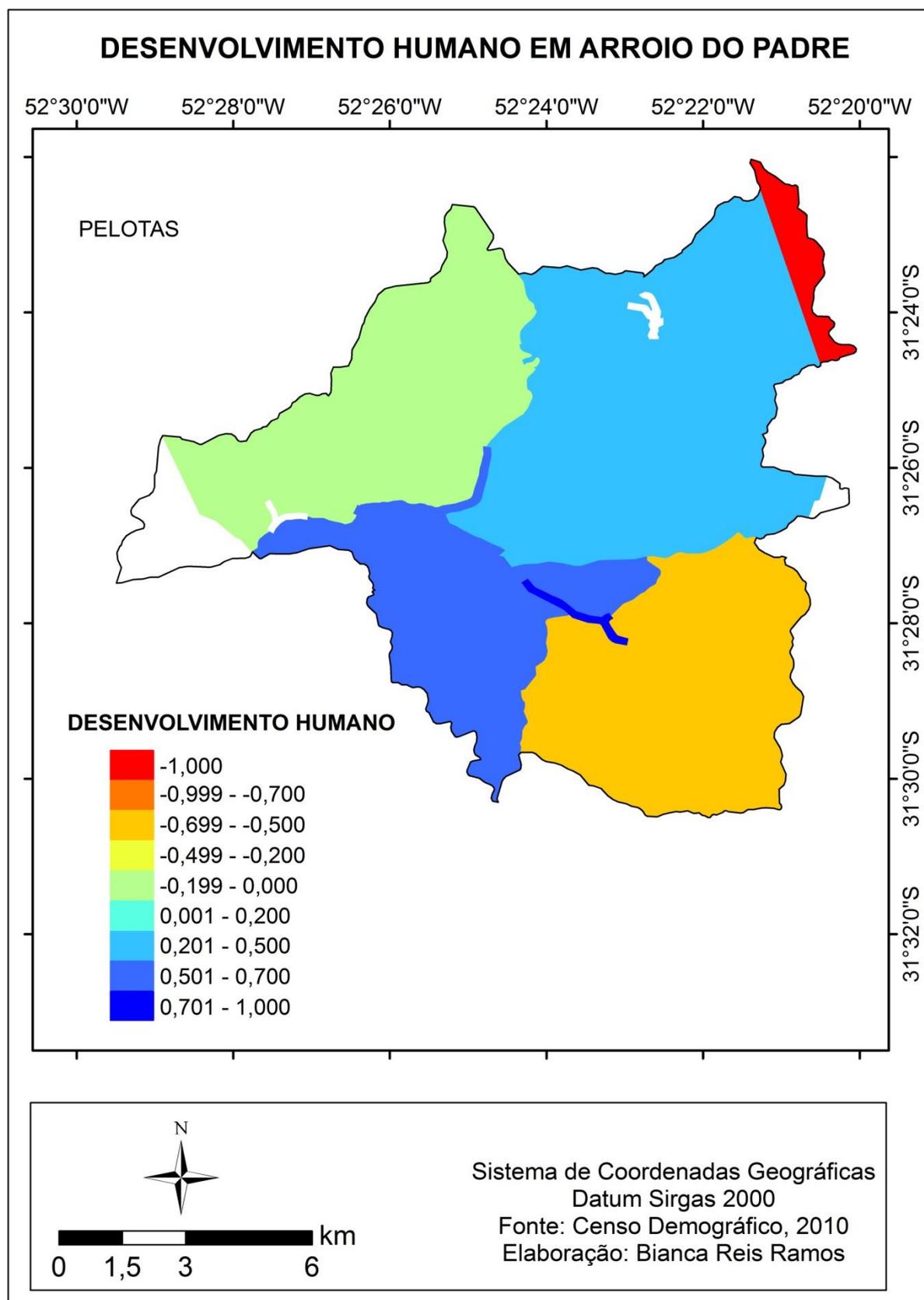
APÊNDICE B4- Rio Grande: Dimensão de Autonomia de Renda.



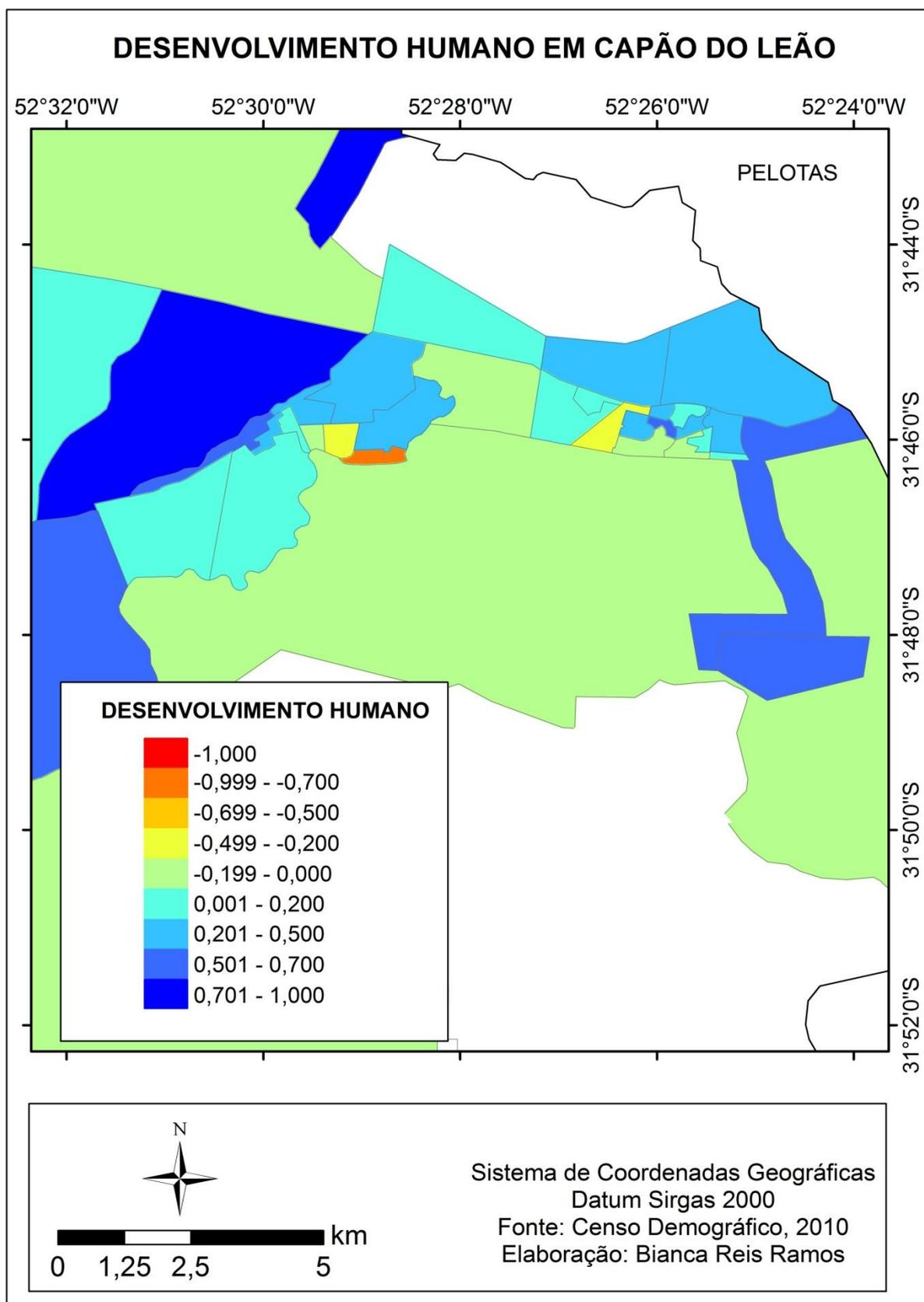
APÊNDICE B5- São José do Norte: Dimensão de Autonomia de Renda.



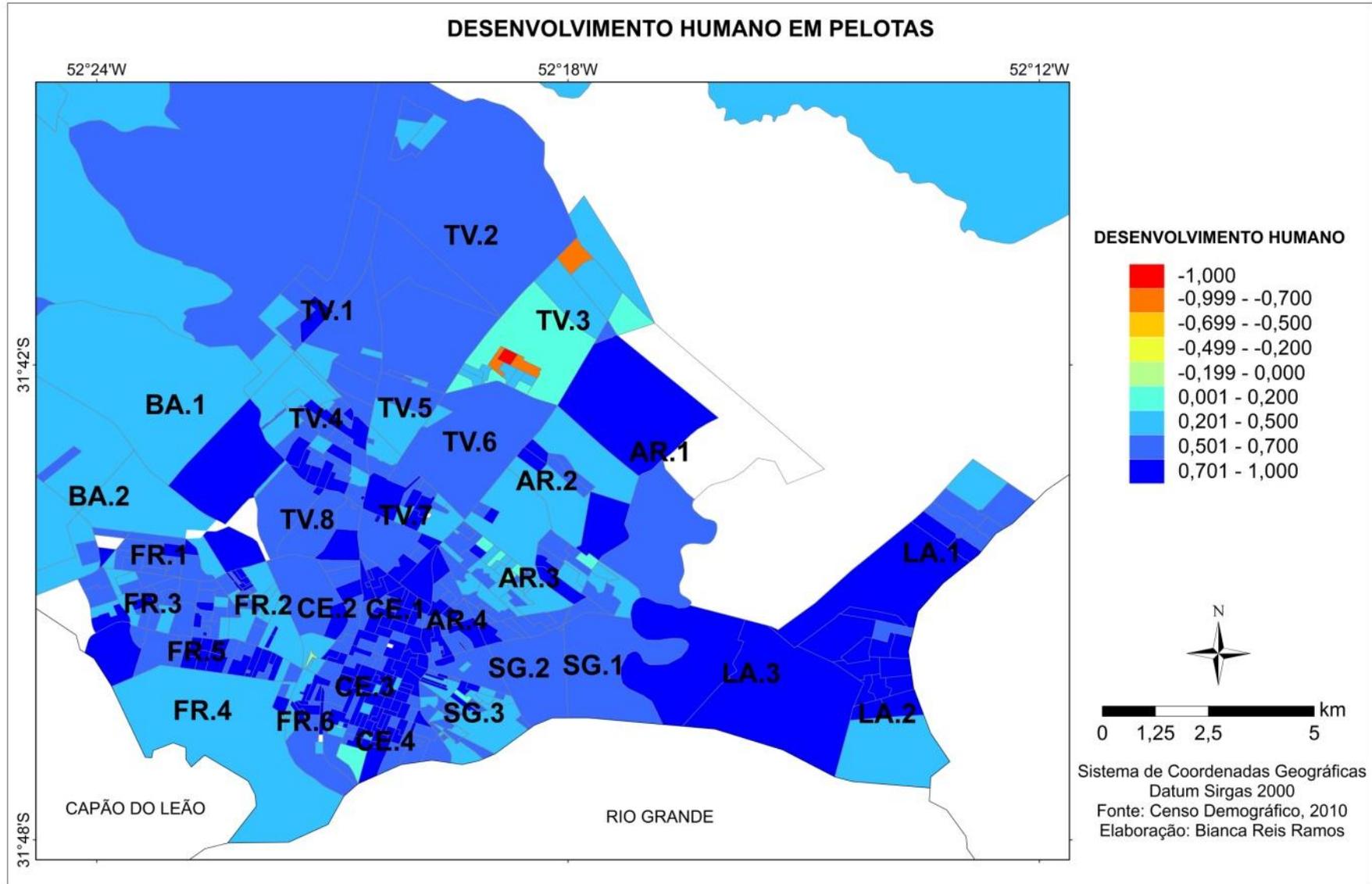
APÊNDICE C1- Arroio do Padre: Dimensão de Desenvolvimento Humano.



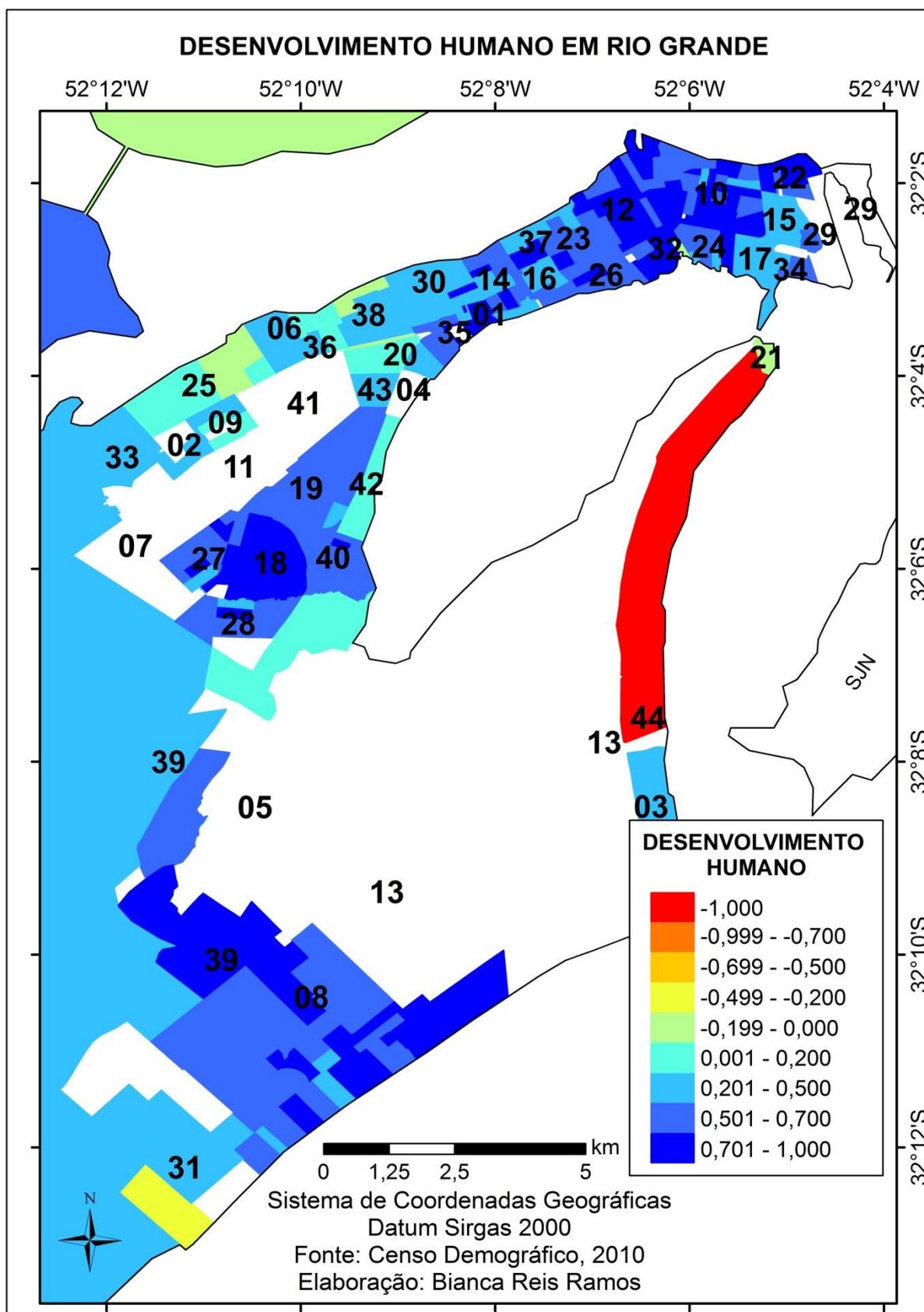
APÊNDICE C2- Capão do Leão: Dimensão de Desenvolvimento Humano.



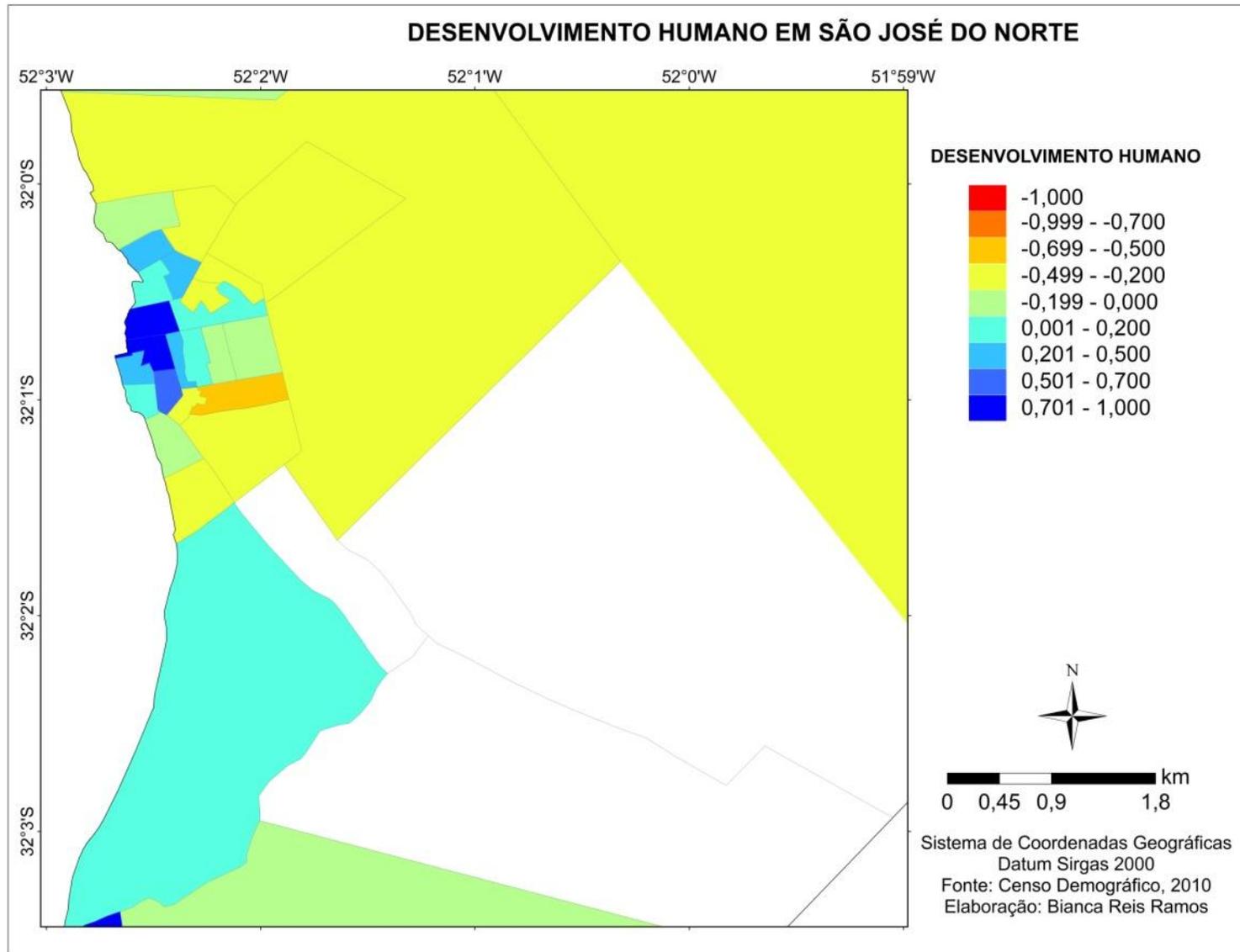
APÊNDICE C3- Pelotas: Dimensão de Desenvolvimento Humano.



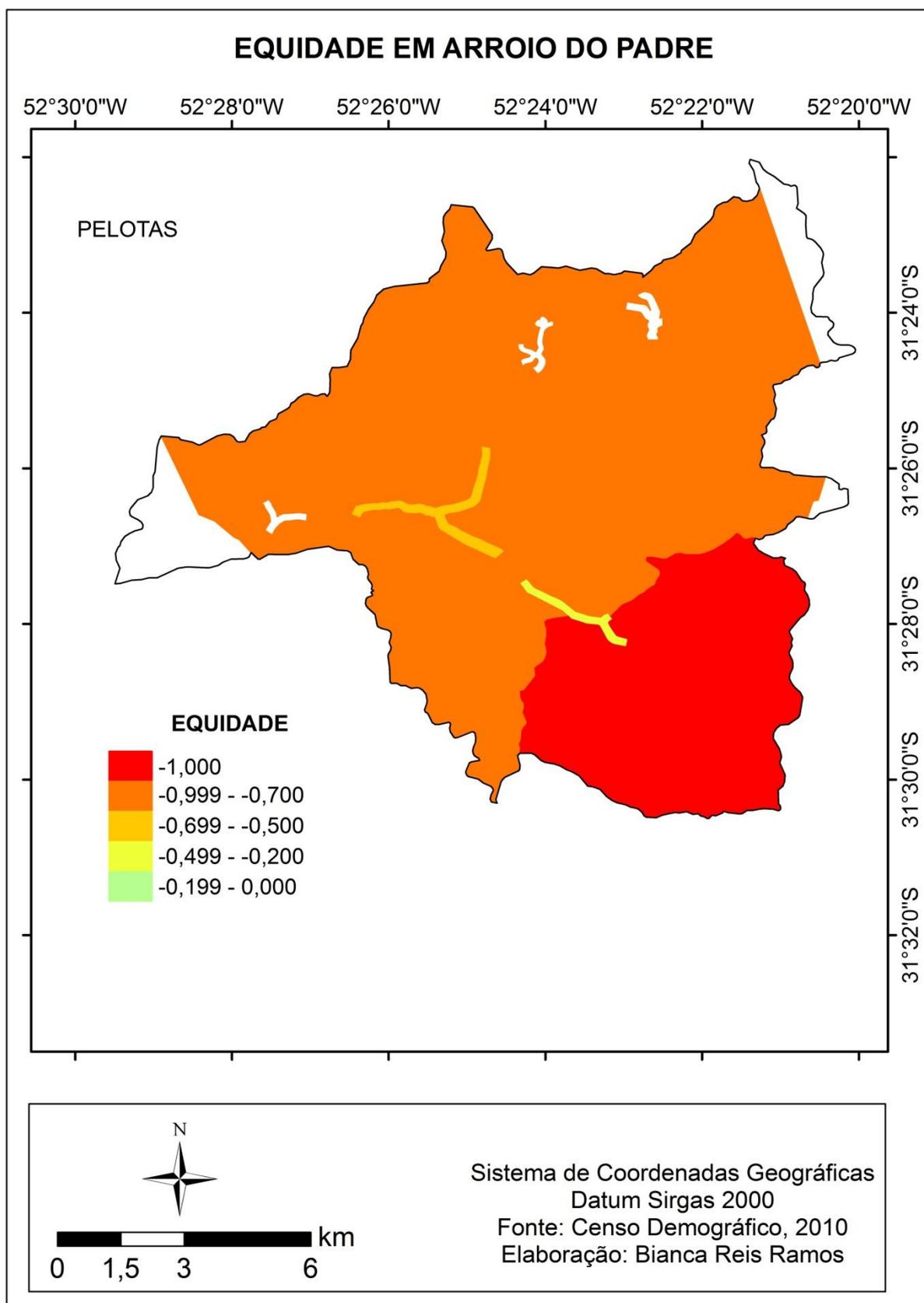
APÊNDICE C4- Rio Grande: Dimensão de Desenvolvimento Humano.



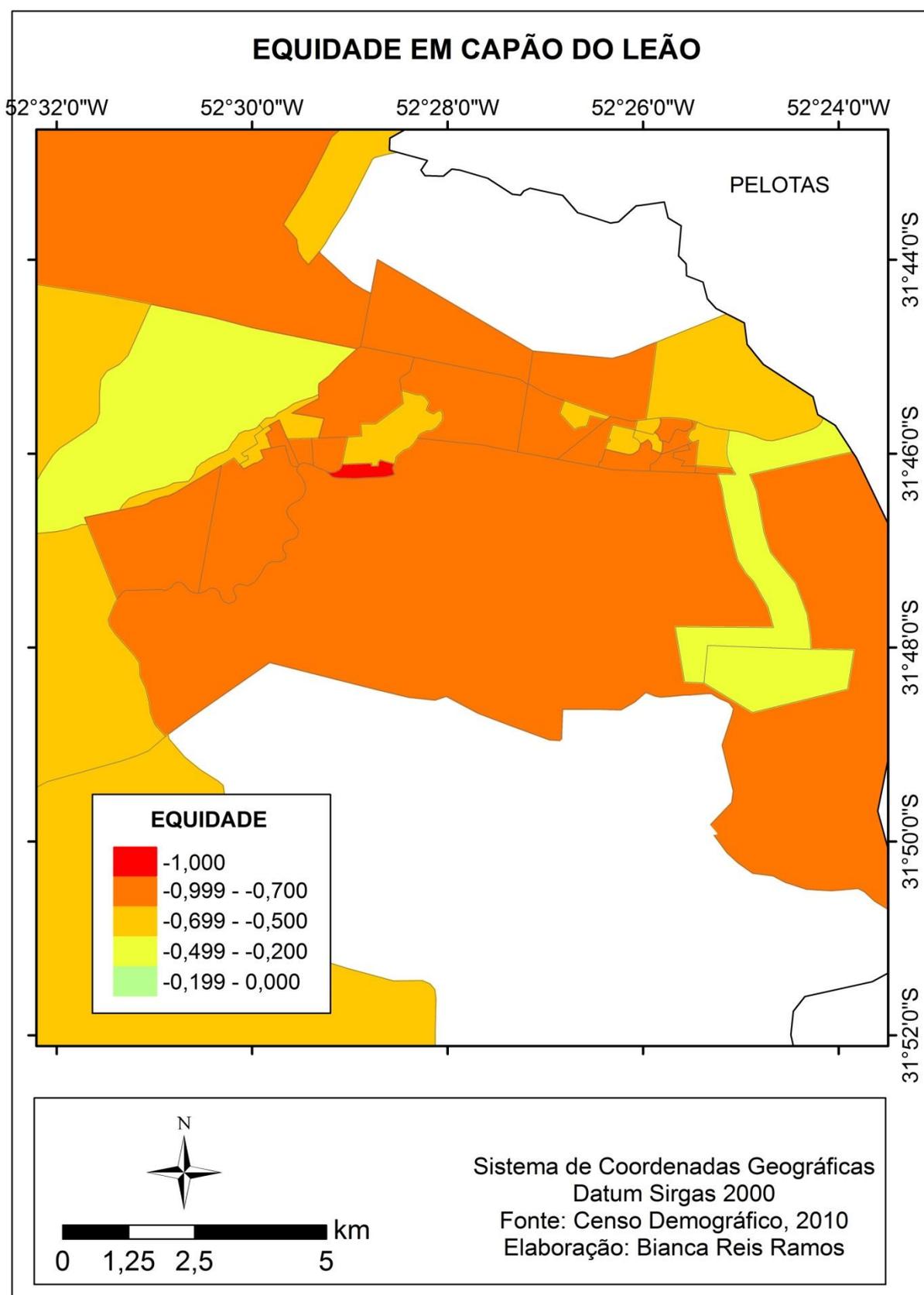
APÊNDICE C5- São José do Norte: Dimensão de Desenvolvimento Humano.



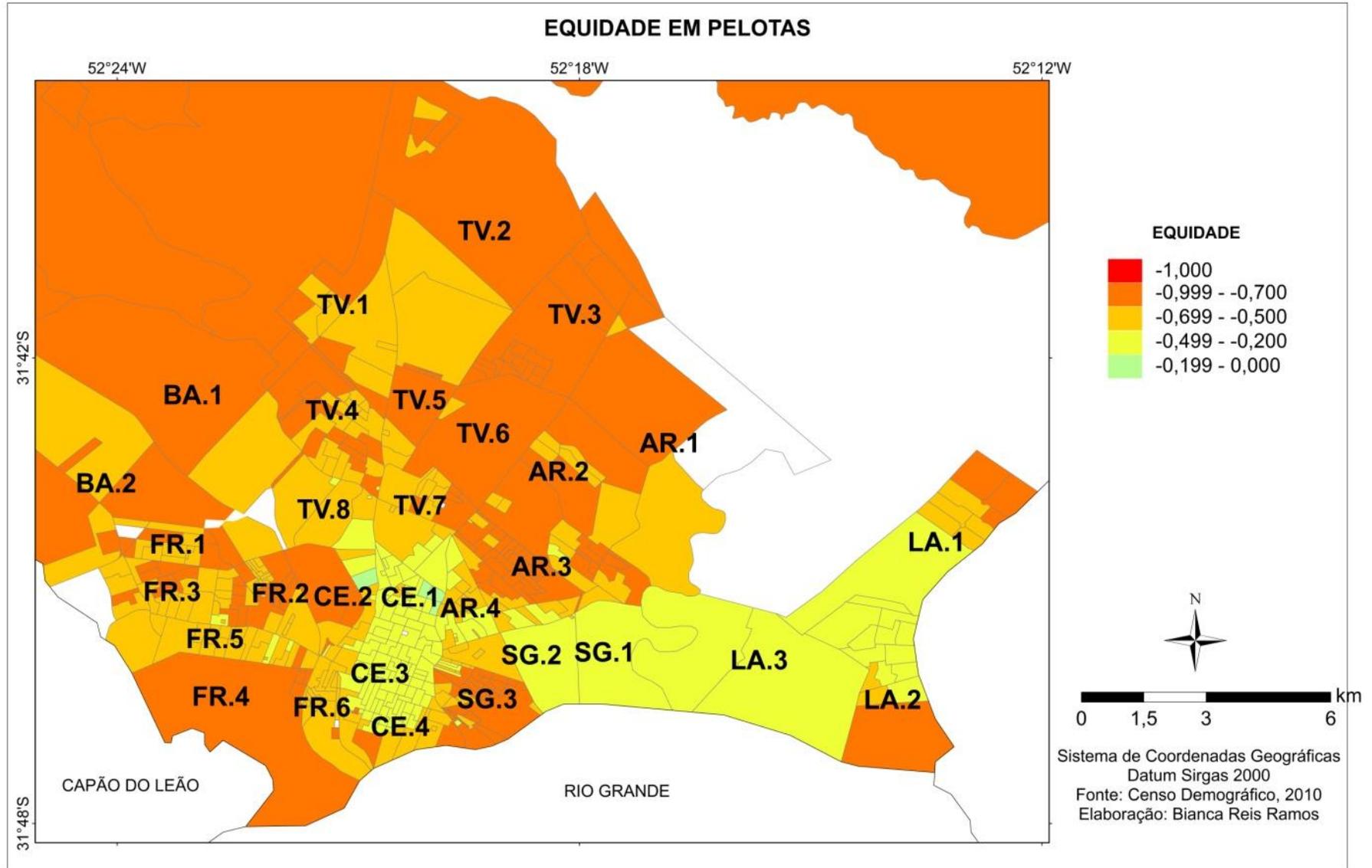
APÊNDICE D1- Arroio do Padre: Dimensão de Equidade.



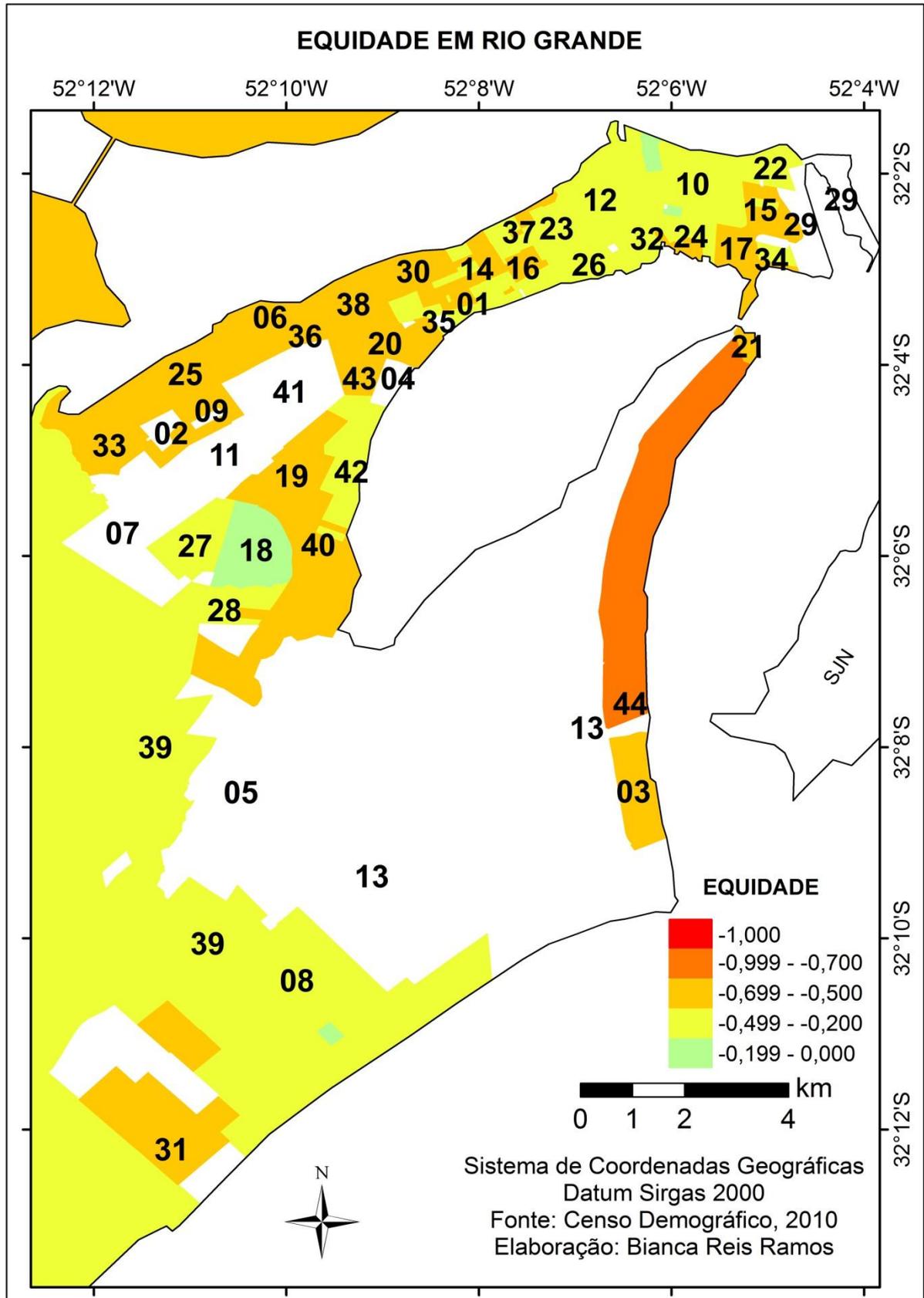
APÊNDICE D2- Capão do Leão: Dimensão de Equidade.



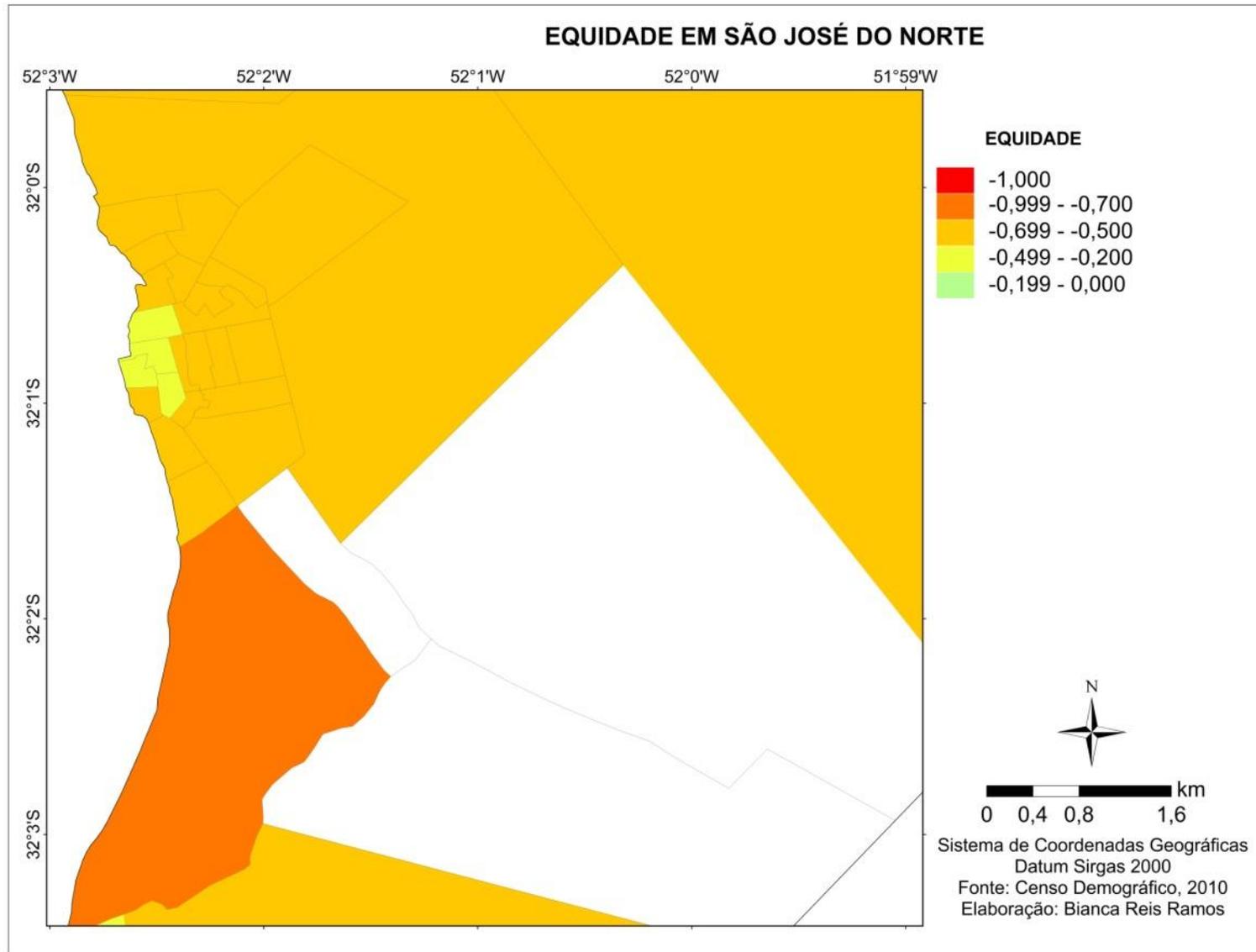
APÊNDICE D3- Pelotas: Dimensão de Equidade.



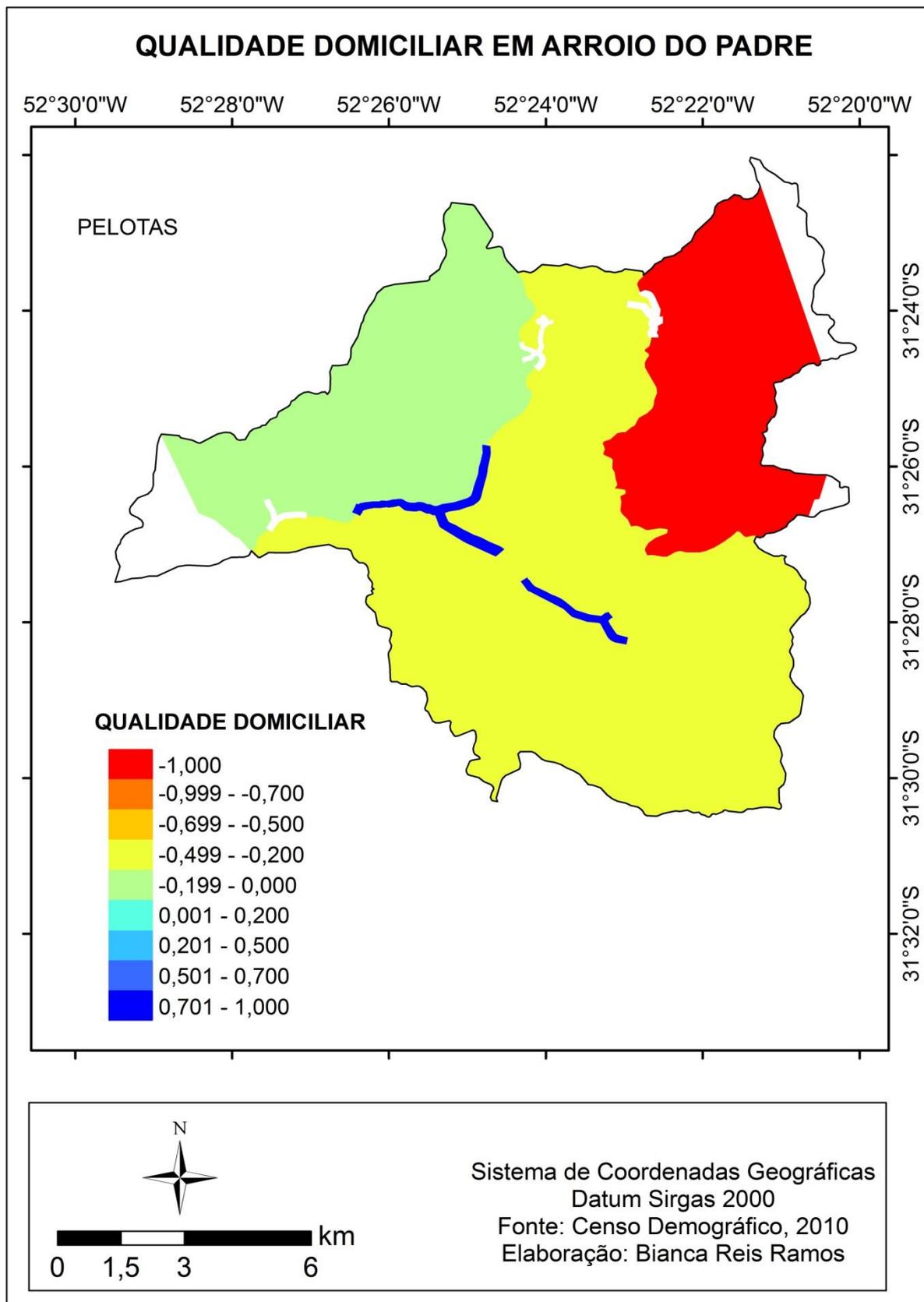
APÊNDICE D4- Rio Grande: Dimensão de Equidade.



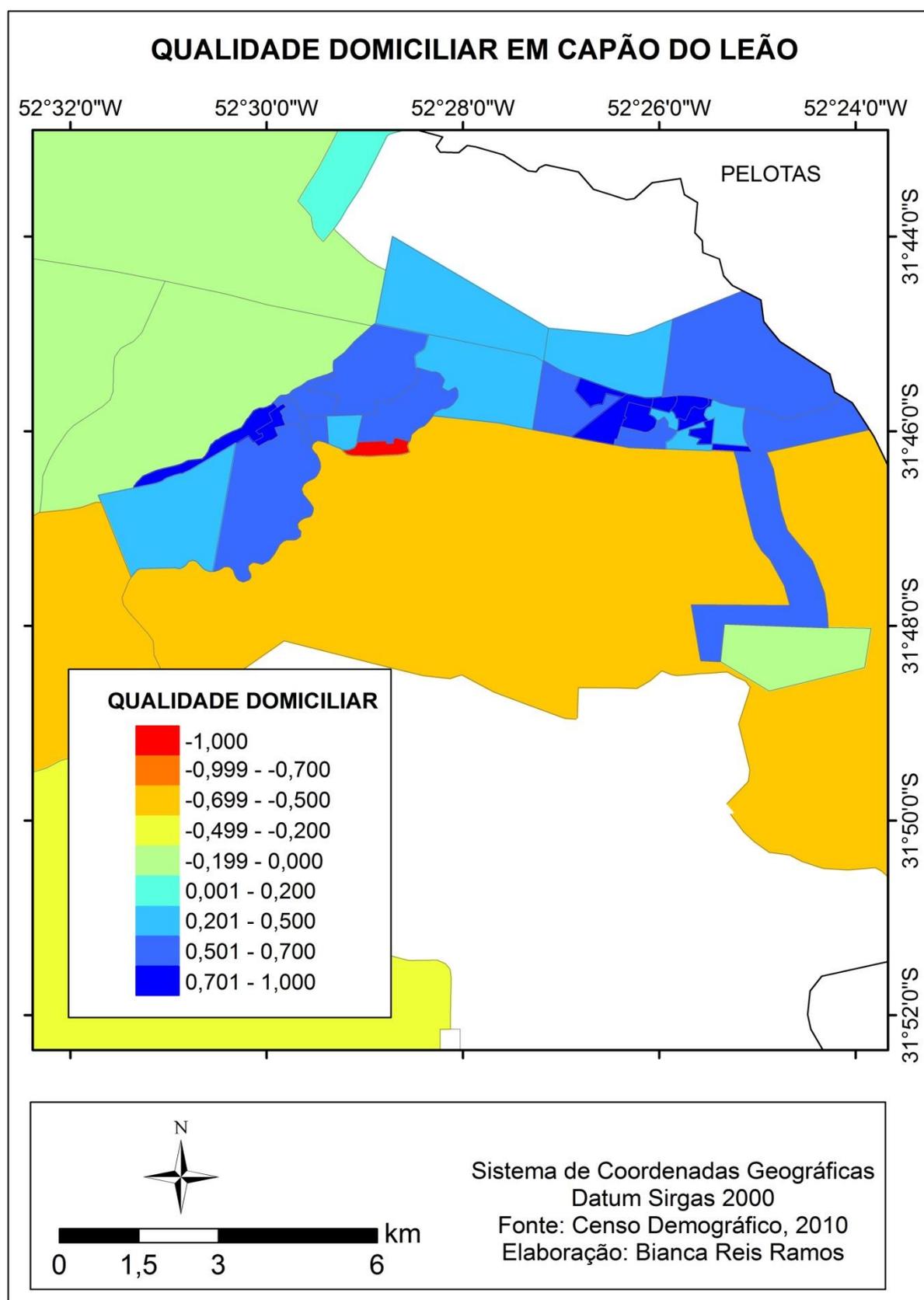
APÊNDICE D5- São José do Norte: Dimensão de Equidade.



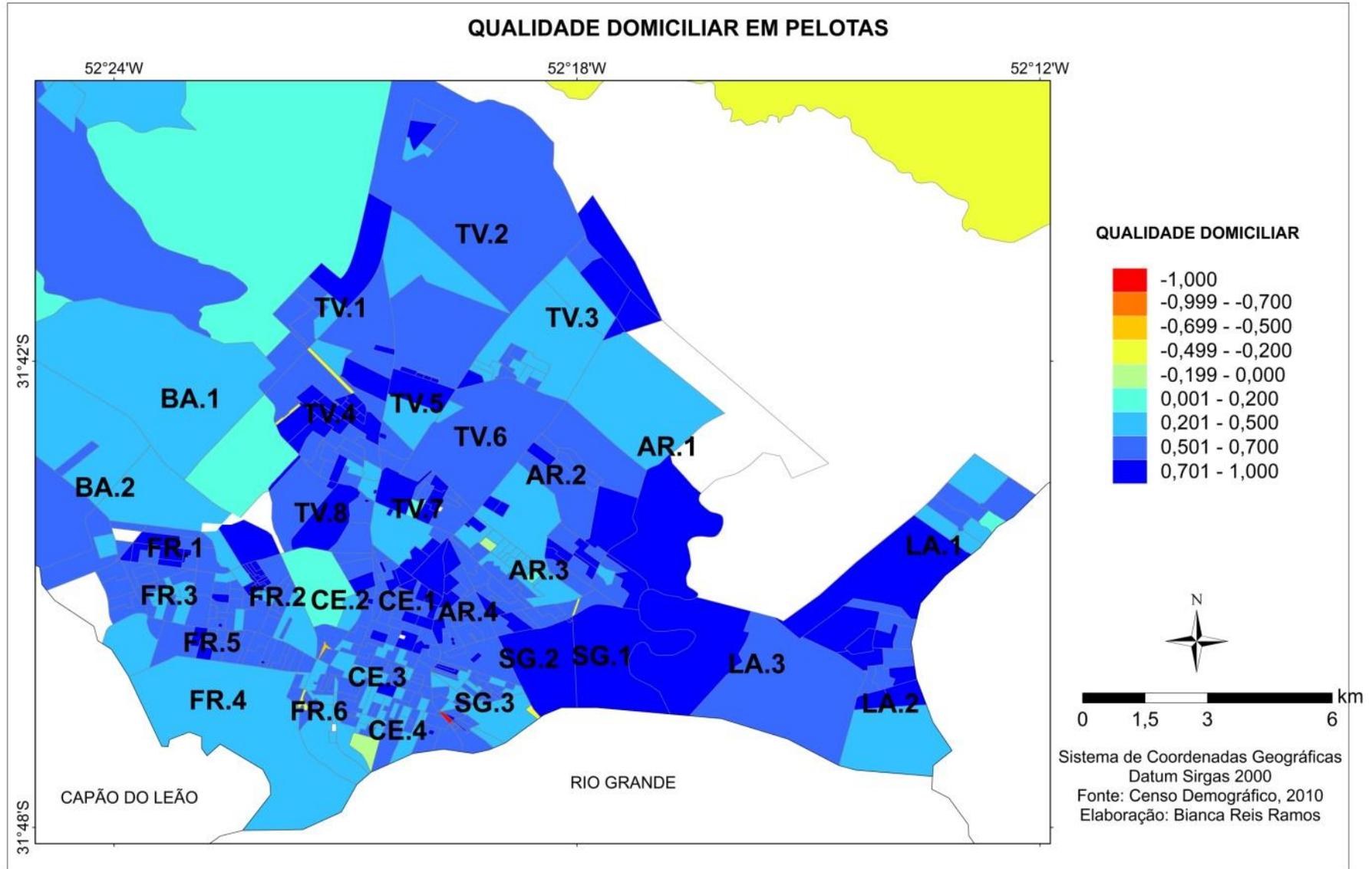
APÊNDICE E1- Arroio do Padre: Dimensão de Qualidade Domiciliar.



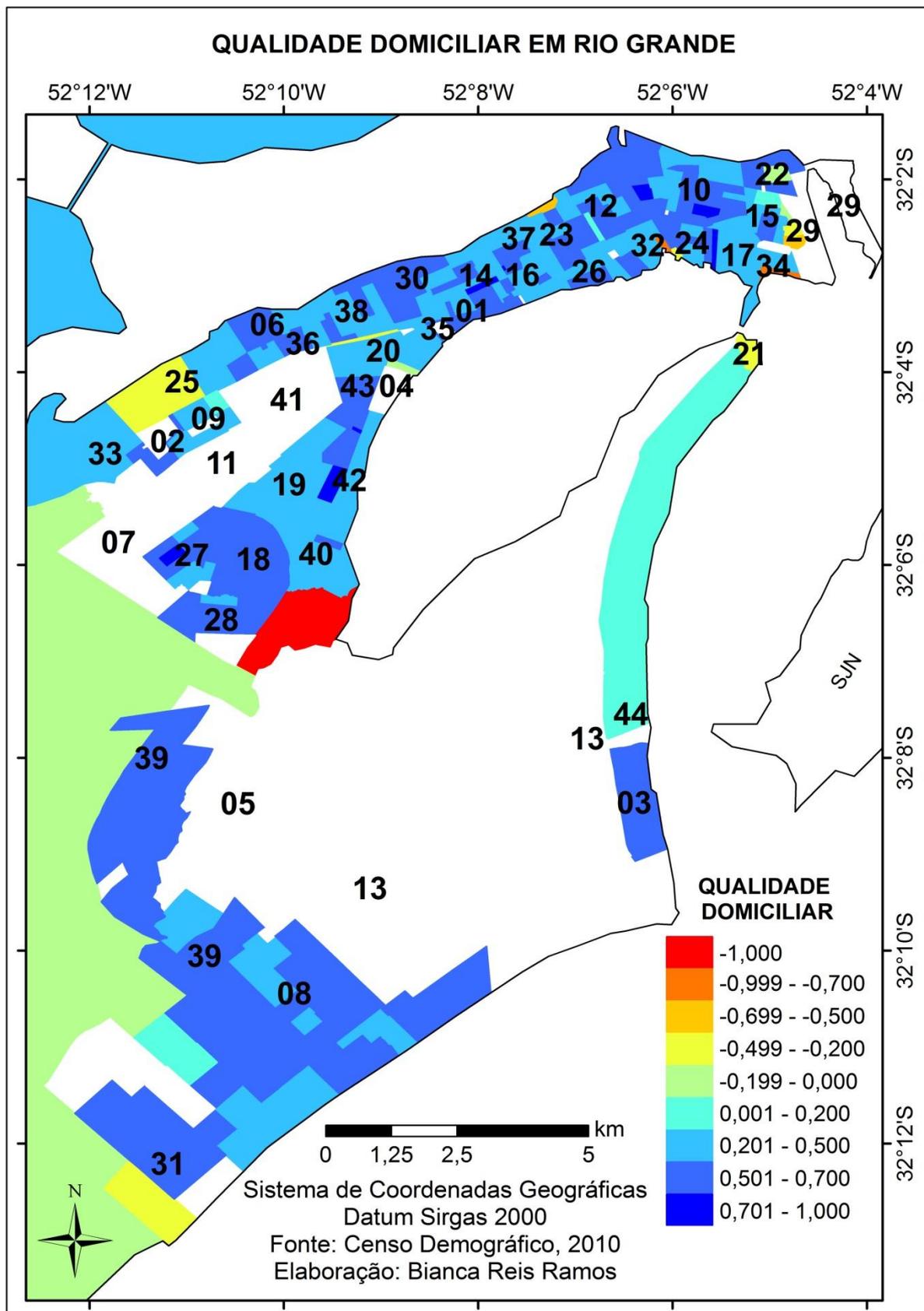
APÊNDICE E2- Capão do Leão: Dimensão de Qualidade Domiciliar.



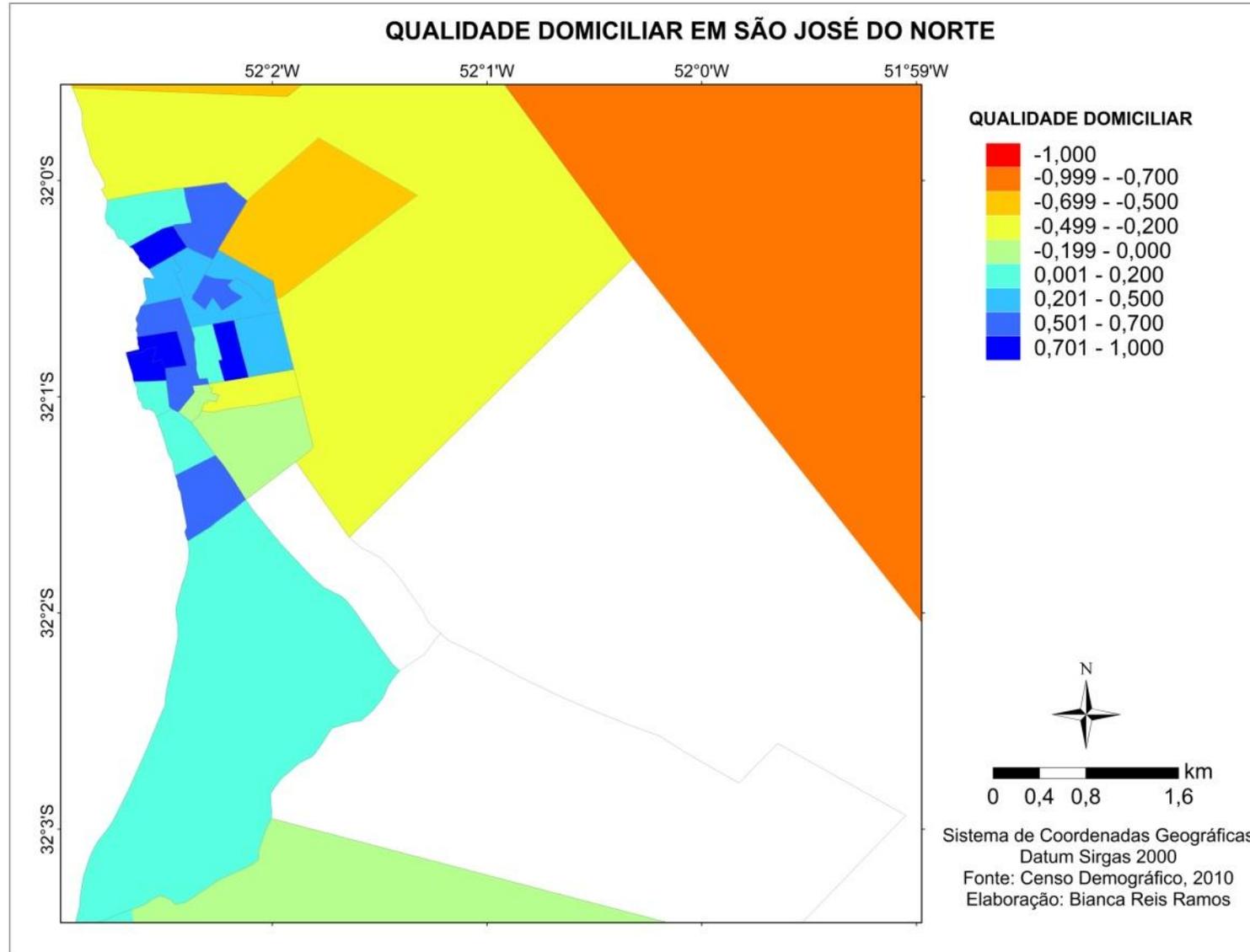
APÊNDICE E3- Pelotas: Dimensão de Qualidade Domiciliar.



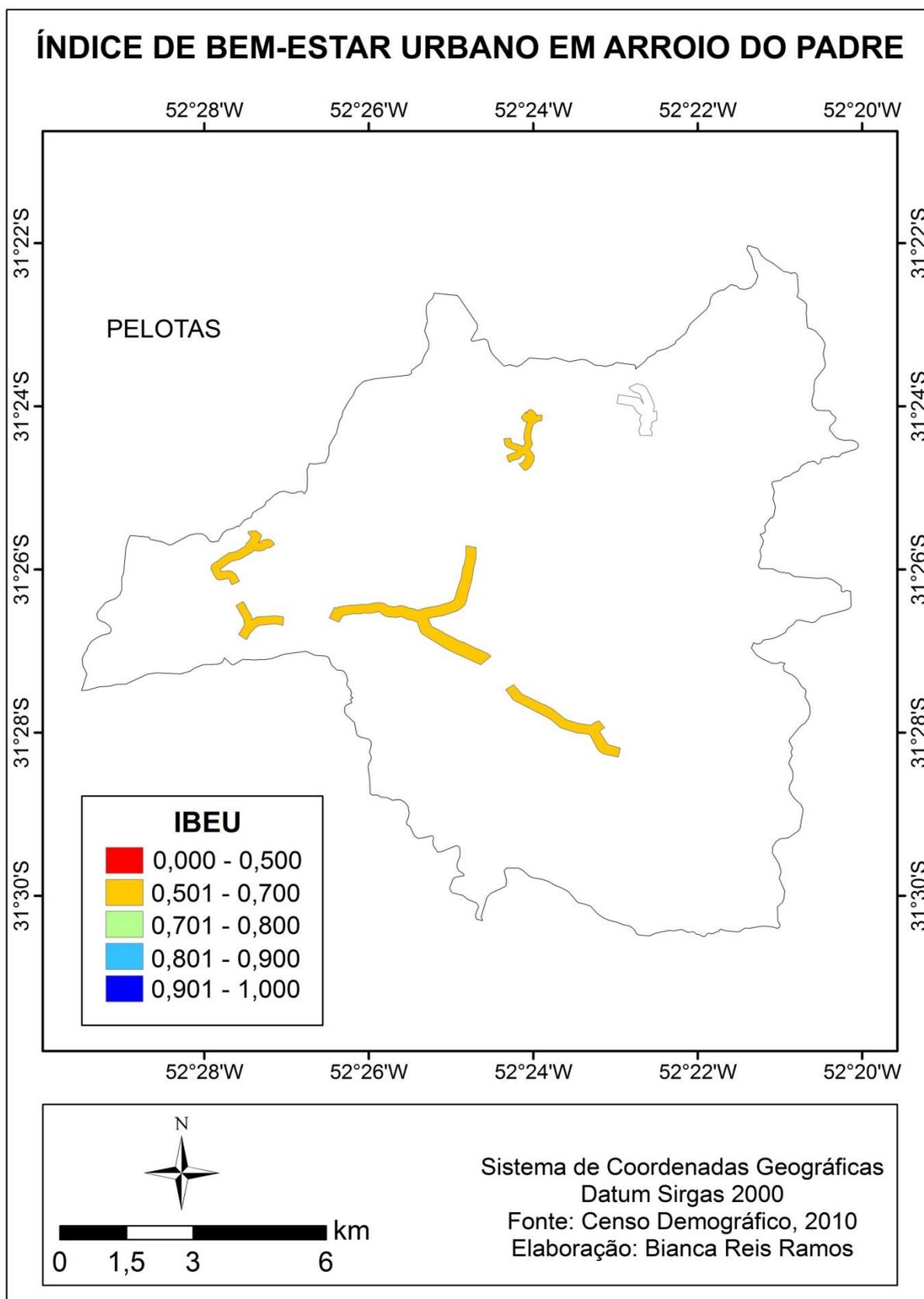
APÊNDICE E4- Rio Grande: Dimensão de Qualidade Domiciliar.



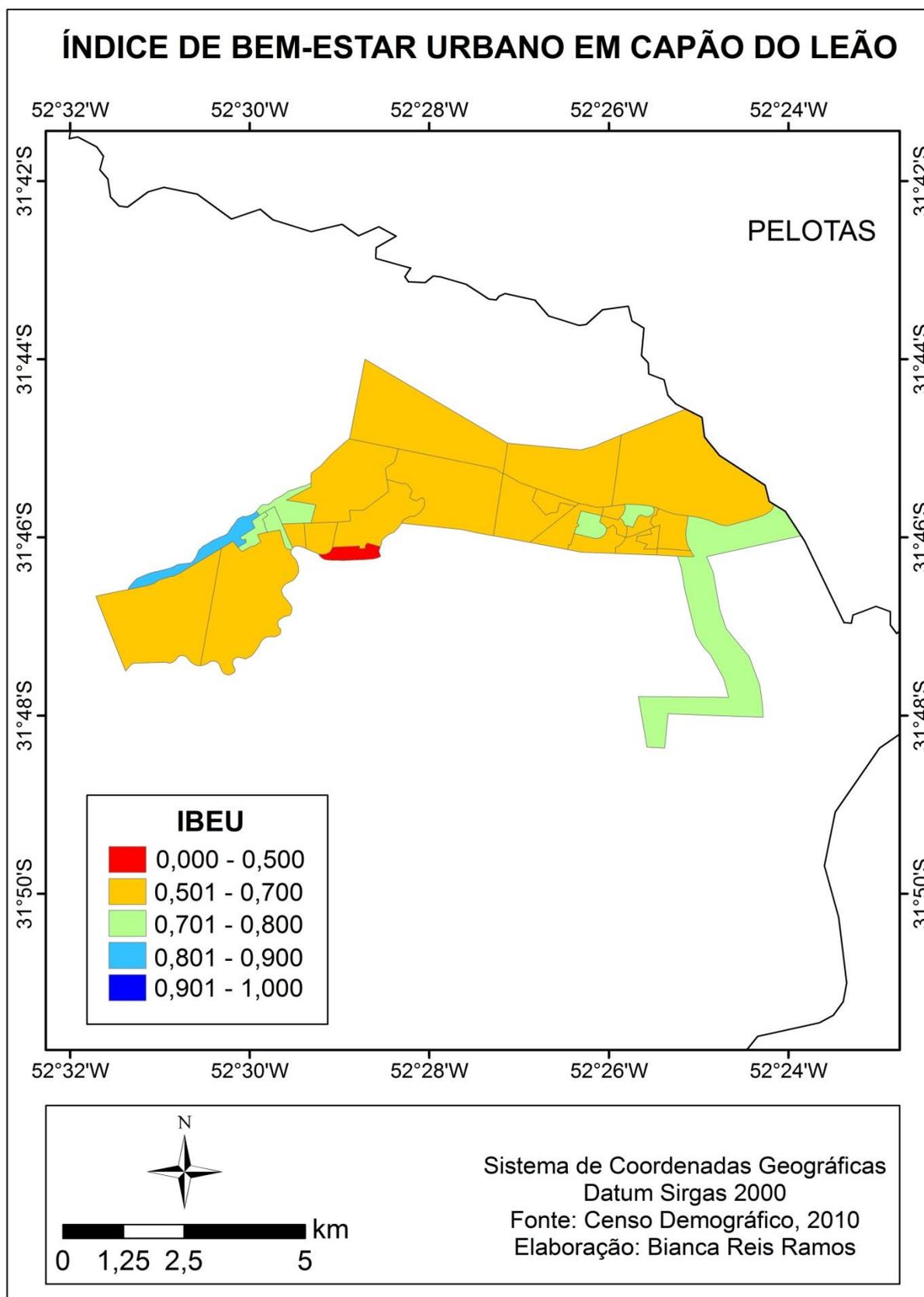
APÊNDICE E5- São José do Norte: Dimensão de Qualidade Domiciliar.



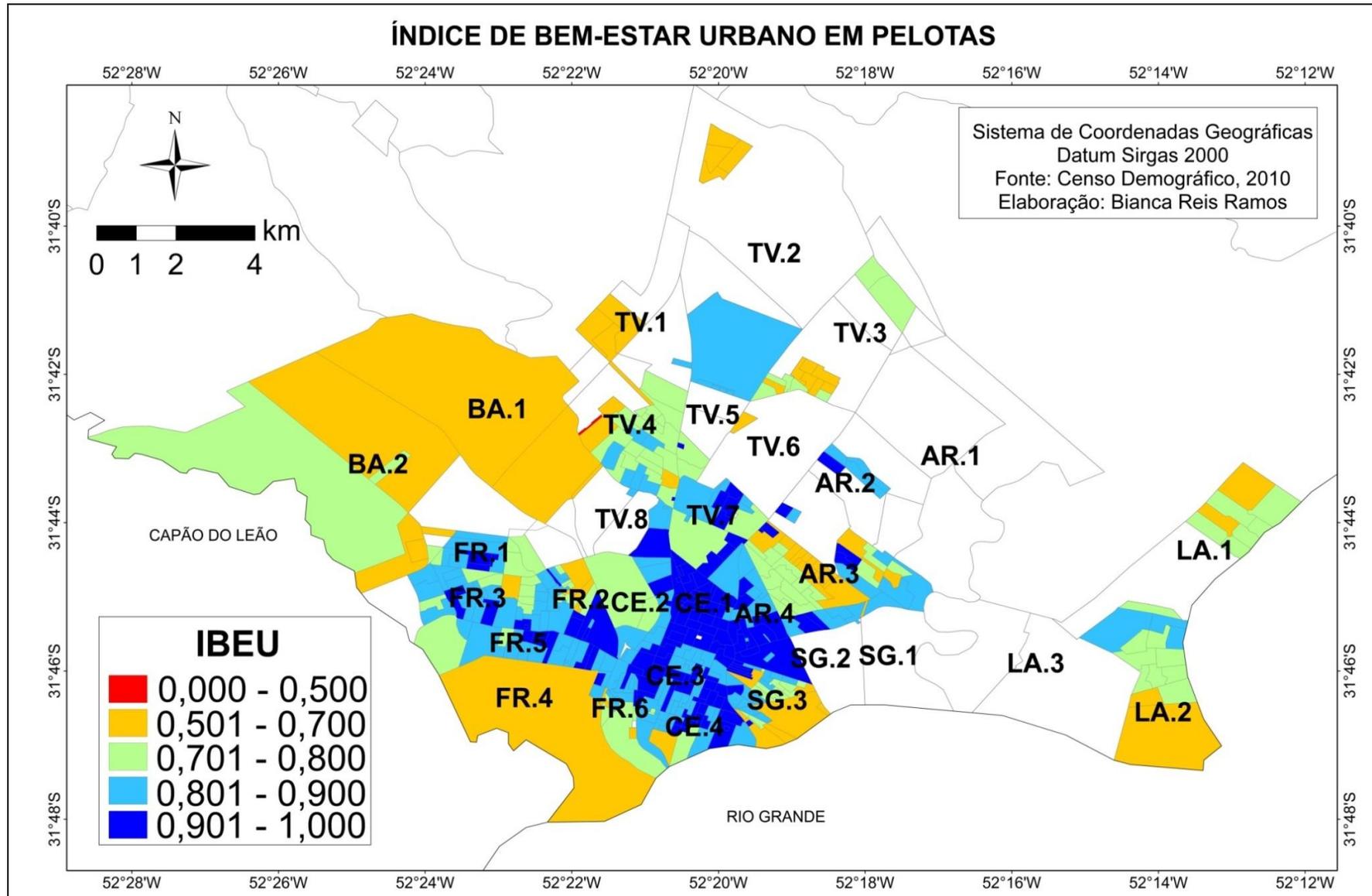
APÊNDICE F1- Arroio do Padre: Índice de Bem-Estar Urbano



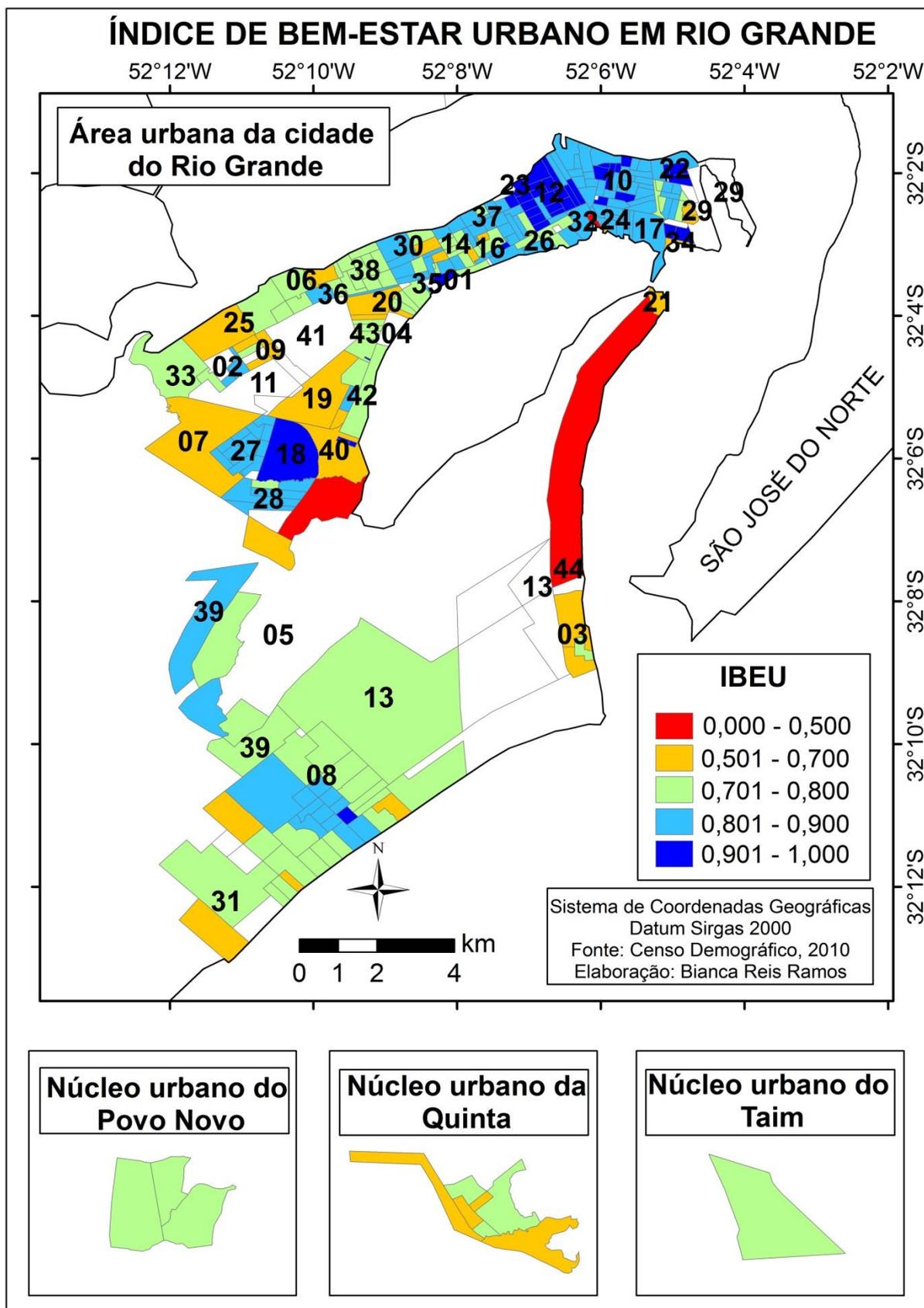
APÊNDICE F2- Capão do Leão: Índice de Bem-Estar Urbano



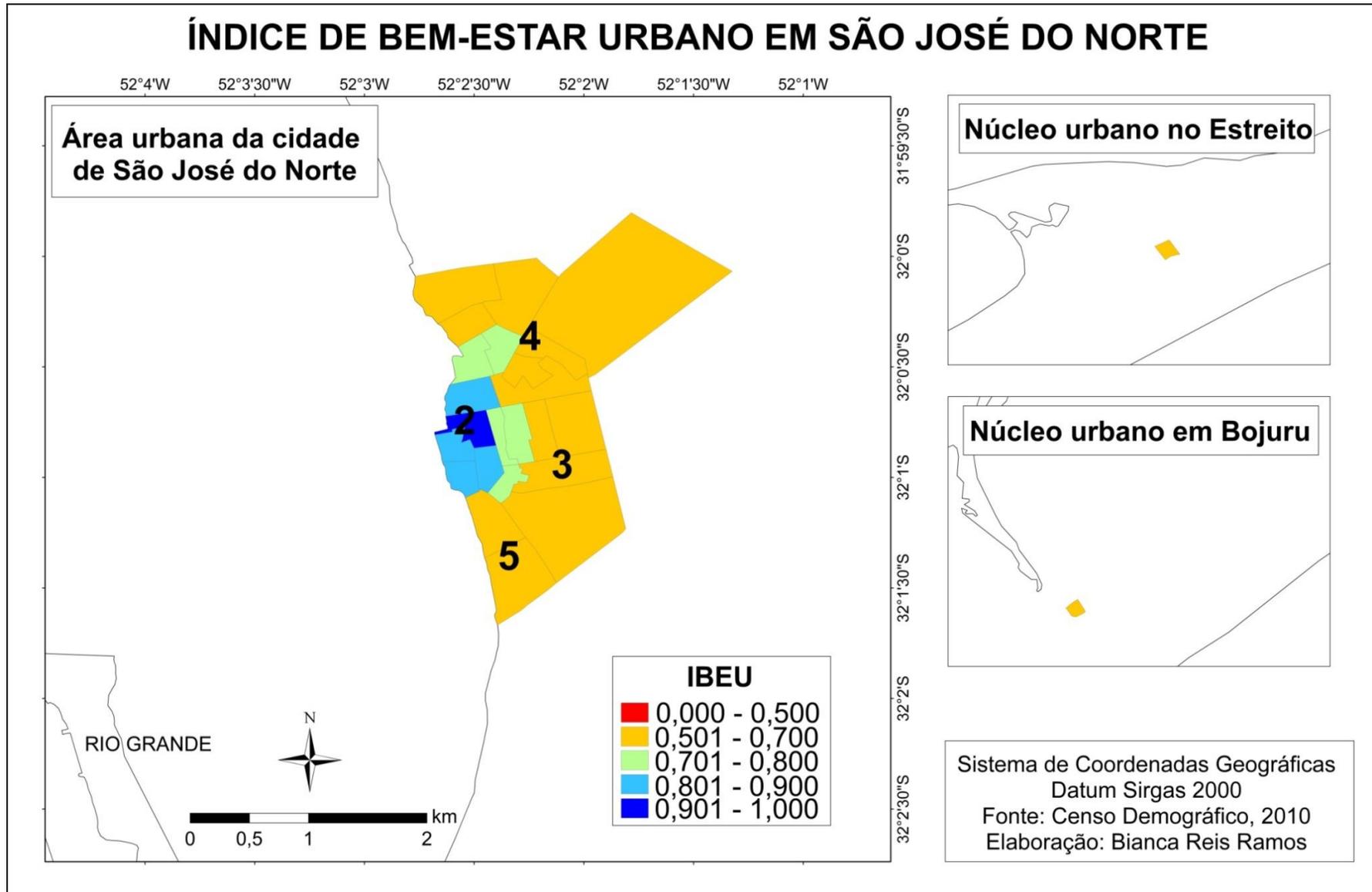
APÊNDICE F3- Pelotas: Índice de Bem-Estar Urbano



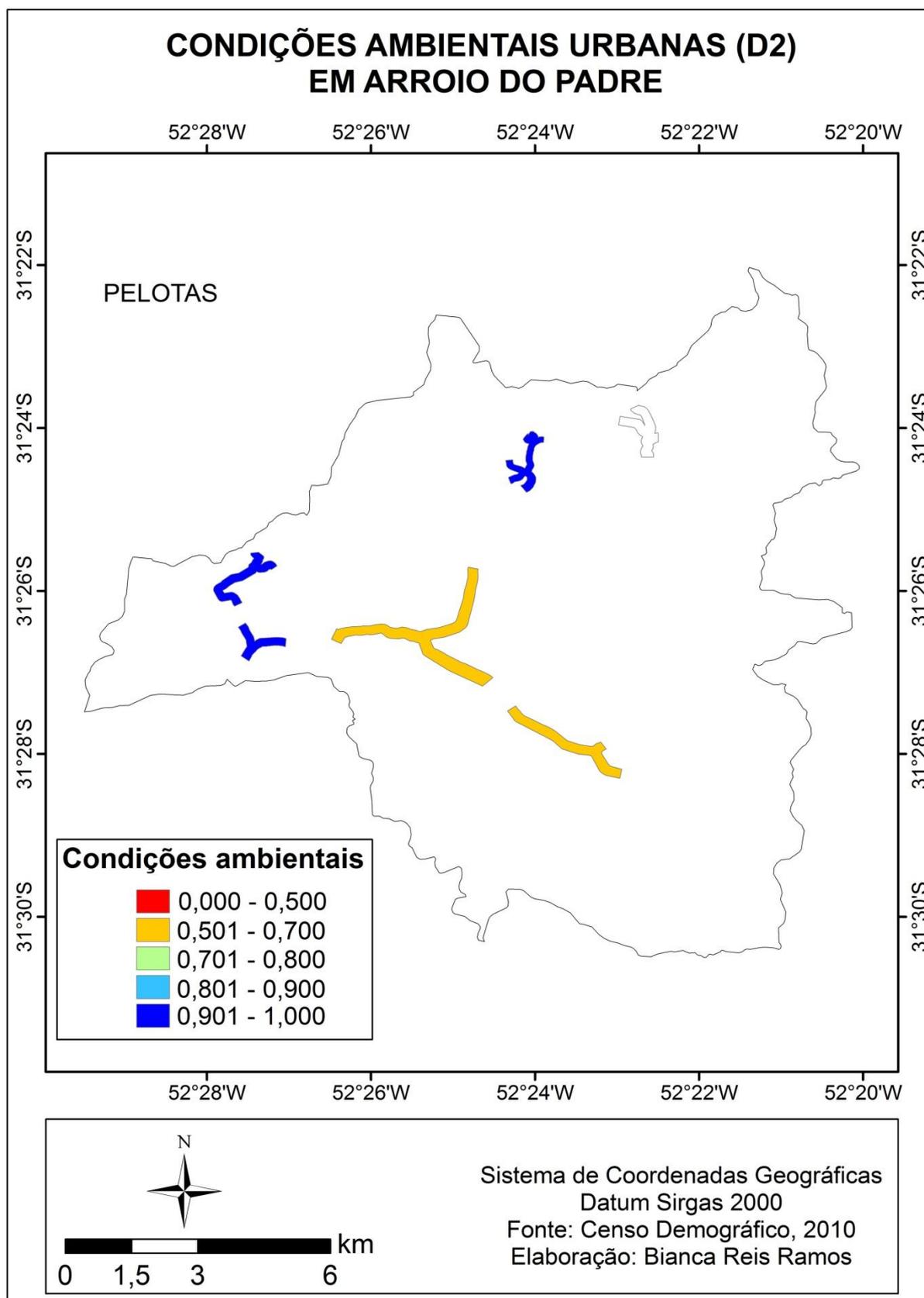
APÊNDICE F4- Rio Grande: Índice de Bem-Estar Urbano



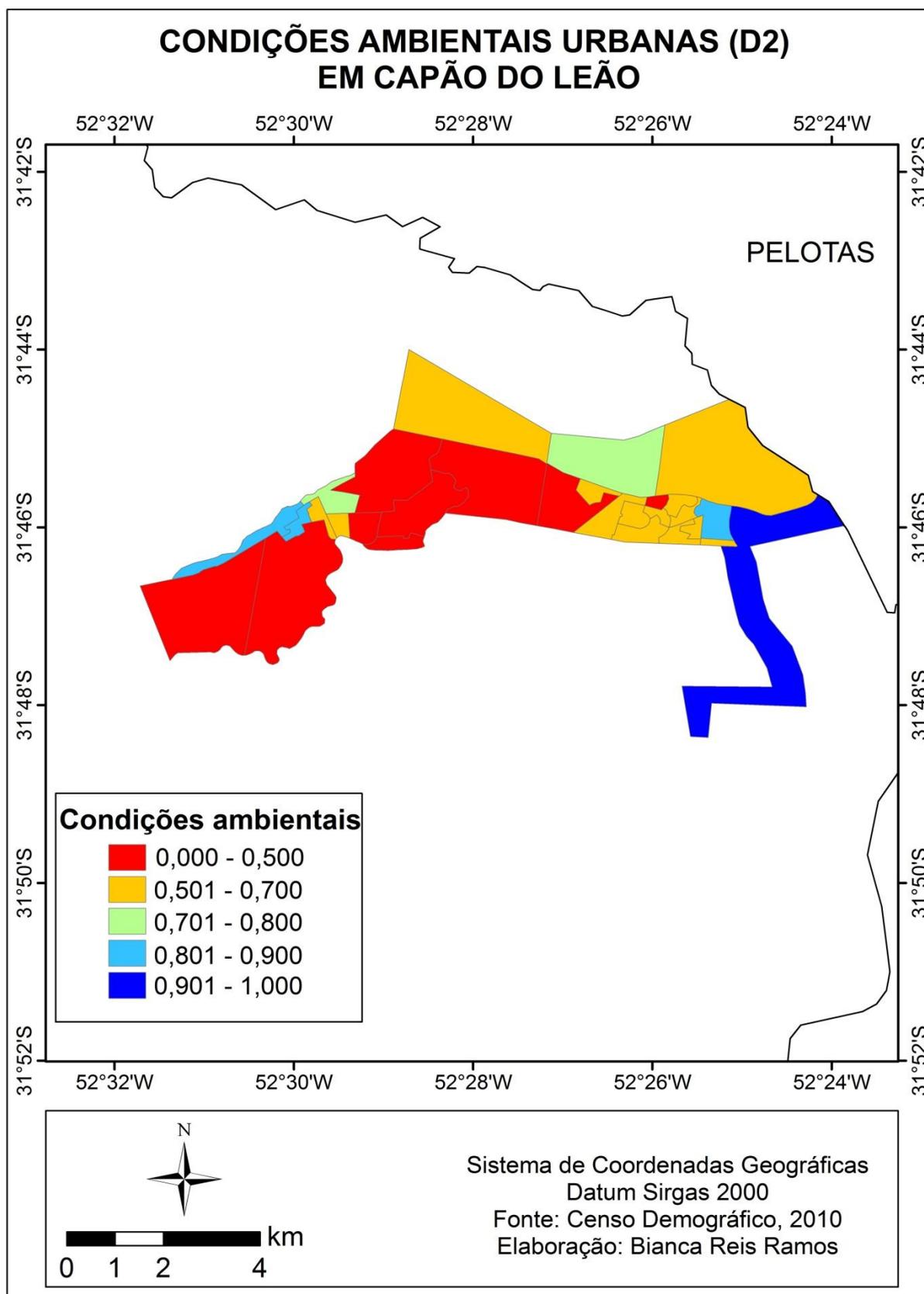
APÊNDICE F5- São José do Norte: Índice de Bem-Estar Urbano



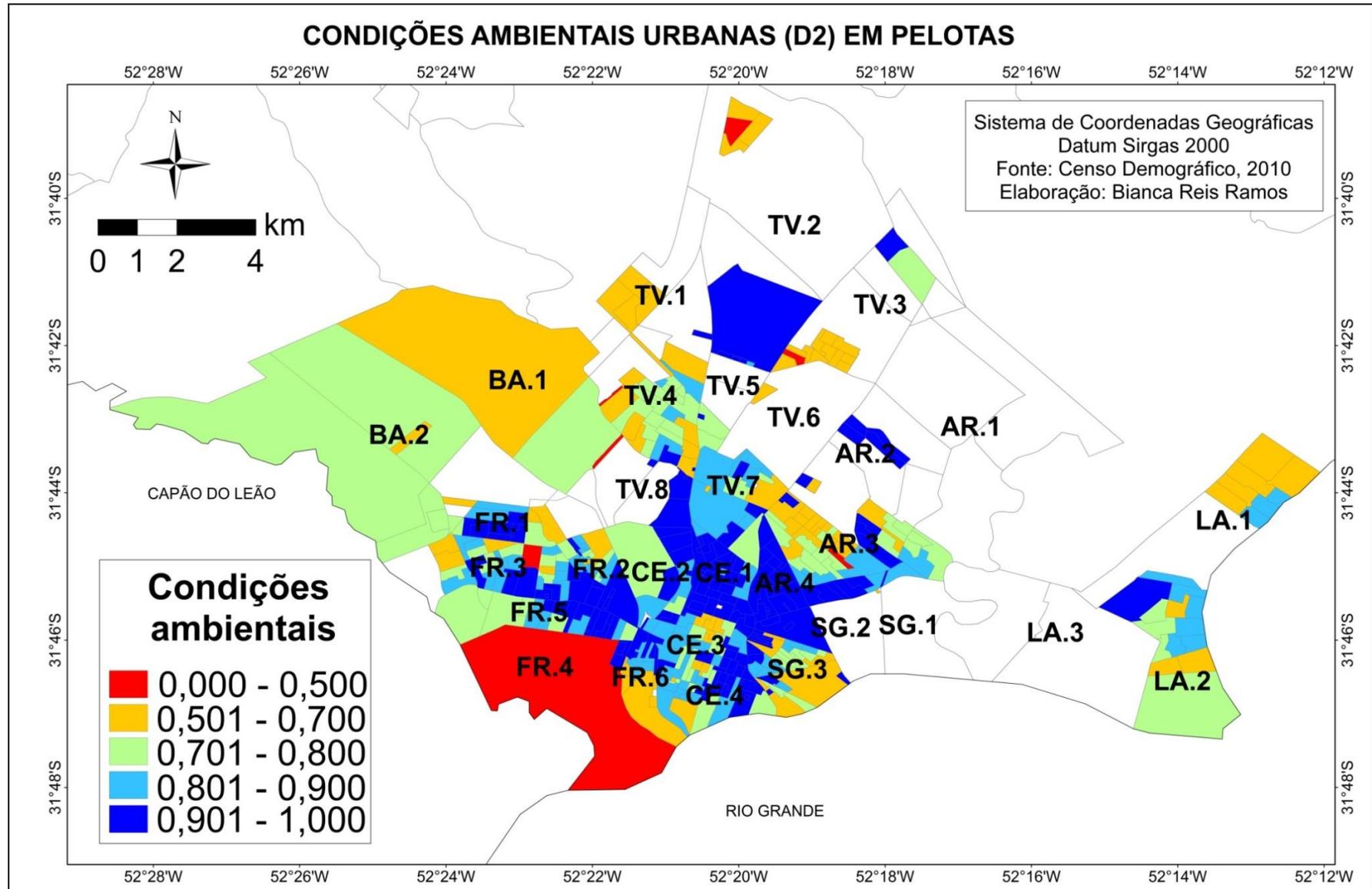
APÊNDICE G1- Arroio do Padre: Dimensão das Condições Ambientais Urbanas



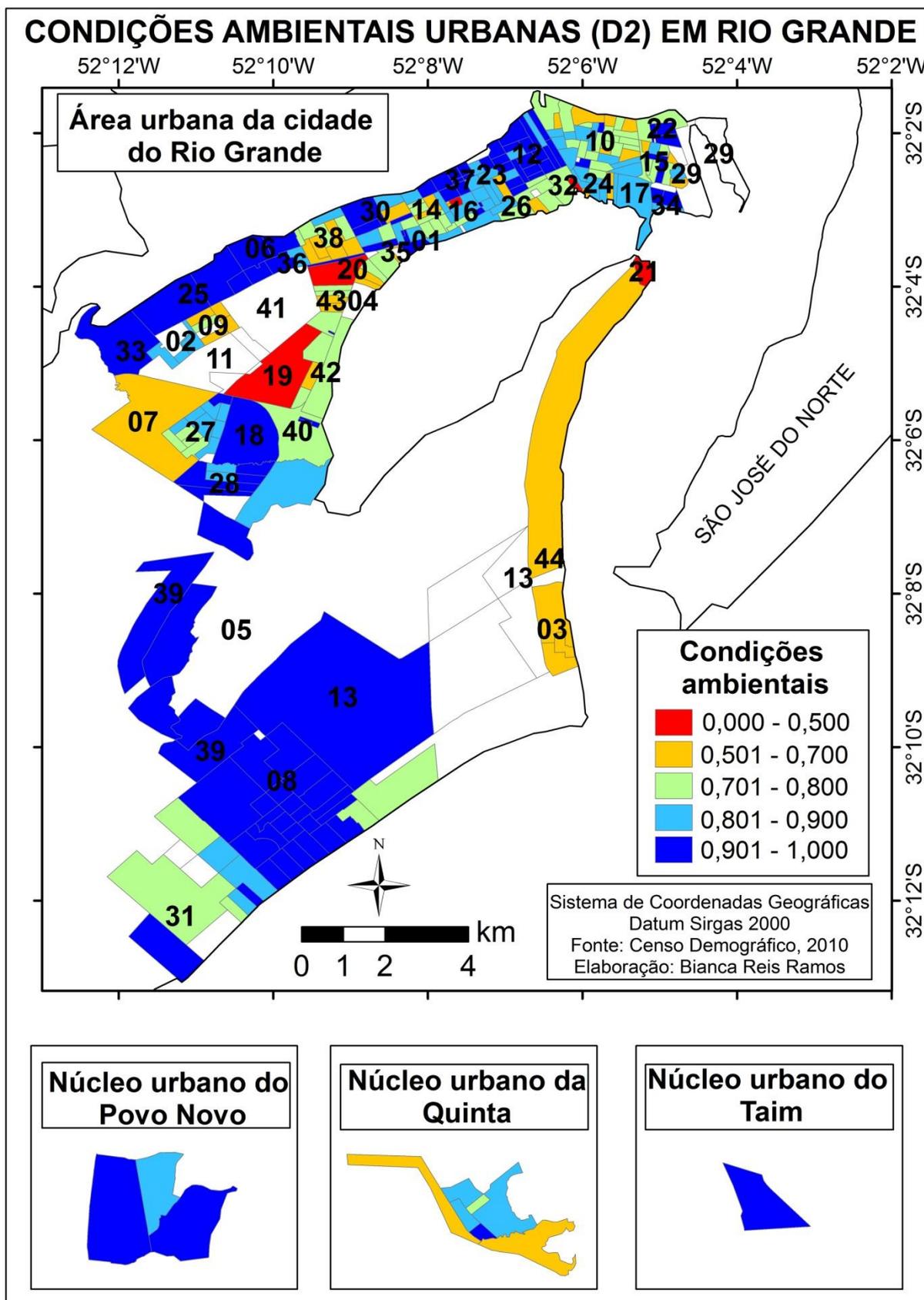
APÊNDICE G2- Capão do Leão: Dimensão das Condições Ambientais Urbanas



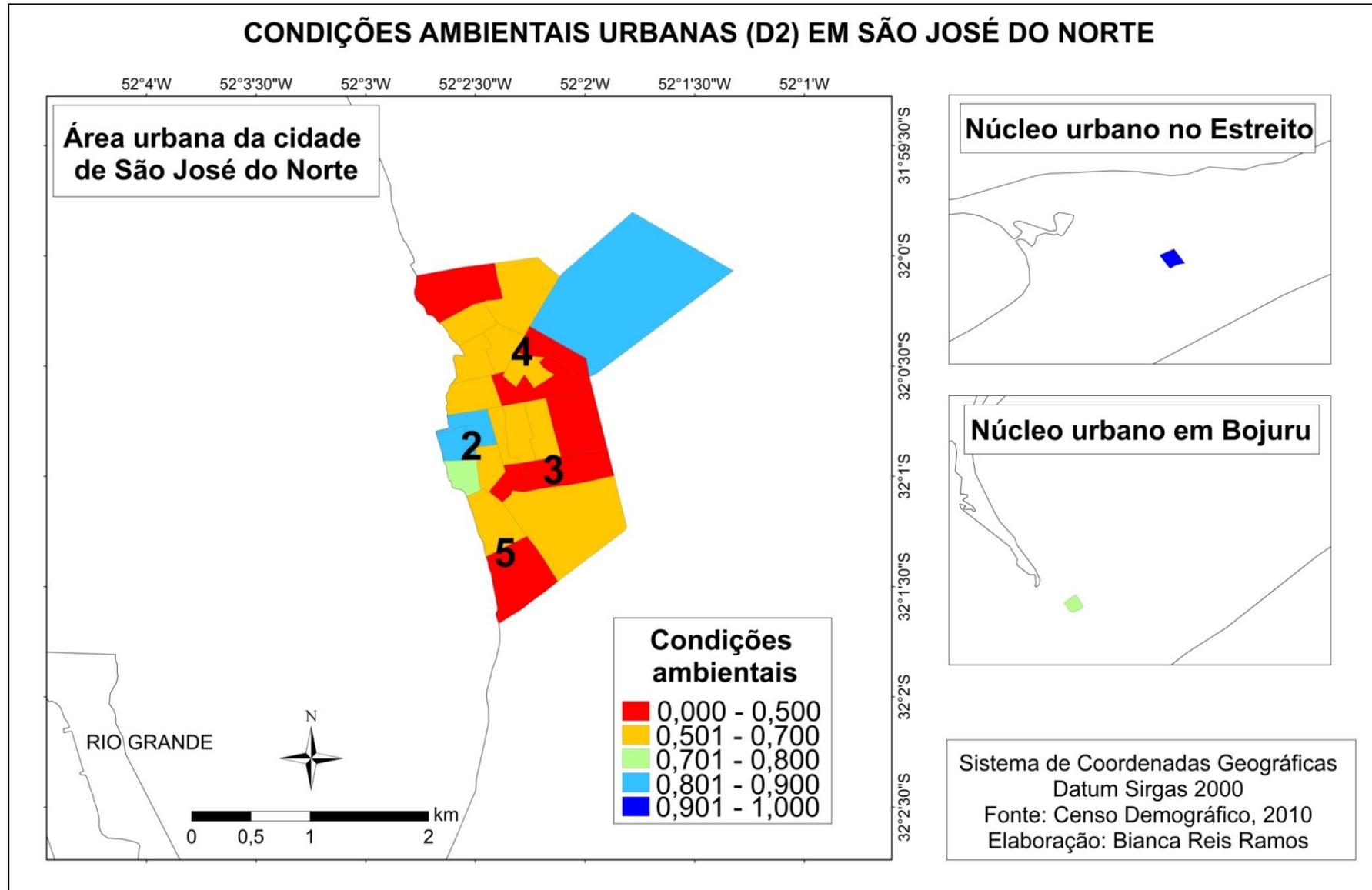
APÊNDICE G3- Pelotas: Dimensão das Condições Ambientais Urbanas



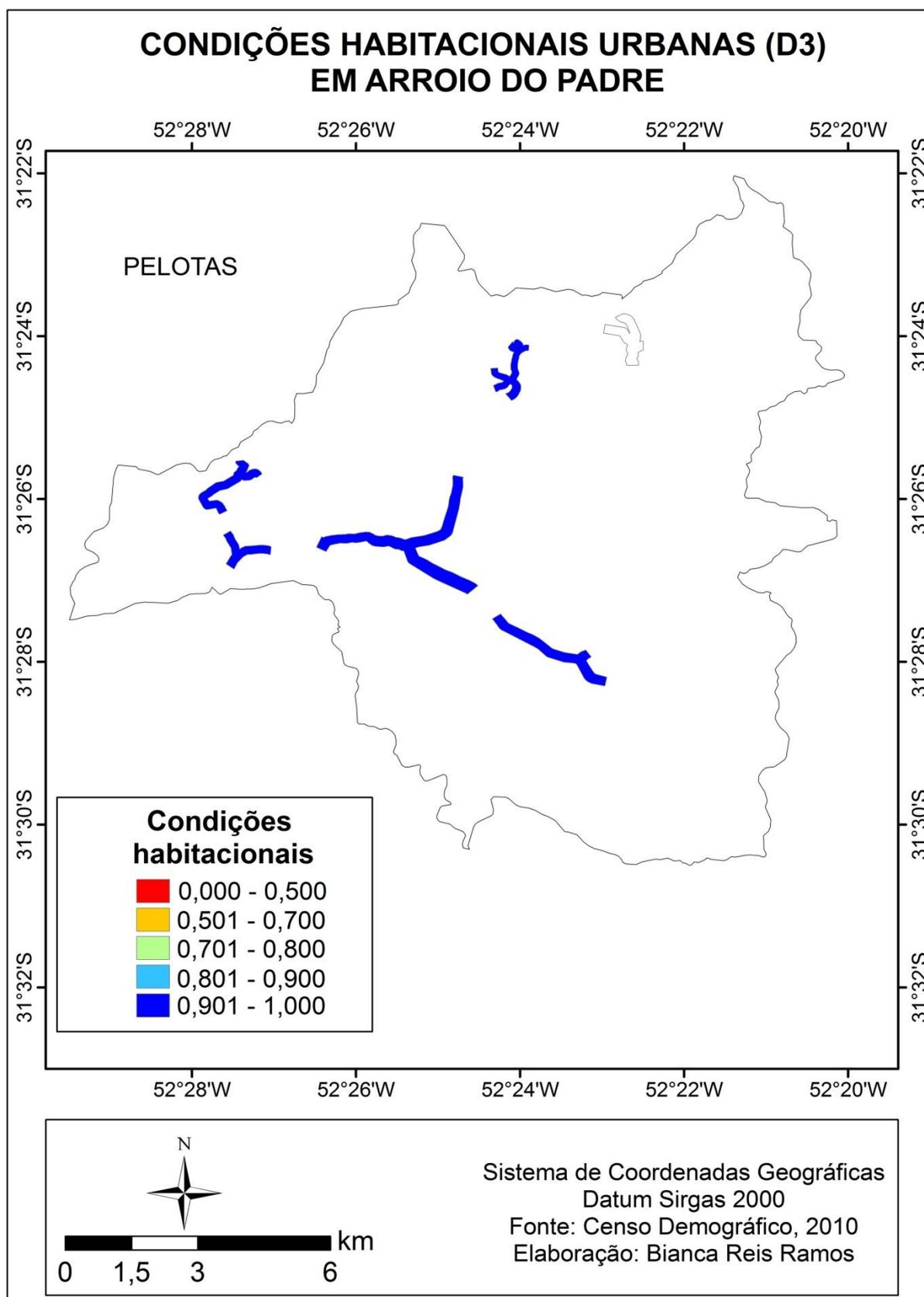
APÊNDICE G4- Rio Grande: Dimensão das Condições Ambientais Urbanas



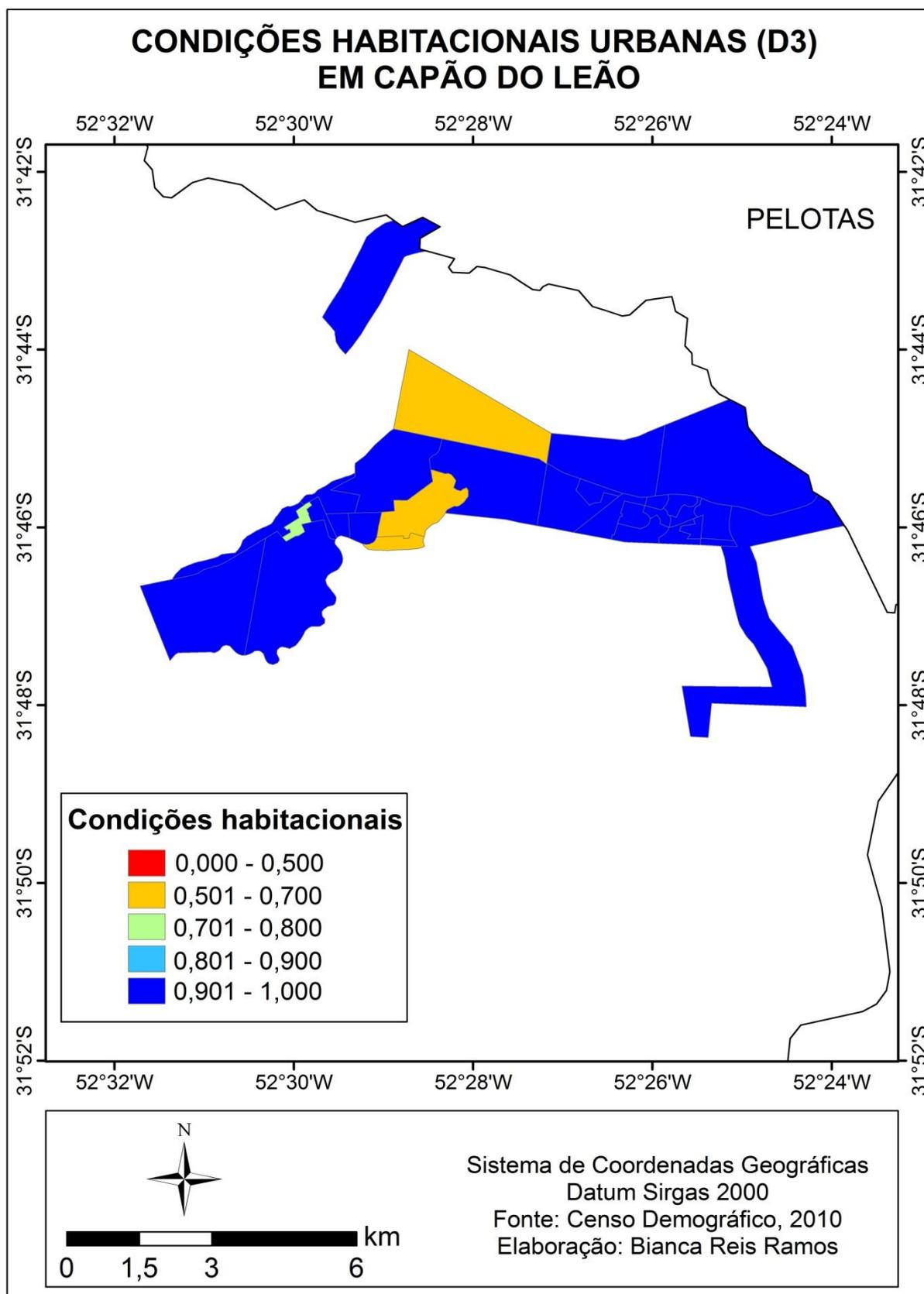
APÊNDICE G5- São José do Norte: Dimensão das Condições Ambientais Urbanas



APÊNDICE H1- Arroio do Padre: Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas

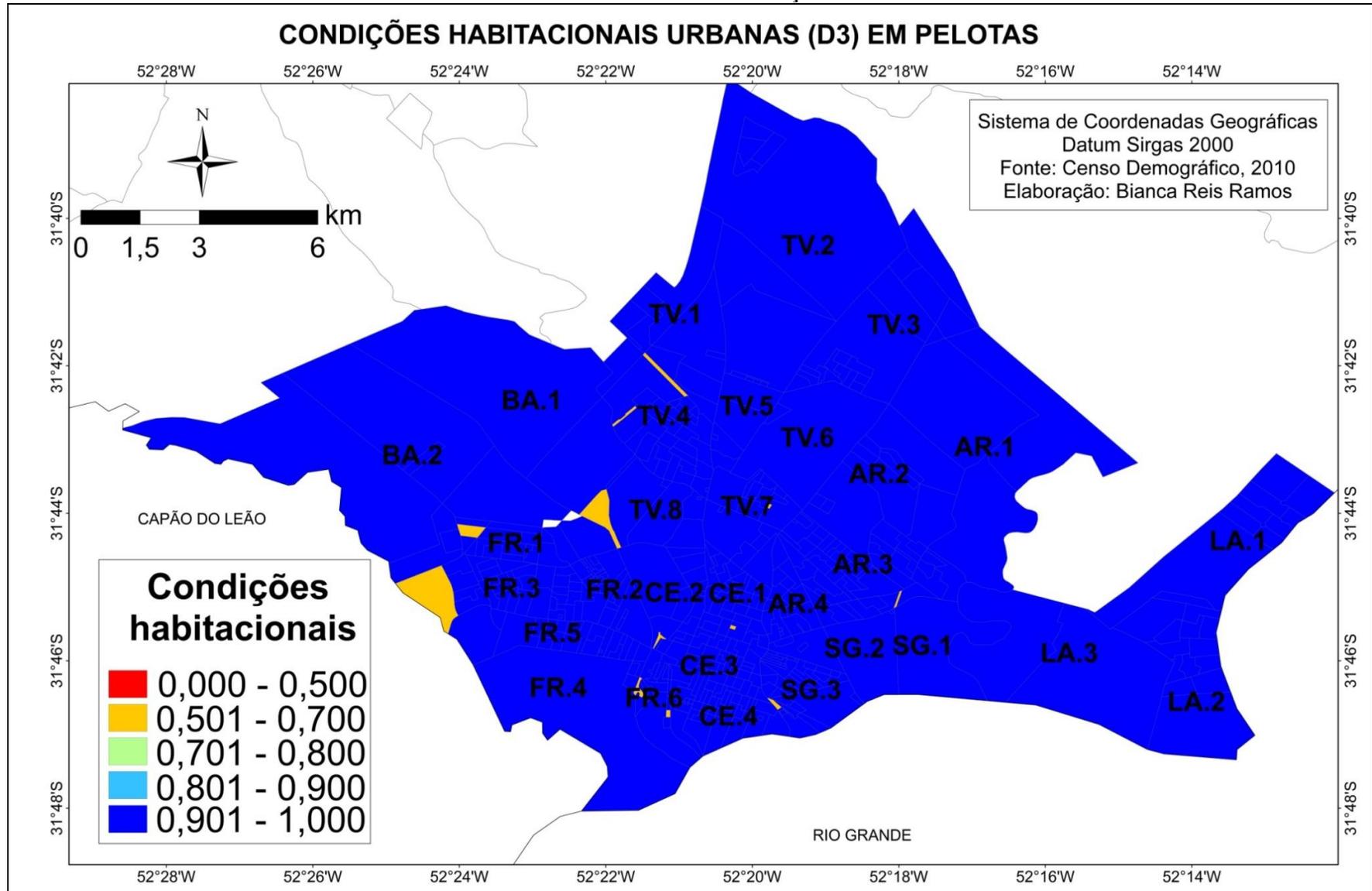


APÊNDICE H2- Capão do Leão: Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas

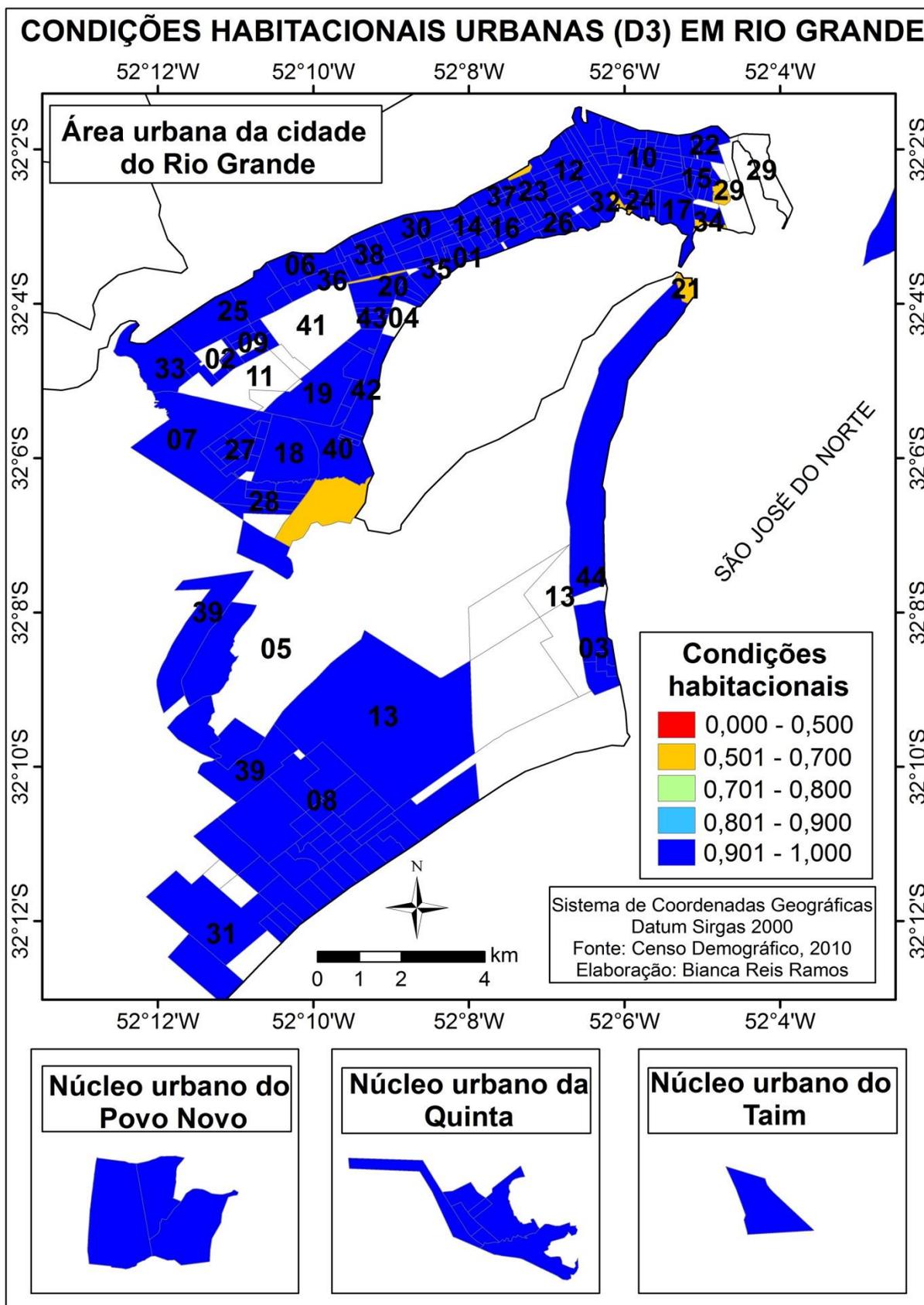


APÊNDICE H3- Pelotas: Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas

CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS (D3) EM PELOTAS

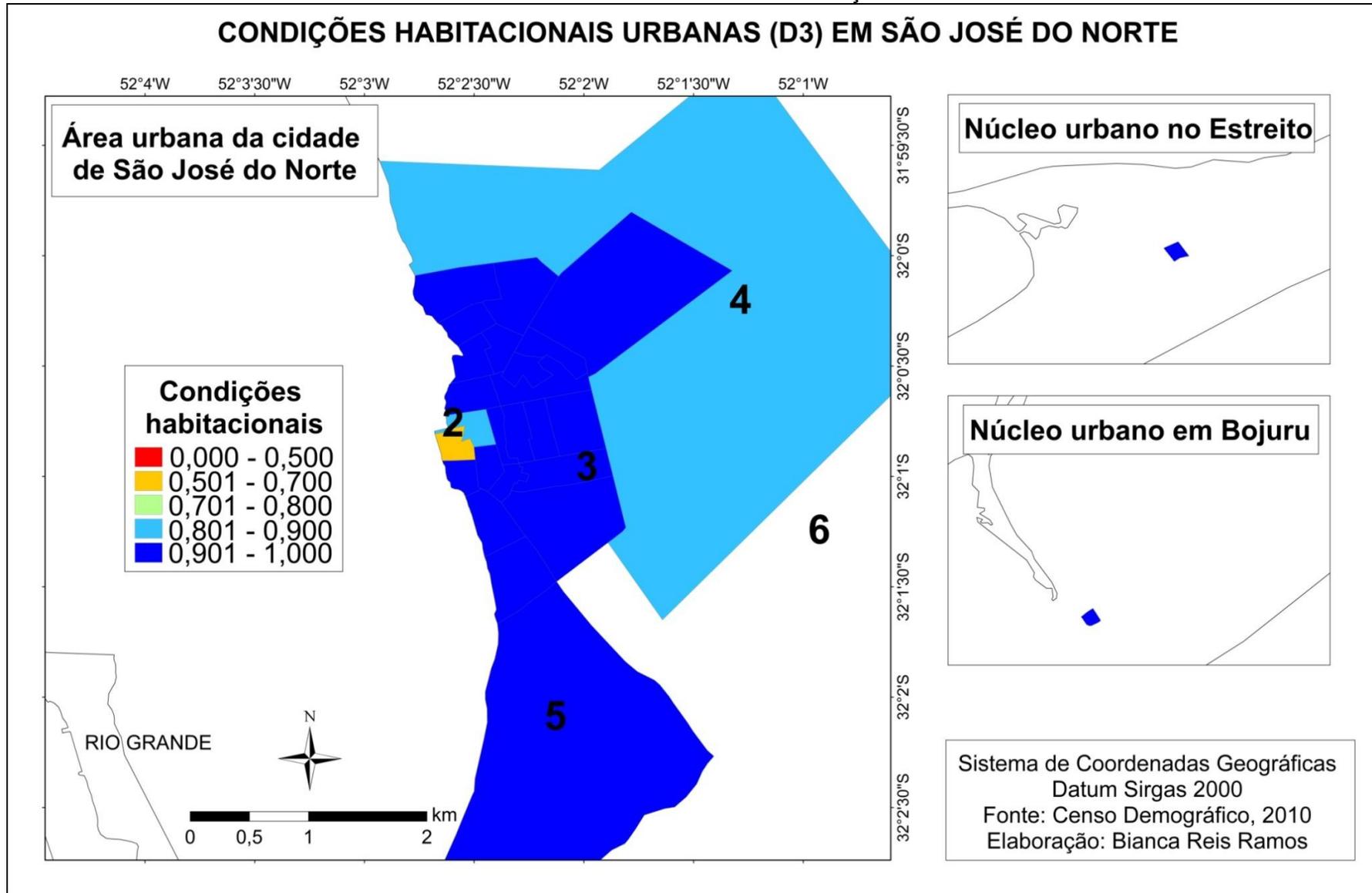


APÊNDICE H4- Rio Grande: Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas

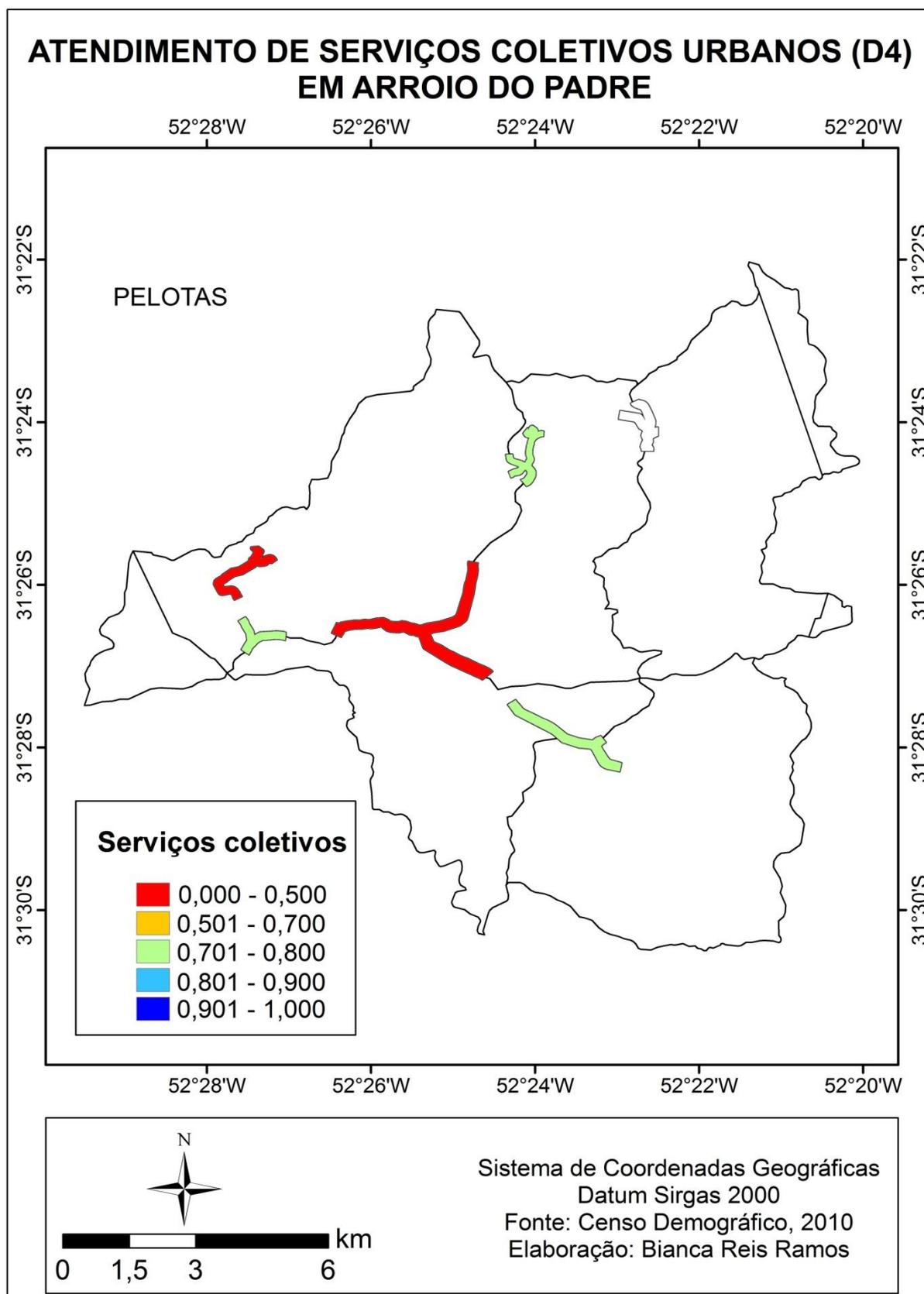


APÊNDICE H5- São José do Norte: Dimensão das Condições Habitacionais Urbanas

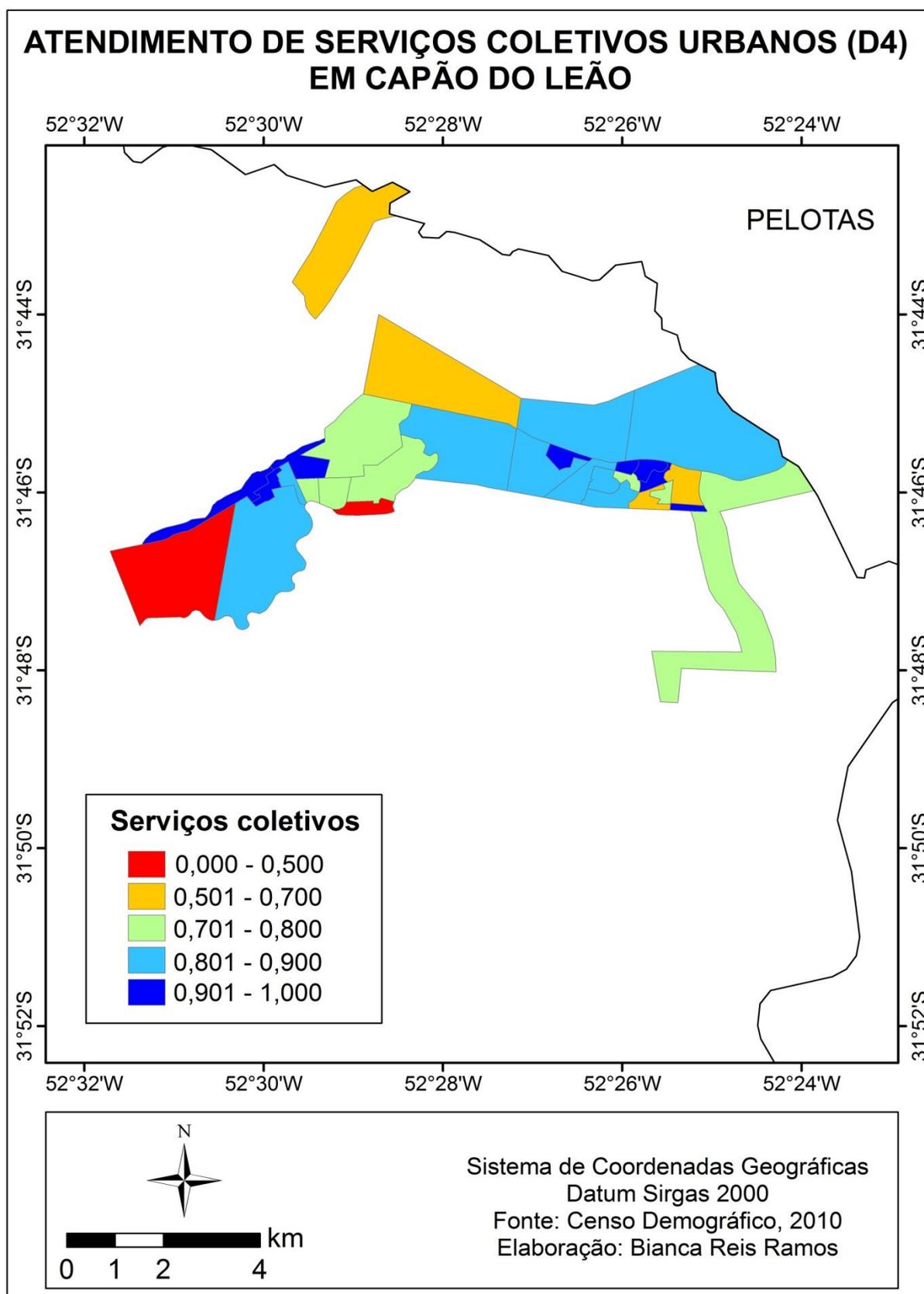
CONDIÇÕES HABITACIONAIS URBANAS (D3) EM SÃO JOSÉ DO NORTE



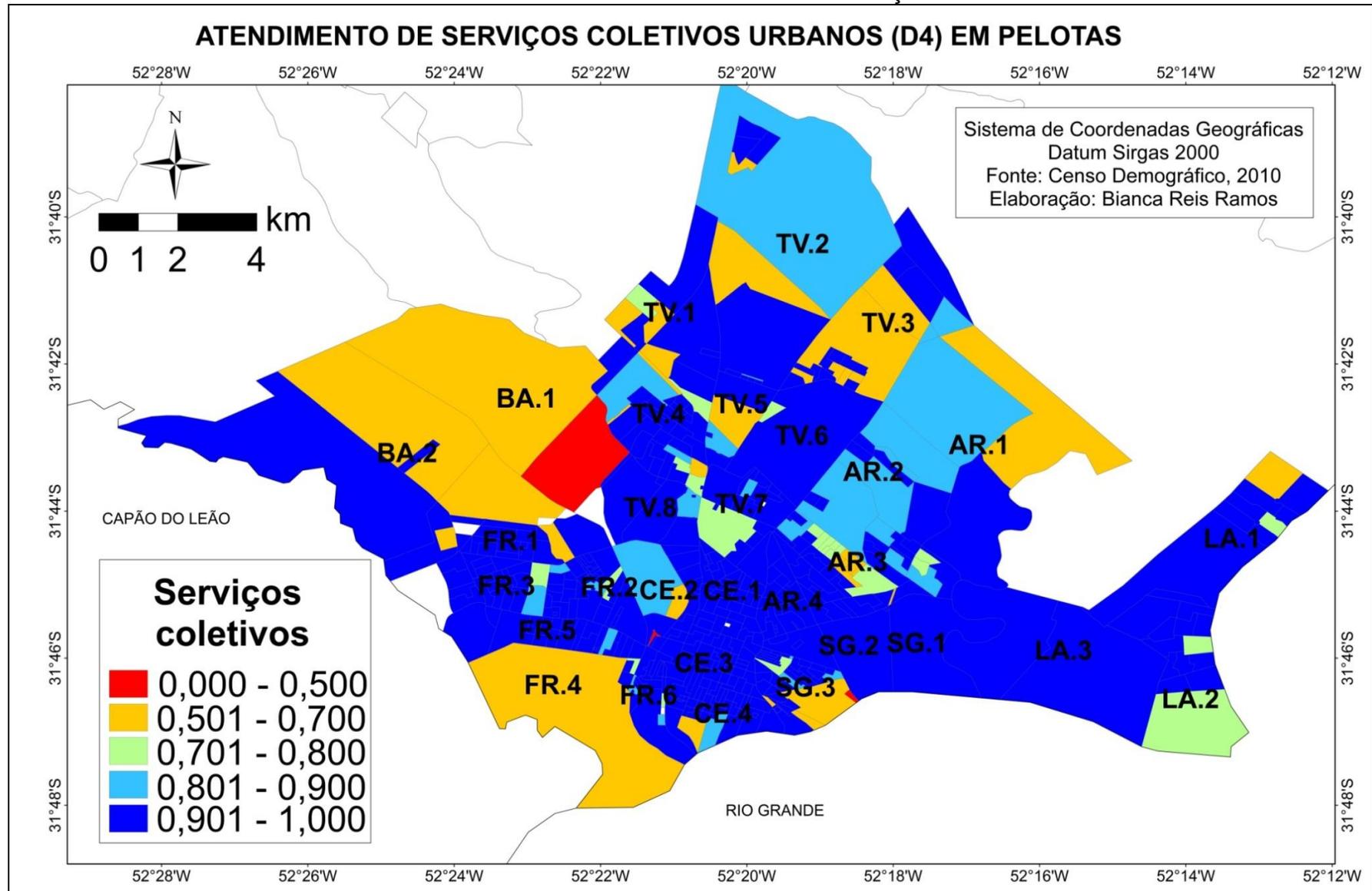
APÊNDICE I1- Arroio do Padre: Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos



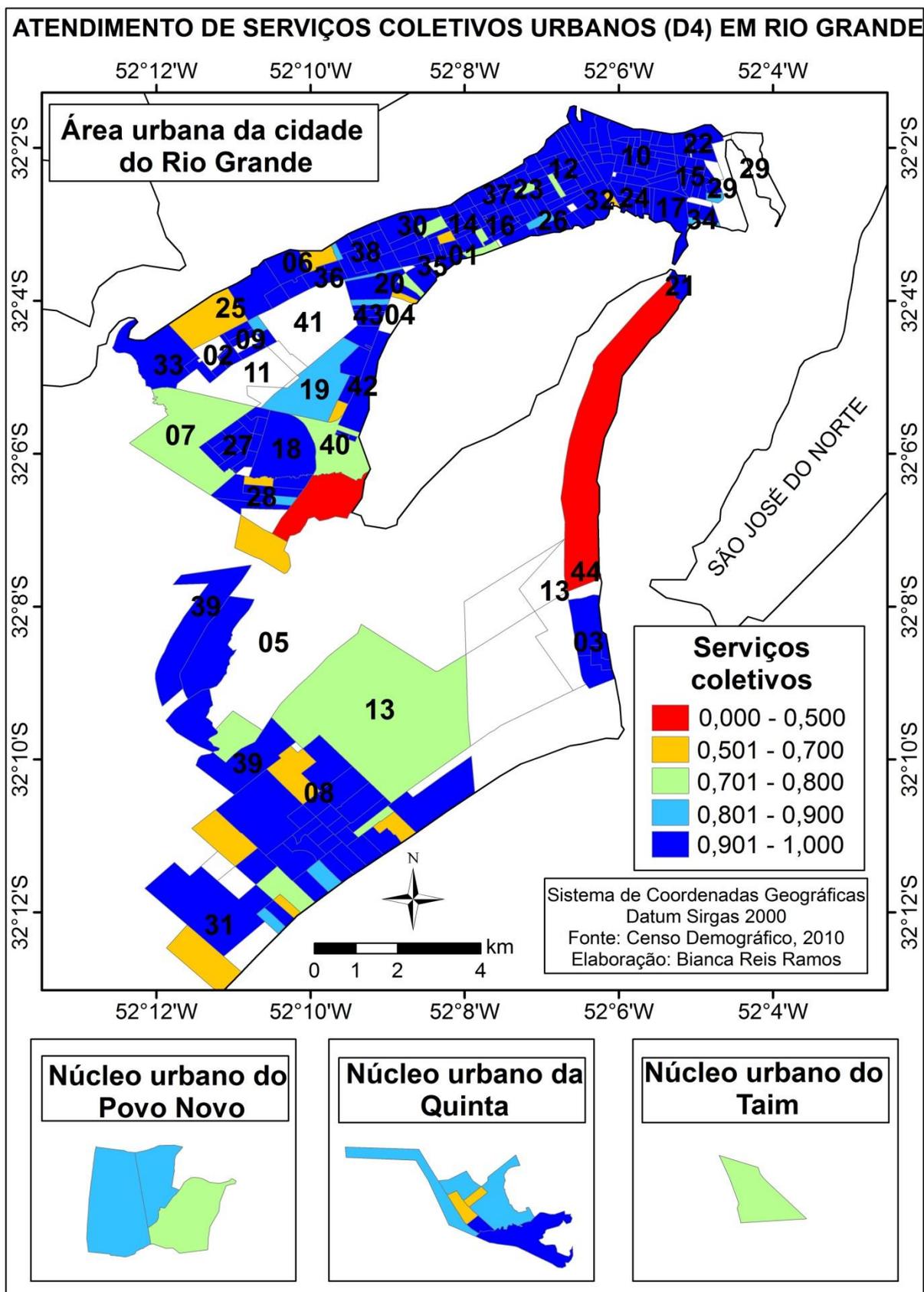
APÊNDICE I2- Capão do Leão: Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos



APÊNDICE I3- Pelotas: Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos

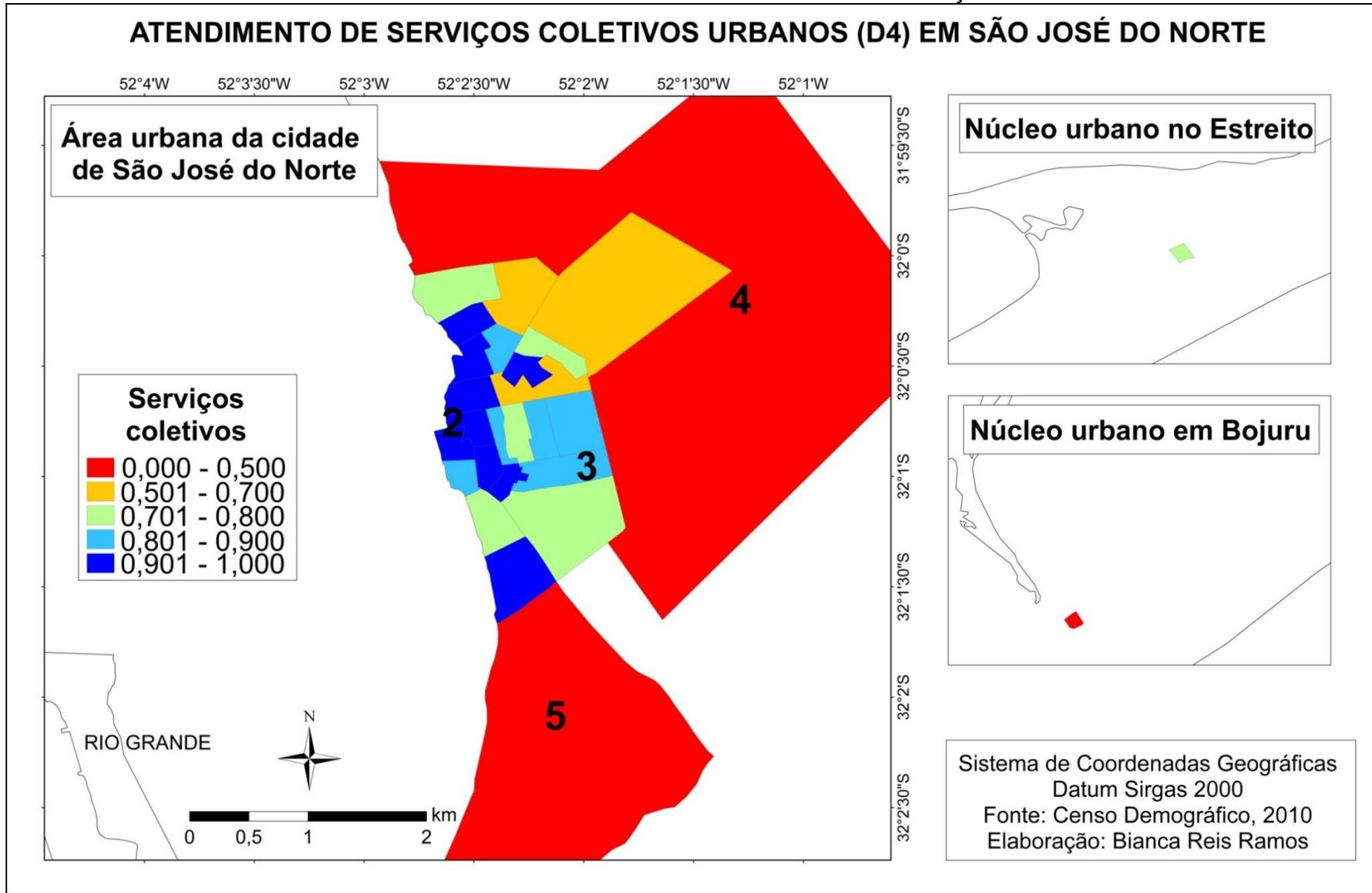


APÊNDICE I4- Rio Grande: Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos

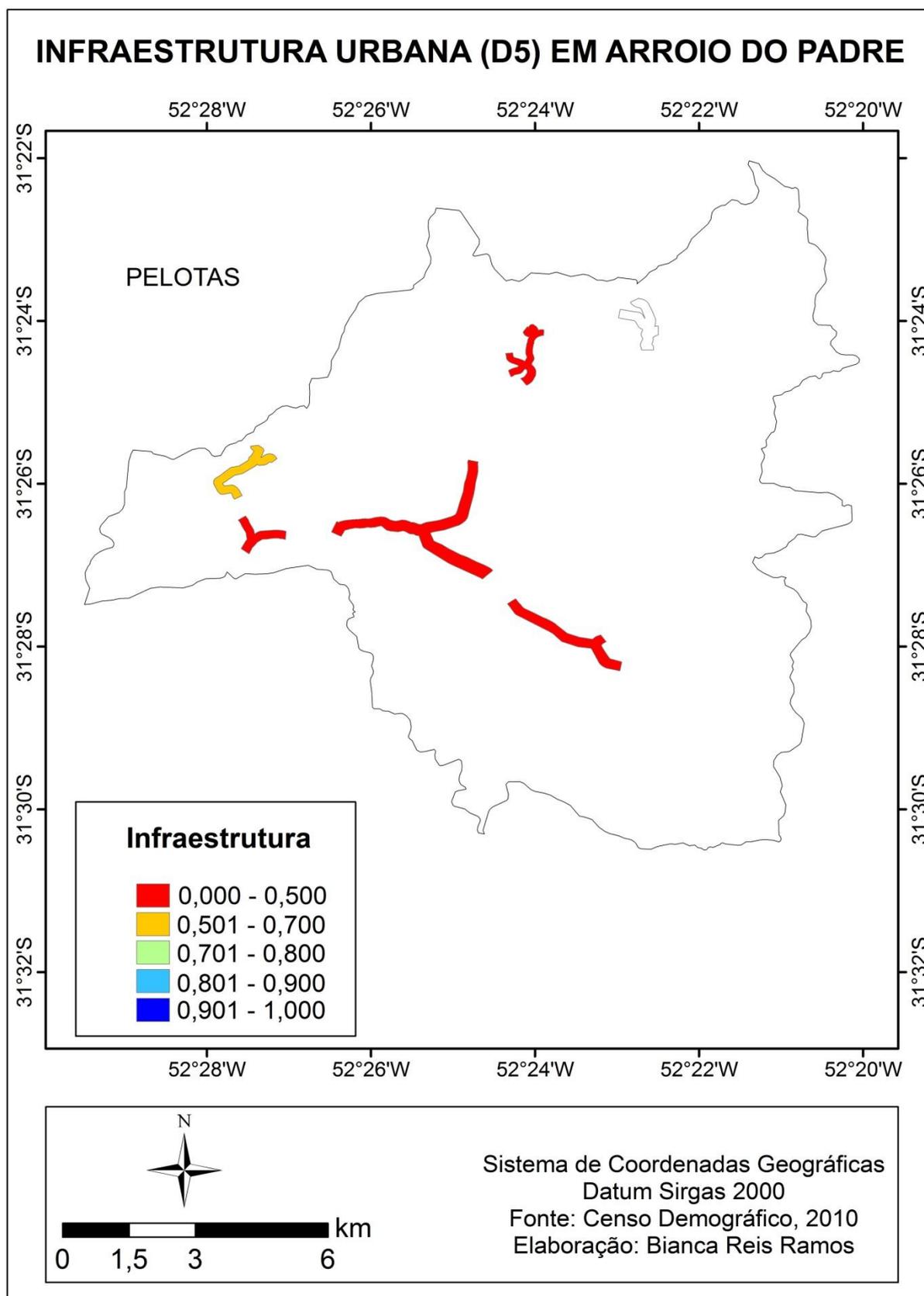


APÊNDICE I5- São José do Norte: Dimensão de Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos

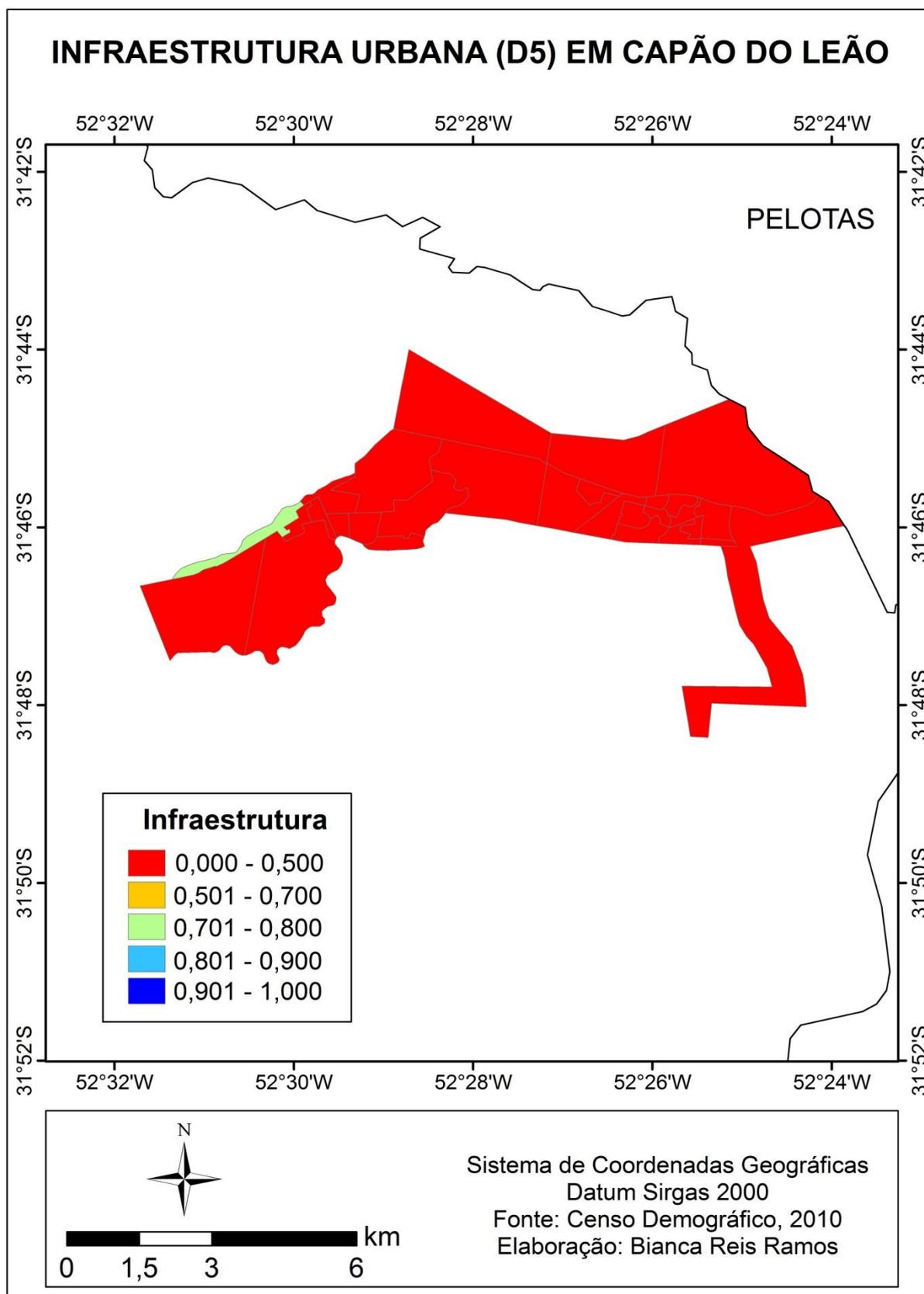
ATENDIMENTO DE SERVIÇOS COLETIVOS URBANOS (D4) EM SÃO JOSÉ DO NORTE



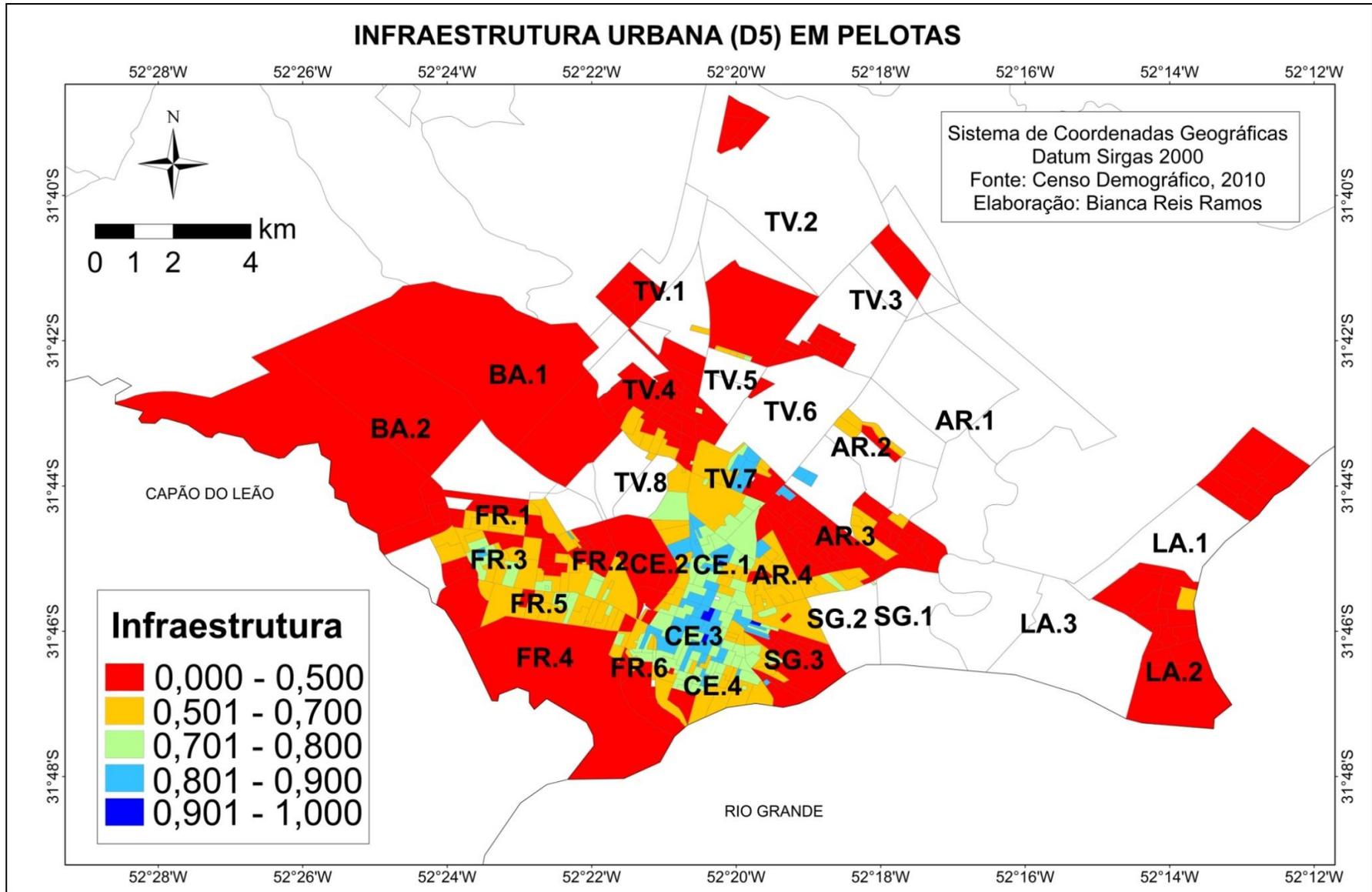
APÊNDICE J1- Arroio do Padre: Dimensão de Infraestrutura Urbana



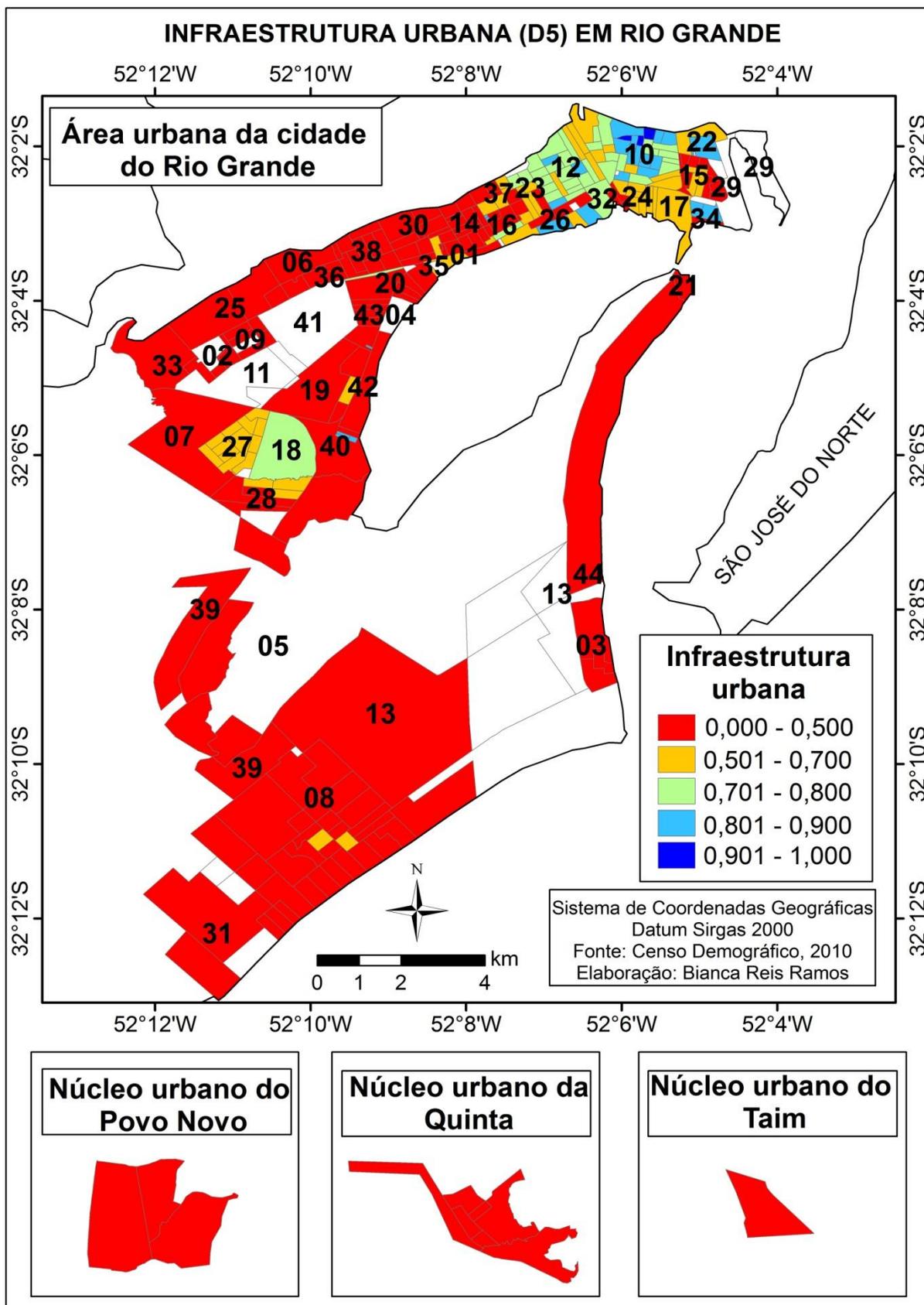
APÊNDICE J2- Capão do Leão: Dimensão de Infraestrutura Urbana



APÊNDICE J3- Pelotas: Dimensão de Infraestrutura Urbana

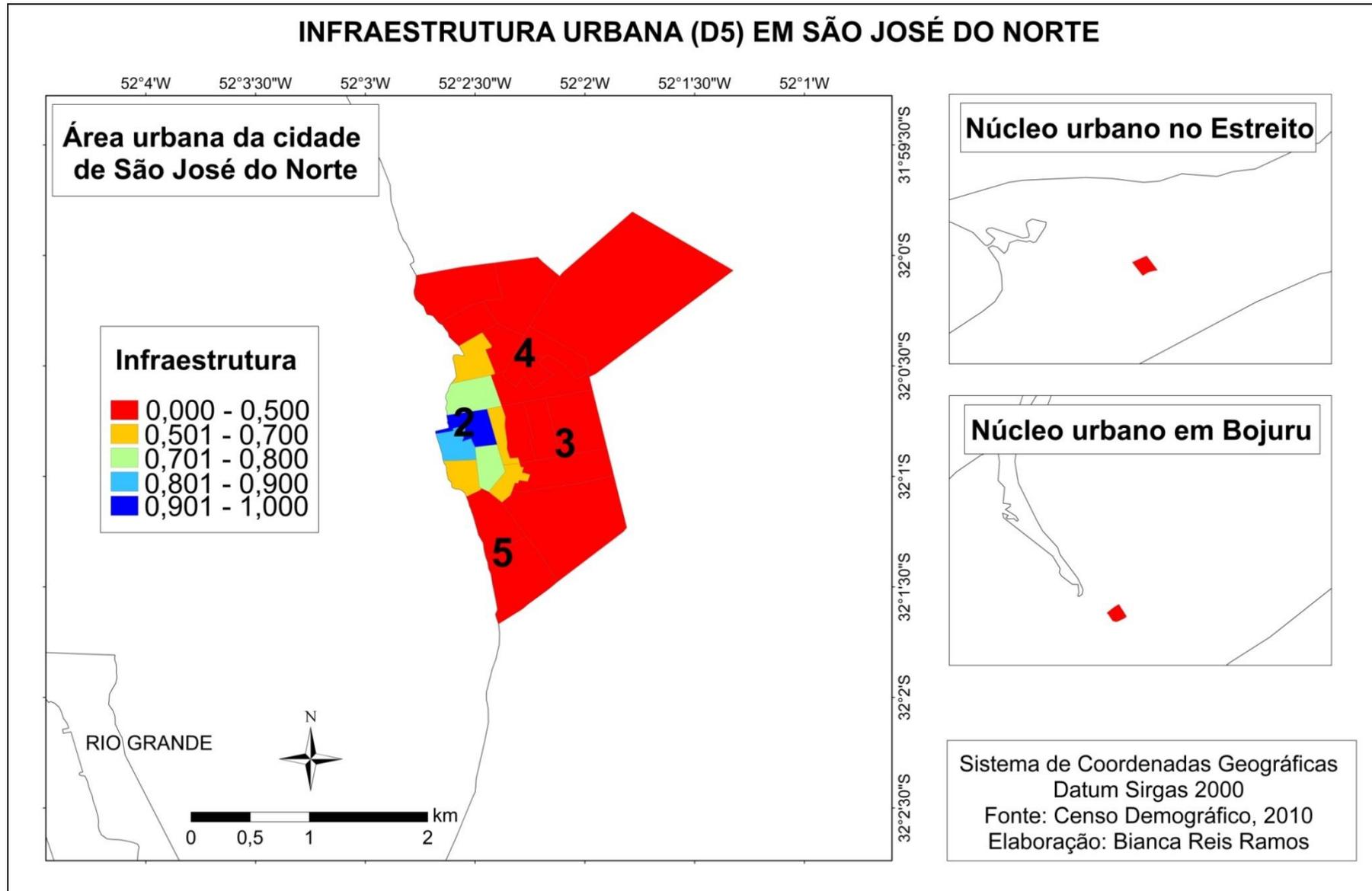


APÊNDICE J4- Rio Grande: Dimensão de Infraestrutura Urbana



APÊNDICE J5 - São José do Norte: Dimensão de Infraestrutura Urbana

INFRAESTRUTURA URBANA (D5) EM SÃO JOSÉ DO NORTE



ANEXOS

ANEXO I – ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES NA AUSUL

Órgão gestor, serviços de transportes e articulações no ano de 2009		Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte	
Órgão gestor e conselho municipal de transporte	Caracterização do órgão gestor do transporte no município	Não possui estrutura	Não possui estrutura	Secretaria em conjunto com outra política	Secretaria em conjunto com outra política	Secretaria em conjunto com outra política	
Conselho municipal de transporte - existência		Não	Não	Sim	Sim	Não	
Serviços de transporte	Serviços de transporte existentes no município	Barco	Não	Não	Não	Sim	Sim
		Metrô	Não	Não	Não	Não	Não
		Moto táxi	Não	Sim	Sim	Não	Sim
		Táxi	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
		Trem	Não	Não	Não	Não	Não
		Van	Não	Não	Sim	Sim	Não
	Transporte coletivo por ônibus intramunicipal - existência	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
Transporte coletivo por ônibus intermunicipal	Atende ao deslocamento entre bairros, distritos, localidades dentro do município	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
Articulações interinstitucionais	Na política de transporte o município participa de:	Consórcio público intermunicipal	Não	Não	Não	Não	Sim
		Consórcio público com o estado	Não	Não	Não	Sim	Não
		Consórcio público com o governo federal	Não	Não	Não	Não	Não
		Convênio de parceria com o setor privado	Não	Não	Não	Não	Não
		Apoio do setor privado ou de comunidades	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Diversos anos (a).

ANEXO II – ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO NA AUSUL

Órgão gestor e instrumentos de planejamento da educação em 2009		Municípios				
		Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte
Sistema municipal de ensino próprio - existência		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Objeto regulamentado por instrumento legal:	Projetos, programas e ações da educação municipal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Concessão de incentivos fiscais para entidades educacionais	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Conselho de controle e acompanhamento social do FUNDEF	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Conselhos escolares	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Conselho de alimentação escolar	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Conselho do transporte escolar	Não	Não	Não	Não	Não
	Sistema municipal de ensino	Não	Sim	Sim	Sim	Não
	Plano municipal de educação - existência	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Na rede municipal de ensino municipal existe capacitação de professores:	Em direitos humanos	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
	Na temática de gênero	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Na temática raça/etnia	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
	Em orientação sexual	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Ações	Investimento em organização administrativa	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Autonomia financeira da escola	Não	Não	Não	Não	Não
	Participação da comunidade na gestão da escola	Não	Não	Não	Sim	Não
	Campanha e/ou programa para matricular as crianças na escola	Não	Não	Não	Não	Não
	Diminuição da evasão escolar	Não	Sim	Sim	Não	Não
	Regulamentação e valorização da carreira do magistério	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Capacitação de professores	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Contratação de professores	Não	Não	Não	Não	Não
	Melhorias ou implementação de programas de assistência escolar	Sim	Não	Não	Sim	Não
	Melhoria do transporte dos alunos	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Órgão gestor e instrumentos de planejamento da educação em 2009		Municípios				
		Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte
Ações	Ampliação do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais	Sim	Sim	Sim	Não	Não
	Desenvolvimento de projetos voltados para a educação de jovens e adultos	Não	Não	Não	Sim	Sim
	Desenvolvimento de projetos voltados para a educação no campo, indígena e ambiental	Não	Não	Não	Sim	Não
	Instituição de cursos de educação profissional	Não	Não	Não	Não	Sim
	Desenvolvimento de projetos voltados para promoção de uma educação que contribua para a redução da discriminação racial, por gênero e por orientação sexual	Não	Não	Não	Não	Não
Articulação interinstitucional	Na política de educação o município participa de:					
	Consórcio público intermunicipal	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Consórcio público com o estado	Não	Sim	Sim	Não	Sim
	Consórcio público com o governo federal	Não	Sim	Não	Não	Sim
	Convênio de parceria com o setor privado	Não	Não	Sim	Não	Sim
	Apoio do setor privado ou de comunidades	Não	Não	Não	Não	Sim

Fonte: IBGE, Diversos anos (a).

ANEXO III – PROGRAMAS OU AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Programas ou ações de geração de trabalho e renda (2009)		Municípios					
		Arroio do Padre	Capão do Leão	Pelotas	Rio Grande	São José do Norte	
Programas ou ações de geração de trabalho e renda		Política de apoio ao primeiro emprego de jovens e adolescentes no município - existência	Não	Não	Sim	Não	Não
Articulação interinstitucional	Na política de emprego e/ou trabalho o município participa de:	Consórcio público intermunicipal	Não	Não	Não	Não	Não
		Consórcio público com o estado	Não	Não	Não	Não	Não
		Consórcio público com o governo federal	Não	Não	Não	Não	Não
		Convênio de parceria com o setor privado	Não	Sim	Sim	Não	Não
		Apoio do setor privado ou de comunidades	Não	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: IBGE, Diversos anos (a).